

BALANÇO GERAL DO ESTADO

RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL – RCP NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BGE - 2023

BALANÇO GERAL - 2023

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Orleans Brandão Júnior

Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Vinicius Ferro Castro

Subsecretário da Secretaria de Planejamento e Orçamento

Aline Ribeiro Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

Eduardo Cassio Beckman Gomes

Gestora dos Sistemas do Tesouro e Contabilidade

Tânia Regina Gonçalves Silva

Superintendente da Contadoria Geral do Estado

Leonardo de Brito Aquino Soares

Supervisora de Controle Contábil

Maria José de Oliveira Bittencourt

Supervisora de Orientação e Normas

Anália Maria Carvalho Medeiros

Equipe de Contadores

Márcia Teresa de Oliveira Ramos

Francisco Erinaldo de Oliveira

Elton Serra Souza

Marielly Silva Diniz

Katia Duailibe Carvalho

Fernanda da Silva Cardoso

Geysa de Moraes Azevedo

Tatiane Bandeira de Lima

Carlos Kelsene Paiva Fernandes

Equipe de apoio

Ana Zita Fernandes Furtado

Sara Inez Serejo Pinheiro

Maria Emanuelle Lucena Rodrigues

Maria dos Remédios G. Cantanhede

Maria do Socorro S. de Jesus

Laíz Santos Magalhaes Silva

Maria de Jesus B. Moreira

Maria de Lourdes Brito Santos

Lucas dos Santos Silva

Lucas Gustavo Souza Fonseca

Economista

Programadora

Economista

Assistente Técnico

Aux. Administrativo

Auxiliar Técnico

Aux. Administrativo

Aux. Administrativo

Trainee

Trainee

Equipe da assessoria dos sistemas institucionais:

Apoio Técnico – Orçamentário:

Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento

Apoio Técnico – Tesouro:

Superintendência do Tesouro Estadual

Apoio Técnico - Fiscal

Superintendência de Assuntos Fiscais

Apoio Técnico – Sistemas Corporativos

Gestão de Sistemas

Apoio Técnico - Administrativo:

**Supervisão de Execução Financeira / Contábil - Poder
Executivo, Legislativo Judiciário e Ministério Público.**

Colaboradores:

Unidade Gestora de Apoio a Programas Especiais

Superintendência da Dívida Ativa

SUMÁRIO

Relatório de Propósito Geral

1 - Apresentação	10
2 - Declaração do Contador da Conformidade das Demonstrações	11
3 - Gestão Orçamentária	12
3.1 - Receita Orçamentária	14
3.1.1 - Receitas Tributárias	20
3.1.2 - Transferências correntes	22
3.1.3 - Receitas de capital	24
3.2 - Despesas Orçamentárias	26
3.2.1 - Despesa autorizada final	27
3.2.2 - Despesa empenhada	28
3.2.3 - Transferências constitucionais e legais	29
3.2.4 - Resultados Orçamentários	31
4 - Gestão Fiscal	33
4.1 - Indicadores Fiscais	33
4.2 - Despesa com Pessoal	36
4.3 - Aplicação na Saúde	38
4.4 - Aplicação na Educação	41
5 - Considerações Finais	43

Notas Explicativa às Demonstrações Contábeis

- 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis
- 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis
- 3 - Diretrizes Gerais da Política de Remuneração das Empresas Estatais Federais
- 4 - Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis
- 5 - Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis
- 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa
- 7 - Créditos a Receber
- 8 - Investimentos
- 9 - Imobilizado
- 10 - Intangível
- 11 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar
- 12 - Empréstimos e Financiamentos
- 13 - Fornecedores e Contas a Pagar
- 14 - Transferências Fiscais
- 15 - Provisões
- 16 - Demais Obrigações
- 17 - Atos Potenciais Ativos
- 18 - Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes

- 19 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 20 - Contribuições
- 21 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos
- 22 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos
- 23 - Juros e Encargos de Mora Ativos
- 24 - Variações Monetárias e Cambiais Aumentativas
- 25 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras
- 26 - Aportes – Banco Central do Brasil
- 27 - Reavaliação de Ativos
- 28 - Ganhos com Incorporação de Ativos
- 29 - Ganhos com Desincorporação de Passivos
- 30 - Resultado de Participações
- 31 - Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas
- 32 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas
- 33 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais
- 34 - Benefícios a Pessoal
- 35 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- 36 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo
- 37 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos
- 38 - Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas
- 39 - Transferências e Delegações Concedidas
- 40 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas
- 41 - Desincorporação de Ativos

- 42 - Incentivos
- 43 - Subvenções Econômicas
- 44 - Constituição de Provisões
- 45 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas
- 46 - Resultado Patrimonial
- 47 - Execução Orçamentária da Receita
- 48 - Execução Orçamentária da Despesa 49 - Resultado Orçamentário
- 50 - Execução dos Restos a Pagar
- 51 - Execução Efetiva do Gasto Público por Função de Governo
- 52 - Receita Orçamentária
- 53 - Despesa Orçamentária
- 54 - Resultado Financeiro
- 55 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa
- 56 - Ajuste de Exercícios Anteriores
- 57 - Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL
- 58 - Partes Relacionadas
- 59 - Evolução da Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
- 60 - Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social
- 61 - Projeção Atuarial das Despesas com Militares Inativos
- 62 - Resultado do Banco Central do Brasil 9
- 63 - Garantias Concedidas e Contra garantias Recebidas
- 64 - Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai)
- 65 - Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios

65 - Eventos Subsequentes

66 - Considerações Finais

Nota Explicativa ao BNDES

Avaliação Atuarial do Estado do Maranhão – IPREV

Notas explicativas Dívida Fundada

Certidão de habilitação profissional

1. Apresentação

A Contadoria Geral do Estado, órgão da Secretaria de Planejamento e orçamento - SEPLAN, responsável pela elaboração e consolidação do Balanço Geral do Estado tem como objetivo de fornecer informações fidedignas e tempestivas para tomada de decisão dos gestores, no controle social e gerar informações para a Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão Carlos Orleans Brandão Júnior, referente ao exercício financeiro de 2023, para submeter-se à apreciação da Assembleia Legislativa na forma do artigo 64, XIV da Constituição do Estado do Maranhão, cumprindo assim, o dever constitucional de dar transparência às suas ações de gestão financeira à sociedade maranhense.

O Balanço Geral do Estado está fundamentado nos pilares constitucionais e legais, aos Princípios que regem a administração Pública, às normas e técnicas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, às Instruções Normativas nº 12 e 26 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor Público) e as orientações contidas nas portarias federais publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, observa, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A prestação de contas evidencia os resultados das gestões Patrimonial, Orçamentárias e Financeiras da Administração direta e indireta, dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública, elaborados consonantes normas federais e estaduais, composto por relatórios, documentos gerenciais, demonstrativos contábeis, Anexos da Lei 4.320/64, dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos demonstrativos emitidos pelo sistema de gestão financeira do Estado (SIGEF).

O Maranhão utiliza o Sistema Integrado de planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF este sistema trouxe avanços na gestão e no controle orçamentário,

financeiro e contábil, colocando o Estado do Maranhão no patamar de excelência na gestão das finanças públicas no Brasil pois permite melhorar as demonstrações e dados exigidos na transparência da gestão e melhorar significativamente o nível dos controles.

O Maranhão utiliza para controle patrimonial do sistema SIGA, esse novo sistema possibilita atender as exigências legais, de fornecer informações atualizadas dos valores dos bens patrimoniais. Infelizmente até este exercício 2022 não foi possível a integração dos sistemas SIGEF/SIGA e as atualizações dos bens moveis estão sendo contabilizados no SIGEF de forma manual.

2. Declaração do Contador da Conformidade das Demonstrações Contábeis.

Declaro que as peças e os documentos que compõem esta Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão em todos os aspectos relevantes de acordo com a lei 4.320/64, em harmonia com as normas legais e embasam com fidedignidade os registros e as demonstrações contábeis, de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao serviço público, a instrução normativa do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, assim como, atesto, a regularidade na execução orçamentária da receita e da despesa, conforme as normas de direito financeiro e orçamentário e do art. 299 do Código Penal – crime de falsidade ideológica.

São Luís 29 de fevereiro de 2023.

3. Gestão Orçamentária

A execução orçamentária do Estado está amparada na Lei Orçamentária Anual- LOA, Lei Orçamentária Nº 11.871, de 29/12/2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA), tem como objetivo estimar as receitas e fixar as despesas do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2023, envolvendo recursos de todas as fontes.

A LOA compreende o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Estadual direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

O Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

A receita total estimada na LOA para o exercício de 2023 foi de R\$ 25.717.493.400,00 (vinte e cinco bilhões, setecentos e dezessete milhões, quatrocentos e noventa e três mil e quatrocentos reais), sendo:

I - Orçamento Fiscal, em R\$ 16.476.574.450,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e setenta e seis milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 9.147.665.950,00 (nove bilhões, cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil e novecentos e cinquenta reais);

III - Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, em R\$ 93.253.000,00 (noventa e três milhões e duzentos e cinquenta e três mil reais).

O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender a insuficiência nas dotações orçamentárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa, fixada na LOA no seu art. 4º, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotação, excesso de arrecadação, operação de crédito e superávit financeiro.

Do montante previsto de receita e despesa na LOA de R\$ **25.717.493.400,00**, fica ajustado para R\$ **25.624.240.400,00**, que representa o montante de recursos operacionalizados no sistema financeiro/contábil oficial do estado SIGEF, que consta do Balanço Orçamentário, representa os recursos do orçamento fiscal e seguridade social, ou seja, o balanço orçamentário não inclui o valor de **93.253.000,00**, destinado ao orçamento de investimento para a empresa estatal independente **EMAP- Empresa Maranhense de Administração Portuária**, esta empresa não opera no Sistema Integrado de Administração Financeira –SIGEF.

As fontes de receita para cobertura das despesas do Orçamento de Investimento das Empresas são decorrentes das receitas diretamente arrecadadas pelas empresas, de recursos destinados ao aumento do capital social e de operações de crédito (conforme art 11 da LOA).

**SUMÁRIO GERAL DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA E
DA DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO**

Recursos de Todas as Fontes

Lei nº 4.320/64, Art. 2º, §1º, I.

RECEITA		DESPESA	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES	29.376.539.000	LEGISLATIVA	733.403.000
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.181.483.000	JUDICIÁRIA	1.660.231.000
CONTRIBUIÇÕES	977.030.000	ESSENCIAL À JUSTIÇA	906.795.000
RECEITA PATRIMONIAL	675.546.000	ADMINISTRAÇÃO	1.518.028.145
RECEITA DE SERVIÇOS	722.431.000	SEGURANÇA PÚBLICA	2.329.333.000
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.566.036.000	ASSISTÊNCIA SOCIAL	585.198.277
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	254.013.000	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.817.550.000
RECEITAS DE CAPITAL	1.446.256.000	SAÚDE	3.483.506.139
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	315.677.000	TRABALHO	41.355.000
ALIENAÇÃO DE BENS	5.221.000	EDUCAÇÃO	5.281.537.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	CULTURA	123.131.385
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	42.716.000	DIREITOS DA CIDADANIA	544.950.277
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.082.642.000	URBANISMO	205.719.590
RECEITAS CORRENTES - INTRA	1.288.820.000	HABITAÇÃO	8.969.413
RECEITAS CORRENTES - INTRA CONTRIBUIÇÕES	1.273.262.000	SANEAMENTO	863.637.252
RECEITAS CORRENTES - INTRA RECEITA DE SERVIÇOS	15.558.000	GESTÃO AMBIENTAL	43.321.000
RECEITAS CORRENTES - INTRA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	114.359.000
RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	100.000.000	AGRICULTURA	235.146.584
ALIENAÇÃO DE BENS - INTRA	100.000.000	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	13.897.000
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	INDÚSTRIA	77.321.000
DEDUÇÕES	-6.494.121.600	COMÉRCIO E SERVIÇOS	137.410.277
		ENERGIA	3.100.000
		TRANSPORTE	339.054.446
		DESPORTO E LAZER	43.985.000
		ENCARGOS ESPECIAIS	2.243.333.614
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	363.221.001
TOTAL	25.717.493.400	TOTAL	25.717.493.400

3.1 Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2023 foi de R\$ 25 bilhões, destacando-se as fontes de receita de transferências correntes, estimada em 14,5 bilhões e percentual de 45,22% e receita de impostos, taxas e contribuições, com 12 bilhões, com percentual de 38%, sem considerar as deduções para o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Art. 1º, Lei 14.113/2020).

A tabela abaixo, extraído da LOA 2023- Lei Orçamentária Anual, demonstra o valor estimado das receitas orçamentárias, do exercício de 2023 em comparação com 2022, incluindo-se o valor estimado para o Orçamento de Investimento no valor de R\$ 93.253.000,00 das Empresas Estatais independentes, que é excluído na elaboração do Balanço Orçamentário do SIGEF, que apresenta somente as receitas do orçamento fiscal e seguridade social.

COD.	ESPECIFICAÇÃO	LEI	LEI
		2022	2023
1000.00.0.0.00	Receitas Correntes	26.070.158.000	29.376.539.000
1100.00.0.0.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.045.074.000	12.181.483.000
1110.00.0.0.00	Impostos	11.647.841.000	11.717.844.000
1112.00.0.0.00	Impostos sobre o Patrimônio	727.366.000	752.192.000
1113.00.0.0.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	919.938.000	1.275.651.000
1113.03.0.0.00	IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ICMS - Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	919.938.000	1.275.651.000
1114.00.0.0.00	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e ServiçosOutros		
1114.00.0.0.00	Impostos Taxas	10.000.537.000	9.690.001.000
1119.00.0.0.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia Taxas pela Prestação de Serviços		
1120.00.0.0.00	Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	397.233.000	463.639.000
1121.00.0.0.00		24.675.000	22.897.000
1122.00.0.0.00		372.558.000	440.742.000
1128.00.0.0.00			
1200.00.0.0.00	Contribuições	710.781.000	977.030.000
1210.00.0.0.00	Contribuições Sociais	710.781.000	977.030.000
1300.00.0.0.00	Receita Patrimonial	625.286.000	675.546.000
1310.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	2.749.000	4.353.000
1320.00.0.0.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	340.563.000	616.193.000
1330.00.0.0.00	Cessão de Direitos	227.563.000	
1360.00.0.0.00	Demais Receitas Patrimoniais	54.411.000	55.000.000
1390.00.0.0.00			
1600.00.0.0.00	Receita de Serviços	824.969.000	722.431.000
1610.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	684.751.000	629.178.000
1620.00.0.0.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	140.218.000	93.253.000
1700.00.0.0.00	Transferências Correntes	11.486.609.000	14.566.036.000
1710.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	10.585.436.000	13.157.241.000

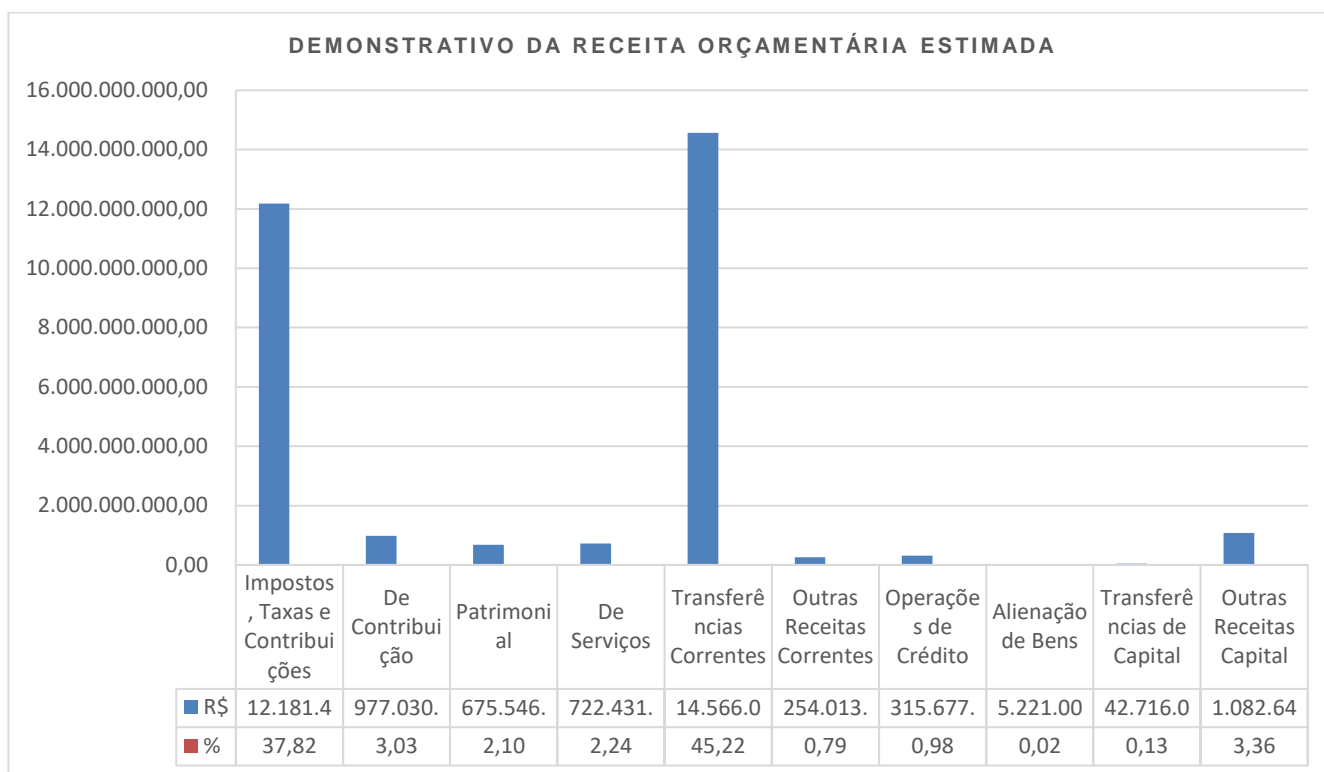
1720.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.020.000	4.000.000
1730.00.0.0.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades		
1740.00.0.0.00	Instituições Privadas	8.970.000	15.190.000
1750.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	881.775.000	1.389.605.000
1760.00.0.0.00	Transferências do Exterior	9.408.000	
1900.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes	377.439.000	254.013.000
1910.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	41.055.000	45.373.000
1920.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	208.480.000	38.604.000
1990.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes	127.904.000	170.036.000
2000.00.0.0.00	Receitas de Capital	2.890.934.000	1.446.256.000
2100.00.0.0.00	Operações de Crédito	305.383.000	315.677.000
2110.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	276.659.000	273.119.000
2112.00.0.0.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	101.069.000	75.194.000
2119.00.0.0.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	175.590.000	197.925.000
2120.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Externo	28.724.000	42.558.000
2200.00.0.0.00	Alienação de Bens	823.646.000	5.221.000
2210.00.0.0.00	Alienação de Bens Móveis	4.000.000	5.221.000
2220.00.0.0.00	Alienação de Bens Imóveis	819.646.000	
2400.00.0.0.00	Transferências de Capital	49.334.000	42.716.000
2410.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	49.334.000	42.716.000
2440.00.0.0.00	Transferências de Instituições Privadas		
2900.00.0.0.00	Outras Receitas de Capital	1.712.571.000	1.082.642.000
7000.00.0.0.00	Receitas Correntes - INTRA	871.493.000	1.288.820.000
7200.00.0.0.00	Receitas Correntes - INTRA Contribuições	871.493.000	1.273.262.000
7210.00.0.0.00	Receitas Correntes - INTRA Contribuições Sociais	871.493.000	1.273.262.000
8000.00.0.0.00	Receitas Intra Orçamentárias de Capital	256.407.000	100.000.000
	Deduções	-5.990.541.950	-6.494.121.600
TOTAL		24.098.450.050	25.717.493.400

Demonstramos na tabela e gráfico abaixo a receita estimada do exercício e os percentuais estimados para cada receita do total estimado.

Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada

ESPECIFICAÇÕES	RECEITA ESTIMADA	PERCENTUAL %
RECEITAS CORRENTES	29.376.539.000	91,20
Impostos , Taxas e Contribuições	12.181.483.000,00	37,82
De Contribuição	977.030.000,00	3,03
Patrimonial	675.546.000,00	2,10
De Serviços	722.431.000,00	2,24
Transferências Correntes	14.566.036.000,00	45,22
Outras Receitas Correntes	254.013.000,00	0,79
RECEITAS DE CAPITAL	1.446.256.000,00	4,49
Operações de Crédito	315.677.000,00	0,98
Alienação de Bens	5.221.000,00	0,02
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	42.716.000,00	0,13
Outras Receitas Capital	1.082.642.000,00	3,36
Receitas Correntes - INTRA Contribuições Sociais	1.288.820.000,00	4,00
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	100.000.000,00	0,31
SUBTOTAL	32.211.615.000,00	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-6.494.121.600,00	-25,25
TOTAL	25.717.493.400,00	74,75

FONTE: Orçamento Geral do Estado 2023



Na tabela abaixo, demonstramos a receita por categoria econômica, a previsão inicial e a receita arrecadada que totalizou o valor de R\$ 25,3 bilhões contra uma previsão de 24,7 bilhões, apresentando um discreto acréscimo comparado à previsão inicial, de 1,39 %, ou R\$ 356 milhões, considerando as deduções da receita 22 %.

Demonstrativo a Previsão com a Execução da Receita

R\$1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO INICIAL	ARRECADADA	ACRÉSCIMO / DECRESCIMO	REAL.	PART.	VAR
RECEITAS CORRENTES	30.665.359.000	32.260.513.435	1.595.154.435	95,06	99,14	5,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	12.181.483.000	13.622.489.872	1.441.006.872	89,42	42,23	11,83
De Contribuições*	977.030.000	879.742.001	-97.287.999	111,06	2,73	-9,96
Patrimonial	675.546.000	546.380.090	-129.165.910	123,64	1,69	-19,12

De Serviços	722.431.000	357.883.731	-364.547.269	201,86	1,11	-50,46
Transferências Correntes	14.566.036.000	15.368.437.491	802.401.491	94,78	47,64	5,51
Outras Receitas Correntes	254.013.000	323.381.611	69.368.611	78,55	1,00	27,31
Receita intra-orçamentária de contribuição	1.288.820.000	1.162.198.638	-126.621.362	110,89	3,57	-9,82
RECEITAS DE CAPITAL	1.546.256.000	281.386.784	-1.264.869.216	549,51	0,86	-81,80
Operações de Crédito	315.677.000	51.246.230	-264.430.770	616,00	18,21	-83,77
Alienação de Bens	5.221.000	10.524.128	5.303.128	49,61	3,74	101,57
Amortização de Empréstimos		0	0	#DIV/0!	0,00	0,00
Transferências de Capital	42.716.000	31.418.515	-11.297.485	135,96	11,17	-26,45
Outras receitas de capital	1.082.642.000	188.197.911	-894.444.089	575,27	66,88	-82,62
Receita intra-orçamentária de Capital - Alienação de bens Imóveis	100.000.000	0	-100.000.000	#DIV/0!	0,00	-
SUBTOTAL	32.211.615.000	32.541.900.219	330.285.219	98,99	103,57	1,03
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-6.494.121.600	-7.181.328.337	-687.206.737	90,43	-22,07	10,58
TOTAL	25.717.493.400	25.360.571.882	-356.921.518	101,41	81,50	-1,39

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Apresentamos na tabela abaixo, a evolução das receitas orçamentárias, arrecadadas no período de 2019 a 2023, em valores correntes, o total arrecadado em 2023 foi de R\$ 25.360.571.882,00 líquido do FUNDEB incluindo receitas intraorçamentárias, apresentando uma variação nominal positiva de 52% ante 2019, e um crescimento de 3,83% em relação a 2022, considerando as receitas intraorçamentárias.

Evolução Da Receita - 2019-2023

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	2019	2020	2021	2022	2023	2023/2019	2023/2022
RECEITAS CORRENTES	19.839.795	21.561.443	24.770.166	30.026.743	31.098.315	57	3,57
Impostos Taxas e Contribuições de melhoria	9.466.571	9.745.090	11.877.686	13.819.592	13.622.490	44	-1,43
De Contribuição	630.112	763.785	767.566	771.709	879.742	40	14,00

Patrimonial	64.266	82.909	127.067	470.957	546.380	750	16,01
De Serviços	6.549	3.878	2.040	347.818	357.884	5.364	2,89
Transferências Correntes	9.500.707	10.689.378	11.752.864	14.289.498	15.368.437	62	7,55
Outras Receitas Correntes	171.591	276.403	242.943	327.170	323.382	88	-1,16
Receita Intraorçamentárias	916.683	832.771	929.225,00	939.094	1.162.199	27	23,76
RECEITAS DE CAPITAL	358.309	296.945	220.069	604.454	281.387	-21	-53,45
Operações de Crédito	292.642	182.394	203.436	230.087	51.246	-82	-78
Alienação de Bens	2.433	4.270	7.134	916	10.524	332	1.048
Amortização de Empréstimos	0	0	0	0	-	0	0
Transferências de Capital	8.259	8.920	9.485	7.601	31.419	280	313
Outras Receitas Capital	54.974	101.361	14	365.850	188.198	242	-49
Receita intra orçamentária	103.531	172.003	105.448	0	-	0	0
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-4.582.485	-4.624.929	-5.840.211	-7.144.607	- 7.181.328	57	0,51
	21.218.318	22.863.162	26.024.908	31.570.292	32.541.901	53	3,08
TOTAL	16.635.833	18.238.233	20.184.697	24.425.685	25.360.572	52	3,83

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O crescimento das receitas de serviço nos exercícios de 2022 e 2023, foi decorrência da ingresso da CAEMA no orçamento fiscal e seguridade social, com a realização da execução orçamentária da receita e despesa no SIGEF. Outra receita que nos exercícios 2022 e 2023 apresentou um crescimento considerável foi a receita patrimonial motivada, em grande parte, pela Cessão de Direito de Operacionalização de Pagamento da folha de pessoal.

3.1.1 Receitas Tributárias

As receitas tributárias são provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhorias. No exercício 2023 as receitas tributárias arrecadadas totalizaram R\$ 13,6 bilhões, apresentando um decréscimo nominal de R\$ 197 milhões em relação a 2022 ou 1,43% em valores percentuais, essa redução teve como fonte de recurso somente a receita do ICMS que teve um decréscimo de 5,13% em relação a 2022, todas as outras receitas de tributos tiveram acréscimo.

Ao observarmos a tabela abaixo notamos que somente a receita de ICMS dentre as receitas tributárias teve uma variação negativa, sendo suficiente para o decréscimo desse grupo de receita, por ser o ICMS a fonte de maior participação das receitas próprias com 79,87 do total das receitas tributárias.

A arrecadação do IPVA no exercício apresentou um acréscimo nominal comparado com 2022 de R\$ 226 milhões, evidenciando uma variação nominal de 33,26%, sendo o maior crescimento percentual dentre as receitas tributárias.

Comparativo da Receita Tributária

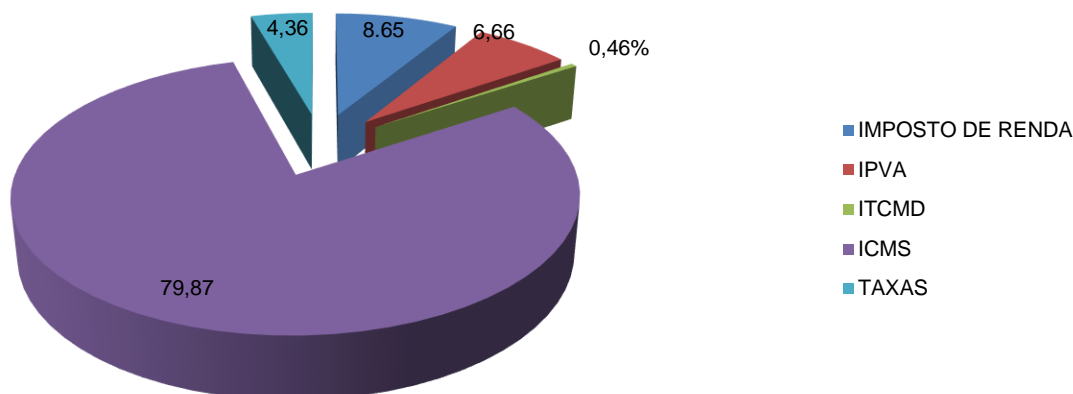
R\$1,00

FONTE	ARRECADADO		%	
	2023	2022	PART.	VAR.
IMPOSTOS	13.028.611.939	13.357.119.870	95,64	-2,46
IMPOSTO DE RENDA	1.178.090.706	1.150.381.239	8,65	2,41
IPVA	907.083.842	680.702.384	6,66	33,26
ITCMD	62.692.367	56.591.769	0,46	10,78
ICMS	10.880.745.024	11.469.444.478	79,87	-5,13
OUTROS IMPOSTOS		-	-	-
TAXAS	593.877.933	462.472.252	4,36	28,41
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	13.622.489.873	13.819.592.122	100,00	-1,43

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Nota: Valores brutos, não deduzidos as participações dos Municípios

RECEITA TRIBUTÁRIA - 2023



3.1.2 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício, foi de R\$ 15 bilhões, houve um acréscimo nominal de R\$ 1,07 bilhão, ou 7,55%, em relação a 2022 conforme demonstrado na tabela abaixo.

Das transferências correntes apenas 0,12% não corresponde à transferências da União.

Dentre as transferências da união merece destaque a Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE cuja participação foi de 74,45% do total das transferências, com uma variação nominal positiva de R\$ 2,2 bilhões que em valores percentuais representa 3,50% se comparado com 2022.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB, tiveram participação de 12,87% do total das transferências, apresentando um decréscimo nominal em relação a 2022 de R\$ 103 milhões, com uma variação percentual negativa de 4,95%.

As Transferências de instituições privadas em 2023 tiveram um crescimento muito relevante em comparação a 2022 em 405%, esta transferência compreende

valores recebidos de empresas privadas com fins lucrativos, em grande parte como compensação financeira ou doações.

Transferencias Correntes

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		%	
	2023	2022	PART.	VAR.
TRANSFERENCIAS DA UNIÃO	13.371.723.174	12.204.803.897	87,01	9,56
Cota-parte do FPE	11.442.000.998	11.054.652.129	74,45	3,50
Cota-parte do IPI	72.776.821	83.709.835	0,47	-13,06
Cota-parte da CIDE	4.614.238	22.988.329	0,03	-79,93
Cota-parte I.S/O.C.Camb. E Seg. T.V.M.Comer. Ouro	9.755	24.146	0,00	59,60
Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/96(Lei Kandir)			-	-
Cota-parte Compens. Financ. Recursos Hidricos - CFRH	2.938.636	2.727.383	0,02	7,75
Cota-parte Compens. Financ. Recursos Minerais - CFEM	3.456.796	5.152.298	0,02	-32,91
Cota-parte Fundo Especial do Petroleo - FEP	98.104.632	152.362.102	0,64	-35,61
Transferências de Recursos do SUS	972.619.026	490.219.596	6,33	98,40
Transferências de Recursos FNDE	384.969.391	80.646.185	2,50	377,36
Outras transferências da União	390.232.880	312.321.894	2,54	24,95
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.977.868.159	2.080.958.466	12,87	-4,95
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	18.845.056	3.730.520	0,12	405,16
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	1.102	5.255	-	-79,03
TOTAL	15.368.437.491	14.289.498.138	100,00	7,55

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

3.1.3 Receitas de Capital

São receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital; e, ainda, do superávit do Orçamento

corrente, ou seja, as receitas de capital são formadas pelas operações de créditos, alienações de bens, amortização da dívida, Transferências de Capital e de Outras receitas de Capital.

A receita de capital arrecadada no exercício de 2023 totalizou R\$ 281 milhões apresentando uma variação nominal negativa ante 2022 de 53,45%, que em valores nominais corresponde a 323 milhões a menos que no exercício anterior, em decorrência principalmente da saída da CAEMA do orçamento de investimento e do lançamento em 2022 das receitas de depósitos judiciais que deixaram de ser contabilizadas em 2021 e foram registradas cumulativamente em 2022.

a) Operações de crédito: São provenientes da constituição de dívidas empréstimos e financiamentos;

b) Alienação de bens: São provenientes da venda de bens moveis e imóveis e da alienação de direitos;

c) Amortização de empréstimos concedidos: Retorno de valores anteriormente emprestados a outras entidades de direito público;

d) Transferência de capital: São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados à aquisição de bens, são constituídas dos convênios recebidos da União, Municípios e suas entidades, no exercício de 2023 apresentou uma participação de 11,17% do total das receitas de capital, com variação positiva de 313%, ante 2022, representando um crescimento nominal de aproximadamente R\$ 24 milhões.

e) outras receitas de capital: São classificações genéricas para receitas não especificadas na lei, também se classifica aqui o Superávit do Orçamento corrente (diferença entre receitas e despesas correntes).

Das receitas de capital a conta “outras receitas de capital”, apesar de apresentar um decréscimo relevante em relação ao valor arrecadado no ano anterior, ainda assim, foi a receita de capital que apresentou o maior percentual de participação com 67% e valor nominal de R\$ 188 milhões, esse decréscimo foi em decorrência da falta de lançamento das receitas de depósito judicial no exercício de

2021, e contabilizado cumulativamente em 2022.

As Outras receitas de capital compreendem as receitas referentes a depósitos judiciais.

Receita de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		R\$1,00		VAR R\$
	2023	2022	PART.	VAR %	
Operações de crédito	51.246.230	230.086.786	18,21	-77,73	- 178.840.556
Alienação de bens	10.524.128	916.351	3,74	1.048,48	9.607.777
Amortizações de empréstimos					-
Transferências de capital	31.418.515	7.601.233	11,17	313,33	23.817.282
Outras receitas de capital	188.197.911	365.849.995	66,88	-48,56	- 177.652.084
TOTAL	281.386.784	604.454.364	100,00	-53,45	- 323.067.580

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

3.2. Despesas orçamentárias

Foram fixadas as despesas para o exercício de 2023 no valor de R\$ 25,7 bilhões, distribuída por categorias econômicas, consolidadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, conforme demonstrado na tabela e gráfico abaixo. Inclui-se no valor do orçamento inicial, o valor fixado para o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais de R\$ 93.253.000,00, entretanto, este valor não transita pelo SIGEF, por não pertencer ao orçamento fiscal e seguridade social, portanto, não é demonstrado no balanço orçamentário.

RESUMO GERAL DA DESPESA

Recurso de Todas as Fontes

ESPECIFICAÇÃO	TODAS AS FONTES		
	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	19.092.318.116	2.968.202.000	22.060.520.116
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.612.643.945	2.399.814.000	14.012.457.945
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	316.547.735		316.547.735
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.163.126.436	568.388.000	7.731.514.436
DESPESAS DE CAPITAL	3.088.992.283	204.760.000	3.293.752.283
INVESTIMENTOS	1.603.807.763	204.760.000	1.808.567.763
INVERSÕES FINANCEIRAS	381.146.300		381.146.300
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.104.038.220		1.104.038.220
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	363.221.001		363.221.001
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	363.221.001		363.221.001
TOTAL	22.544.531.400	3.172.962.000	25.717.493.400

3.2.1 Despesa Autorizada final

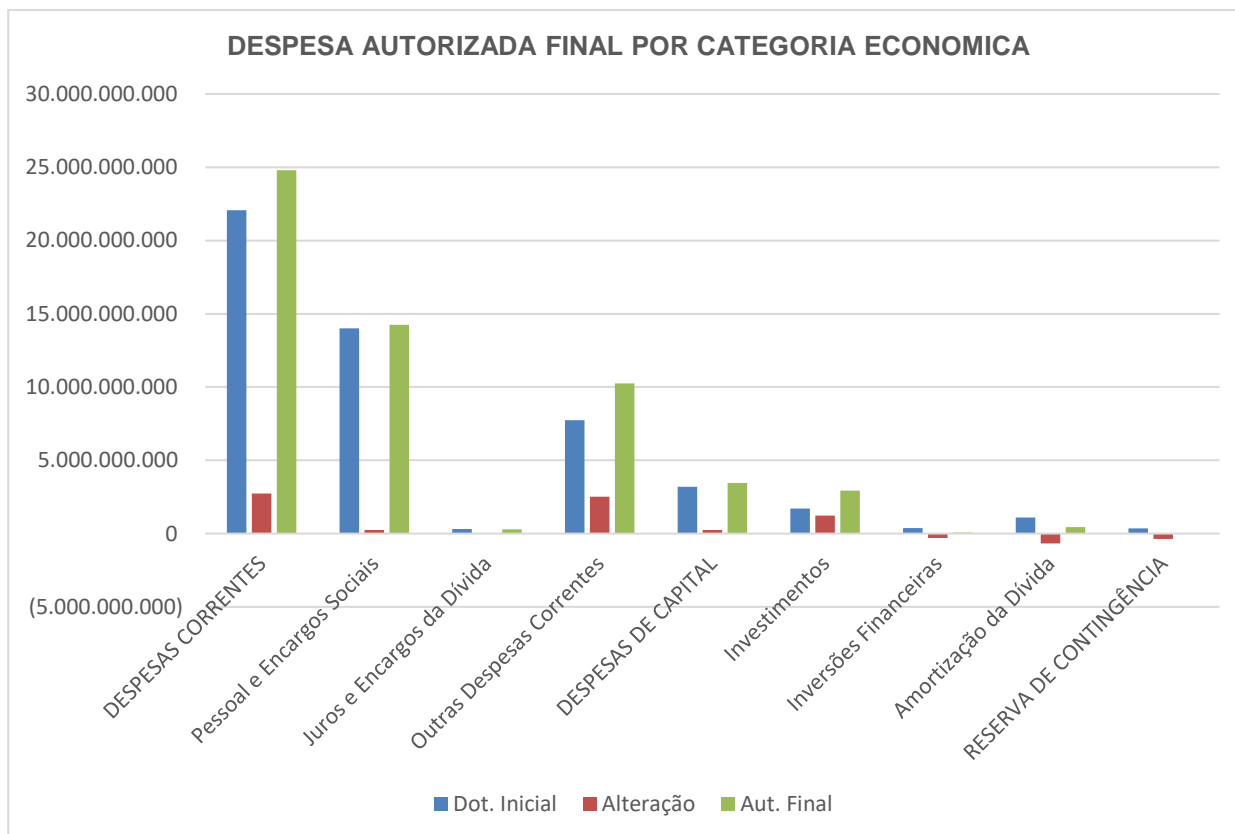
A despesa autorizada inicial excluindo-se o valor do orçamento de investimento foi de 25,6 bilhões, após alteração o orçamento ficou com dotação atualizada de R\$ 28 bilhões, alterada em R\$ 2,6 bilhões em relação à dotação inicial, representa um acréscimo de 10,23% do total fixado inicialmente, abaixo do limite estabelecido na LDO, que é de 50%. Conforme demonstramos na tabela e gráfico abaixo.

Despesa Autorizada Final Por Categoria Economica

R\$1,00

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL LOA	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %	VAR
DESPESAS CORRENTES	22.060.520.116	2.735.247.800	24.795.767.916	87,79	12,40
Pessoal e Encargos Sociais	14.012.457.945	236.636.809	14.249.094.754	50,45	1,69
Juros e Encargos da Dívida	316.547.735	-16.929.029	299.618.706	1,06	-5,35
Outras Despesas Correntes	7.731.514.436	2.515.540.020	10.247.054.456	36,28	32,54
DESPESAS DE CAPITAL	3.200.499.283	247.816.700	3.448.315.983	12,21	7,74
Investimentos	1.715.314.763	1.224.898.070	2.940.212.833	10,41	71,41
Inversões Financeiras	381.146.300	-308.331.424	72.814.876	0,26	-80,90
Amortização da Dívida	1.104.038.220	-668.749.946	435.288.274	1,54	-60,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	363.221.001	-362.734.251	486.750	0,00	-99,87
TOTAL GERAL	25.624.240.400	2.620.330.249	28.244.570.649	100,00	10,23

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF



3.2.2 Despesa Empenhada

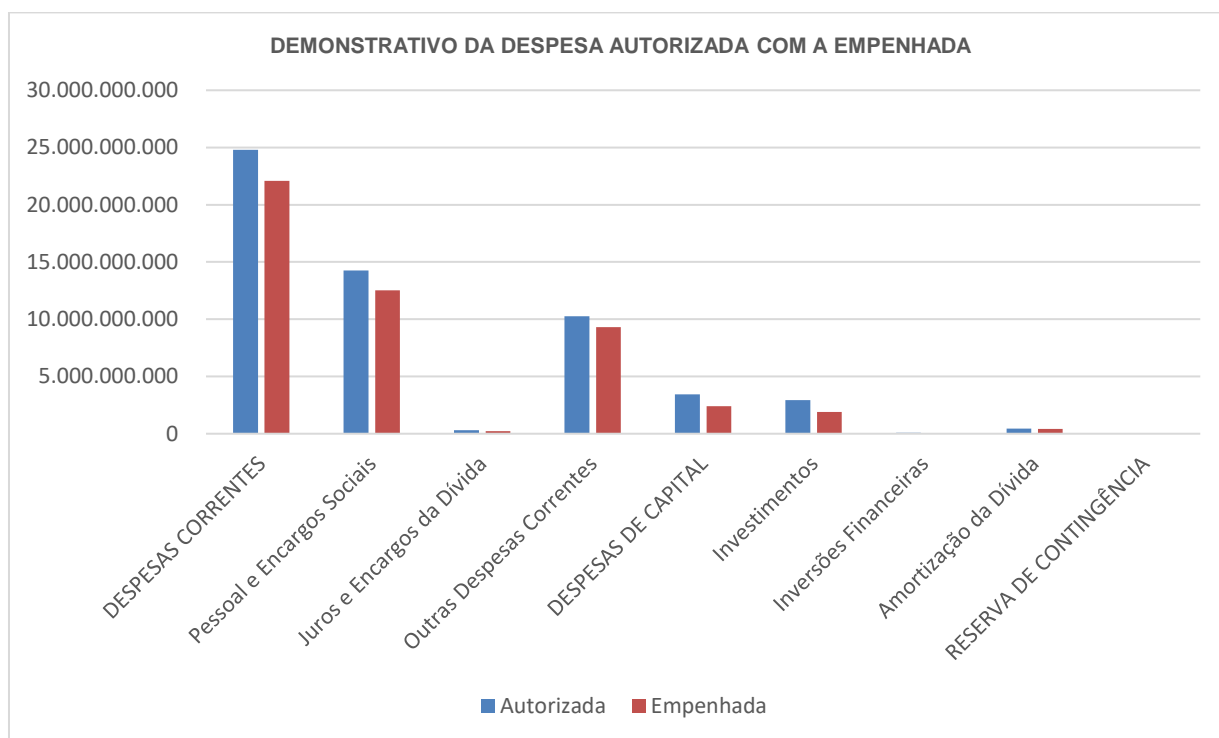
A despesa empenhada no exercício de 2023 totalizou R\$ 24,5 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de R\$ 3,7 bilhões, representando 15,30% do total da despesa autorizada, conforme tabela abaixo.

Demonstrativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

R\$1,00

CATEGORIA ECONOMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %
DESPESAS CORRENTES	24.795.767.916	22.096.792.486	12,21
Pessoal e Encargos Sociais	14.249.094.754	12.538.196.096	13,65
Juros e Encargos da Dívida	299.618.706	235.929.107	27,00
Outras Despesas Correntes	10.247.054.456	9.322.667.284	9,92
DESPESAS DE CAPITAL	3.448.315.983	2.399.222.493	43,73
Investimentos	2.940.212.833	1.905.345.059	54,31
Inversões Financeiras	72.814.876	67.933.987	7,18
Amortização da Dívida	435.288.274	425.943.447	2,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	486.750	-	100,00
TOTAL GERAL	28.244.570.649	24.496.014.979	15,30

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF



Apresentamos a seguir as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo de despesa, em comparação com o exercício de 2022 registrou-se um crescimento nominal de R\$ 656 milhões, o que corresponde a 2,75% da despesa executada.

Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

R\$1,00

CATEGORIA ECONOMICA	2023	PART. %	2022	PART %	VAR. %
DESPESAS CORRENTES	22.096.792.486	90,21	20.563.646.475	86,26	7,46
Pessoal e Encargos Sociais	12.538.196.096	51,18	11.783.555.559	49,43	6,40
Juros e Encargos da Dívida	235.929.107	0,96	218.737.920	0,92	7,86
Outras Despesas Correntes	9.322.667.284	38,06	8.561.352.996	35,91	8,89
DESPESAS DE CAPITAL	2.399.222.493	9,79	3.276.019.807	13,74	-26,76
Investimentos	1.905.345.059	7,78	2.673.493.491	11,21	-28,73
Inversões Financeiras	67.933.987	0,28	73.270.647	0,31	-7,28
Amortização da Dívida	425.943.447	1,74	529.255.669	2,22	-19,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
TOTAL GERAL	24.496.014.979	100,00	23.839.666.282	100,00	2,75

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

3.2.3 Transferências Constitucionais e legais aos Municípios

As transferências constitucionais aos municípios a partir de 2019 passaram a ser realizadas como dedução de receita e não mais como despesa orçamentária de transferência aos municípios, as transferências aos municípios como despesa somente para os casos de transferências voluntárias, como convênios.

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Maranhão, no exercício de 2023, foi de R\$ 3 bilhões que, comparado ao exercício de 2022, cresceu apenas R\$ 47 milhões, com variação nominal de 1,52%, conforme demonstrado na tabela abaixo.

A transferência do ICMS constitui a principal fonte de participação das transferências aos municípios com 85,27%, tendo uma variação nominal negativa de 1,74% em relação a 2022, ou seja, apresentou um decréscimo de aproximadamente 46 milhões.

Em decorrência do decréscimo do ICMS, mesmo com aumento da dedução do IPVA, o aumento total do grupo foi irrelevante de apenas 1,52%.

As transferências do IPVA, tiveram uma variação de 30,52% em relação ao exercício 2022 ou aproximadamente R\$ 103 milhões em valores nominais, como demonstrados na tabela abaixo, foi a única dedução com variação positiva no grupo das transferências aos municípios.

A transferência aos municípios da fonte da CIDE apresenta um decréscimo em relação ao ano anterior, apresentando uma variação negativa de 79,93%, com participação de apenas 0,04% do valor das transferências.

As transferências aos municípios da fonte de IPI sofreram um decréscimo em comparação ao ano anterior de 13,89% com uma participação em relação às transferências de 0,58%.

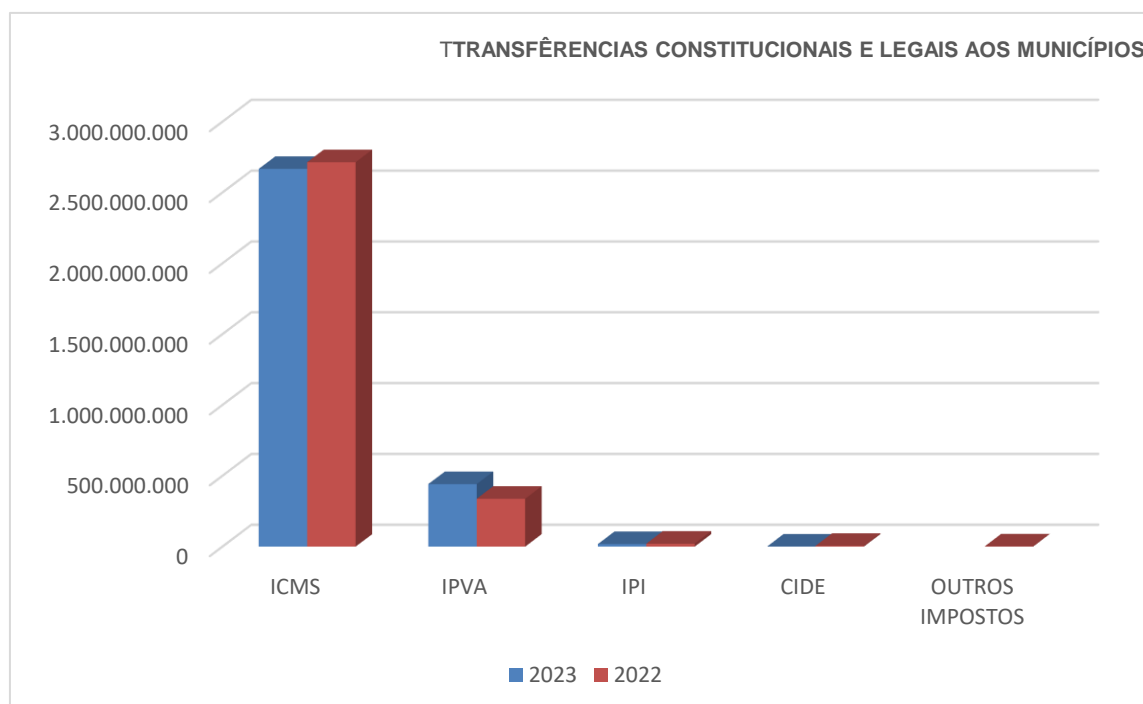
Não houve no exercício de 2023 transferência aos municípios referente a dedução de outros impostos.

Transfêrencias Constitucionais e Legais aos Municípios

R\$1,00

FONTE	2023	2022	PART. %	VAR. %
ICMS	2.667.008.478	2.714.113.292	85,27	-1,74
IPVA	441.537.746	338.296.794	14,12	30,52
IPI	18.194.205	20.982.394	0,58	-13,29
CIDE	1.153.559	5.747.082	0,04	-79,93
OUTROS IMPOSTOS		1.864.206	0,00	-100,00
TOTAL	3.127.893.989	3.081.003.768	100,00	1,52

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF



3.2.4 Resultado Orçamentário

Considerando-se as receitas líquidas realizadas no exercício de 2023, no valorde R\$ 25.360.571.881,72, menos o total das despesas empenhadas no valor de R\$ 24.496.014.978,83, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitário na soma de aproximadamente R\$ 865 milhões. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período. Este tópico está detalhado nas notas explicativas no item referente as demonstrações contábeis.

Resultado da Execução Orçamentária

TÍTULO	EXECUÇÃO
1. Receitas Correntes	25.079.185.098,04
2. Despesas Correntes	22.096.792.486,24
4. Resultado do Orçamento Correntes (1-2-3)	2.982.392.611,80
5. Receitas de Capital	281.386.783,68
6. Despesas de Capital	2.399.222.492,59
7. Resultado Orçamentário de Capital (5-6)	-2.117.835.708,91
8. Superávit Orçamentário (4+7)	864.556.902,89

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O art. 5º da Lei Orçamentária Anual – LOA, autoriza o poder executivo a realizar alterações no orçamento inicial até o limite de 50%. No exercício de 2023 o governo realizou alterações no orçamento inicial, sendo acrescido em 10,23%, muito abaixo do percentual legal estabelecido na LOA.

Em 2023, do valor das despesas realizadas aproximadamente R\$ 1 bilhão foi financiado com recursos do superávit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2023 foi custeada com recursos que sobraram em caixa de exercícios passados. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento

estadual.

Os Créditos Adicionais que provocaram alteração orçamentária se obtêm pela diferença entre os créditos adicionais totais menos as anulações de dotações, pois estes não afetam o orçamento, dessa forma somente o valor de R\$ 2.620.330.248,80 alterou o orçamento inicial, sendo que desse valor apenas R\$ 1.003.021.912,82 foi utilizado para execução orçamentária como gasto público, considerando o valor empenhado.

Demonstrativo de Créditos Iniciais e Adicionais

R\$1,00

1. ORÇAMENTO INICIAL	25.624.240.400
2. Créditos Adicionais	9.285.033.900
2.1 Suplementares	9.285.033.900
2.2 Especiais	-
2.3 Extraordinária	-
3. Créditos Anulados	-6.664.703.651
3.1 Orçamentários e Suplementares	-6.664.703.651
4. Orçamento Autorizado	28.244.570.649
5. crescimento em relação ao crédito inicial (%)	10,23
6. crédito Adicional que altera o orçamento	2.620.330.249
7. ORÇAMENTO ATUALIZADO	28.244.570.649

FONTE: Sistema de Administração Financeira e fiscal - SIGEF/MA

4. Gestão Fiscal

4.1. Indicadores fiscais

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é a Receita Corrente Líquida (RCL). A Receita Corrente Líquida é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV, da Lei Complementar nº 101 / 2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzida as transferências constitucionais e legais aos municípios, as quantias repassadas para formação ao FUNDEB as contribuições dos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas.

Governo do Estado do Maranhão
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Período De Referência: Janeiro A Dezembro De 2023

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA REALIZADA (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2023
RECEITAS CORRENTES (I)	31.091.467.494	31.247.297.067
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.617.718.679	12.309.694.174
ICMS	10.880.745.024	9.809.876.131
IPVA	907.083.842	721.281.000
ITCD	62.692.367	30.911.000
IRRF	1.178.047.568	1.275.651.000
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	589.149.877	471.975.043
Contribuições	879.723.649	979.271.458

Receita Patrimonial	544.458.934	923.390.570
Rendimentos de Aplicação Financeira	303.136.701	646.697.751
Outras Receitas Patrimoniais	241.322.233	276.692.819
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	357.883.731	677.715.675
Transferências Correntes	15.368.437.491	16.088.582.804
Cota-Parte do FPE	11.442.000.998	11.750.608.169
Transferências da LC 61/1989	72.776.821	123.800.000
Transferências do FUNDEB	1.977.868.159	2.378.498.000
Outras Transferências Correntes	1.875.791.512	1.835.676.635
Outras Receitas Correntes	323.245.010	268.642.385
DEDUÇÕES (II)	7.970.467.940	7.377.013.058
Transferências Constitucionais e Legais	3.127.893.989	2.705.529.000
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	749.624.586	852.389.458
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	25.657.600	12.316.000
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	20.708.616	18.186.000
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.046.583.149	3.788.592.600
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	23.120.999.554	23.870.284.009
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	35.329.708	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	23.085.669.846	23.870.284.009
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	50.059.000	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULOS DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	23.035.610.846	23.870.284.009

FONTE: Sistema SIGEF, Unidade Responsável: SEPLAN. Emissão: 14/03/2024, às 18:00.

NOTA¹: Em atendimento ao disposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, as receitas, em todos os seus detalhamentos, deverão ser registradas pelo seu valor líquido de deduções (restituições, descontos, retificações e outras).¹ No SIGEF, o valor de R\$ 6.847.302,64, no exercício de 2023, refere-se a restituições efetivadas nas seguintes contas: IRRF - Rendimentos do Trabalho - natureza 4.1.1.1.3.03.1.1.00 - R\$ 43.137,63; Custas Judiciais - natureza 4.1.1.2.2.02.0.1.01 - R\$ 4.728.055,84; Contribuição do Servidor Civil Inativo - Executivo natureza 4.1.2.1.5.01.21.01 - R\$ 18.352,20; Arrendamentos - natureza 4.1.3.1.1.01.11.01 - R\$ 8.536,42; Remunerações de Depósitos Vinculados - RPPS - natureza 4.1.3.2.1.04.01.06 - R\$ 1.912.619,63; Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria - natureza 4.1.9.9.9.99.21.12 - R\$ 132.085,45; Restituições referentes a Folha de Pagamento - natureza 4.1.9.2.2.99.01.01 - R\$ 4.515,47. Dessa forma, os valores demonstrados nas contas de Outros Impostos, taxas e contribuições de melhoria e Rendimentos de Aplicação Financeira encontram-se líquidos de restituições.

NOTA²: De acordo com o disposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, a contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, por ser uma receita intra-orçamentária e configurar uma duplicidade, não será computada na linha Receitas de Contribuições e não será deduzida. Por outro lado, a contribuição dos servidores para o RPPS será computada na linha Receita de Contribuições e será deduzida. ¹

NOTA: Em função do mapeamento adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o valor referente às transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Principal) está somado ao valor do Complemento em Transferências Correntes - Transferências do FUNDEB.

¹ Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, página 211, válido para o exercício de 2023.

² Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, página 208, válido para o exercício de 2023.

Em 2023, a RCL totalizou R\$ 23.035.610.845,58 bilhões, valor menor que o previsto para o período mas, maior que o realizado no exercício de 2022, que foi de R\$ 22.168.930.851,27, em valores nominais, as receitas correntes cresceram R\$ 867 milhões no comparativo com 2022, sendo que desse total, R\$ 794 milhões corresponde às receitas de “Outras transferências”, entretanto, as receitas tributárias próprias do Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e taxas), tiveram um decréscimo de R\$ 197 milhões.

A partir de 2022, com a inclusão da companhia de saneamento ambiental do Paraná, as receitas de serviços, vem crescendo ano a ano, em 2023 esse aumento foi de 10 milhões.

a receita patrimonial teve um acréscimo de R\$ 75 milhões em comparação com 2022.

A arrecadação de receitas tributárias próprias alcançou a marca de R\$ 13,6 bilhões, 1,43% a menos que em 2022 que foi de R\$ 13,8. Como essa receita representa mais de 46% de todas as receitas correntes arrecadadas pelo Estado, portanto, seu comportamento, influencia diretamente na Receita Corrente Líquida. Transcrevemos abaixo as informações de arrecadação segundo a Secretaria de Fazenda – SEFAZ:

“Em 2023 houve queda real da arrecadação própria de -6,36% e as Explicações para esse fato ultrapassam questões econômicas (nível de atividade, redução da renda das famílias etc.) e questões sazonais ou de natureza climática. A queda tem origem na intervenção feita pelo Governo Federal nas finanças dos estados e DF, através das leis complementares nº 192/2022 e 194/2022, que diminuíram a tributação sobre combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação (principais fontes de receitas dos entes subnacionais).”

Para melhor compreensão é necessário desagregar as arrecadações de 2022 e 2023 por semestre (tabelas 5 e 6). Percebe-se que no primeiro semestre de 2023, houve queda real da arrecadação total de -14,31%. Já no segundo semestre do mesmo ano, houve crescimento real de R\$ 1,74%

A forte queda no primeiro semestre de 2023 é explicada pelo seguinte fato. No primeiro semestre de 2022, a tributação sobre combustíveis, energia elétrica e serviços de comunicação **estava integral** e no primeiro semestre de 2023 ela caiu drasticamente pelos efeitos das leis mencionadas. Os estados foram tomados de surpresa pela mudança na legislação e a queda foi inevitável, em relação a um período não afetado por essas alterações (primeiro semestre de 2022).

O segundo semestre de 2023 é comparado com o segundo semestre de 2022, que já sentiu parte do impacto da mudança legislativa. Além disso, o aumento da eficiência da administração tributária do Maranhão, avançando no gap tributário sem criar mecanismos fiscais recessivos, provocou uma reação significativa, alcançando crescimento real, mesmo sob a vigência das citadas leis complementares que, entre outras coisas, tornaram os combustíveis “produtos essenciais”, retirando-os da base de tributação do FUMACOP, o que veio a agravar negativamente o volume arrecadado pelo Estado para esse Fundo, impactando, por conseguinte, a arrecadação total.

É importante destacar o desempenho da arrecadação tributária do Estado do Maranhão no período imediatamente anterior à vigência das leis complementares 192 e 194, ambas de 2022. Quando comparamos a arrecadação de 2022 com a de 2021 (tabela 6), **verificamos um crescimento real de 5,50%**, mesmo com o segundo semestre de 2022 já sofrendo impactos das mencionadas leis complementares federais. ”

Receita Corrente Líquida 2023-2022

ESPECIFICAÇÃO	(ÚLTIMOS 12 MESES) 2023	(ÚLTIMOS 12 MESES) 2022	VAR %	VAR R%
RECEITAS CORRENTES (I)	31.091.467.493,85	30.020.118.808,07	3,5688	1.071.348.685,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.617.718.678,72	13.815.109.634,11	1,43	197.390.955,39
ICMS	10.880.745.023,56	11.469.444.478,23	5,13	588.699.454,67
IPVA	907.083.842,43	680.702.383,95	33,26	226.381.458,48

ITCD	62.692.367,14	56.591.768,74	10,78	6.100.598,40
IRRF	1.178.047.568,19	1.150.371.736,27	2,41	27.675.831,92
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	589.149.877,40	457.999.266,92	28,64	131.150.610,48
Contribuições	879.723.649,13	771.665.913,22	14,00	108.057.735,91
Receita Patrimonial	544.458.934,43	468.922.714,36	16,11	75.536.220,07
Rendimentos de Aplicação Financeira	303.136.700,94	201.357.955,58	50,55	101.778.745,36
Outras Receitas Patrimoniais	241.322.233,49	267.564.758,78	9,81	26.242.525,29
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	357.883.731,24	347.817.591,53	2,89	10.066.139,71
Transferências Correntes	15.368.437.490,61	14.289.498.137,58	7,55	1.078.939.353,03
Cota-Parte do FPE	11.442.000.998,12	11.054.652.129,31	3,50	387.348.868,81
Transferências da LC 61/1989	72.776.821,16	83.709.834,77	13,06	10.933.013,61
Transferências do FUNDEB	1.977.868.159,01	2.070.094.421,92	4,46	92.226.262,91
Outras Transferências Correntes	1.875.791.512,32	1.081.041.751,58	73,52	794.749.760,74
Outras Receitas Correntes	323.245.009,72	327.104.817,27	1,18	3.859.807,55
DEDUÇÕES (II)	7.970.467.939,87	7.851.187.956,80	1,52	119.279.983,07
Transferências Constitucionais e Legais Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	3.127.893.988,52	3.081.003.768,53	1,52	46.890.219,99
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	749.624.585,78	676.968.630,93	10,73	72.655.954,85
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	25.657.600,45	25.724.002,66	0,26	66.402,21
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	20.708.616,18	10.512.642,12	96,99	10.195.974,06
	4.046.583.148,94	4.056.978.912,56	0,26	10.395.763,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	23.120.999.553,98	22.168.930.851,27	4,29	952.068.702,71
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	35.329.708,40	4.304.307,00	720,80	31.025.401,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	23.085.669.845,58	22.164.626.544,27	4,16	921.043.301,31
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	50.059.000,00	-	100,00	50.059.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	23.035.610.845,58	22.164.626.544,27	3,93	870.984.301,31

4.2. Despesas com pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, incisoII, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, incisoII em: 49% para o Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Mério Público.

A despesa com pessoal do poder executivo de todas as fontes de recurso em valores percentuais corresponde a 36,57% da receita Corrente líquida, com valor nominal líquido de 8,4 bilhões, abaixo do limite prudencial 46,55%. Se compararmos com o exercício 2022 houve um crescimento da despesa de pessoal que em termos percentuais superou em 5,59%.

Demonstrativo da Despesa com Pessoal Poder Executivo

Orçamentos fiscal e da seguridade social Jan.

a dez 2023

R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL EXECUTIVO	
1. Despesa Bruta com Pessoal	9.857.803.351
1.1. Pessoal Ativo	6.807.715.290
1.2. Pessoal Inativo e Pensionistas	3.045.214.953
1.3. Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.873.108
2. Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.433.479.091
2.1. Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntária	327.034
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	194.624
2.3. Despesas de Exercícios Anteriores	44.974.937
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.387.982.497
3. Despesa Líquida com Pessoal (1-2)	8.424.324.260
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
4. Receita Corrente Líquida	23.035.610.846

5. % da Despesa Total com Pessoal (3/4*100)	36,57
6. Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	11.287.449.314
7. Limite Prudencial (§ Único, art. 22 da LRF) - 46,55%	10.723.076.849

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo da Despesa com Pessoal Consolidado
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Jan. A dez 2023

DESPESA COM PESSOAL CONSOLIDADO	R\$ MIL
1. Despesa Bruta com Pessoal	12.547.785.221,98
1.1. Pessoal Ativo	9.194.688.257,80
1.2. Pessoal Inativo e Pensionistas	3.348.223.856,50
1.3. Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.873.107,68
2. Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.076.609.621,32
2.1. Indenizações por Demissões e Incentivos à Demissão Voluntária	94.883.656,35
2.2. Decorrentes de Decisão Judicial	21.004.794,97
2.3. Despesas de Exercícios Anteriores	108.256.222,24
2.4. Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.852.464.947,76
3. Despesa Líquida com Pessoal (1-2)	10.471.175.600,66
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
4. Receita Corrente Líquida	23.035.610.845,58
5. % da Despesa Total com Pessoal (3/4*100)	45,46
6. Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	13.821.366.507,35
7. Limite Prudencial (§ Único, art. 22 da LRF) - 46,55%	13.130.298.181,98
FONTE: Relatório de Gestão Fiscal	

No consolidado, as despesas de pessoal, considerando todas as fontes de recursos, representaram 45,46% da receita corrente líquida, abaixo do limite prudencial (57%). Percentual superou o do exercício de 2022 em 4,09%.

4.3. Aplicação com Saúde

A Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, incorporou normas destinadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para assegurar a aplicação de recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Para os Estados, a aplicação mínima obrigatória é de 12% (doze por cento) do produto da arrecadação dos impostos RLI, a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a e o inciso II, respectivamente, da Constituição Federal deduzida as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios.

Os recursos, do Tesouro Estadual, destinados à Saúde foram fixados através de regra de transição da Emenda Constitucional 29/2000.

A aplicação em Saúde para o exercício de 2023 é de no mínimo 12%, das Receitas de Impostos e Transferências da União descrita no artigo 77, inciso II, do ADCT. Deduzem-se da base de cálculo, os valores referentes à diferença do FUNDEB (O repasse do Tesouro Estadual, menos a receita de Transferências Multigovernamentais, que é o retorno do FUNDEB, mais a complementação da União). O Estado do Maranhão, aplicou R\$ 3,2 bilhões ou 15,14%, na Saúde, excedendo o limite mínimo estabelecido em lei, considerando os valores empenhados, se considerarmos os valores liquidados o limite aplicado vai para 14,84%, se considerarmos os valores pagos o limite foi de 14,63%, ainda, acima do valor mínimo legal de 12%, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Demonstrativo da receita de impostos líquida e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro a dezembro de 2023

RECEITAS	REALIZAÇÃO
1. Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais	21.416.606.191,51
Impostos (I)	13.028.568.801,32
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	11.514.777.819,28
(-) Dedução de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	- 3.126.740,42 9,09
2. Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde	972.621.228,07
3. Receitas de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde	-
4. Outras Receitas Orçamentária	21.651.850,29
5. Deduções para o FUNDEB	
TOTAL RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS	22.410.879.269,87
DESPESAS	EMPENHADA
Atenção básica	24.358.186,47
Assistência hospitalar e ambulatorial	2.827.849.736,20
Suporte profilático e terapêutico	49.033.879,06
Vigilância Sanitária	10.000,00
Vigilância Epidemiológica	16.502.842,12
Alimentação e Nutrição	
Outras Subfunções	325.438.809,17
6. Despesas com Saúde	
7. Despesas com Inativos e Pensionistas	
8. Despesas Custeadas com Outros Recursos destinados à Saúde	

9. Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Recursos Próprios Vinculados	
11. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde Cancelados em 2023	
TOTAL DE DESPESAS APLICADAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	3.243.193.453,02
12. Participação das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde na Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais - 12% $[(10-11)/1*100]$	15,14

FONTE: relatório resumido de execução orçamentária 6º bimestre

4.4. Aplicação na Educação

O artigo 212 da Constituição Federal, estabelece o percentual mínimo que cada uma das entidades governamentais deve aplicar na educação, cabendo aos Estados, no mínimo, 25% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais.

No ano de 2023 o total da receita líquida utilizada como base de cálculo da apuração do valor mínimo a aplicar com educação foi de R\$ 21,4 bilhões Atingindo um percentual de 27,27% de aplicação com Educação, considerando o valor empenhado no ano.

Demonstrativo das receitas e Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE

Período de referência:
janeiro a dezembro de 2023

R\$ 1,00

RECEITAS	REALIZAÇÃO
1. Receita de Impostos Líquida e Transferências Constitucionais e Legais	21.416.606.192
1.1. Impostos	13.028.568.801
1.5. Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	11.514.777.819
(-) Dedução de Transferências Constitucionais aos Municípios (III)	-3.126.740.429
RECEITAS DO FUNDEB	
2. Receitas Destinadas ao FUNDEB	4.047.711.725

2.1. Receitas Resultante dos Impostos (ICMS, IPVA, ITCD, Multas e Juros de Mora sobre Tributos e Dívida Ativa dos Impostos)	
2.2. Receita Resultante das Transferências Constitucionais e Legais	4.047.711.725
2.3. ICMS-Desoneração Destinadas ao FUNDEB	
3. Receitas Recebidas do FUNDEB	1.990.065.840
3.1. Transferências de Recursos do FUNDEB	1.188.841.325
3.2. Complementação da União ao FUNDEB	
3.3. Receita da Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	801.224.515
4. Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (3.1-2)	-2.858.870.400
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	
Educação Infantil	1.250.165
Ensino Fundamental	96.478.638
Ensino Médio	767.371.811
Ensino Superior	90.252.869
Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular	4.417.584
Administração geral	722.504.846
Outras	245.685.110
Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (5+6+7+8+9+10)	1.927.961.022
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE	
12. Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	-2.858.870.400
13. Despesas Custeadas com a Complementação do FUNDEB no Exercício	807.096.756
14. Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	
15. Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB	0
16. Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior de Outros Recursos de Impostos	0
17. Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira de Impostos Vinculados ao Ensino	90.000
18. Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	134.899.409
19. Total das Deduções Consideradas para Fins do Limite Constitucional	-1.916.784.236
20. Total das Despesas para Fins de Limite (11-19)	5.840.773.338
21. Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (20/1*100)	27,27

FONTE: relatório resumido de execução orçamentária 6º bimestre

5. Considerações Finais

Ao fim de mais um ano, temos a satisfação do dever cumprido, e da certeza da importância do trabalho de todos os servidores que compõem a Contadoria Geral do Estado, assim como, todos que trabalham no financeiro das Unidades Setoriais das Unidades Gestoras, esperamos que a cada ano possamos oferecer um serviço ainda melhor para o Estado e para toda a sociedade.

É de responsabilidade da Contadoria Geral do Estado a Consolidação da execução Orçamentária financeira e patrimonial de todos os órgãos e entidades que integram a estrutura de Governo do Estado do Maranhão, que possuem execução orçamentária no Sistema de Gestão e Planejamento Financeiro – SIGEF, para fins de prestação de contas Junto aos órgãos de Controle.

É dever deste órgão central de contabilidade produzir demonstrativos contábeis confiáveis para cumprir determinações legais, mas, e, além disso, oferecer informações gerenciais que contribuam na tomada de decisão dos gestores públicos, além de ser uma importante fonte de informações sobre a gestão das finanças do estado, tanto para o gestor público como para toda a sociedade.

No decorrer do exercício financeiro, as informações que agora são consolidadas e concluídas foram apresentadas nas publicações de obrigatoriedade legal, através de relatórios gerenciais e outros disponibilizados na internet.

A produção das informações não é mérito exclusivo da Contadoria Geral, devemos lembrar dos técnicos responsáveis pelo registro da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos diversos órgãos e entidades do Estado.

O Sistema integrado de planejamento e gestão Fiscal- SIGEF, utilizado pelas Unidades integrantes do Orçamento Estadual, pelo Poder Legislativo e Judiciário, recebe os dados que irão demonstrar os números da Gestão Governamental. As informações registradas no SIGEF/MA servem como base para a divulgação das contas públicas e, conseqüentemente, da situação fiscal e financeira do Estado do Maranhão.

Agradecemos ao Secretário de planejamento e Orçamento- SEPLAN, Dr.Vinicius Ferro Castro pela condução desta secretária, pelo reconhecimento da importância da contabilidade, apoio e confiança dada a esta Contadoria Geral do Estado.

Agradecemos também a subsecretária de estado do planejamento Dr^a Aline Duailibe pela tempestividade em atender as demandas da contabilidade e o respeito profissional com que sempre tratou a todos os servidores desta Contadoria.

Nosso agradecimento ao secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade, Eduardo Cássio Beckman Gomes que durante todo ano esteve à frente dos trabalhos da equipe.

Agradecimento especial a nossa Contadora/Supervisora Maria José de Oliveira pelos relevantes serviços prestados ao longo dos 25 anos de trabalho na Contadoria Geral do Estado, além do seu trabalho como Auditora do Controle Interno, sendo este Balanço Geral do Estado o último com sua participação. “Nosso muito obrigado”.

Por fim, mas não menos importante, agradecer a Equipe da Contadoria Geral do Estado – CONGE.

São Luís (MA), 31 de dezembro de 2023



Documento assinado digitalmente
TANIA REGINA GONCALVES SILVA
Data: 02/04/2024 14:58:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TÂNIA REGINA GONÇALVES SILVA

Gestora do Tesouro e Contabilidade

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



2023

SUMÁRIO

1 - Informações Gerais	3
2 - Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Maranhão.....	5
3 - Relação Nominal de Órgãos criados ou transformados através de reformas administrativas no decorrer de 2023.....	9
4- Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações	9
5 - Base de Preparação.....	10
6 - Moeda Funcional e de Apresentação.....	12
7 - Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas.....	12
8 - Regras de Integridade do PCASP.....	13
9 - Fontes de Destinação de Recurso.....	15
10 - Procedimentos do encerramento do exercício de 2023.....	17
11 - Resumo das Principais Políticas Contábeis.....	18
12 - Demonstrações Contábeis.....	29
12.1 - Balanço Patrimonial	29
12.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais.....	46
12.3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	56
12.4 - Balanço Orçamentário.....	59
12.5 - Balanço Financeiro.....	69
13 - Eventos Subsequentes.....	75
14 - Considerações Finais	76

1- Informações Gerais

O Governo do Estado de Maranhão é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 06.354.468/0001-60, tendo a sua sede administrativa situada em São Luís, na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Ed. Henrique de La Roque, Calhau.

As atividades operacionais do Estado para execução orçamentária, durante o exercício de 2023, estão amparadas pela Lei Estadual nº Lei nº Lei Orçamentária Nº 11.871, de 29 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA) dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estima a receita e fixa a despesa do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2023 e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2023.

O montante previsto de receita e despesa na LOA para o exercício de 2023 foi de R\$ **25.717.493.400,00**, ficando ajustado para R\$ **25.624.240.400,00**, que representa o montante de recursos operacionalizados no sistema financeiro/contábil oficial do estado SIGEF, que consta do Balanço Orçamentário, representa os recursos do orçamento fiscal e seguridade social, ou seja, o balanço orçamentário não inclui o valor de R\$ **93.253.000,00**, destinado ao orçamento de investimento para a empresa estatal independente **EMAP- Empresa Maranhense de Administração Portuária**, esta empresa não opera no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIGEF.

As Demonstrações Contábeis do Estado do Maranhão foram elaboradas com base nos dados extraídos do SIGEF e incluem a consolidação da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado, elaboradas com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, compostas por relatórios contábeis, elaborados segundo as orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs) da STN.

As demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE). Além destas

também acompanham esta Prestação de Contas Anual, os Anexos da Lei nº 4.320/64 e os anexos exigidos pela Instrução Normativa nº 26/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Ressalta-se ainda, que as Notas Explicativas são informações adicionais às Demonstrações Contábeis e são consideradas parte integrante das mesmas, nos termos da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – item 8. Notas Explicativas às DCASP's do MCASP, 9 edições.

As ações desenvolvidas pelo Estado, no exercício financeiro de 2023, estão agrupadas nas funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Energia, Transportes, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As demonstrações contábeis estão alicerçadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que é a base estrutural para o registro dos atos e fatos contábeis, anualmente passa por alterações propostas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, a fim de corroborar com o avanço, melhoria da evidenciação contábil e aplicação e interpretação das diretrizes, conceitos e regras contábeis relativas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual.

No exercício de 2023 não houve inclusão de novas contas, somente ocorreu alteração de algumas contas contábeis, que pode ser pesquisado nas alterações do PCASP 2023, no site da STN. As modificações ocorridas nas contas contábeis trazidas ao PCASP 2023, foram realizadas no SIGEF/MA 2023 para equiparação ao plano de contas, o SIGEF/MA utiliza como Plano de contas o PCASP Estendido.

2- Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Maranhão

São controladas diretamente pelo Governo do Maranhão aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto.

Após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), com relação ao ente controlador as empresas estatais passaram a ser classificadas em dependentes e independentes. No Maranhão em 2023 as empresas estão assim classificadas:

a) Empresas Estatais Independentes:

- EMAP: Empresa Maranhense de Administração Portuária
- EMSERH: Empresa Maranhense de Serviços hospitalares
- MAPA: Maranhão parcerias

b) Empresa Estatal Dependente:

- CAEMA: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, considerada dependente por constar na LOA de 2023 no orçamento fiscal e seguridade social tendo que realizar sua execução orçamentária e financeira através do sistema SIGEF/MA.

3. Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2022

a) Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados, Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo.

LEGISLATIVO	
10101	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
10201	FUNDACAO RADIO E TELEVISAO
10901	FUNDO ESPECIAL LEGISLATIVO
20101	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
20901	FUNDO DE MODERNIZACAO DO TRIBUNAL DE CONTAS

JUDICIÁRIO	
40101	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO
40901	FUNDO ESPECIAL DE MODERN.E REAPAR. JUDICIARIO
40902	FUNDO ESP.DA ESCOLA SUPER.DA MAGISTRATURA MA
40903	FUNDO ESPECIAL DAS SERVENTIAS REGISTRO CIVIL
40904	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA DOS MAGISTRADOS
MINISTÉRIO PÚBLICO	
70101	PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA
70901	FUNDO ESPECIAL DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
DEFENSORIA	
80101	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO MARANHAO
80901	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENS. PUB. ESTADO
EXECUTIVO	
110103	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
110105	SEC. DE ESTADO DA REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL
110109	CASA CIVIL
110121	SEC. ESTADO COMUNIC. SOCIAL E ASS. POLITICOS
110122	SEC. DE ESTADO DA TRANSPARENCIA E CONTROLE
110124	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
110125	SECRETARIA DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO POLITICA
110210	AGENCIA EST. MOBILIDADE URBANA SERV. PUBLICOS
110901	FUNDO EST. DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
120101	SECRETARIA ESTADO CIDADES E DESENVOLV. URBANO
120206	COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO
120207	AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA
120208	AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA DO SUDOESTE DO MARANHÃO
130101	SEC. ESTADO DA AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA
130901	FUNDO DE DESENV.AGROPECUARIO AGROINDUSTRIAL
140101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
140201	FUNDACAO DA MEMORIA REPUBLICANA BRASILEIRA
140901	FUNDO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA MARANHENSE
150101	SECRETARIA ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
150903	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
160101	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
160901	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ADM. TRIBUTARIA
170101	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO
170204	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
170901	FUNDO ESCOLA DIGNA
190101	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA
190102	POLICIA CIVIL

190110	POLICIA MILITAR DO ESTADO
190111	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
190112	SEGUNDO BATALHAO DA POLICIA MILITAR/CAXIAS
190113	TERCEIRO BATALHAO POLICIA MILITAR/IMPERATRIZ
190114	SETIMO BATALHAO POLICIA MILITAR/PINDARE MIRIM
190115	QUINTO BATALHAO POLICIA MILITAR/BARRA CORDA
190116	DECIMO PRIMEIRO BAT.POLICIA MILITAR/TIMON
190117	QUINTA COMPANHIA INDEPENDENTE/ACAILANDIA
190118	QUARTO BATALHAO DE POLICIA MILITAR/BALSAS
190119	DECIMO SEXTO BATALHAO POL.MILITAR/CHAPADINHA
190121	DECIMO BATALHAO DA POLICIA MILITAR/PINHEIRO
190122	DECIMO OITAVO BATALHAO POL.MILITAR/PRES.DUTRA
190123	SEXTA COMPANHIA INDEPENDENTE/S.J.DOS PATOS
190124	DECIMO SETIMO BATALHAO POL. MILITAR/CODO
190125	QUARTO GBM/BALSAS
190126	TERCEIRO GBM/IMPERATRIZ
190127	VIGÉSIMA SÉTIMA COMPANHIA INDEPENDENTE/ROSARIO
190128	VIGÉSIMO OITAVO BATALHÃO DE POLICIA MILITAR/ITAPECURU-MIRIM
190129	DECIMO NONO BATALHAO POL.MILITAR/PEDREIRAS
190130	DECIMA SEGUNDA COMPANHIA INDEPENDENTE/ZE DOCA
190131	DECIMA TERCEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE/VIANA
190132	PRIMEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE/COLINAS
190134	SEGUNDO ESQUADRAO POLICIA MILITAR/JOAO LISBOA
190137	OITAVO GRUPAMENTO BOMBEIRO MILITAR/PINHEIRO
190138	QUINTO GRUPAMENTO BOMBEIRO MILITAR/CAXIAS
190157	DECIMO SEGUNDO BATALHAO POL.MILITAR/ESTREITO
190159	DECIMO QUINTO BATALHAO POL.MILITAR/BACABAL
190160	DECIMA QUARTA CIA.INDEPENDENTE/BURITICUPU
190161	DECIMA QUINTA COMPANHIA INDEPENDENTE/GRAJAU
190162	DECIMA SEXTA COMPANHIA INDEPENDENTE/N.FREIRE
190163	DECIMO QUARTO BATALHAO POL.MILITAR/IMPERATRIZ
190164	COLEGIO MILITAR TIRADENTES II/IMPERATRIZ
190165	COLEGIO MILITAR TIRADENTES III/BACABAL
190166	CENTRO FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE PRACAS
190167	ACADEMIA DE POLICIA MILITAR GONCALVES DIAS
190168	BATALHAO DE POLICIA DE CHOQUE
190169	BATALHAO DE POLICIA AMBIENTAL
190170	COMPANHIA POLICIAMENTO TURISMO INDEPENDENTE
190171	COMPANHIA POLICIA RODOVIARIA INDEPENDENTE
190172	SEGUNDA COMPANHIA INDEPENDENTE/MIRINZAL

190173	TERCEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE/AMARANTE- MA
190174	COORDENADORIA EST. DE PROTECAO E DEFESA CIVIL
190175	DECIMO PRIMEIRO BATALHÃO BOMBEIROS MILITAR
190176	QUARTA CIA INDEPENDENTE BOMBEIROS MILITAR
190177	SETIMO BATALHAO DE BOMBEIROS MILITAR
190178	SEXTO BATALHAO DE BOMBEIROS MILITAR
190179	SEXTA CIA INDEPENDENTE BOMBEIROS MILITAR
190180	NONO BATALHAO DE BOMBEIROS MILITAR
190181	PRIMEIRA CIA INDEPENDENTE BOMBEIROS MILITAR
190182	COLÉGIO MILITAR TIRADENTES IV/CAXIAS
190183	COLÉGIO MILITAR TIRADENTES V/TIMON
190185	VIGÉSIMO QUARTO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE COROATÁ
190186	PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL
190201	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
190902	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANCA PUBLICA
190903	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
200101	SEC.DE ESTADO MEIO AMBIENTE RECURSOS NATURAIS
200901	FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE
200902	FUNDO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVACAO
210101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
210901	FES/UNIDADE CENTRAL
210946	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO CANCER
210947	FUNDO ESTADUAL DE POLITICAS PUBL.SOBRE DROGAS
220101	SEC.DE ESTADO DO PLANEJ.E ORCAMENTO
220205	INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRAFICOS
220903	FUNDO MARANHENSE DE COMBATE A POBREZA – FUMACOP
230101	SEC. ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO E ENERGIA
230201	JUNTA COMERCIAL DO MARANHAO
230202	INST.DE METROL. E QUALIDADE INDUSTRIAL DO MA
230901	FUNDO ESTADUAL DE DESENV.INDUSTRIAL DO MA
240101	SEC.ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO
240109	CENTRAL FINANCEIRA
240201	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHAO
240202	FUND.DO AMPARO A PESQ. DESENV.CIENT.TECNOL.MA
240207	UNIVERSIDADE EST. DA REGIAO TOCANTINA DO MA
450101	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER
450901	FUNDO ESTADUAL DE ESPORTES
470101	UNIDADE GESTORA 470101
490101	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
510101	SEC. DE ESTADO DO TRAB. E ECON.SOLIDARIA

520101	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
530101	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
540101	SEC. ESTADO DIR. HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
540201	FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MA
540202	INST. PROM. DEF. CIDADÃO E CONSUM. EST. DO MA
540901	FUNDO PROTEÇÃO DEFESA DIREITOS DO CONSUMIDOR
540902	FUNDO EST. DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
540904	FUNDO ESTADUAL PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS
540905	FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
540906	FUNDO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
560101	SEC. DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
560901	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL
580101	SEC. EST. DA GESTÃO, PATRIM. E ASSIST. SERVIDORES
580111	ESCOLA DE GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
580201	FUNDO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES DO ESTADO
580202	FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA
600103	ENCARGOS ADMINISTRATIVOS
600104	ENCARGOS FINANCEIROS
610101	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR
610201	INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO
610202	AGÊNCIA ESTADUAL PESQUISA AGROP. EXT. RURAL MA
630101	SECRETARIA DE ESTADO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
630201	INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICO
640101	SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA

3- Relação Nominal de Órgãos criados ou transformados através de reformas administrativas no decorrer de 2023.

A Lei 11.887 de 11 de janeiro de 2023 Criou a Secretaria de Estado da Representação no Distrito Federal – SERIDF.

4- Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

Não houve neste exercício nenhuma transformação administrativa relevante.

5- Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, sendo esta última para ser aplicada a partir do exercício de 2022, observa os dispositivos legais que regulamentam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Delegada 17 de 1969, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a IN 26/2011 da TCE/MA.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados, excluindo as operações entre os órgãos de entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

As demonstrações contábeis apresentadas têm como referência o mês de DEZ/2023.

A Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil) atualmente utilizada pelo governo do Estado para consolidação das contas públicas é o SIGEF/MA – Sistema integrado de gestão fiscal, iniciando a execução em 2019. Esse sistema foi adquirido pelo Estado do Maranhão através de doação dos arquivos fontes do Estado de Santa

Catarina, é considerado um dos mais conceituados sistema do Brasil na área financeira, orçamentária e contábil, tendo inclusive módulos auxiliares, como: precatórios, dívidas, contratos e outros.

No exercício de 2023, o SIGEF sofreu algumas alterações e melhoramentos importantes em suas funcionalidades com objetivo de atender exigências legais, como as que dispõe a instrução normativa nº 2043, de 12 de agosto de 2021 da RFB, sobre a escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais (EFD- Reinf) exigidos pela STN, para as retenções de imposto de renda. Foram realizados também melhoramentos para atender ao Decreto 10.540, que impõe alterações aos SIAFICs, além dessas alterações com exigências legais, também tivemos evoluções para otimizar o trabalho dos usuários e para segurança do sistema. Atualmente estamos trabalhando em vários melhoramentos do sistema, inclusive com integração do sistema SIGA, para os casos de contabilização dos contratos, além da execução do módulo da Dívida e de Precatório.

Em 2019, o Estado adquiriu o sistema de controle dos bens patrimoniais (SIGA), implantado em 2020, incorporando e atualizando os bens móveis e intangíveis do Estado. Entretanto, até o exercício de 2023, não foi realizada a integração dos sistemas SIGEF/SIGA para automação dos registros contábeis, dos procedimentos contábeis patrimoniais e as atualizações de bens, até a presente data são realizadas manualmente.

Somente a partir da integração desses sistemas, o Governo do Maranhão passará a ter condições de implantar todos os procedimentos contábeis patrimoniais exigidos pela STN.

Um ponto ainda sensível que precisa ser melhorado é com relação à atualização dos bens imóveis do Estado, que até este exercício, permanecem, com algumas exceções, com os valores de aquisição, por essa razão, o ativo do Estado apresenta um valor abaixo da realidade, levando a um desequilíbrio entre ativo e passivo.

6- Moeda Funcional e de Apresentação:

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (DCASPs) e relatórios contábeis (anexos da lei 4.320/64) estão apresentadas em moedas correntes no país (Reais –R\$).

As DCASP e relatórios contábeis serão enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, via EPC do TCE/MA, em data estimada para 30 de março de 2024.

7- Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas:

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) os bens do ativo: a partir do exercício 2020, passaram a sofrer atualizações, onde o sistema SIGA fornece o valor das depreciações de cada item de bens, infelizmente essa etapa está sendo realizada de forma manual no SIGEF, por falta de integração dos sistemas, essa atualização de bens tem como objetivo cumprir determinação da STN, exigida inicialmente para o exercício de 2019;

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa: é aplicado ao final do exercício o percentual de não recuperação informado pela SEFAZ;

c) os benefícios de aposentadoria: registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas, que são revisadas a cada data-base. Anexamos ao final desta nota explicativa o estudo atuarial e relatório conclusivo;

d) Depósitos Judiciais: desde o exercício de 2016, os depósitos judiciais são contabilizados em contas de ativo e passivo simultaneamente, e também em conta de Receita Orçamentária “outras receitas de capital”, e são utilizados exclusivamente para pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça.

8- Regras de Integridade do PCASP:

A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, nos termos do item 3.5. Regras de Integridade do PCASP – Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público do MCASP – 9ª edição, foram realizadas as verificações quanto aos: lançamentos contábeis; pagamento e recebimento; desenvolvimento de equações contábeis; e consistência dos registros e saldos das contas.

A tabela abaixo apresenta a consistência do registro contábil, perante o método das partidas dobradas, relativo aos lançamentos de natureza patrimonial, demonstrando a igualdade na equação: Classe 1 (Ativo) + Classe 3 (Variação Patrimonial Diminutiva) = Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) + Classe 4 (Variação Patrimonial Aumentativa). Na presente análise, verifica-se, ainda, o atendimento da regra de integridade de conferência de saldos das contas de natureza patrimonial antes da apuração do resultado do exercício (item 3.5.3.1 do MPCASP – 9ª edição).

Observação: Ao final do exercício o Balanço Patrimonial (BP) apresentará os valores da Classe 1 (Ativo) iguais aos da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido). Os valores registrados ao longo do período na Classe 3 (VPD) e na Classe 4 (VPA) são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de patrimônio líquido.

REGRAS DE INTEGRIDADE - NATUREZA PATRIMONIAL

1,00

contas contábeis	2023	2022	contas contábeis	2023	2022
1.0.0.0.0.00	32.222.167.134	27.689.199.219	2.0.0.0.0.00	1.351.532.759	18.663.269.826
3.0.0.0.0.00	95.533.944.508	95.952.857.495	4.0.0.0.0.00	126.404.578.883	104.978.786.888
total	127.756.111.642	123.642.056.714		127.756.111.642	123.642.056.714

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

A tabela a seguir apresenta a consistência do registro contábil, perante o método

das partidas dobradas, relativo aos lançamentos de natureza orçamentária, demonstrando a igualdade na equação: Classe 5 (Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento) = Classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), conforme o item 3.5.1 do MCASP, 9ª edição.

REGRA DE INTEGRIDADE - NATUREZA ORÇAMENTÁRIA

1,00

contas contábeis	2023	2022	contas contábeis	2023	2022
5.0.0.0.0.00	165.650.968.050	161.421.421.194	6.0.0.0.0.00	165.650.968.050	161.421.421.194
5.1.0.0.0.00			6.1.0.0.0.00		
5.2.0.0.0.00	164.468.574.915	160.029.457.651	6.2.0.0.0.00	164.468.574.915	160.029.457.651
5.2.1.0.0.00	27.606.204.078	26.364.104.920	6.2.1.0.0.00	27.606.204.078	26.364.104.920
5.2.1.1.0.00			6.2.1.1.0.00		
5.3.1.7.0.00	535.448.418	481.646.640	6.3.1.7.0.00	535.448.418	481.646.640
5.3.2.7.0.00	328.114.115	563.259.732	6.3.2.7.0.00	328.114.115	563.259.732

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

A Tabela abaixo apresenta a consistência do registro contábil, perante o método das partidas dobradas, relativo aos lançamentos de natureza de controle, demonstrando a igualdade na equação: Classe 7 (Controles Devedores) = Classe 8 (Controles Credores), conforme o item 3.5.1 do MCASP, 9ª edição.

REGRA DE INTEGRIDADE - NATUREZA CONTROLE

1,00

contas contábeis	2023	2022	contas contábeis	2023	2022
7.0.0.0.0.00	337.811.892.719	313.893.263.369	8.0.0.0.0.00	337.811.892.719	313.893.263.369
7.1.0.0.0.00	12.540.231	11.636.804	8.1.0.0.0.00	12.540.231	11.636.804
7.2.0.0.0.00	252.728.724.882	254.466.224.943	8.2.0.0.0.00	252.728.724.882	254.466.224.943
7.9.0.0.0.00	85.070.627.605	59.415.401.622	8.9.0.0.0.00	85.070.627.605	59.415.401.622

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Complementarmente ao acompanhamento das regras de integridade apresentadas nas Tabelas acima, a Contadoria Geral orienta as unidades gestoras para análise dos saldos das contas contábeis para a verificação da existência de inconsistência como: contas com saldos invertidos, classificação inadequada de receitas e despesas, classificações contábeis indevidas, classificação de fonte e destinação de recurso incorreta, checklist dos procedimentos de encerramento do

exercício para elaboração da Prestação de Contas Anual do Governador composto da análise da disponibilidade financeira por fonte de recurso, conciliação dos saldos bancários, conferência dos bens móveis e imóveis, análise da execução orçamentária de receita e despesa, dentre outros procedimentos para ao final realizar a apuração dos saldos e migração de saldos com transferência para a abertura do exercício de 2024.

9- Fontes de Destinação de Recurso

Com a regulamentação através da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 24 de fevereiro de 2021, foi estabelecida a padronização das fontes ou destinações de recursos, a ser observada no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de forma obrigatória a partir de 2023, incluindo os Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, referentes ao exercício de 2023.

A citada portaria dispõe sobre a codificação numérica das fontes ou destinações de recursos a serem utilizados pelos estados, que é de 500 a 999.

A Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, estabeleceu no Anexo I, o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, sendo estruturadas em níveis de classificação de forma padronizada, segregadas em blocos das vinculações dos estados, Distrito Federal e municípios. Destaca-se também que a Portaria Conjunta possibilitou aos entes estabelecer detalhamentos adicionais ao código padronizado, não sendo necessário o envio destes detalhamentos à STN. O detalhamento das fontes ainda tem como função auxiliar a especificação, dada a destinação vinculada, atender a determinadas peculiaridades do Estado, além de melhorar a rastreabilidade da aplicação dos recursos.

O Estado do Maranhão concluiu os trabalhos e deu início da implantação para o exercício de 2023, já no exercício de 2022, à elaboração orçamentária para 2023, preparando o Sistema de Gestão orçamentária, financeira e contábil SIGEF/MA para as demais integrações no novo padrão de fontes. A nova estrutura das fontes ou destinação de recursos do Estado é formada por 10 dígitos (E.PPP.DDDDDD):

1º dígito (E): identificará o exercício de arrecadação do recurso, e fonte de origem da receita, sendo:

Quadro 1 – Identificação do Recurso

Código	Nomeclatura
1	Recursos de exercícios corrente – tesouro
2	Recursos de exercícios anteriores – tesouro
3	Recursos de exercícios corrente – outras fontes
4	Recursos de exercícios corrente – tesouro
9	Recursos condicionados

Quadro 2 – Contrapartidas de Convênios

Código	Nomeclatura
5	Contrapartida de recursos de exercícios corrente
6	Contrapartida de recursos de exercícios anteriores
7	Contrapartida de Convênio do exercício corrente de outras fontes
8	Contrapartida de Convênio de recursos de exercício anterior de outras fontes

- 2º ao 4º dígito (PPP): indicará o código principal da fonte ou destinação de recursos (FR) padronizada para a Federação, conforme o Anexo I da Portaria STN nº 710/2021, atualizada pela Portaria STN nº 925/2021, segregado em blocos das vinculações dos estados, Distrito Federal e municípios (códigos 500 a 999).

- 5º ao 10º dígito (DDDDDD): indicará o detalhamento da fonte ou destinação de recursos (FR), sendo de livre uso para os entes da Federação.

Exemplo:

1.500.101000 – recurso do exercício fonte tesouro, livre, não vinculado;

1.500.102000 – recurso do exercício fonte tesouro, livre, vinculado a educação.

Adicionalmente à fonte ou destinação de recursos, também foi criado o Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – C.O, com 4 dígitos, que tem como objetivo identificar as receitas e/ou despesas orçamentárias para acompanhamento e inclusão da informação complementar na Matriz de Saldos Contábeis - MSC, nos termos do Quadro 2 da Portaria STN nº 710/2021 e da Portaria STN nº 925, de 8 de

julho de 2021, e, ainda, do Anexo II da Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019 (MSC), que estabelece regras para o recebimento e disponibilização dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no Sistema e Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

10- Procedimentos do encerramento do exercício de 2023:

O encerramento do exercício de 2023, foi regulamentado através do decreto de encerramento de exercício nº 38.633 de 31 de outubro de 2023, estabeleceu os prazos de encerramento da execução orçamentária, financeira e contábil do exercício financeiro de 2023.

A Contadoria Geral do Estado, divulgou, no dia 13 de dezembro de 2023, as rotinas para os procedimentos financeiros de encerramento do exercício de 2023, o cronograma de atendimento das Unidades Gestoras junto à Contadoria Geral para análise dos balancetes, conforme avisos nº 333950, 333952, 333957 de 2023 no SIGEF.

O Decreto tem como objetivo apresentar os procedimentos e prazos de encerramento do exercício de 2023 e orientar sobre as exigências para inscrição de restos a pagar processados e não processados, data limite de emissão de ordem bancária e outras orientações gerais, tudo isso com finalidade melhorar e aperfeiçoar a elaboração da Prestação de Contas Anual do Governador e das transferências de saldos e abertura para o exercício seguinte, em cumprimento ao inciso XIV do art. 64 da Constituição do Estado do Maranhão, e à Instrução Normativa nº26/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

11- Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

b) Créditos e Dívidas: Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento dos créditos são reconhecidos em contas patrimoniais de ajuste do saldo. Ao final de cada exercício, é realizada a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, essas perdas são principalmente das dívidas ativas tributárias e não tributárias, informadas pela Secretaria de Fazenda – SEFAZ.

As estimativas para os ajustes das inscrições de dívida ativa e suas prováveis perdas, são procedimentos e metodologias utilizadas especificamente pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Em 2023, o índice de recuperabilidade dos tributos foi de 1,10% para o ICMS, 21,83% do IPVA e 1,26% para o ITCD. Ressalte-se que, o índice médio de recuperação ficou em 3,29%, se tomarmos como base apenas as receitas tributárias, se considerarmos o índice de recuperabilidade incluindo as receitas não tributárias, o índice de recuperação cai para 3,18 %, ainda assim, maior que o registrado no início da série em 2013 (0,90%).

Apesar de parecer um coeficiente baixo, tais indicadores superam aqueles alcançados pela maioria dos entes da Federação.

Tabela 1. Quadro da Dívida Ativa - 2023

Métrica	ICMS	IPVA	ITCD	Total (ICMS, IPVA, ITCD)	NAO TRIBUTARIA	TOTAL GERAL
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.705.089.711,87	490.844.264,84	12.851.920,77	8.208.785.897,48	360.642.187,38	8.569.428.084,86
SALDO INICIAL EXERCÍCIO ATUAL	7.705.089.711,87	490.844.264,84	12.851.920,77	8.208.785.897,48	360.642.187,38	8.569.428.084,86
(+) INSCRITOS EM DA	425.932.317,15	795.622.982,11	808.594,62	1.222.363.893,88	55.045.664,69	1.277.409.558,57
(+) JUROS	535.456.200,79	258.553.014,29	2.032.218,44	796.041.433,52	51.883.304,07	847.924.737,59
SUBTOTAL	8.666.478.229,81	1.545.020.261,24	15.692.733,83	10.227.191.224,88	467.571.156,14	10.694.762.381,02
(-) PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (INTEGRAL)	33.412.877,02	202.199.868,87	167.699,64	235.780.445,53	764.798,61	236.545.244,14
(-) PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (PARCELADO)	59.329.653,52	17.316.089,76	22.996,96	76.668.740,24	521.152,63	77.189.892,87
(-) COMPENSAÇÃO OFÍCIO	106.622,21	1.768,55	0,00	108.390,76	0,00	108.390,76
(-) COMPENSAÇÃO EXPORTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DISPENSA (Lei 7.027/97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DISPENSA DE MULTAS E JUROS (BENEFÍCIOS FISCAIS) PAGAMENTO INTEGRAL	52.318.261,59	7.521.540,20	43.468,76	59.883.270,55	0,00	59.883.270,55
(-) DISPENSA DE MULTAS E JUROS (BENEFÍCIOS FISCAIS) REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO	37.188.120,91	5.807.280,46	9.462,54	43.004.863,91	0,00	43.004.863,91
(-) DISPENSA DE MULTAS E JUROS (BENEFÍCIOS FISCAIS) QUITAÇÃO DE PARCELAMENTO	1.189.636,55	65.224,89	33.121,17	1.287.982,61	0,00	1.287.982,61
(-) ESTORNO/CANCELAMENTO DE CDAS	24.630.981,96	525.728.408,18	499.253,72	550.858.643,86	31.948.651,98	582.807.295,84
(-) PRESCRIÇÕES	2.196.193,11	251.078,08	0,00	2.447.271,19	0,00	2.447.271,19
(-) EXIGIBILIDADE SUSPensa	77.189.173,94	33.588,61	0,00	77.222.762,55	66.591.612,50	143.814.375,05
ESTOQUE	8.378.916.709,00	786.095.413,64	14.916.731,04	9.179.928.853,68	367.744.940,42	9.547.673.794,10

Fonte: Setor de Dívida Ativa – SEFAZ-MA

Tabela x. Fórmula índice de recuperação

NUMERADOR (PAGAMENTO INTEGRAL+PARCELAMENTOS+COMPENSAÇÃO)	92.849.153	219.517.727	190.697	312.557.577	1.285.951	313.843.528
DENOMINADOR (SALDO INICIAL 2023+INSCRITOS+JUROS) - (DISPENSA MULTA/JUROS+ESTORNO+EXIGIBILIDADE SUSPensa+PRESCRIÇÕES)	8.471.765.862	1.005.613.141	15.107.428	9.492.486.430	369.030.892	9.861.517.322
PERCENTUAL DE RECUPERAÇÃO	1,10%	21,83%	1,26%	3,29%	0,35%	3,18%

Fonte: Setor de Dívida Ativa – SEFAZ-MA

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pré-fixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d) Investimentos Permanentes: as participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. A equivalência patrimonial é feita somente ao final do exercício, após recebimento das informações das empresas.

Das empresas estatais, apenas a Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão (CAEMA) possui execução orçamentária dentro do sistema SIGEF. A CAEMA retornou ao orçamento fiscal e seguridade social no exercício de 2022, participando da execução orçamentária e financeira do sistema SIGEF.

e) Propriedade para Investimento: as propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de custo e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda na EMP.MARANH. ADM.DE REC.HUMANOS E NEG.PUBLICOS, sendo que a partir do exercício 2020 a EMARHP, não faz parte do Orçamento do Estado.

f) imobilizado: o ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de Ativos Imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Iniciou-se o processo de atualização dos bens móveis e intangíveis desde o exercício 2020.

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, está sendo realizado estudo e testes para inclusão de todo imobilizado no sistema de patrimônio do Estado - SIGA.

g) intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

O intangível começou a ser atualizado a partir do exercício de 2020, quando da implantação do SIGA.

h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável: o Governo do Maranhão já realizou sua primeira reavaliação geral de bens móveis, iniciando os procedimentos relativos à depreciação, graças a implantação do novo sistema de gestão patrimonial (SIGA), exigida pela Portaria STN 548, que regulamenta o cronograma de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais. Item já cumprido em 2020 pelo Estado do Maranhão.

i) Depósitos Judiciais: O Estado do Maranhão encontra-se enquadrado no Regime Especial de Pagamentos de precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 94/2016, alterada pela Emenda Constitucional nº 109/2021. que altera o Art. 101, do ADCT “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, encontravam-se em mora no pagamento de seus precatórios, quitarão, até 31 de dezembro de 2029, seus débitos vencidos, e, os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça.

A partir de 2017, o Estado do Maranhão passou a receber 75% dos depósitos judiciais em que não é parte nas ações judiciais, amparado pela EC 94/2016.

Com o contrato celebrado com base na EC 94/2016, o recebimento e o pagamento dos depósitos judiciais passaram a ser realizados diretamente pelo Tribunal de Justiça

As receitas de depósitos judiciais são utilizadas em sua totalidade para pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça.

A contabilização dos depósitos judiciais é realizada através de roteiro contábil criado a partir de entendimentos técnicos discutidos no grupo de Gestores Financeiros dos Estados – GEFIN e da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF).

O estoque de precatórios em 31 de dezembro de 2023, conforme informação do Tribunal de justiça, totaliza o valor de R\$ 1.763.622.816,09 (Um bilhão, setecentos e sessenta e três milhões, seiscentos e vinte e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e nove centavos), que corresponde a créditos vencidos e não pagos, contabilizados no Balanço Geral como passivo de longo prazo. Acrescenta-se ao valor do estoque mais o valor de R\$ 503.684.000,00 (quinhentos e três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais), estimado na LOA 2023 para pagamento em 2024.

j) Custos dos Empréstimos: os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos serão aplicados.

k) Restos a Pagar: A partir de 2020, foi alterada a metodologia de baixa de restos a pagar.

✓ Restos a pagar não processados: os restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de 2022 e não pagos em 2023, são cancelados ao final do exercício, com possibilidade de serem reinscritos, se houver solicitação por parte do órgão responsável pela despesa, justificando o pedido com autorização da SEPLAN.

A conta contábil que indica que houve inscrição de restos a pagar não processado é a 5.3.1.2.0.00.00.00 RP Não Processado de exercícios anteriores.

Os restos a pagar não processados liquidados no exercício são reinscritos como restos a pagar não processados liquidados, conforme quadro do balanço Orçamentário da “Execução de Restos A Pagar Processados e não Processados Liquidados”.

✓ Restos a pagar processados: a partir do exercício de 2020, os restos a pagar processados deixaram de ser cancelados, ficando inscritos por um período de 5 anos, sendo cancelados após esse período por prazo prescricional. Em 2023 foram cancelados os restos a pagar inscritos no exercício de 2018.

Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, mas ainda vigente o direito do credor o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

De acordo com o Decreto nº 93.872 de 1986, o prazo de prescrição dos Restos a Pagar processados é de cinco anos. Mas caso haja cancelamento o credor tem o prazo prescricional de dois anos e meio para cobrar seu direito de receber.

O cancelamento de restos a pagar processados apenas é permitido quando constatado o irregular cumprimento das obrigações pelo contratado, quando haja situações incompatíveis com o pagamento.

Os relatórios de restos a pagar, por força da IN 26 do TCE, item 1.22.00, que solicita o saldo dos restos a pagar processados e não processados inscritos em 31 de dezembro, individualizado por credor, valor pago, saldo e data da assunção, conforme entendimento desta contadoria, se refere a execução do exercício.

Juntamos relatórios de restos a pagar inscritos em 2022, onde demonstra o valor inscrito, liquidação, pagamento e cancelamento ocorridos em 2023 e o saldo a liquidar e a pagar transferido para 2024.

I) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários: o Paraná adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado retido a pagar, no momento da retenção, considerando como pago ao final do exercício. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes da federação a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

A STN editou em 2017 a IPC 11 sobre a contabilização das retenções, sendo que o Governo do Paraná já obedecia aos principais procedimentos elencados nessa IPC.

m) Registro da Receita Orçamentária: a contabilização da Receita Orçamentária é

realizada na própria Unidade Gestora detentora do recurso.

m) Distinção entre Circulante e Não Circulante: a política contábil adotada como circulante (os direitos e as obrigações) refere-se aos valores cuja a realização ocorrerá até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

n) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos: O Governo do Maranhão ainda não adotou o sistema para apuração e controle dos custos dos serviços públicos. Entretanto, foi constituído grupo de trabalho para a viabilidade da implantação. Houve a contratação de empresa especializada, Instituto Social Iris, para realizar a modelagem do sistema, foi realizado visita técnica ao Estado de São Paulo de servidores da SEPLAN, onde foi apresentado o sistema de custo que está implantado somente na secretaria de segurança pública em expansão para algumas secretarias estratégicas. Nossa modelagem realizou o projeto o piloto, tendo como base o estudo dos restaurantes populares.

o) Renúncia de Receita: o critério geral utilizado para registro da receita orçamentária é o do ingresso do recurso na conta bancária ou, no caso das receitas tributárias, no momento da arrecadação.

A dedução de receita orçamentária, no âmbito da administração pública, é o procedimento a ser utilizado para as situações abaixo elencadas, salvo a existência de determinação legal expressa de se contabilizar fatos dessa natureza como despesa orçamentária:

- 1- Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente, de acordo com a legislação vigente (transferências constitucionais ou legais);
- 2- Restituição de tributos recebidos a maior ou indevidamente; e.
- 3- Renúncia de receita orçamentária;

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª edição), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, prevê que a evidenciação de renúncia

de receitas poderá ser efetuada de diversas maneiras, sendo contabilizada somente nos casos em que seja possível mensurar um valor confiável. Além disso, cita que, em geral, é utilizada a metodologia da dedução de receita orçamentária para evidenciar as renúncias, com o registro na natureza de receita orçamentária objeto da renúncia pelo seu total em contrapartida a uma dedução de receita (conta redutora de receita).

Os benefícios fiscais no Maranhão encontram-se adstritos ao que se denomina como “gastos tributários”, com efeito fiscal de renúncias de receitas, na espécie benefício de natureza tributária. Gastos tributários são gastos indiretos do governo, realizados por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais.

Apresentamos, a seguir as leis específicas que tenham concedido, ou ampliado, no exercício, incentivo ou benefício de natureza tributária do qual decorra renúncia de receita, apresentamos os decretos regulamentadores das leis de concessão e as resoluções administrativas, que internalizam Convênios-ICMS firmados no âmbito do CONFAZ. Listamos a legislação que prorroga benefícios e anistias ou reduções de multas e juros de débitos tributários, constituídos ou não. Ao final, apresentamos as medidas compensatórias, em atendimento ao disposto art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, observando que as medidas compensatórias possuem efeitos enquanto estiverem vigentes. Por exemplo, uma vez aumentada a alíquota modal de um determinado ente federativo, enquanto esse aumento não for revogado, a medida compensatória continuará gerando seus efeitos, independente do exercício da publicação

ANO 2023		
	LEIS	SÍNTESE DA EMENTA
01	LEI 11.905, DE 27 DE MARÇO DE 2023	Dispõe sobre a isenção permanente e incondicionada do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação, que tenha como fato gerador a transferência das unidades imobiliárias ofertadas aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, cujas operações decorram da aplicação dos recursos provenientes das fontes de recursos a que se referem os incisos I a IV do caput do art. 6º da Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023.
02	LEI 12.103, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	Altera a Lei nº 11.867, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a redução do ICMS incidente sobre a cesta básica maranhense; institui o Programa de Pagamento e Parcelamento de Créditos Tributários relacionados ao ICMS; altera a Lei nº 11.003, de 04 de abril de 2019, para dispor sobre a prorrogação do prazo de vigência de benefícios fiscais de que trata a Lei Complementar Federal nº 160/2017; altera a Lei nº 7.799, de 29 de dezembro de 2002, para dispor sobre a alíquota modal do ICMS e a cobrança deste imposto nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte; institui a Taxa de Controle e Monitoramento Ambiental da Atividade de Transporte Ferroviário de Recursos Minerais; institui a Taxa de Fiscalização de Transporte de Grãos e o Fundo Estadual para Rodovias do Estado do Maranhão - FEPRO; Altera a Lei nº 9.463, de 14 de setembro de 2011; alteração de regras para o Programa Trabalho Jovem contidas na Lei 11384, de 16 de dezembro de 2020 e dá outras providências.
03	LEI 12.104, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	Dispõe sobre o programa especial para pagamento de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD e ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.
04	LEI 12.120, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023	Institui a Política de Tributação Ecológica do Estado do Maranhão, e altera a Lei nº 11.815, de 21 de agosto de 2022, para dispor sobre critério ecológico no repasse da parcela de 25% (vinte e cinco por cento), oriunda de receita do produto da arrecadação do ICMS aos municípios; altera a Lei nº 11.867, de 23 de dezembro de 2022, para dispor sobre condicionante do benefício sobre mercadorias que compõem a cesta básica maranhense; altera a Lei nº 10.279, de 10 de julho de 2015, para dispor sobre as condições de crédito de ICMS no Programa Nota Legal; altera a Lei nº 10.753, de 19 de dezembro de 2017, para dispor sobre a inclusão do apoio a causas sustentáveis e ambientais ao Programa Maranhão Solidário; altera a Lei nº 7.799, de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão; altera a Lei nº 8.205, de 22 de dezembro de 2004, que institui o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza; e altera a Lei nº 10.301, de 27 de agosto de 2015, que dispõe sobre tratamento tributário aplicável à cadeia produtiva da avicultura, e dá outras providências.

	DECRETOS	SÍNTESE DA EMENTA
05	DECRETO Nº 38.081, DE 13 DE JANEIRO DE 2023	Altera o Anexo 4.4 do Regulamento do ICMS, que trata da substituição tributária nas operações com carne bovina, bubalina e subprodutos; Gado Bovino e Bubalino.
	RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	SÍNTESE DA EMENTA
06	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 24/2023	Acrescenta dispositivos ao Anexo 1.5 (Isenção, incentivos e benefícios fiscais) do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714, de 10 de julho de 2003.
07	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 25/2023	Acrescenta dispositivos ao Anexo 1.5 (Crédito Presumido) do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 19.714, de 10 de julho de 2003.
08	RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 37/2023	Acrescenta dispositivos ao Anexo 1.4 (Redução da Base de Cálculo) do Regulamento do ICMS - RICMS, aprovado pelo Decreto 19.714, de 10 de julho de 2003, para conceder redução da base de cálculo do imposto nas operações de importação realizadas por remessas postais ou expressas e dispõe sobre o tratamento tributário e o controle de circulação de mercadorias ou bens que sejam objeto de remessas expressas internacionais processadas por intermédio do "SISCOMEX REMESSA"; e acrescenta dispositivo ao Anexo 1.1 (Isenção por Tempo Indeterminado) do RICMS.

Medidas legislativas compensatórias:

Lei nº 10.326/2015. Dispõe sobre o repasse ao Estado do Maranhão da diferença nas aquisições realizadas por consumidor final, via internet, em outras unidades da Federação;

Lei nº 10.329/2015. Majorou a alíquota modal de 17% para 18%, acrescentou produtos no FUMACOP (instituído pela Lei nº 8.205/2004) e majorou todas as taxas e emolumentos do Estado;

Lei nº 10.388/2015. Alterou o art. 80 da Lei nº 7799/2002, para aumentar o valor das multas punitivas;

Lei nº 10.542/2016. Majorou alíquotas de Combustíveis, E. Elétrica e Telecom;

Lei nº 10.956/2018. Majorou a alíquota da gasolina, cervejas e refrigerantes e incluiu o óleo diesel e outros produtos no FUMACOP;

Lei nº 11.184/2019. Majorou multas sobre infrações tributárias e criou novas penalidades para o mesmo objeto.

A Lei nº 11.222/2020 (art. 30). Estabelece contribuição sobre o valor dos incentivos (crédito presumido e crédito outorgado) previstos nas leis nº 10.259/2015;

10.401/2015 e 10.690/2017.

Lei nº 11.867/2022. Majorou a alíquota modal do ICMS de 18% para 20%; estabeleceu a cobrança (de 20%) nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte; instituiu a Taxa de Controle e Monitoramento Ambiental da Atividade de Transporte Ferroviário de Recursos Minerais – TMTF, no valor de R\$ 4,00 por tonelada transportada e instituiu a Taxa de Fiscalização de Transporte de Grãos – TFTG, no percentual de 1,5% aplicado sobre o valor da tonelada. Eficácia a partir de abril de 2023.

Lei nº 12.120/2023. Majorou a alíquota modal de 20% para 22%. Eficácia a partir de fevereiro de 2024.

p) Passivos sem Execução Orçamentária: Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência conforme as NBCs TSP.

q) Apuração do Resultado: os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias pelo regime de caixa, exceto as receitas tributárias que são reconhecidas no momento da arrecadação e as despesas orçamentárias pela competência.

r) Sequestros Judiciais: dispõe sobre o registro no ativo financeiro pelo sequestro e, após a identificação da natureza do sequestro, a regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro. |

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado do Maranhão é o titular são controlados e registrados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

12- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.1- Balanço Patrimonial:

Balanço Patrimonial (BP) evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em comparação com os exercícios financeiros do ano anterior.

Normatização Legal:

- Lei nº 4.320/1964
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (observadas as NBC TSP).
- IPC nº 04 – STN

Objetivo: Evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Composição:

a) Quadro Principal: Neste quadro tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido), do PCASP. Os saldos das contas intragovernamentais são excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.

A NBC TSP 11 prevê a adoção de duas formas de apresentação dos ativos e passivos, sendo o principal modelo a segregação dos ativos e passivos em circulantes e não circulantes, ou apresentada com base na liquidez.

A norma dispõe ainda sobre a adoção de uma base mista, para fins de consolidação e consistência das informações, utilizando-se a forma de apresentação no modelo de circulante e não circulante baseada na liquidez utilizada de forma subsidiária. Ressalta-se que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de uso obrigatório pelos entes federados, já observa esta forma de apresentação em sua estrutura.

b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: Este quadro é elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, das contas que representem, ativos e passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

Neste quadro, os ativos e passivos financeiros e permanentes, e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

c) Quadro das Contas de Compensação: este quadro é elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro: o quadro do superávit/déficit financeiro é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.01.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte / Destinação de Recurso, podem apresentar algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro.

Contas que constituem o Balanço Patrimonial:

ATIVO: é um recurso econômico presente controlado pela entidade, como resultado de eventos passados, conforme conceituado na NBCTSP 04 (NBC TSP estrutura conceitual), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Ativo total, do Estado do Maranhão, no exercício de 2023, totalizou R\$ 32. Bilhões com crescimento de 14%, em relação ao ano anterior, que em valor nominal significa um aumento de R\$ 4,5 bilhões, conforme demonstramos na Tabela abaixo.

DEMONSTRATIVO DO ATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL

1,00

FONTE	2023	2022	VAR %	VAR (R\$ Mil)
1. Ativo Circulante	8.458.272.212	6.407.326.566	24	2.050.945.646
2. Ativo não circulante	23.763.894.922	21.281.872.653	10	2.482.022.269
3. Ativo Total	32.222.167.134	27.689.199.219	14	4.532.967.916

FONTE: Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/MA

O aumento de R\$ 4,5 bilhões, no Ativo total, em relação ao exercício de 2022, ocorreu tanto no ativo circulante como no não circulante e se deve principalmente, no caso do ativo circulante do aumento no valor do caixa e equivalente de caixa com R\$ 1,8 bilhões a mais em relação ao ano anterior, no ativo não circulante a maior alta ocorreu na conta do imobilizado, especificamente a bens imóveis com aumento de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Demonstrativo do Balanço Patrimonial - Ativo

1,00

FONTE	2023	2022	VAR %	VAR (R\$ Mil)
1. Ativo Circulante	8.458.272.212	6.407.326.566	24	2.050.945.646
1.2. Caixa e equivalentes de caixa	5.226.103.228	3.349.396.794	36	1.876.706.434
1.3. Créditos a curto prazo	1.794.130.072	1.688.264.638	6	105.865.435
1.4. Demais créditos e valores a curto prazo	1.390.912.713	1.279.452.310	8	111.460.403
1.5. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	3.538.428	4.764.015	-35	1.225.587
1.6. Estoques	43.571.355	85.432.394	-96	41.861.039
1.7. Variações patri. diminutivas pagas antecipadamente	16.416	16.416	-	-
2. Ativo não circulante	23.763.894.922	21.281.872.653	10	2.482.022.269
2.1. ativo realizável a longo prazo	1.116.558.186	749.919.259	33	366.638.927
2.2. investimentos	2.996.186.984	2.938.286.436	2	57.900.549
2.3. imobilizado	19.554.683.215	17.518.155.639	10	2.036.527.576
2.4. intangível	96.466.537	75.511.320	22	20.955.218
3. Ativo Total	32.222.167.134	27.689.199.219	14	4.532.967.916

FONTE: Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/MA

a) Caixa e Equivalente de Caixa: O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando segmentado em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”.

No encerramento do exercício de 2023, do subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, representando 100% do total de todo o disponível em banco. O Caixa e Equivalência de Caixa do Estado do Maranhão é composto pelos valores da Conta Única, pela rede bancária arrecadação e por demais bancos oficiais e Instituições Financeira Privadas.

Ao analisarmos esse grupo de contas merece destaque o aumento de 36% (R\$ 1,8 bilhões), na disponibilidade de caixa do Estado, alavancada pelo aumento no valor da Receita Realizada proporcionalmente maior que o aumento no valor das Despesas. Entre a receita realizada e despesa paga houve um aumento de R\$ 1.728.119.436,08 ou de R\$ 864.556.902,89, se considerarmos a despesa empenhada.

R\$ 1,00

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2023	2022	VAR :2022/2023
Caixa e Equivalente de Caixa - Consolidado	3.265.619.260	2.254.866.052	1.010.753.208
<i>Conta Única - Tesouro</i>	904.989.745	598.352.651	306.637.094
Banco do Brasil	904.989.745	598.352.651	306.637.094
<i>Outras Contas</i>	1.062.626.415	640.572.300	422.054.115
Banco do Brasil - outras contas	1.911.537.367	1.234.376.386	677.160.981
Caixa Econômica Federal	214.706.307	181.448.458	33.257.850
Banco do Nordeste	2.141.579	1.969.186	172.393
Banco da Amazônia	4.352	3.955	398
Bradesco	1.845.995	1.789.345	56.650
Banco ABN AMRO Real S.A.	478.773	478.773	-
(-) Aplicações Financeiras - outros bancos	- 1.068.087.959	779.493.803	- 288.594.155
<i>Rede Bancária de Arrecadação</i>	11.447.412	31.833.215	- 20.385.803
<i>Conta Única do RPPS</i>	435.167	362.529	72.639
Plano financeiro	218.308.291	203.915.855	14.392.436
Plano Previdenciário	217.873.123	203.553.326	14.319.798
<i>Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata</i>	1.286.120.520	983.745.357	302.375.163
Fundo de Investimento	1.068.087.959	779.493.803	288.594.155
Outras Aplicações Financeiras	218.032.561	204.251.553	13.781.007
Caixa e Equivalente de Caixa - Intra OFSS	904.989.745	598.750.121	306.239.624
<i>Limite de Saque com Vinculação de</i>	904.989.745	598.750.121	306.239.624

<i>Pagamento</i>			
Limite de Saque	5.615.350	3.575.652	2.039.698
Limite de Saque - Tesouro	899.374.395	595.174.469	304.199.926
Caixa e equivalentes de caixa c valores Intra	4.170.609.005	2.853.616.173	1.316.992.833
Valores Restituíveis e vinculados	1.055.494.223	496.178.091	559.316.132
Caixa e equivalentes de caixa	5.226.103.228	3.349.794.264	1.876.308.965

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

b) Conta Única: Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e buscar maiores rentabilidade e controle.

c) Outras Contas de caixa e equivalentes de caixa: São as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios, transferências especiais de emendas parlamentares e de operações de crédito.

d) Arrecadação: Representa os valores da receita arrecadada pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a conta única do Estado. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

e) Aplicações Financeiras: abrangem os valores depositados na conta única e em demais bancos, aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências de convênios, emendas especiais e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes.

f) Conta única do RPPS: compreende o somatório dos valores disponíveis nas contas bancárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

g) Caixa e equivalente de caixa Intra (limite de saque): é um valor virtual da Conta Única, disponível para ser utilizado, se disponibilizado pelo tesouro, por todas as unidades gestoras que recebem repasses do tesouro. O somatório dos limites de saldo nas contas das unidades gestoras mais o valor disponível no limite de saques do tesouro é igual ao valor depositado na conta única do tesouro.

h) Créditos a receber: Compreendem os valores a receber a curto e a longo prazo, conforme demonstramos a seguir:

R\$ 1,00

CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO		2023	2022	%	VAR R\$
1.1.2.2.0.00.00.00	Clientes	1.941.672.930	1.686.110.282	15,16	255.562.648
1.1.2.4.1.01.01.00	Devedores por empréstimos concedidos	758.367	2.154.356	-64,80	-1.395.989
1.1.2.9.1.00.00.00	(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo - consolidação	-148.301.225	-	100,00	148.301.225
1.1.3.1.0.00.00.00	Adiantamentos concedidos	632.746.862	495.945.347	27,58	136.801.515
1.1.3.2.0.00.00.00	Tributos a recuperar/compensar		329.973	-100,00	-329.973
1.1.3.4.0.00.00.00	Créditos por danos ao patrimônio	14.373.795	14.375.125	-0,01	-1.330
1.1.3.5.0.00.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	26.189.329	22.691.096	15,42	3.498.233
1.1.3.6.0.00.00.00	Créditos previdenciários a receber a curto prazo	132.933.355	196.687.495	-32,41	-63.754.140
1.1.3.8.0.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo	584.669.371	549.423.274	6,42	35.246.097
TOTAL		3.185.042.785	2.967.716.947	7,32	217.325.838

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

R\$ 1,00

CREDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO		2023	2022	%	VAR R\$
1.2.1.1.1.02.00.00	Clientes	18.699.909	26.620.537	- 29,75	- 7.920.628
1.2.1.1.1.03.00.00	Empréstimos e financiamentos concedidos	400.891	400.891	-	-
1.2.1.1.1.04.00.00	Dívida ativa tributária	9.179.928.854	8.208.785.897	11,83	971.142.956
1.2.1.1.1.05.00.00	Dívida ativa não tributária	367.744.940	360.642.187	1,97	7.102.753
1.2.1.1.1.99.02.00	(-) Ajuste de perdas de clientes	-1.437.492	-	-	- 1.437.492
1.2.1.1.1.99.04.00	(-) Ajuste de perdas de dívida ativa tributária	-8.867.371.277	-8.084.833.230	9,68	- 782.538.047
1.2.1.1.1.99.05.00	(-) Ajuste de perdas de dívida ativa não tributária	-366.458.989	-358.550.463	2,21	- 7.908.527
1.2.1.2.1.02.00.00	Tributos a recuperar/compensar	-	-	-	-
1.2.1.2.1.06.02.00	Depósitos judiciais	785.049.114	596.851.203	31,53	188.197.911
1.2.1.2.1.98.99.00	Outros créditos a receber e valores a longo prazo	-	-	-	-
1.2.1.3.1.01.02.00	Ações	2.100	2.100	-	-
1.2.1.3.1.01.99.00	Outros títulos e valores mobiliários	136	136	-	-
TOTAL		1.116.558.186	749.919.259	48,89	366.638.927

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

i) Clientes: Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas. O saldo da conta de cliente, representa em sua totalidade, valores registrados na contabilidade da empresa pública –CAEMA, de longo e curto prazo e representa os valores a receber de clientes pela prestação de serviços de água e esgoto.

j) Empréstimos e Financiamentos concedidos: Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos, como exemplo, os empréstimos concedidos pela SEGEP referente a financiamento habitacional promovido pelo Governo do Estado

k) Dívida Ativa Tributária e Não Tributária: Os créditos a receber no ativo não circulante referem-se, principalmente, a créditos tributários da Dívida Ativa e aos seus respectivos parcelamentos, cuja expectativa de recebimento é superior a 12 meses.

l) Ajuste de perda: é uma conta redutora de ativo que corresponde ao ajuste de possíveis perdas de alguns créditos a receber como dívida ativa que é a receita a receber pela fazenda de tributos, e os créditos a receber de clientes que corresponde a possíveis perdas de receita de serviços referentes ao contas de água da CAEMA

m) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias em decorrência de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios.

Os Depósitos restituíveis e valores vinculados cresceram em relação ao exercício anterior no valor de R\$ 3.498.232,75, sendo que, somente a conta de valores apreendidos por decisão judicial teve um aumento no valor de R\$ 2.553.898,64, dos quais R\$ 1.063.318,81 foi contabilizado na Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos-Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos e R\$ 1.590.467,26 no tesouro estadual e o restante em demais secretarias.

DEPÓSITOS RETITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	2023	2022
Seguro Garantia	12.540.231,02	11.636.804,14
Depósitos Judiciais	-	-

Depósitos para Interposição de Recursos	-	-
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	9.475.558,58	6.921.659,94
Depósitos Transferidos	4.173.539,22	4.132.631,99
TOTAL	26.189.328,82	22.691.096,07

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

n) **Estoque:** Apresenta-se a seguir a composição do estoque na data de 31 de dezembro de 2023, no valor total de R\$ 43,571.354,98, em comparação com o exercício de 2022 apresentou um decréscimo de 49% principalmente em relação a material de consumo com uma baixa de aproximadamente R\$ 37 milhões, neste ano não ficou material em trânsito. No ano de 2022 o valor expressivo de estoque decorreu pela falta de baixa do material utilizado em tempo hábil no SIGEF.

ESTOQUE	2023	2022	%	VAR R\$
Material em Trânsito	-	51.784,67	100,00	- 51.784,67
Almoxarifado	43.571.354,98	85.380.609,18	48,97	- 41.809.254,20
Material de Consumo	26.481.029,73	64.188.169,12	58,74	- 37.707.139,39
Gêneros Alimentícios	3.953.562,90	8.580.524,46	53,92	- 4.626.961,56
Materiais de Construção	40.947,50	57.283,03	28,52	- 16.335,53
Medicamentos e Materiais hospitalares	3.813.423,34	5.593.324,21	31,82	- 1.779.900,87
Materiais Gráficos	1.029.790,22	739.459,22	39,26	290.331,00
Material de Expediente	7.546.143,75	5.988.964,14	26,00	1.557.179,61
Material a classificar	130.856,80		100,00	130.856,80
Outros Estoques	575.600,74	232.885,00	147,16	342.715,74
TOTAL	43.571.354,98	85.432.393,85	49,00	- 41.861.038,87

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

o) Investimentos: Os investimentos permanentes do Estado do Maranhão são compostos principalmente por participações societárias em empresas estatais não dependentes e valores transferidos e ainda não integralizados, como o adiantamento para futuro aumento de capital de empresa.

INVESTIMENTOS	2023	2022
Participações Permanentes	2.932.201.831,41	2.932.559.780,07
Adiantamento para futuro aumento de capital	63.932.185,02	5.673.687,78
Demais Investimentos Permanentes	52.967,67	52.967,67
TOTAL	2.996.186.984,10	2.938.286.435,52

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Abaixo demonstramos a participação acionária do Estado do Maranhão nas empresas Públicas dependentes. Neste exercício houve um decréscimo de participação valor de R\$ 357.948,66 sendo um decréscimo de R\$ 358.845,66 na empresa Maranhão Parceria e um acréscimo de R\$ 897,00 no Banco do Nordeste, as demais empresas não informaram alteração.

ESTADO DO MARANHÃO

[Detalhar Conta](#)

Ano Base: 2023

Unidade Gestora	600104 Encargos Financeiros		
Gestão	00001 Gestão Geral		
Incluir Saldos Zerados	Não		
Conta Contábil	1.2.2.1.1.01.01.00 =PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS		
Conta Corrente			
	Mês Referência Dezembro		
Conta Corrente	Mov. Devedor	Mov. Credor	Saldo
	897,00	358.845,66	2.932.201.831,41 D
03.650.060/0001-48 EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP	0,00	0,00	375.668.391,00 D
05.121.359/0001-30 COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR	0,00	0,00	2.019.600,00 D
06.274.757/0001-50 COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO	0,00	0,00	2.248.459.739,20 D
06.281.794/0001-95 Empresa Maranhense de Administração e Recursos Humanos e Negócio Públicos	0,00	358.845,66	305.051.254,21 D
07.237.373/0001-20 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	897,00	0,00	2.847,00 D
18.519.709/0001-63 EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES	0,00	0,00	1.000.000,00 D

o) Imobilizado: Apresenta-se a seguir a composição do imobilizado ao final do exercício de 2023 em comparação com 2022.

IMOBILIZADO	2023	2022	%	VAR R\$
Bens Móveis	2.745.606.804	2.889.408.892	-4,98	-143.802.087
Bens Imóveis	18.602.089.514	15.278.229.574	21,76	3.323.859.940
(-) Depreciação	-1.793.013.103	-649.482.827	176,07	-1.143.530.276
TOTAL	19.554.683.215	17.518.155.639	11,63	2.036.527.576

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

✓ **Bens Móveis:** Os Bens Móveis representam bens corpóreos, mantidos para fins administrativos, uso na produção ou no fornecimento de serviços ou bens, que podem ser transportados ou removidos sem alteração da substância.

A tabela abaixo demonstra os bens móveis com seus valores brutos e depreciação acumulada calculada pelo sistema SIGA:

BENS MÓVEIS	2023	2022	%	VARIAÇÃO
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	729.903.108,63	696.659.150,10	4,77	33.243.958,53
Bens de Informática	511.516.455,96	452.494.847,42	13,04	59.021.608,54
Móveis e Utensílios	699.445.854,44	924.527.850,07	- 24,35	- 225.081.995,63
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	157.697.230,90	154.446.680,90	2,10	3.250.550,00
Veículos	546.806.605,22	538.313.205,41	1,58	8.493.399,81
Armamentos	36.160.157,08	35.289.199,57	2,47	870.957,51
Bens Móveis em Almoxarifado	128.352,25	-	100,00	128.352,25
Semoventes	286.895,00	126.895,00	126,09	160.000,00
Demais Bens Móveis	63.662.144,87	87.551.063,17	- 27,29	- 23.888.918,30
VALOR BRUTO CONTÁBIL	2.745.606.804,35	2.889.408.891,64	- 4,98	- 143.802.087,29
/-/DEPRECIÇÃO ACUMULADA	928.500.051,65	639.821.223,33	45,12	288.678.828,32
VALOR CONTÁBIL LIQUIDO	1.817.106.752,70	2.249.587.668,31	- 19,22	- 432.480.915,61

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Ao final do exercício de 2023, o montante dos Bens Móveis bruto somou R\$ 2.745.606.804,35, um decréscimo de 143 milhões em relação a 2022, com relevância nas contas de Móveis e Utensílios com decréscimo de R\$ 225 milhões e Demais Bens

Móveis com decréscimo de 23 milhões, ambos foram responsáveis pelo decréscimo em relação a 2022, mesmo com aumento em todas as outras contas do grupo.

O valor contábil líquido demonstra a atualização dos bens em dezembro de 2023. Os bens móveis sofreram depreciação neste exercício, no valor de R\$ R\$ 928.500.051,65 no estoque de bens móveis, o que representa em valores percentuais aproximadamente 45,12%, ficando com valor contábil de R\$ 1.817.106.752,70, apresentando 19,22 de decréscimo.

✓ **Bens Imóveis:** representam bens tangíveis que não podem ser movimentados e são mantidos para fins administrativos, uso na produção ou no fornecimento de serviços ou bens.

Apresenta-se a seguir a composição dos Bens Imóveis em 31 de dezembro de 2023 em comparação com 2022.

BENS IMÓVEIS	2023	2022	%	VARIAÇÃO
Bens de Uso Especial	2.939.350.879,48	2.914.829.044,85	0,84	24.521.834,63
Bens Dominicais	645.501.235,21	602.109.199,71	7,21	43.392.035,50
Bens de Uso Comum do Povo	7.734.708.344,56	5.192.322.053,47	48,96	2.542.386.291,09
Bens Imóveis em Andamento	1.097.451.163,79	399.740.191,05	174,54	697.710.972,74
Instalações	6.168.130.766,12	6.154.661.925,12	0,22	13.468.841,00
Demais Bens Imóveis	16.947.124,61	14.567.159,96	16,34	2.379.964,65
Sub total	18.602.089.513,77	15.278.229.574,16	21,76	3.323.859.939,61
Depreciação, exaustão	- 864.436.160,13	-9.584.712,15	8.918,91	- 854.851.447,98
TOTAL	17.737.653.353,64	15.268.644.862,01	16,17	2.469.008.491,63

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Destacamos, na tabela acima, os bens de uso comum do povo e obras em andamento apresentando maior variação, em grande parte representada pela incorporação pela companhia de saneamento de águas e esgoto – CAEMA, que este ano contabilizou no SIGEF seu inventário de bens imóveis.

✓ **Reforma e Ampliações de bens imóveis:** consideramos reforma de bens imóveis quando for realizada apenas para manutenção do bem, sem alterar a estrutura e valorização do imóvel, o valor dessa reforma não incorpora ao valor do bem, é empenhada na natureza de despesa no grupo de programação financeira “outras despesas correntes. No caso de Reformas que ampliam a estrutura física do imóvel, esse valor é incorporado ao saldo do bem reformado ou ampliado.

As reformas e ampliações de bens imóveis que foram incorporadas aos saldos das contas de bens imóveis estão demonstradas no item 1.28.00, da prestação de contas.

p) Intangível: Os Ativos Intangíveis representam ativos que por sua estrutura é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado a preço de mercado, sem substância física capazes de gerar benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais ao Estado.

Apresentamos na tabela a seguir a composição dos Ativos Intangíveis em 31 de dezembro de 2023. Verifica-se um aumento dessa conta em mais de 27% ante 2022, somente com aquisição de software, apresentando uma variação nominal de R\$ 20.955.217,50, sendo a Secretaria de Fazenda o órgão que mais adquiriu bens intangíveis, no valor de R\$ 14.418.920,06, o Tribunal de Justiça, adquiriu software no valor de R\$ 3.764.332,54, a Defensoria com R\$ 707.515,95, o restante R\$ 2.064.448,95, às diversas secretarias.

INTANGÍVEIS	2023	2022	%	VARIAÇÃO
Softwares	96.466.537,26	75.511.319,76	27,75	20.955.217,50
Softwares em Andamento	-	-	-	-
TOTAL	96.466.537,26	75.511.319,76	27,75	20.955.217,50

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

PASSIVO: Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade. No passivo consta todas as obrigações que o estado possui.

Entretanto, cabe salientar que do total do passivo circulante 82 bilhões, não constitui dívida, mas passivo atuarial.

Encaminhamos anexo a esta nota explicativa, o estudo atuarial que autorizou o lançamento da provisão matemática atuarial, cuja contabilização é regulamentada por instrução do Ministério da Previdência.

O passivo do Estado é constituído das seguintes contas:

a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como, os precatórios de pessoal, os benefícios previdenciários e assistenciais, e encargos sociais a recolher, cuja composição em 31 de dezembro 2023 apresentava-se conforme demonstrada na planilha abaixo.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	Circulante		%	VAR R\$
	2023	2022		
Trabalhistas	413.862.054	266.119.614	56	147.742.440
Pessoal a Pagar	10.914.854	19.890.079	-45	-8.975.225
Precatórios de Pessoal - Regime Especial - a partir de 05/05/2000 - vencidos e não pagos	402.947.200	246.229.535	64	156.717.665
Pessoal a Pagar - Sentenças Judiciais - exceto precatórios	-	-	-	-
Previdenciárias e Assistenciais	766.492	1.910.144	-60	-1.143.652
Benefícios Previdenciários a pagar	19.562	19.562	-	-
Benefícios Assistenciais a pagar	746.930	1.890.582	-60	-1.143.652
Encargos Sociais a pagar	251.385.696	335.313.335	-25	-83.927.639
TOTAL	666.014.242	603.343.092	10	62.671.150

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Em 2023, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

classificadas no Passivo Circulante aumentaram cerca de 10% em relação a 2022, em valores nominais representa um acréscimo de R\$ 62.671.150.

Efetuamos a reclassificação, no exercício de 2023 de precatório de curto prazo para longo prazo, por ser a classificação correta, ficando no passivo circulante apenas a obrigação que está prevista a ser paga até 31 de dezembro de 2024.

O valor de pessoal a pagar refere-se em boa parte a liquidações de abono de permanência e ressarcimento de pessoal requisitado, que será pago em 2024.

R\$ 1,00

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	Não Circulante		%	VAR R\$
	2023	2022		
Trabalhistas	1.545.261.725	1.806.551.840	-14	-261.290.115
Pessoal a Pagar				
Precatórios de Pessoal - Regime Especial - a partir de 05/05/2000 - vencidos e não pagos	1.545.261.725	1.806.551.840	-14	-261.290.115
Pessoal a Pagar - Sentenças Judiciais - exceto precatórios	-	-	-	-
Previdenciárias e Assistenciais	-	-	-	-
Benefícios Previdenciários a pagar	-	-	-	-
Benefícios Assistenciais a pagar	-	-	-	-
Encargos Sociais a pagar	-	-	-	-
TOTAL	1.545.261.725	1.806.551.840	-14	-261.290.115

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

b) Empréstimos e Financiamentos

Em 2022, o saldo total de Empréstimos e Financiamentos foi de R\$ 5.582.296,49, representando um decresceu de 14,49% em relação a 2021 que em valores nominais representa aproximadamente 945 milhões.

Foi realizado a reclassificação dos empréstimos de curto para longo prazo de acordo com o prazo da amortização.

Apresentamos abaixo a composição dos empréstimos em 31 de dezembro de 2023 E 2022.

R\$ 1,00

EMPRESTÍMOS E FINANCIAMENTOS	2023		TOTAL	2022		TOTAL
	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	
Internos	701.139.265	3.423.906.197	4.125.045.462	749.844.260	3.770.101.347	4.519.945.607
Externos	18.483.050	174.135.298	192.618.348	608.225.153	454.125.727	1.062.350.880
TOTAL	719.622.315	3.598.041.494	4.317.663.809	1.358.069.413	4.224.227.074	5.582.296.487

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

c) Fornecedores e Contas a pagar

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais, tanto no que se refere ao fornecimento de bens e serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Em 2023 foi realizado a reclassificação dos precatórios de curto prazo para longo prazo de acordo com o vencimento e a disponibilidade de pagamento do estado.

R\$ 1,00

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FORNECEDORES E CONTAS NACIONAIS	335.556.684		934.836.647	162.414.705
Fornecedores Nacionais	335.441.790	-	509.438.779	-
Contas a pagar Credores Nacionais	114.893		110.850	-
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	100.736.800	-	424.709.242	-
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO	57.346	218.361.091	2.605	162.414.705
FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	60.744	-	575.171	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - INTRA	6.735.245	-	1.076	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO	275.711		275.711	-
TOTAL	443.422.529	218.361.091	935.112.358	162.414.705

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

d) Obrigações Fiscais

Compreendem as obrigações das entidades relativas a impostos, taxas e contribuições.

Em 2023, o saldo total das obrigações fiscais que ficou pendente de pagamento foi no valor de R\$ 2.680,93 que em quase sua totalidade representa as obrigações fiscais com a União, com tributos federais.

e) Demais Obrigações

Apresenta-se a seguir a composição do saldo em 31 de dezembro de 2023.

R\$ 1,00

DEMAIS OBRIGAÇÕES	2023		2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de Clientes	589.357.188	172.809.503	2.232.484.088	43.577.761
Valores Restituíveis	1.561.519.109		1.033.027.101	
Consignações	206.621.035		231.056.073	
Depósitos Judiciais	212.653		209.967	
Depósitos Não Judiciais	1.245.041.639		662.231.626	
Outros Valores Restituíveis	109.643.782		139.529.435	
Valores Restituíveis - Inter Estado	3.590		3.590	
Outras Obrigações	938.596.587		641.280.584	
TOTAL	3.089.476.474	172.809.503	3.906.795.362	43.577.761

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Na tabela acima observa-se um decréscimo no saldo desse grupo de contas, levado pelo decréscimo na conta “adiantamento de clientes” cuja baixa foi realizada nas obrigações a curto prazo da CAEMA, que a partir do exercício de 2022 passou a participar do Orçamentária fiscal e da seguridade social, com execução orçamentária e financeira dentro do sistema SIGEF.

A conta “depósitos judiciais teve um aumento relevante se considerado com o ano anterior, mas com a baixa relevante na conta de adiantamento a cliente o saldo total do grupo ficou menor que o exercício de 2022.

Outra conta que apresentou crescimento em relação ao exercício de 2022 foi a conta “outras obrigações”, em grande parte devido ao saldo da conta de limite de saque no valor de R\$ 904.989.745,24, que corresponde valor virtual da conta única,

esse valor não constitui dívida pois possui correspondência com saldo na conta do ativo, ou seja, está incluída no passivo para compensar o mesmo valor contabilizado no ativo. Além do limite de saque, também compõem esse grupo de contas as obrigações com indenização e convênios a devolver.

12.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964,

“a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

Demonstração das Variações Patrimoniais será elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem a situação líquida patrimonial. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar a situação líquida patrimonial.

Estrutura das Variações Patrimoniais:

1- Variações Patrimoniais Aumentativas: As variações patrimoniais aumentativas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, registrados com base na ocorrência do fato gerador

Demonstrativo das Variações Patrimoniais

R\$ 1,00

FONTE	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas	126.404.578.883	104.978.786.888	20,41	21.425.791.995
Impostos taxas e contribuições	10.435.275.067	10.036.459.523	3,97	398.815.544
Contribuições	1.963.631.172	1.853.571.653	5,94	110.059.519
Exploração e venda de bens	1.049.750.875	2.546.900.632	- 58,78	-1.497.149.758
Variações aumentativas financeiras	1.101.221.694	1.396.101.622	- 21,12	-294.879.929
Transferências e delegações recebidas	68.661.397.369	74.960.408.449	- 8,40	-6.299.011.080
Valorização e ganho com ativos	10.793.478.018	3.345.768.074	222,60	7.447.709.944
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	32.399.824.689	10.839.576.936	198,90	21.560.247.753
Variações Patrimoniais Diminutivas	95.533.944.508	91.528.053.257	4,38	4.005.891.251
Pessoal e encargos	9.194.015.898	8.571.860.922	7,26	622.154.976
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.481.970.007	3.241.776.922	7,41	240.193.085
Uso de bens e serviços	7.441.048.795	7.273.704.652	2,30	167.344.143
Variações patrim diminutivas financeiras	4.390.125.556	239.005.443	1.736,83	4.151.120.113
Transferências e delegações concedidas	59.147.536.906	64.888.426.998	- 8,85	-5.740.890.092
Desvalorização e perda de ativos	4.077.969.500	7.028.911.466	- 41,98	-2.950.941.966
Outras variações patrimoniais diminutivas	297.194.812	284.366.854	4,51	12.827.959
Outra variações patrimoniais diminutivas	7.504.083.034	4.424.804.238	69,59	3.079.278.795
Resultado Patrimonial (1-2)	30.870.634.375	13.450.733.632	129,51	17.419.900.744

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão
Fiscal - SIGEF

Principais contas que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria: compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. São exemplos: ICMS, IPVA, ITCD, taxa de fiscalização de vigilância sanitária, contribuição de melhoria pela expansão da rede de água potável e esgoto sanitário, etc.

R\$ 1,00

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2023	2022	%	VAR R\$
Impostos	9.919.971.870	9.789.949.683	1,33	130.022.187
Taxas	515.303.197	246.509.839	109,04	268.793.358
TOTAL	10.435.275.067	10.036.459.523	3,97	398.815.544

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

VPA - IMPOSTOS	2023	2022	%	VAR R\$
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.178.031.542	1.150.380.839	2,40	27.650.703
ITCMD	62.692.367	54.401.757	15,24	8.290.610
IPVA	908.810.162	682.876.331	33,09	225.933.831
ICMS	10.879.032.997	10.862.364.336	0,15	16.668.661
ISS		36	-100,00	- 36
Outros Impostos		64.507.709	-100,00	- 64.507.709
<i>Subtotal</i>	<i>13.028.567.067</i>	<i>12.814.531.008</i>	<i>1,67</i>	<i>214.036.060</i>
(-) Deduções	- 3.108.595.197	- 3.024.581.324	2,78	- 84.013.873
TOTAL	9.919.971.870	9.789.949.683	1,33	130.022.187

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

R\$ 1,00

VPA - TAXAS	2023	2022	%	VAR R\$
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	203.679.483		100	203.679.483
Taxas pela Prestação de Serviços	311.623.714	246.509.839	26,41	65.113.874
TOTAL	515.303.197	246.509.839	109,04	268.793.358

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

b) Exploração e vendas de bens: Compreende o somatório das variações patrimoniais com a exploração do patrimônio imobiliário do estado, compensações financeiras, serviço de saúde, serviços financeiros e principalmente e com maior relevância o serviço de fornecimento de água com o valor de R\$ 602.124.617,78. Este grupo de variação negativa de 58,7% em relação a 2022, que em valores nominais R\$ 1,5 bilhões.

c) Valorização e ganho com ativo ou baixa de passivo: Este grupo de contas que compõem as Variações patrimoniais aumentativas, nos informa que houve ingresso de bens e créditos a receber ou desincorporação de passivo. Situações que ocorreram no exercício de 2023, contabilização no SIGEF da incorporação de dívida ativa tributária que cresceu em 57% em relação a 2022, incorporação e reavaliação de bens imóveis, que teve um crescimento de 100% em relação a 2022 que em valores nominais representa 1,8 bilhões e desincorporação de passivos, com valor relevante, representado pela baixa de passivos da CAEMA e de Dívida Fundada.

VALORIZAÇÃO E GANHO COM ATIVO OU BAIXA DE PASSIVO	2023	2022	VAR %	VAR R\$ 2023/2022
Reavaliação de demais bens móveis		442.958	-100	-442.958
Reavaliação de imobilizado	22.961.308	277.124.774	-91,71	254.163.466
Ganhos com alienação	7.380	44.523	-83,42	37.142
Incorporação de Dívida ativa tributária	1.222.363.894	775.928.340	57,54	446.435.554
Incorporação de Dívida ativa não tributária	106.928.969	97.193.724	10,02	9.735.245
Incorporação de Multas sem efetivo fluxo de caixa - MCASP 10ª edição	1.293.649		100,00	1.293.649
Incorporação de bens imóveis	1.820.959.882		100,00	1.820.959.882
Incorporação de bens móveis	113.841.997	333.194.976	-65,83	219.352.978
Incorporação de material de consumo	6.383.133	3.904.334	63,49	2.478.799
Incorporação de bens intangíveis	1.189.080		100,00	1.189.080
Ganhos com desincorporação de passivo	7.497.548.726	1.857.934.446	303,54	5.639.614.280
TOTAL	10.793.478.018	3.345.768.074	222,60	7.447.709.944

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

d) Transferências e Delegações recebidas: compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições Multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2023	2022	VAR %	VAR R\$ 2023/2022
Transferências intragovernamentais	53.633.679.466	60.658.261.043	- 11,58	7.024.581.576
Transferências intergovernamentais	14.990.187.160	14.279.186.659	4,98	711.000.501
Transferências a instituições privadas	20.170.856	5.453.320	269,88	14.717.536
Transferências das instituições Multigovernamentais	8.027.889	10.864.044	- 26,11	2.836.155
Transferências ao exterior	3.383.880	1.169.928	189,24	2.213.952
Transferências de pessoas físicas	1.102	5.255	- 79,03	4.153
Outras transferências e delegações recebidas	5.947.016	5.468.200	8,76	478.816
TOTAL	68.661.397.369	74.960.408.449	- 8,40	6.299.011.080

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

No exercício de 2023 as transferências recebidas tiveram um decréscimo ante ao exercício 2022 em aproximadamente R\$ 6 bilhões.

2- Variações Patrimoniais diminutivas: assim como ocorre com as variações patrimoniais aumentativas, as diminutivas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, com base no fato gerador.

Demonstraremos a seguir a composição das principais contas que compõem as variações patrimoniais diminutivas:

a) Pessoal e Encargos: esta linha da DVP representa o valor das variações resultantes da remuneração do pessoal ativo civil e militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

R\$ 1,00

PESSOAL E ENCARGOS	2023	2022	VAR %	variação
Remuneração a pessoal	7.653.201.841	7.237.628.531	5,74	415.573.310
Remuneração a pessoal ativo civil - RPPS	5.765.042.509	5.528.095.133	4,29	236.947.376
Remuneração a pessoal ativo civil - RGPS	637.553.588	477.609.242	33,49	159.944.347
Remuneração a pessoal ativo militar - RPPS	1.250.605.744	1.231.924.156	1,52	18.681.588
Encargos Patronais	1.443.255.675	1.242.774.207	16,13	200.481.468
Benefícios a Pessoal – RPPS	2.674.726	276.109	869	2.398.616
Indenizações e Restituições Trabalhistas	94.883.656	91.182.075	4,06	3.701.582
TOTAL	9.194.015.898	8.571.860.922	7,26	622.154.976

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Neste exercício a despesa de pessoal cresceu em aproximadamente R\$ 622 milhões em comparação com o exercício de 2022, sendo os maiores aumentos, em valores percentuais, ocorreram nas contas de benefícios a pessoa registrando um aumento de 869%, seguido das contas de pessoal ativo civil do RGPS com 33% e encargos patronais que cresceu em 16% antes 2022. Em valores nominais o maior crescimento de despesa de pessoal foi registrado nas contas de remuneração a pessoal ativo civil – RPPS com R\$ 236.947.376 a maior em relação ao ano anterior.

b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais: compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social – RPPS e do regime geral da previdência social – RGPS, bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Demonstramos na planilha abaixo a composição desse grupo de contas das variações patrimoniais diminutivas comparando os exercícios de 2023 com 2022.

				R\$ 1,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Aposentadorias e reformas	2.607.383.926	2.432.777.311	7,18	174.606.615
Pensões	761.630.406	723.573.328	5,26	38.057.078
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	112.955.674	85.426.283	32,23	27.529.391
TOTAL	3.481.970.007	3.241.776.922	7,41	240.193.085
FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA				

c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que são registrados em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Demonstramos na planilha abaixo a composição desse grupo de contas das variações patrimoniais diminutivas comparando os exercícios de 2023 com 2022 e a variação correspondente

			R\$ 1,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	2023	2022	VAR \$
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	452.434.421	375.684.577	76.749.843
SERVIÇOS	5.844.118.574	6.685.816.683	-841.698.109
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.144.495.800	212.203.392	932.292.409
TOTAL	7.441.048.795	7.273.704.652	167.344.143

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Demonstramos na planilha abaixo a composição desse grupo de contas comparando os exercícios de 2023 com 2022 e a variação ocorrida.

R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2023	2022	VAR \$
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	4.380.445.741	235.053.361	4.145.392.381
Variações monetárias e cambiais		1.933.417	-1.933.417
Juros e encargos de mora	7.767.196		7.767.196
Outras variações patrimoniais diminutivas - financeiras	1.912.620	2.018.665	-106.046
TOTAL	4.390.125.556	239.005.443	4.151.120.113

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Foi verificado que nas contas de juros e encargos de empréstimos, houve lançamentos contábeis com valores indevidos que aumentaram essa conta, no momento do acerto, foi contabilizado indevidamente como Ganhos com desincorporação de passivo e não como estorno do lançamento, ficando em ambas as colunas do Demonstrativo das Variações Patrimoniais com valores aumentados, entretanto, não afetam o resultado patrimonial

e) Transferências e Delegações concedidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições Multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Demonstramos na planilha abaixo a composição desse grupo de contas comparando os exercícios de 2023 com 2022.

R\$ 1,00

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2023	2022	VAR R\$
Transferências concedidas para a execução orçamentária - intra OFSS	53.633.794.061	60.720.894.828	-7.087.100.767
Transferências inter governamentais	4.109.256.878	4.122.550.857	-13.293.978
Transferências a instituições privadas	1.401.503.772	44.969.586	1.356.534.187
Transferências concedidas para aportes de recursos para o RPPS	-	-	-
Transferências ao exterior	2.967.826		2.967.826
Outras transferências e delegações concedidas	14.368	11.728	2.640
TOTAL	59.147.536.906	64.888.426.998	-5.740.890.092

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida

Demonstramos na planilha abaixo a composição desse grupo de contas comparando os exercícios de 2022 com 2021.

R\$ 1,00

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2023	2022	VAR R\$
Ajuste de perdas de créditos e de investimentos	158.383.203	1.109.361.911	-950.978.708
Perdas com alienação		1.935.201	-1.935.201
Perdas involuntárias	952.062.146	55.505.839	896.556.307
Incorporação de passivos	1.375.043.587	5.251.147.249	-3.876.103.663
Desincorporação de ativos	1.592.480.564	610.961.265	981.519.299
TOTAL	4.077.969.500	7.028.911.466	-2.950.941.966

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

No grupo de contas, “**incorporação de passivo**” que apresenta um decréscimo significativo no exercício de 2023, refere-se a incorporação em 2022 do passivo da CAEMA - Companhia de Saneamento e abastecimento do Maranhão, que em 2022, passou a utilizar o SIGEF para execução orçamentária e financeira por conta do ingresso no orçamento fiscal e seguridade social.

g) Outras Variações patrimoniais diminutivas: refere-se a todo o restante de variação que não está inclusa nas variações específicas. Neste grupo de contas encontram-se os auxílios a pesquisadores, provisões matemáticas previdenciárias, incentivos, indenizações e restituições, dentre outras.

Neste exercício a atualização da Provisão Matemática Atuarial Previdenciária foi de R\$ 7.309.908.574,21, um valor superior ao cálculo atuarial do exercício anterior com uma variação em valores nominais de R\$ 3 bilhões.

R\$ 1,00

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2023	2022	VAR R\$
Premiações	787.792	2.388.222	-1.600.430
Resultado negativo de participações	358.846	400	358.446
Incentivos	75.658.630	59.604.352	16.054.278
VPD de constituição de provisões	7.309.908.574	4.261.878.311	3.048.030.263
Diversas variações patrimoniais diminutivas	117.369.193	100.932.954	16.436.239
TOTAL	7.504.083.034	4.424.804.238	3.079.278.795

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

h) Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre o total das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, conforme demonstramos na planilha abaixo.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o ente e puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o ente, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O resultado patrimonial apurado em 2023 foi superavitário em R\$ 30 bilhões, conforme demonstrado na tabela abaixo, o que corresponde em valores percentuais de um aumento de 242% ante o exercício de 2022.

R\$ 1,00

RESULTADO PATRIMONIAL	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Variação Patrimonial Aumentativa	126.404.578.883	104.978.786.888	20,41	21.425.791.995
Variação Patrimonial Diminutiva	95.533.944.508	95.952.857.495	-0,44	-418.912.988
TOTAL	30.870.634.375	9.025.929.393	242,02	21.844.704.982

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

12.3- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A DFC permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Permitindo aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Composto de Quadro único, demonstrando de forma detalhada: Transferências Recebidas e Concedidas, Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, e Juros e Encargos da Dívida.

a) Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Atividade Operacional, saiu de R\$ 3,8 bilhões em 2022 para R\$ 3,9 bilhões em 2023. O aumento de 4,28%, no Caixa Líquido da Atividade Operacional, foi impulsionado pelo crescimento nos ingressos operacionais, em 64,71% (aumento de R\$ 57,7 bilhões), maior que os desembolsos operacionais, que acumularam aumento de 67,42% percentualmente maior que os ingressos, mas em valor nominal proporcionalmente menor (aumento de R\$ 57,5 bilhões), conforme demonstrado na Tabela abaixo.

R\$ 1,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Ingressos	146.965.304.827	89.225.552.261	64,71	57.739.752.566
Receitas derivadas e originárias	12.029.412.094	11.786.908.804	2,06	242.503.291
Transferências correntes recebidas	13.081.191.518	12.041.922.765	8,63	1.039.268.754
Outros ingressos operacionais	121.854.701.214	65.396.720.693	86,33	56.457.980.521

Desembolsos	142.968.490.047	85.392.859.299	67,42	57.575.630.748
Pessoal e demais despesas	19.038.599.402	18.991.290.617	0,25	47.308.785
Juros e encargos da dívida	235.927.653	218.737.920	7,86	17.189.733
Transferências concedidas	2.823.522.284	1.294.013.397	118,20	1.529.508.887
Outros desembolsos operacionais	120.870.440.708	64.888.817.365	86,27	55.981.623.344
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	3.996.814.780	3.832.692.962	4,28	164.121.818

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

b) Fluxo de caixa das atividades de investimentos

No exercício de 2023, as atividades de Investimentos movimentaram R\$ 198 milhões de ingressos e R\$ 1,9 bilhões de desembolsos, resultando em déficit de caixa das atividades de investimentos, no valor de R\$ 1,7 bilhões, conforme demonstrado na Tabela abaixo.

Em relação ao ano anterior, houve diminuição do déficit de caixa em 34,7% (diminuição de R\$ 930 milhões no déficit), para as Atividades de Investimentos, saindo de um déficit de R\$ 2,675 bilhões em 2022, para um déficit de R\$ 1,745 bilhões em 2023.

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Ingressos	198.722.038,92	366.766.345,11	-45,82	-168.044.306
Alienação de bens	10.524.128,16	916.350,52	1.048,48	9.607.778
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Outros ingressos de investimentos	188.197.910,76	365.849.994,59	-48,56	-177.652.084
Desembolsos	1.944.183.478,99	3.042.638.009,26	-36,10	-1.098.454.530
Aquisição de ativo não circulante	1.722.103.058,93	2.921.143.050,24	-41,05	-1.199.039.991
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Outros desembolsos de investimentos	222.080.420,06	121.494.959,02	82,79	100.585.461
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-1.745.461.440,07	-2.675.871.664,15	-34,77	930.410.224

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

c) Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

No exercício de 2023, as atividades de financiamento, movimentaram R\$ 51 milhões de ingressos e R\$ 425 milhões de desembolsos, resultando em déficit de caixa das atividades de financiamento, no valor de R\$ 374 milhões, conforme

demonstrado na Tabela abaixo. Em relação ao ano anterior, houve aumento no déficit de caixa das atividades de financiamento em 25,23%, saindo de um déficit de R\$ 299 milhões em 2021, para um déficit de R\$ 374 milhões em 2023.

R\$ 1,00

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Ingressos	51.246.230	230.086.786	-77,73	-178.840.556
Operações crédito	51.246.230	230.086.786	-77,73	-178.840.556
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-	-	-
Transferências de capital recebidas	-	-	-	-
Outros ingressos de financiamento	-	-	-	-
Desembolsos	425.893.136	529.255.669	-19,53	-103.362.533
Amortização / Refinanciamento da dívida	425.893.136	529.255.669	-19,53	
Outros desembolsos de financiamentos	-	-	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	- 374.646.906	- 299.168.883	25,23	-75.478.023

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

d) Geração líquida de caixa e equivalente de caixa

Corresponde à soma algébrica dos fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos, e deve ser igual a diferença entre o saldo de caixa final e o saldo de caixa inicial.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

e) Caixa e equivalente de caixa inicial e final

São as movimentações ocorridas a débito ou crédito nas contas bancárias, ou seja, pagamentos e recebimentos financeiros, o valor do caixa inicial que veio do exercício anterior e o saldo de caixa final que vai para o exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidencia apenas as transações que movimentaram Caixa e equivalentes de Caixa (conta contábil 1.1.1.0.0.00.00.00.). Em relação ao ano anterior, houve acréscimo 118%, em valores nominais corresponde a

mais de R\$ 1,019 bilhões, no Geração líquida de Caixa.

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.996.814.780	3.832.692.962	4,28	164.121.818
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-1.745.461.440	-2.675.871.664	34,77	930.410.224
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-374.646.906	-299.168.883	25,23	- 75.478.023
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.876.706.434	857.652.415	118,82	1.019.054.019
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	3.349.396.794	1.893.391.728	76,90	1.456.005.066
Caixa e Equivalente de Caixa Final	5.226.103.228	2.751.044.143	89,97	2.475.059.086
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.876.706.434	857.652.415	118,82	1.019.054.019

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Grande parte do saldo da conta “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer face às despesas com Restos a Pagar.

12.4- Balanço Orçamentário

Elaborado segundo os preceitos técnico-formais estabelecidos na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e de normas posteriores regulamentadoras da matéria, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a IPC 07 da STN. Tem como objetivo demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Importante evidenciar que os valores demonstrados no Balanço Orçamentário tanto na previsão e dotação inicial quanto na previsão e dotação atualizada, não englobam o Montante de R\$ 93.253.000,00 referente ao orçamento de investimento, destinados a empresa estatal MAPA (Maranhão Parcerias). Esta empresa não opera no Sistema Integrado de Administração Contábil Financeira do Estado – SIGEF. Assim, o valor previsto de receita e despesa constante da LOA de R\$ 25.717.493.400,00, fica ajustado para R\$ 25.624.240.400,00, que representa o montante de recursos operacionalizados no sistema financeiro/contábil oficial do

estado, que constitui o orçamento fiscal e seguridade social. Vale esclarecer que esta metodologia está amparada pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

Composição do Balanço Orçamentário:

- ✓ Quadro Principal;
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

As fontes de receita para cobertura das despesas do Orçamento de Investimento da Empresa são decorrentes das receitas diretamente arrecadadas ou de recursos destinados ao aumento do capital social e de operações de crédito.

A LOA, art. 5º, autoriza o poder Executivo abrir créditos suplementares até limite de 50% do valor fixado pelo art. 4º, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I - Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior
- I - Anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei
- III - Operações de crédito

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (9ª Ed.), o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, apresenta também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No momento inicial da execução orçamentária, tem-se, via de regra, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada, assim como, para toda despesa a ser executada deve estar amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. Entretanto, durante o exercício esse equilíbrio pode desaparecer em decorrência por exemplo, da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais por superávit financeiro, já que esse valor não

pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do exercício de referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade de caixa para utilização no exercício.

Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais que aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação, como a abertura de crédito extraordinário.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classe 5 (Orçamento Aprovado), Grupo 2 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa);
- Classe 6 (Execução do Orçamento), Grupo 2 (Realização da Receita e Execução da Despesa);

Estrutura do Balanço Orçamentário:

a) Previsão Inicial: Esta coluna apresenta os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

O Balanço Orçamentário que compõe esta prestação de contas exclui o valor R\$ 93.253.000,00, referente ao orçamento de investimento, ou seja, demonstra somente as previsões e dotações iniciais das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, esta metodologia está amparada pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

Os entes que não possuem arrecadação própria deverão apresentar a coluna de previsão inicial em branco, pois a previsão inicial de recursos do tesouro é realizada na unidade gestora do tesouro estadual.

b) Previsão Atualizada: Apresenta os valores da previsão inicial mais as atualizações das receitas através da contabilização da reestimativa da receita, decorrente de, por exemplo, registro de excesso de arrecadação ou contratação de

operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Os entes que não possuem arrecadação própria deverão apresentar a coluna de previsão atualizada em branco. Devendo preencher a linha Superávit Financeiro, quando houver

c) Dotação Atualizada: É dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício mais as atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

O balanço orçamentário que compõe esta prestação de contas exclui o valor R\$ 93.253.000.00, referente ao orçamento de investimento, ou seja, só demonstra as previsões e dotações atualizadas das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social.

d) Receitas Realizadas: Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como exemplo, a rede bancária.

Comparativo receita prevista com a realizada

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO INICIAL			REALIZADA (d)	SALDO(e = d - c)
	INICIAL (a)	ADICIONAL (b)	ATUALIZADA (c)		
RECEITAS CORRENTES	30.665.359.000	1.870.758.067	32.536.117.067	32.260.513.434	-275.603.632,78
Impostos , Taxas e Contribuições	12.181.483.000	128.211.174	12.309.694.174	13.622.489.872	1.312.795.698
De Contribuição	977.030.000	2.241.458	979.271.458	879.742.001	- 99.529.457
Patrimonial	675.546.000	247.844.570	923.390.570	546.380.090	- 377.010.480
De Serviços	722.431.000	44.715.325	677.715.675	357.883.731	- 319.831.944
Transferências Correntes	14.566.036.000	1.522.546.804	16.088.582.804	15.368.437.491	- 720.145.313
Outras Receitas Correntes	254.013.000	14.629.385	268.642.385	323.381.611	54.739.226
Receita intra-orçamentaria de contribuição	1.288.820.000	-	1.288.820.000	1.162.198.638	- 126.621.362
RECEITAS DE CAPITAL	1.546.256.000	17.952.611	1.564.208.611	281.386.784	- 1.282.821.827
Operações de Crédito	315.677.000	-	315.677.000	51.246.230	- 264.430.770
Alienação de Bens	5.221.000	-	5.221.000	10.524.128	5.303.128
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	42.716.000	8.681.611	51.397.611	31.418.515	- 19.979.096
Outras Receitas Capital	1.082.642.000	9.271.000	1.091.913.000	188.197.911	- 903.715.089
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	100.000.000	-	100.000.000	-	- 100.000.000
SUBTOTAL	32.211.615.000	1.888.710.678	34.100.325.678	32.541.900.218	- 1.558.425.460
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 6.494.121.600	-	- 6.494.121.600	7.181.328.337	- 687.206.737
TOTAL	25.717.493.400	1.888.710.678	27.606.204.078	25.360.571.881	- 2.245.632.197

As Receitas Orçamentárias Arrecadadas, no exercício de 2023, correspondem ao valor de R\$ 32.542 bilhões, sendo R\$ 32.260 bilhões de Receitas Correntes e R\$ 281 milhões de Receitas de Capital, observando-se um excesso de arrecadação da ordem de R\$ 1,8 bilhões, comparando as Receitas Previstas R\$ 34.100 bilhões com as Receitas Arrecadadas, sem considerar a dedução da receita e a receita do orçamento de investimento.

As Receitas Correntes do Estado, no exercício de 2023, totalizaram R\$ 32.260 bilhões, havendo um decréscimo de 4,18%, em relação ao ano interior.

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA 2023	REALIZADA 2022	VAR %	VAR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	32.260.513.434	30.965.837.284	4,18	1.294.676.150
Impostos, Taxas e Contribuições	13.622.489.872	13.819.592.122	-1,43	- 197.102.250
De Contribuição	879.742.001	771.708.857	14,00	108.033.144
Patrimonial	546.380.090	470.956.590	16,01	75.423.500
De Serviços	357.883.731	347.817.592	2,89	10.066.139
Transferências Correntes	15.368.437.491	14.289.498.138	7,55	1.078.939.353
Outras Receitas Correntes	323.381.611	327.169.778	-1,16	- 3.788.167
Receita intra-orçamentária de contribuição	1.162.198.638	939.094.209	23,76	223.104.429
RECEITAS DE CAPITAL	281.386.784	604.454.364	-53,45	- 323.067.580
Operações de Crédito	51.246.230	230.086.786	-77,73	- 178.840.556
Alienação de Bens	10.524.128	916.351	1048,48	9.607.777
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	31.418.515	7.601.233	313,33	23.817.282
Outras Receitas Capital	188.197.911	365.849.995	-48,56	- 177.652.084
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL	32.541.900.218	31.570.291.647	3,08	971.608.571
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 7.181.328.337	-7.144.606.948	0,51	- 36.721.389
TOTAL	25.360.571.881	24.425.684.699	3,83	934.887.182

A receita total cresceu em 2023 apenas 3,83% em relação ao ano anterior, em números nominais representa um crescimento de R\$ 935 milhões, o baixo crescimento da receita total ocorreu especialmente na arrecadação da Receita Tributária que sofreu um decréscimo de 1,43%. As Receitas Patrimonial e Transferências Correntes apresentaram crescimento.

A receita de capital sofreu um decréscimo de mais de 50% em sua maior parte em decorrência do decréscimo da receita de operação de crédito que foi de 77,7% e de outras receitas de capital na percentagem de 48,5%.

e) Despesas Empenhadas: Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive as despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada, a despesa empenhada.

f) Despesas Liquidadas: Evidência os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

g) Despesas Pagas: Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

h) Superávit: utilizado para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente é a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário

i) Déficit: Corresponde à diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Comparativo da Despesa Fixada com a Realizada

Despesa Orçamentária	Dotação		Desp. Empenhada	Desp. liquidada	Desp. Paga	saldo de dotação
	inicial	atualizada				
DESPESAS CORRENTES	22.060.520.116	24.795.767.916	22.096.792.486	21.774.606.357	21.495.252.342	2.698.975.430
Pessoal e Encargos sociais	14.012.457.945	14.249.094.754	12.538.196.096	12.452.906.147	12.310.028.149	1.710.898.658
Juros e Encargos da Dívida	316.547.735	299.618.706	235.929.107	235.929.107	235.929.107	63.689.599
Outras Despesas Correntes	7.731.514.436	10.247.054.456	9.322.667.284	9.085.771.103	8.949.295.086	924.387.172
DESPESAS DE CAPITAL	3.200.499.283	3.448.315.983	2.399.222.493	2.185.960.204	2.137.200.103	1.049.093.490
Investimentos	1.715.314.763	2.940.212.833	1.905.345.059	1.692.133.081	1.649.048.470	1.034.867.774
Inversões Financeiras	381.146.300	72.814.876	67.933.987	67.933.987	62.258.497	4.880.889
Amortização da Dívida	1.104.038.220	435.288.274	425.943.447	425.893.136	425.893.136	9.344.827
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	363.221.001	486.750	-			486.750
TOTAL GERAL	25.624.240.400	28.244.570.649	24.496.014.979	23.960.566.561	23.632.452.446	3.748.555.670

No comparativo da despesa empenhada do exercício atual em relação ao ano anterior, observamos um crescimento da despesa no exercício de 2023 em 2,75% que em valores nominais corresponde a aproximadamente R\$ 656 milhões de reais.

O grupo de despesa que teve maior percentual de acréscimo foi “outras despesas corrente” com 8,89%, enquanto isso, os investimentos, as inversões financeiras e amortização da dívida tiveram um decréscimo significativo de 26,76%.

COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA POR CATEGORIA ECONOMICA

CATEGORIA ECONOMICA	2023	2022	VAR. %
DESPESAS CORRENTES	22.096.792.486	20.563.646.475	7,46
Pessoal e Encargos sociais	12.538.196.096	11.783.555.559	6,40
Juros e Encargos da Dívida	235.929.107	218.737.920	7,86
Outras Despesas Correntes	9.322.667.284	8.561.352.996	8,89
DESPESAS DE CAPITAL	2.399.222.493	3.276.019.807	-26,76
Investimentos	1.905.345.059	2.673.493.491	-28,73
Inversões Financeiras	67.933.987	73.270.647	-7,28
Amortização da Dívida	425.943.447	529.255.669	-19,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL GERAL	24.496.014.979	23.839.666.282	2,75

As Despesas Correntes Empenhadas no exercício de 2023 totalizaram R\$ 22 bilhões, evidenciando um aumento de 7,46% ou R\$ 1,5 bilhão, em relação ao exercício de 2022. Outras despesas correntes foi o maior aumento no grupo das despesas corrente com R\$ 761 milhões e despesa com Pessoal e Encargos Sociais com R\$ 754 milhões e R\$ 17 milhões de juros e encargos da dívida.

O aumento da despesa no grupo de “**outras despesas correntes**” ocorreu principalmente no caso de serviços terceiras pessoas jurídicas com R\$ 3.964.727.239,34, locação de mão de obra com R\$ 414.658.394,19, material de consumo com R\$ 204.839.519,99, auxílios em geral.

j) **Créditos adicionais:** Crédito adicional é um reforço orçamentária que tem por objetivo atender despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No exercício de 2023, foram abertos Créditos Adicionais do tipo Suplementar no valor de R\$ 9,285 bilhões, conforme tabela abaixo, tendo como origem de recursos a Anulação de Dotação, o Superávit Financeiro, Convênios e congêneres, a Reserva de Contingência e o Excesso de Arrecadação, nos termos do §1º do art. da Lei nº 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS INICIAIS E ADICIONAIS

	R\$1,00
1. ORÇAMENTO INICIAL	25.624.240.400
2. Créditos Adicionais	9.285.033.900
2.1 Suplementares	9.285.033.900
2.2 Especiais	-
2.3 Extraordinária	-
3. Créditos Anulados	-6.664.703.651
3.1 Orçamentários e Suplementares	-6.664.703.651
4. Orçamento Autorizado	28.244.570.649
5. crescimento em relação ao crédito inicial (%)	9,28
6. crédito Adicional que altera o orçamento	2.620.330.249
7. ORÇAMENTO ATUALIZADO	28.244.570.649

Do total dos créditos adicionais abertos no exercício, apenas R\$ R\$ 2.620.330.249,00, altera a previsão orçamentária, pois não constitui anulação de dotação, mas dotação nova. Deste valor R\$ 638.366.571,02 representam créditos oriundos de superávit financeiro e R\$ 1.981.963.677,78, proveniente de excesso de arrecadação.

k) **Resultado Orçamentário:** O resultado orçamentário de 2023 foi superavitário em R\$ 864.556.902,89, ou seja, as receitas orçamentárias foram superiores às despesas orçamentárias empenhadas nesse exercício financeiro.

CATEGORIA ECONÔMICA	REALIZADA	CATEGORIA ECONOMICA/DESPESAS EMPENHADAS	2023
RECEITAS CORRENTES	32.260.513.434	DESPESAS CORRENTES	22.096.792.486
Impostos, Taxas e Contribuições	13.622.489.872	Pessoal e Encargos sociais	12.538.196.096
De Contribuição	879.742.001	Juros e Encargos da Dívida	235.929.107
Patrimonial	546.380.090	Outras Despesas Correntes	9.322.667.284
De Serviços	357.883.731	DESPESAS DE CAPITAL	2.399.222.493
Transferências Correntes	15.368.437.491	Investimentos	1.905.345.059
Outras Receitas Correntes	323.381.611	Inversões Financeiras	67.933.987
Receita intra-orçamentaria de contribuição	1.162.198.638	Amortização da Dívida	425.943.447
RECEITAS DE CAPITAL	281.386.784	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
Operações de Crédito	51.246.230	TOTAL GERAL	24.496.014.979
Alienação de Bens	10.524.128	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	864.556.902
Amortização de Empréstimos	-		
Transferências de Capital	31.418.515		
Outras Receitas Capital	188.197.911		
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	-		
SUBTOTAL	32.541.900.218		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	- 7.181.328.337		
TOTAL	25.360.571.881		

12.5- Balanço Financeiro (BF)

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

1. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
2. os recebimentos e os pagamentos Extra orçamentários;
3. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
4. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. Esse cálculo pode ser efetuado de duas formas, em ambas, o resultado é o mesmo, apresentamos abaixo as duas formas de calcular:

- 1- Calculando através dos saldos de disponibilidade, através da diferença entre o saldo recebido do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte.

R\$ 1,00

RESULTADO FINANCEIRO	2023	2022
Disponível para o Exercício Seguinte	5.252.292.557	2.751.044.143
Disponível do Exercício Anterior	3.372.087.890	1.893.391.728
Resultado Financeiro	1.880.204.667	857.652.415

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Através da receita e despesas Orçamentárias

R\$ 1,00

RESULTADO FINANCEIRO	2023	2022
Resultado Orçamentário	864.556.903	586.018.418
Resultado Transferências Financeiras	-44.592	-64.507.709
Resultado Extra orçamentário	1.015.692.356	336.141.706
Resultado Financeiro	1.880.204.667	857.652.415

Composição do balanço financeiro:

a) Receitas orçamentárias: As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções.

O total das Receitas Orçamentárias (receitas líquidas), subtraídas as deduções, no exercício de 2023, foi de R\$ 25.360 bilhões, sendo R\$ 17,5 bilhões de receitas ordinárias e R\$ 7,8 bilhões de receitas vinculadas, conforme evidenciado na tabela abaixo.

✓ **Receitas ordinárias:** são as receitas não vinculadas, de livre alocação entre a origem e a destinação, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito de competência do órgão ou entidade.

✓ **Receita vinculada:** são receitas que possuem um processo de vinculação entre a origem e destinação, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei, como as vinculações com a Saúde, Educação, previdência e assistência social. Existe, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica.

R\$ 1,00

BALANÇO FINANCEIRO	2023	2022	VARIACÃO	
			%	R\$
INGRESSOS	147.648.837.600	89.984.594.726	64,08	57.664.242.873
(+) Receita Orçamentária	25.360.571.882	24.425.684.699	3,83	934.887.182
Ordinária	17.522.376.545	17.847.045.807	- 1,82	-324.669.262
Vinculada	7.838.195.337	6.578.638.892	19,15	1.259.556.444
(+) Transferências Financeiras Recebidas	53.435.856.265	59.323.807.322	- 9,93	-5.887.951.057
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	10.576.128.739	11.076.926.912	- 4,52	-500.798.173
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	41.803.325.588	47.090.525.042	- 11,23	-5.287.199.453
Transferências Recebidas Aportes RPPS	1.056.401.938	1.156.355.369	- 8,64	-99.953.430
(+) Recebimentos Extra orçamentários	68.852.409.453	6.235.102.705	1.004,27	62.617.306.748
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	535.448.418	481.646.640	11,17	53.801.778
Inscrição de Restos a Pagar Processados	328.114.115	563.259.732	- 41,75	-235.145.617
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.847.438.287	4.948.655.355	18,16	898.782.932
Aplicações do RPPS			-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	62.141.408.632	241.540.978	25.627,07	61.899.867.654
Saldo do Exercício Anterior	3.372.087.890	1.893.391.728	78,10	1.478.696.162
TOTAL	151.020.925.490	91.877.986.454	64,37	59.142.939.036

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

b) Despesas orçamentárias: O total das Despesas Orçamentárias Empenhadas, no exercício de 2023, foi de R\$ 24,496 bilhões, sendo R\$ 15,3 bilhões de despesas empenhadas com fontes de Recursos Ordinários, R\$ 13,357 bilhões de despesas empenhadas com fontes de Recursos Vinculados e R\$ 9,2 milhões de despesas empenhadas com fontes de Outras Destinações de Recursos, conforme evidenciado na Tabela abaixo.

A despesa Orçamentária Empenhada sofreu aumento de 2,75%, sendo os aumentos registrados para as fontes de recursos Ordinária (aumento de R\$ 3,9 bilhões), contudo, observa-se que também houve reduções importantes em termos de valores para as fontes de recursos vinculados que decresceu em 3,3 bilhões. No total geral, a despesa orçamentária registrou aumento, em relação ao ano anterior mas em apenas 2,75% que em valores nominais corresponde a R\$ 656 milhões.

R\$ 1,00

BALANÇO FINANCEIRO- DISPÊNDIO	2023	2022	VARIAÇÃO	
			%	R\$
DISPÊNDIO	145.768.632.933	89.126.942.311	63,55	56.641.690.621
(-) Despesa Orçamentária	24.496.014.979	23.839.666.282	2,75	656.348.697
Ordinária	15.343.801.884	11.426.144.487	34,29	3.917.657.397
Vinculada	9.152.213.095	12.413.521.795	- 26,27	- 3.261.308.700
(-) Transferências Financeiras Concedidas	53.435.900.857	59.388.315.031	- 10,02	- 5.952.414.174
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	10.573.337.385	11.073.569.873	- 4,52	- 500.232.488
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	41.806.161.534	47.158.389.790	- 11,35	- 5.352.228.256
Transferências Recebidas Aportes RPPS	1.056.401.938	1.156.355.369	- 8,64	- 99.953.430
(-) Pagamentos Extraordinários	67.836.717.097	5.898.960.998	- 1.049,98	- 61.937.756.099
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	352.722.185	662.779.162	- 46,78	- 310.056.977
Pagamento de Restos a Pagar Processados	482.562.361	617.562.943	- 21,86	- 135.000.582
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.318.946.279	4.617.758.266	15,18	701.188.013
Restos a Pagar - Retenções a Pagar	390.416	833.599	- 53,16	- 443.182
Aplicações do RPPS			-	-
Perdas Aplicação Financeira RPPS			-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	61.682.095.856	27.030	228.200.916,72	61.682.068.826
Saldo p/ o Exercício Seguinte	5.252.292.557	2.751.044.143	90,92	2.501.248.414
TOTALDE DISPÊNDIO	151.020.925.490,02	91.877.986.454,17	64,37	59.142.939.036

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

c) Transferências Recebidas e Concedidas: Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias que são as efetuadas em cumprimento à execução do orçamento, que são as cotas orçamentárias, repasses e sub-repasse ou extra orçamentários. São recursos que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

d) Recebimentos Extra orçamentários: Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como por exemplo, Ingressos de recursos relativos a

consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, Inscrição de restos a pagar, dentre outros.

e) Pagamentos Extra orçamentários: Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo: relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentários (ex. Devolução de depósitos); e pagamentos de restos a pagar

f) Restos a pagar: Os restos a pagar processados a partir do exercício 2020 deixaram de ser cancelados permanecendo como obrigação para o exercício seguinte, com possibilidade de ficarem inscritos por até cinco anos, sendo cancelados após o decurso desse período, por prescrição quinquenal.

Os restos a pagar não processados que foram inscritos no exercício anterior e não foram pagos até 31 de dezembro de 2023, foram cancelados, contudo, no exercício seguinte ao cancelamento poderão ser pagos como despesas de exercícios anteriores.

Com a nova metodologia de contabilização, os restos a pagar não processados não constam mais do passivo circulante do balanço patrimonial, por representarem apenas contas do sistema orçamentário, nas contas 631100000 e 531100000.

Os restos a pagar não processados que foram liquidados e não pagos no exercício de 2023, passam para o exercício de 2024 como restos a pagar não processado liquidado.

g) Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte:

Compreende os recursos financeiros, e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

h) Resultado Financeiro: O resultado financeiro demonstrado no Balanço Financeiro cresceu em relação ao ano anterior de R\$ 857 milhões para R\$ 1,8 bilhões. Significa que o saldo financeiro que está ficando para o exercício de 2024 é maior que o saldo que veio de 2022. Em geral, mas não necessariamente, um resultado financeiro positivo é indicador de equilíbrio financeiro, mas, pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público, portanto, essa análise deve ser realizada conjuntamente com o balanço patrimonial. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

R\$ 1,00

RESULTADO FINANCEIRO	2023	2022	VAR %	VAR R\$
Resultado Orçamentário	864.556.903	586.018.418	47,53	278.538.485
Resultado Transferências Financeiras	-44.592	-64.507.709	-99,93	64.463.117
Resultado Extra orçamentário	1.015.692.356	336.141.706	202,16	679.550.649
Resultado Financeiro	1.880.204.667	857.652.415	119,23	1.022.552.252
Disponível para o Exercício Seguinte	5.252.292.557	2.751.044.143	90,92	2.501.248.414
Disponível do Exercício Anterior	3.372.087.890	1.893.391.728	78,10	1.478.696.162
Resultado Financeiro	1.880.204.667	857.652.415	119,23	1.022.552.252

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

✓ **Indicador do Resultado Financeiro (IRF):** O Indicador de Resultado Financeiro (IRF), tem por objetivo, avaliar se houve equilíbrio entre os ingressos (orçamentários e extra orçamentários) e os desembolsos (orçamentários e extra orçamentários), permitindo verificar o resultado financeiro do exercício. A Tabela abaixo evidencia o indicador IRF, no exercício de 2023, comparando com o ano de 2022. No exercício de 2023 observamos um total de R\$ 147,65 bilhões de ingressos (orçamentários e extra orçamentários), e R\$ 146,77 bilhões de desembolsos (orçamentários e extra orçamentários), verifica-se a ocorrência de superávit financeiro de R\$ 1,8 bilhões. Neste exercício não houve aumento do endividamento do Estado o que significa que houve uma melhora nas finanças públicas.

R\$ 1,00

INDICADOR DO RESULTADO FINANCEIRO	2023	2022
Receita Orçamentária	25.360.571.882	24.425.684.699
Transferências Financeiras recebidas	53.435.856.265	59.323.807.322
Recebimentos Extra orçamentário	68.852.409.453	6.235.102.705
Total	147.648.837.600	89.984.594.726
Despesa orçamentária	24.496.014.979	23.839.666.282
Transferências Financeiras Concedidas	53.435.900.857	59.388.315.031
Pagamentos extra orçamentários	67.836.717.097	5.898.960.998
Total	145.768.632.933	89.126.942.311
Indicador de resultado financeiro	1,0129	1,0096

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Em relação ao exercício anterior, ocorreu um acréscimo de 0,32% na capacidade de pagamento do Estado, ocasionada pelo aumento dos ingressos proporcionalmente menor que o aumento nos pagamentos.


13- Eventos Subsequentes

Até encerramento do balanço não ficamos sabendo de evento subsequente

14. Considerações Finais:

A Gestão Fiscal do Estado Maranhão vem enfrentando desafios para solidificar a reestruturação financeira e fiscal do Estado permitindo a reorganização do seu fluxo de caixa com a redução dos impactos do serviço da dívida pública, a realização de novos investimentos e o controle do gasto público. Ressalta-se, ainda, que o cumprimento das metas fiscais, das vinculações constitucionais (MDE e ASPS), e dos demais limites da LRF (Despesa Total de Pessoal e Endividamento) são importantes resultados alcançados, estes são apenas alguns dos números que contribuem para uma melhoria na economia do Estado, uma vez que solvência da dívida estadual e responsabilidade com as despesas de pessoal estão entre os aspectos fiscais que são capazes de impactar positivamente nos resultados econômicos do Estado, atraindo investimentos e proporcionando maior arrecadação, melhorando a margem discricionária das despesas públicas, possibilitando maior investimento público e aplicações em políticas públicas.

Por fim, os resultados obtidos em 2023, demonstram que as medidas implementadas, como por exemplo, maior controle do gasto público contribuiu concretamente para a consolidação do processo de reversão da situação fiscal apresentada pelo Estado no exercício anterior.

Documento assinado digitalmente
 **TANIA REGINA GONCALVES SILVA**
Data: 03/04/2024 15:38:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tania Regina Gonçalves Silva
Gestora do Sistema do Tesouro e Contabilidade



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: TANIA REGINA GONCALVES SILVA
REGISTRO.....	: MA-007203/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.010.753-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMA contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 01/04/2024 as 11:11:28.

Válido até: 30/04/2024.

Código de Controle: 194397.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.



Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Unidade Gestora de Apoio a Programas Especiais - UGP

NOTA EXPLICATIVA COMPLEMENTAR EXERCÍCIO 2023 - ESTADO DO MARANHÃO

Complementarmente à nota explicativa do Balanço Geral do Estado do Maranhão do exercício de 2022, encaminhado em 30/03/2022 ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, apresenta-se a seguir o rol de pagamentos realizados com recursos próprios, para fins de regularização junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo em vista que não houve alteração de fonte. Nessa senda, o reconhecimento do presente fato torna-se necessário para enquadrar os pagamentos como sendo apoiados pelo BNDES no âmbito do Programa Viva Maranhão

Regularizações de pagamentos realizados com recursos do tesouro para enquadramento no âmbito do Programa Viva Maranhão						
Unidade Gestora	Ação	ID	Ano	Fonte	Valor R\$	Programa
530101	1754	202201	2021	101	3.302.166,54	2053
530101	1754	202201	2022	101	3.692.342,20	2053
220101	3201	202102	2021	101	16.172,00	0347
Total					7.010.680,74	

Legendas:

Unidade Gestora - Código	Unidade Gestora - Nome
530101	Secretaria de Estado da Infraestrutura
220101	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Ação - Código	Ação - Nome
1754	Implantação e melhoramento de pontes
3201	Gerenciamento de Projetos de Operação de Crédito

ID	Intervenção
202201	Construção de ponte sobre o rio Pericumã trecho Central/Bequimão - MA 211
202102	Gerenciamento do Programa Viva Maranhão

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELA DOS SANTOS MAIA
Data: 21/03/2024 15:33:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DANIELA DOS SANTOS MAIA
COORDENADORA DA UNIDADE GESTORA E DE APOIO A
PROGRAMAS ESPECIAIS – UGP/SEPLAN



IPREV/MA

**RELATÓRIO DA
AVALIAÇÃO ATUARIAL
2023**

Fundo em Capitalização/FEPA - Página 02
Fundo em Repartição/Tesouro - Página 92

**FUNDO EM
CAPITALIZAÇÃO
FEPA**



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA - FEPA
CIVIL E MILITAR

NTA 2023.000593.1

Atuários Responsáveis

João Lennon dos Santos Lemos - MIBA 2956 ID 874837-00

Marcela Maria Lacerda Neves - MIBA 3153 ID 874933-00

Data-base Cadastral: 31/12/2022

Data-base Cálculo: 31/12/2022

Data Elaboração: 15/03/2023

Versão 01



SUMÁRIO EXECUTIVO

O relatório aqui apresentado visa mensurar a situação previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores efetivos do Estado do Maranhão do Fundo Previdenciário em Capitalização Civil e Militar, vinculados ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA). Os dados obtidos para elaboração do relatório estão posicionados na mesma referência da data-base de cálculo, em 31/12/2022.

A verificação da situação atuarial do FEPA Civil constatou uma previdência deficitária. As Provisões Totais somam-se em R\$ 39.505.751.345,06 e os Recursos Garantidores em R\$ 2.408.505.468,23. O Resultado Técnico Atuarial é de **-R\$ 37.097.245.876,83**.

No FEPA Militar, a situação atuarial é deficitária em **-R\$ 15.367.958.651,03**, que equivalente às Provisões Totais, não havendo Recursos Garantidores. Os Militares estão inclusos no Sistema de Proteção Social dos Militares, cujo custeio não contempla contribuição patronal.

Abaixo, seguem tabelas com as receitas e despesas projetadas para o ano corrente e os dois subsequentes, bem como o resultado do confronto desses números. Em 2022, o FEPA Civil teve um total de despesas com benefícios de R\$ 2.011.343.258,55, receita de R\$ 1.409.680.461,18, resultando no déficit financeiro de **-R\$ 601.662.797,37**. O FEPA Militar teve uma despesa de R\$ 491.938.805,32, receita de R\$ 174.906.562,28, resultando em um déficit financeiro de **-R\$ 317.032.243,04**.

Tabela 1 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Civil

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
2023	R\$ 1.490.595.696,95	R\$ 2.220.112.156,54	-R\$ 729.516.459,59
2024	R\$ 1.373.232.631,29	R\$ 2.654.592.861,79	-R\$ 1.281.360.230,50
2025	R\$ 1.253.311.455,67	R\$ 3.071.184.271,57	-R\$ 1.817.872.815,90

Tabela 2 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Militar

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
2023	R\$ 179.043.860,76	R\$ 550.322.987,51	-R\$ 371.279.126,75
2024	R\$ 180.559.621,75	R\$ 706.350.457,88	-R\$ 525.790.836,13
2025	R\$ 181.877.588,56	R\$ 793.833.950,72	-R\$ 611.956.362,16



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVO	11
3. BASE NORMATIVA	12
4. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	12
Segurados Civis	12
Segurados Militares	15
5. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO.....	18
Regimes Financeiros	18
Método de Financiamento	18
6. PREMISSAS ATUARIAIS.....	19
Análise de Premissas Atuariais	21
7. CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	24
8. BASE DE DADOS.....	24
9. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - FEPA CIVIL.....	24
Estatísticas de População.....	24
Projeção dos Servidores e Beneficiários	25
Resultado Atuarial Civil.....	27
Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais.....	29
Ganhos e Perdas Atuariais.....	30
Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros.....	30
Custos e Plano de Custeio	31
Custeio Alternativo.....	32
Equacionamento do Déficit Atuarial	33
Parecer Atuarial Civil.....	35
10. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - FEPA MILITAR.....	38
Estatísticas da População.....	38
Projeção dos Servidores e Beneficiários	39



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Resultado Atuarial Militar	40
Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais	41
Ganhos e Perdas Atuariais	42
Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros	43
Custos e Plano de Custeio	44
Equacionamento do Déficit Atuarial	44
Parecer Atuarial Militar	45
11. ANEXOS	47
Projeção para Relatório de Metas Fiscais	47
Demonstrativos Contábeis – Plano de Contas	52
Balanco Atuarial Analítico	58
Gráficos e outros dados	60
Críticas à Base Cadastral	83
Resultados Consolidados	88



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Civil	3
Tabela 2 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Militar	3
Tabela 3 – Premissas Atuariais.....	19
Tabela 4 - Dados Gerais dos Segurados Civis.....	25
Tabela 5 - Estatísticas dos Segurados Civis	25
Tabela 6 - Projeção do Resultado Atuarial Civil.....	27
Tabela 7 - Balanço Atuarial Civil.....	28
Tabela 8 - Composição dos Recursos Garantidores Civil	28
Tabela 9 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Civil.....	29
Tabela 10 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Civil.....	30
Tabela 11 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Civil	30
Tabela 12 - Plano de Custeio Civil.....	32
Tabela 13 - Custo Normal Anual Civil.....	32
Tabela 14 – Avaliação de Alíquota de Contribuição Alternativa Civil.....	33
Tabela 15 - Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial Civil	33
Tabela 16 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL Projetada do Ente	34
Tabela 17 - Dados Gerais dos Segurados Militares.....	38
Tabela 18 - Estatísticas dos Segurados Militares	38
Tabela 19 – Projeção do Resultado Atuarial Militar	40
Tabela 20 - Balanço Atuarial Militar.....	41
Tabela 21 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Militar.....	41
Tabela 22 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Militar.....	42
Tabela 23 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Militar	43
Tabela 24 - Plano de Custeio Militar.....	44
Tabela 25 - Custo Normal Anual Militar.....	44



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 28 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do FEPA Civil	47
Tabela 29 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do FEPA Militar	49
Tabela 26 - Provisões Matemáticas - Registros Contábeis FEPA Civil.....	52
Tabela 27 - Provisões Matemáticas - Registros Contábeis FEPA Militar.....	55
Tabela 30 - Balanço Atuarial Analítico Civil.....	58
Tabela 31 - Balanço Atuarial Analítico Militar.....	59
Tabela 32 - Dados Gerais dos Segurados Cíveis.....	60
Tabela 33 - Tabela de Faixas Salariais e Alíquotas Progressivas Civil	63
Tabela 34 - Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Cíveis	63
Tabela 35 - Distribuição por Faixa e Média Salarial dos Segurados Cíveis	64
Tabela 36 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Civil	70
Tabela 37 - Dados Gerais dos Segurados Militares.....	72
Tabela 38 - Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Militares	75
Tabela 39 - Distribuição por Faixa e Média Salarial dos Segurados Militares	75
Tabela 40 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Militar	81
Tabela 41 - Críticas à Base Cadastral Civil.....	83
Tabela 42 - Críticas à Base Cadastral Militar.....	85
Tabela 43 - Dados Gerais dos Servidores Cíveis e Militares	88
Tabela 44 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Civil e Militar.....	88
Tabela 45 – Projeção do Resultado Atuarial Civil e Militar	89
Tabela 46 - Balanço Atuarial Civil e Militar.....	90



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Projeção do Quantitativo dos Ativos Cíveis	26
Gráfico 2 – Projeção do Quantitativo dos Aposentados Cíveis	26
Gráfico 3 – Projeção do Quantitativo dos Pensionistas Cíveis	27
Gráfico 4 – Resultado Anual Civil a Valor Presente de Acordo com Juros.....	31
Gráfico 5 – Indicadores de Viabilidade do Plano de Equacionamento Civil	35
Gráfico 6 – Projeção do Quantitativo dos Ativos Militares	39
Gráfico 7 – Projeção do Quantitativo dos Aposentados Militares	39
Gráfico 8 – Projeção do Quantitativo de Pensionistas Militares	40
Gráfico 9 – Resultado Anual Militar a Valor Presente de Acordo com Juros.....	43
Gráfico 10 – Divisão dos Segurados Cíveis	60
Gráfico 11 – Sexo por Classe de Segurados Cíveis	61
Gráfico 12 – Pirâmide Etária dos Ativos Cíveis	61
Gráfico 13 – Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Cíveis.....	62
Gráfico 14 – Idade Média Atual e Projetada à Aposentadoria por Sexo dos Ativos Cíveis	62
Gráfico 15 – Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Cíveis	65
Gráfico 16 – Média Salarial por Faixa dos Ativos Cíveis.....	66
Gráfico 17 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Cíveis.....	66
Gráfico 18 – Comparativos dos Quantitativos Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais	67
Gráfico 19 – Comparativos das Remunerações Médias Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais	67
Gráfico 20 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais.....	68
Gráfico 21 – Comparativos dos Resultados Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais	68
Gráfico 22 – Projeção de Despesas Concedidas e a Conceder Civil.....	69
Gráfico 23 – Projeção de Receitas e Despesas Civil	69



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 24 – Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Civil – Em Bilhões.....	70
Gráfico 25 – Projeção de Quantitativos de Segurados Civis por Classe	71
Gráfico 26 – Divisão dos Segurados Militares	72
Gráfico 27 – Sexo por Classe de Segurados Militares	73
Gráfico 28 – Pirâmide Etária dos Ativos Militares	73
Gráfico 29 - Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Militares	74
Gráfico 30 – Idade Média Atual e Projetada à Aposentadoria por Sexo dos Ativos Militares	74
Gráfico 31 – Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Militares	76
Gráfico 32 – Média Salarial por Faixa dos Ativos Militares.....	77
Gráfico 33 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Militares.....	77
Gráfico 34 – Comparativos dos Quantitativos Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	78
Gráfico 35 – Comparativos das Remunerações Médias Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	78
Gráfico 36 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais.....	79
Gráfico 37 – Comparativos dos Resultados Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	79
Gráfico 38 – Projeção de Despesas Concedidas e a Conceder Militar.....	80
Gráfico 39 – Projeção de Receitas e Despesas Militar	80
Gráfico 40 – Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Militar – Em Milhões.....	81
Gráfico 41 – Projeção de Quantitativos de Segurados Militares por Classe	82



1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Atuarial é o documento que dimensiona o valor das reservas matemáticas, das receitas e despesas previdenciárias atuais e futuras, levando em consideração premissas biométricas, econômicas e financeiras. Os resultados apresentados fornecem aos representantes legais do ente, gestores, dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal, informações que possibilitam o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores do Estado do Maranhão.

Este relatório é requisitado pela Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e funcionamento dos RPPS, que requer a realização de uma avaliação atuarial a cada balanço para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios. Complementarmente, a Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022 estrutura as normas aplicáveis às avaliações atuariais e estabelece parâmetros para a definição do custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

No Estado do Maranhão, a Lei Complementar nº 197 de 06 de novembro de 2017 criou o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (IPREV/MA), defino como Unidade Gestora do RPPS do Estado do Maranhão, responsável por gerir os recursos e conceder os benefícios previdenciários e, dentre diversas outras obrigações, realizar a avaliação atuarial.

A Previdência Pública no estado se estrutura em dois planos, estabelecidos a partir da segregação de massa com data de corte no final de 1995. Os servidores que se aposentaram até 31/12/1995 ficaram na massa em repartição, composto por um grupo fechado de aposentados e pensionistas. Já os servidores ativos e os segurados que iriam se aposentar após aquela data foram alocados na massa em capitalização. O primeiro grupo de segurados em repartição compõe a massa Mantidos pelo Tesouro, cuja situação atuarial é exposta em outro relatório; no segundo, montado em Fundo Previdenciário em Capitalização, os segurados estão alocados no Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), fundo integrado de bens, direitos e ativos, na forma do Art. 249 da Constituição Federal de 1988.

A base normativa dos planos de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social passou por alteração com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que alterou diversos dispositivos da previdência social em âmbito nacional. Houve o



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

que se chamou de desconstitucionalização das regras de benefícios, ficando a cargo dos entes federativos instituírem suas próprias regras e, enquanto não o fizerem, as regras do Artigo 40 da Constituição Federal de 1988 anteriores a novembro de 2019 permanecem válidas. Na reforma, os benefícios oferecidos pelos RPPS ficaram limitados às aposentadorias e à pensão por morte.

Em relação aos segurados civis do Maranhão, a Lei Complementar Estadual nº 219 de 26 de novembro de 2019, revalidou a limitação dos benefícios à aposentadoria e pensão por morte; mudou a alíquota de contribuição previdenciária – tanto do servidor quanto a do estado enquanto patrocinador – utilizando a nova modalidade criada na EC nº 103/2019, as alíquotas progressivas. Essa lei complementar também instituiu um comitê para a adequação das demais mudanças no RPPS.

Quanto aos militares, a Lei Federal nº 13.954 de 16 de dezembro de 2019 modificou a estrutura dos benefícios e o custeio da previdência da classe, criando o Sistema de Proteção Social dos Militares. A Lei Complementar Estadual nº 224 de 09 de março de 2020 deu seguimento às alterações pertinentes ao sistema, modificando a alíquota e base contributiva desses segurados, diferenciando-os dos civis, e excluiu o aporte patronal. O Artigo 14 dessa mesma lei manteve a expressa responsabilidade do Tesouro Estadual para os servidores, *in verbis*:

O Estado do Maranhão cobrirá, com recursos do Tesouro Estadual, insuficiências financeiras decorrentes do pagamento das pensões militares e da remuneração da inatividade.

A Lei nº 11.636, de 23 de dezembro de 2021, instituiu no Estado do Maranhão a Previdência Complementar. Para sua efetivação, faz-se necessário autorização pelo órgão fiscalizador de convênio de adesão do patrocinador para com um plano de benefícios Previdenciários administrado por Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

2. OBJETIVO

Esta Avaliação Atuarial objetiva, baseada em Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, apresentar os resultados que evidenciam a situação financeira-atuarial do Regime de Previdência Social do Estado do Maranhão do Fundo Previdenciário em Capitalização, constituído no Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), avaliando o grau de



solvência econômica face à manutenção dos benefícios de natureza previdenciária e estabelecendo os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial. Objetiva-se, inclusive, apresentar as premissas atuariais, financeiras e demográficas utilizadas para cálculo, as comparações com as avaliações anteriores e o perfil da massa coberta.

3. BASE NORMATIVA

➤ Normativas Federais:

- Constituição Federal, art. 40 e suas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 88/2015 e nº 103/2019;
- Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015;
- Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;
- Lei Federal nº 9.796, de 05 de maio de 1999;
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- Portaria MTP nº 1.467, de 02 de julho de 2022.

➤ Normativas Estaduais:

- Lei Complementar nº 073, de 04 de fevereiro de 2004;
- Lei Complementar nº 053, de 28 de setembro de 2011;
- Lei Complementar nº 219, de 26 de novembro de 2019;
- Lei Complementar nº 224, de 09 de março de 2020;
- Lei nº 11.295, de 05 de julho de 2020;
- Lei nº 11.636, de 23 de dezembro de 2021.

4. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Segurados Civis

A Emenda Constitucional nº 103/2019 promoveu uma restrição aos Regimes Próprios de Previdência Social, na qual o rol de benefícios limita-se à aposentadoria e à pensão por morte.

As aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e compulsória consistem na determinação de uma renda vitalícia ao segurado que cumpriu os critérios à elegibilidade do benefício. Os requisitos necessários para a concessão das aposentadorias estão previstos no



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Artigo 40 da Constituição Federal de 1988, com alterações dadas pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003, 47/2005 e pela Lei Complementar nº 152/2015.

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. A seguir estão expostas as regras de elegibilidade vigentes para os servidores estatutários do Estado do Maranhão.

Aposentadoria Voluntária

O Artigo 40 da Constituição Federal de 1988 disciplina a regra permanente atual na qual os servidores se aposentarão, *in verbis*:

Art. 40 ...

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

Para os servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003 os proventos para a) são integrais e os proventos para b) são proporcionais. Já para os servidores ingressaram após 1º/01/2004 têm seus proventos calculados para a) pela média dos 80% maiores salários e para b) pela mesma média mais o proporcional da contribuição.

A Emenda Constitucional nº 41/2003 trouxe duas regras transitórias de aposentação, o Artigo 2º para os servidores que ingressaram no serviço público até 16/12/1998 e o Artigo 6º para os servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/2003, são elas, *in verbis*:

Art. 2º... quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea a deste inciso.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

Proventos calculados pela média menos percentual variante de redução. *In verbis*:

Art. 6º ... vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

A Emenda Constitucional nº 47/2005 trouxe mais uma regra transitória de aposentação, o Artigo 3º para os servidores que ingressaram no serviço público até 16/12/1998, são elas, *in verbis*:

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;
- III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Para os Policiais Civis do Estado, a Lei Complementar Federal nº 51 de 1985 determina que esses servidores se aposentarão, *in verbis*:

- II - voluntariamente, com proventos integrais, independentemente da idade:
 - a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem;
 - b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher.



Aposentadoria Compulsória

O servidor se aposentará automaticamente aos setenta ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma da Lei Complementar, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. A proporcionalidade é calculada pela média aritmética das 80% maiores remunerações.

Aposentadoria por Invalidez Permanente

A aposentadoria por invalidez permanente será devida com proventos integrais quando decorrente de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei. Nos demais casos a aposentadoria por invalidez será com proventos proporcionais; proporcionalidade essa calculada pela média aritmética das 80% maiores remunerações - a partir de julho de 1994 ou da entrada do servidor no serviço público, se após essa data.

Pensão por Morte

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. No caso de pensão decorrente de falecimento de ativo ou inativo, o benefício corresponderá à totalidade das remunerações ou proventos até o limite do teto de benefício aplicável ao RGPS, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite, o que se conclui que haverá redução de 30% sobre a parcela do provento que exceder ao teto do RGPS. Sobre este excedente incidirá contribuição previdenciária prevista em lei.

Existindo mais de um pensionista, a pensão por morte é rateada em 50% para o cônjuge e os outros 50% são divididos entre os outros pensionistas. Há a reversão das cotas-parte em favor dos demais dependentes daquele cujo direito à pensão cessar.

Segurados Militares

A Emenda Constitucional 103/2019 promoveu uma restrição aos Regimes Próprios de Previdência Social, na qual o rol de benefícios limita-se à aposentadoria e à pensão por morte.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Aplicável aos militares, a Lei nº 13.954/2019 modificou as carreiras militares estaduais e estabeleceu novas regras de concessão de aposentadorias e pensões.

A efetiva inatividade do militar se dá na concessão da Reforma. Entretanto, para fins de custeio previdenciário, a Reserva remunerada, que antecede a Reforma, configura a determinação de uma renda vitalícia ao segurado que cumpriu os critérios à elegibilidade do benefício. Nesta avaliação, a elegibilidade de aposentadoria militar refere-se a entrada em Reserva remunerada.

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. A seguir estão expostas as regras de elegibilidade vigentes para os servidores militares do Estado do Maranhão.

Transferência para Reserva Remunerada

Aos militares do Estado do Maranhão ingressantes no serviço ativo, após o início da vigência da Lei Federal nº 13.954/2019, aplicam-se as seguintes normas gerais relativas à transferência, a pedido, para a reserva remunerada, previstas nos Art. 24-A, ratificadas no âmbito estadual pelo Art. 16 da Lei Complementar nº 224/2020, *in verbis*:

(...) I - com remuneração integral a do posto ou graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais, no mínimo, 30 (trinta) anos devem ser de exercício de atividade de natureza militar; ou

II - com remuneração proporcional a do posto ou graduação que o militar possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, com base em tantas quotas de remuneração forem os anos de serviço, se transferido para a inatividade sem atingir o tempo mínimo a que se refere o inciso anterior.

A transferência para a reserva remunerada, de ofício, conforme disposto no inciso IV do Art. 24-A da Lei Federal nº 13.954/2019, foi disciplinada pelo Estado do Maranhão, nos termos do Art. 120 da Lei nº 6.513/1995, com redação alterada pela Lei Complementar nº 224/2020 e Lei nº 11.295/2020, conforme as seguintes regras, *in verbis*:

I – Após atingir o requisito etário:

Para os oficiais: Coronel: 67 (sessenta e sete) anos; demais postos: 65 (sessenta e cinco) anos;

Para praças: 65 (sessenta e cinco) anos.

II – Aos militares nomeados após o início da vigência da Lei Federal nº 13.954/2019, após completar 6 (seis) anos no último posto do seu quadro, desde que com mais de 35 (trinta e cinco) anos de contribuição.

III – Aos militares em atividade na data de publicação da Lei Federal nº 13.954/2019:



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Após completar 5 (cinco) anos no último posto do seu quadro, desde que até 31 de dezembro de 2021, contar com mais de 30 (trinta) anos de tempo de contribuição, se do sexo masculino, ou mais de 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se do sexo feminino;

A partir de 1º de janeiro de 2022, após completar 30 (trinta) anos de tempo de serviço, se do sexo masculino, ou mais de 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço, se do sexo feminino, acrescidos de 17% (dezessete por cento) por ano faltante, cumulativamente com 5 (cinco) anos no último posto do seu quadro.

A transferência do militar para a reforma, de ofício, foi disciplinada pelo Estado do Maranhão, nos termos do art. 125 da Lei nº 6.513/1995, com redação alterada pela Lei Complementar nº 224/2020 e Lei nº 11.295/2020, conforme as seguintes regras, *in verbis*:

I – Ao militar que se encontra na reserva remunerada, após atingir os seguintes requisitos etários:

Para os oficiais:

Coronel, Tenente-Coronel e Major: 72 (setenta e dois) anos;

Demais postos: 70 (setenta) anos.

Para praças: 70 (setenta) anos.

Reforma por Invalidez

A inatividade do militar por invalidez permanente será devida com proventos integrais quando decorrente de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável especificadas em lei. Nos demais casos a aposentadoria por invalidez será com proventos proporcionais; proporcionalidade essa calculada pela média aritmética das 80% maiores remunerações - a partir de julho de 1994 ou da entrada do servidor no serviço público, se após essa data.

Art. 128. O militar da ativa julgado incapaz definitivamente por um dos motivos constantes dos incisos I, II, III e IV do artigo anterior, será reformado com a remuneração integral, calculada com base na remuneração do posto ou da graduação que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada.;

§2º - Os Laudos Periciais devem se ater à incapacidade do militar, se este está apto ou não para o serviço ativo e se a moléstia sofrida pelo militar se equipara ou não a doença profissional;

§3º - Caso a incapacidade do militar for decorrente de acidente, o laudo pericial deve informar se o militar está incapaz ou não para o serviço ativo e se o acidente tem ou não relação com o serviço;



Pensão por Morte

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. Nos termos do Art. 2º Lei Complementar nº 224/2020, *in verbis*:

§1º O benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade.

§ 2º O valor da pensão é irredutível e deve ser revisto automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

Existindo mais de um pensionista, a pensão por morte é rateada por todos os beneficiários em partes iguais, revertendo-se em favor dos demais a cota-parte daquele cujo direito à pensão cessar.

5. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Regimes Financeiros

O plano de benefícios programados é estruturado por benefício definido e adota-se o regime financeiro de capitalização para cálculo de todas as reservas, conhecido como *full funding*.

A capitalização é o regime em que há a formação de uma massa de recursos, acumulada durante o período de contribuição, capaz de garantir a geração de receitas equivalentes ao fluxo de fundos integralmente constituídos, para garantia dos benefícios iniciados após o período de acumulação dos recursos.

Método de Financiamento

O custo normal dos benefícios é determinado pelo método Agregado/Ortodoxo. O Custo Normal total percentual equivale à contribuição normal definida em lei e a alocação das contribuições financiadoras dos benefícios é determinada pela proporção do custo do respectivo benefício. As datas de referência desse custo correspondem à data focal da avaliação atuarial e a de início dos benefícios. Esse método utiliza benefício projetado, com



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

custo normal agregado, reconhecimento diferido e implícito de perdas e ganhos atuariais e sem serviço passado.

Para o registro das provisões benefícios a conceder nas demonstrações contábeis aplica-se o método de financiamento do Crédito Unitário Projetado com base na data de ingresso no ente federativo (CUP/CUP-e ou PUC), em acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público 9ª Edição, *in verbis*:

No que se refere ao método de avaliação atuarial, a entidade deve utilizar o método de crédito unitário projetado (denominado PUC) para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado.

O método CUP-e utilizada benefício projetado, com custo normal individual, reconhecimento imediato e explícito de perdas e ganhos atuariais e sem serviço passado.

6. PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas ou hipóteses atuariais compreendem o conjunto de premissas biométricas, econômicas e financeiras que serão utilizadas na avaliação para determinar o comportamento das variáveis envolvidas na quantificação das obrigações previdenciárias do RPPS. Os parâmetros empregados neste estudo foram definidos em conformidade com os requisitos mínimos dispostos na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Tabela 3 – Premissas Atuariais		
Premissa	2022	2023
Sobrevivência	IBGE - 2020 Segregada por Sexo	IBGE - 2021 Segregada por Sexo
Mortalidade de Válidos	IBGE - 2020 Segregada por Sexo	IBGE - 2021 Segregada por Sexo
Mortalidade de Inválidos	IBGE - 2020 Segregada por Sexo	IBGE - 2021 Segregada por Sexo
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Novos entrantes	Grupo fechado	Grupo fechado
Taxa de Crescimento Real da Remuneração	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	0,51%	0,00%
Taxa de Juros Atuarial	2,50%	4,74% Civil e 4,82% Militar
Idade Estimada de Ingresso no Mercado de Trabalho	25 anos com um aproveitamento de 30,00% para Cíveis e 10% para Militares.	25 anos com um aproveitamento de 30,00% para Cíveis e Militares.
Idade Estimada de Entrada em Aposentadoria	Servidores civis: considera-se para os não elegíveis o lapso de 6 anos e elegíveis 1 ano decrescente à	Servidores civis: considera-se para os não elegíveis o lapso de 6 anos e elegíveis 3 anos decrescentes à idade.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Programada	idade. Militares: considera-se que não há diferimento para os não elegíveis e lapso de 1 ano decrescente à idade aos elegíveis.	Militares: considera-se para os não elegíveis o lapso de 1 ano e elegíveis 1 ano decrescente à idade.
Composição do Grupo Familiar	São consideradas as informações cadastrais dos dependentes do servidor. Na falta dessas informações, com base no perfil médio cadastral, considera-se que o servidor civil homem é casado em média com uma mulher 2,00 anos mais nova e a servidora mulher com um homem 2,00 anos mais velho. Nos militares a diferença é de 3,50 anos. Estima-se que 65% dos servidores deixarão pensão, seja ativo ou inativo.	São consideradas as informações cadastrais dos dependentes do servidor. Na falta dessas informações, com base no perfil médio cadastral, considera-se que o servidor civil homem é casado em média com uma mulher 2,00 anos mais nova e a servidora mulher com um homem 2,00 anos mais velho. Nos militares a diferença é de 3,50 anos. Estima-se que 65% dos servidores deixarão pensão, seja ativo ou inativo.
Compensação Previdenciária	Benefícios Concedidos Civil e Benefícios a Conceder Civil e Militar	Benefícios Concedidos Civil e Benefícios a Conceder Civil e Militar
Fator de Determinação	0,98	1,00
Benefícios a Conceder com Base na Média das Remunerações ou com Base na Última Remuneração	O cálculo do benefício de aposentadoria inicial é dado pela projeção com base no crescimento salarial da data base da avaliação atuarial à idade projetada ao benefício, sendo aplicado o fator em relação ao último salário, sendo considerada a média das 80% maiores remunerações ou a integralidade. O fator que ajusta os benefícios a conceder de aposentadoria por invalidez é calculado pela legislação aplicável ao benefício servidor, podendo ser integral ou proporcional ao tempo de contribuição; o fator de ajuste da pensão calcula a limitação legal do excedente do teto do RGPS aos benefícios de pensão.	O cálculo do benefício de aposentadoria inicial é dado pela projeção com base no crescimento salarial da data base da avaliação atuarial à idade projetada ao benefício, sendo aplicado o fator em relação ao último salário, sendo considerada a média das 80% maiores remunerações ou a integralidade. O fator que ajusta os benefícios a conceder de aposentadoria por invalidez é calculado pela legislação aplicável ao benefício servidor, podendo ser integral ou proporcional ao tempo de contribuição; o fator de ajuste da pensão calcula a limitação legal do excedente do teto do RGPS aos benefícios de pensão.
Indexador Inflacionário	INPC	INPC



Análise de Premissas Atuariais

Taxa real de crescimento da remuneração

Fundamentado em informações recebidas pela Unidade Gestora e em análise de dados históricos, constatou-se ganhos salariais reais acima das expectativas dos Planos Gerais de Carreiras, superando índices inflacionários no médio prazo. Assim, optou-se por adotar um crescimento salarial real que seja condizente com o histórico da massa salarial, mas ponderado com expectativas macroeconômicas e condições fiscais do Estado. Utilizou-se 2,00% para Cíveis e Militares.

Taxa real de crescimento dos proventos

Em análise agregada do crescimento real dos benefícios por período de dez anos, observou-se que média móvel de cinco anos tem decrescido até alcançar valores negativos nas últimas referências, ocorridas e projetadas à inflação esperada pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, espera-se que os benefícios não sejam reajustados a ponto de superar a inflação de longo período. Utilizou-se 0,00% para Cíveis e Militares.

Taxa de juros Atuarial

A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ETTJ) seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS. A taxa de juros parâmetro utiliza, para sua correspondência aos pontos da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior.

Para a duração do passivo do exercício anterior, calculada em 18,72 na Previdência Civil e 24,34 na Previdência Militar, os juros da ETTJ constantes na Portaria MTP nº 1.467/2022 a serem utilizados são 4,74% e 4,82%, respectivamente.

Idade estimada de ingresso no mercado de trabalho



Caso a base de dados não contemple o tempo de serviço anterior, adota-se o mínimo entre a idade de admissão e a idade de 25 anos, com aproveitamento percentual do tempo de acordo com a premissa de compensação previdenciária.

Compensação previdenciária

O fluxo futuro de compensação de benefícios concedidos pelo IPREV/MA, dado pela proporção do valor líquido entre recebimentos e pagamentos em relação a despesa total do exercício anterior sobre a folha desses benefícios projetada, é destinado ao Fundo Previdenciário Civil. A Emenda Constitucional nº 103/2019 disciplinou a compensação militar, nos termos do § 9º-A do Art. 201 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, espera-se que as próximas reavaliações atuariais demonstrem valores de compensação previdenciária militar de benefícios concedidos.

A estimativa de compensação a receber de benefícios a conceder é calculada com base nas informações de tempo de serviço de cada servidor ativo e, na ausência destas, com base na estimativa de tempo de serviço calculada de acordo com a premissa de idade estimada de ingresso no mercado de trabalho.

Sobre a diferença da idade de entrada no ente e a idade estimada de ingresso no mercado de trabalho aplica-se o percentual equivalente a expectativa de tempo averbado, determinada com base em dados de processos de aposentadoria com compensação previdenciária. O percentual é de 30,00%.

Idade estimada de entrada em aposentadoria programada

A idade projetada ao benefício, quando a probabilidade de entrada em benefício é 100%, é estimada a partir da idade mínima de aposentadoria - obtida com base nos parâmetros de idade, tempo mínimo do serviço público e no cargo, tempo a contribuir e nas idades mínimas de aposentadoria definidas na legislação por sexo e por categoria de carreira pública - adicionada do período de deferimento, estabelecido por lapsos.

O lapso após elegibilidade corresponde ao período esperado entre a idade mínima projetada e a idade de entrada em benefício aos servidores que ainda não possuem critérios mínimos atingidos na data-base da avaliação atuarial. Essa premissa é determinada de acordo com observações de benefícios concedidos nos últimos cinco anos. Foram analisadas 8642



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

aposentadorias civis e 1393 militares, segregadas por sexo e carreira, cujo diferimento médio ponderado é de 6 anos civil e 1 ano militar.

O lapso risco iminente corresponde ao período esperado entre idade atual e a entrada do benefício para os riscos iminentes, servidores que já possuem o direito ao benefício na data-base; esse lapso corresponde a expectativa de tempo em abono de permanência e sua estimativa é proporcional à idade com a finalidade de distribuir a entrada em aposentadoria com base no comportamento dos servidores, aumentando a aderência das projeções dos primeiros anos. Utiliza-se 3 anos para civil e 1 ano militar, decrescentes à idade.

A idade estimada de aposentadoria programada dos servidores ativos já elegíveis é premissa sensível às projeções atuariais dos primeiros anos, face ao considerável número de segurados nessa condição. Essa premissa tem sido acompanhada com a finalidade de aproximar o resultado projetado ao executado.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos

Com a finalidade de aumentar a aproximação das projeções com a execução orçamentária, optou-se por considerar o indexador nulo para o Fator de determinação, ainda que projeções próprias e boletins macroeconômicos indiquem expectativas de inflação. Para tanto, o fator equivale a 1,00.

Composição do grupo familiar

São consideradas as informações cadastrais dos dependentes do servidor. Na falta dessas informações, com base no perfil médio cadastral, considera-se que o servidor civil homem é casado em média com uma mulher 2,00 anos mais nova e a servidora mulher com um homem 2,00 anos mais velho, e que 65% dos servidores deixarão pensão, seja ativo ou inativo. Para os militares, considera-se a diferença de 3,50 anos.

Tábuas Biométricas

Tábua de mortalidade geral e sobrevivência de válidos e inválidos e tábua de entrada em invalidez



Utiliza-se as tábuas referenciais por ausência de dados históricos de morte e invalidez. A tábua referencial de mortalidade geral e sobrevivência é a fornecida Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais recente, segregada por sexo e extrapolada, e a tábua de entrada em invalidez é a Álvaro Vindas.

7. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do IPREV/MA são custeadas pelo Tesouro Estadual em conformidade com o art. 2º da Lei Complementar nº 73 de 04 de fevereiro de 2004.

8. BASE DE DADOS

A base de dados utilizada está posicionada em 31/12/2022 e os testes de consistência realizados demonstraram a qualidade do cadastro, pois não foram necessários ajustes significativos, o que atesta a sua qualidade, completude e atualização.

As remunerações, o valor das contribuições e o quantitativo de segurados guardam estreita relação ao observado na execução orçamentária à data-base, sendo validadas sob o limite de distorção de 5,00%. Dessa forma, demonstra-se com fidedignidade o cadastro previdenciário dos segurados do FEPA Civil e Militar.

Carece, entretanto, de informações cadastrais mais completas, visto que houve adoção de premissas para suprir a falta de determinadas variáveis. Quanto maior a completude cadastral, mais fidedigno será o resultado. É fundamental que o RPPS e o Ente Federativo instituam rotinas permanentes de manutenção e aperfeiçoamento das informações cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, não só para fornecer dados qualificados para avaliações atuariais, mas também para uma gestão previdenciária mais eficiente.

9. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - FEPA CIVIL

Estatísticas de População

Em 2022, o FEPA Civil teve um total de despesas com benefícios de R\$ 2.011.343.258,55, receita de R\$ 1.409.680.461,18, resultando no déficit financeiro de -R\$



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

601.662.797,37. A despesa aumentou 12,76% em relação ao ano anterior; a receita, 8,95%; o resultado foi incrementado negativamente em 22,82%, equivalente a R\$ 111.773.799,56.

Em relação às folhas mensais, os ativos custavam R\$ 270,19, aposentados R\$ 119,84 e pensionistas 20,19 milhões em 2021. Em 2022, os ativos passaram a custar R\$ 302,62, aposentados R\$ 135,78 e pensionistas R\$ 23,79 milhões.

Tabela 4 - Dados Gerais dos Segurados Civis

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Ativos	41266	R\$7.333,51	52,94	R\$302.624.727,66	65,47%
Aposentados	29728	R\$4.567,75	70,67	R\$135.789.941,89	29,38%
Pensionistas	6276	R\$3.791,59	65,12	R\$23.795.987,98	5,15%

Tabela 5 - Estatísticas dos Segurados Civis

Segurados	Qnt		Remuneração Média		Folha Mensal	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Ativos	22948	18318	R\$6.774,14	R\$8.034,28	R\$155.452.860,04	R\$147.171.867,62
Professores	11962	6724	R\$5.778,63	R\$5.950,99	R\$69.124.026,98	R\$40.014.466,21
Não Professores	10986	11594	R\$7.858,08	R\$9.242,49	R\$86.328.833,06	R\$107.157.401,41
Aposentados	24521	5207	R\$4.158,26	R\$6.496,10	R\$101.964.724,67	R\$33.825.217,22
Pensionistas	4200	2076	R\$4.084,49	R\$3.199,00	R\$17.154.873,95	R\$6.641.114,03
Vitalícios	4006	1873	R\$4.150,97	R\$3.298,21	R\$16.628.776,16	R\$6.177.546,99
Temporários	194	203	R\$2.711,84	R\$2.283,58	R\$526.097,79	R\$463.567,04
Segurados	Idade Média		Idade Média Projetada		Idade Média Admissão	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Ativos	53,92	51,71	62,45	67,11	30,02	30,51
Professores	53,78	50,11	60,85	65,02	31,39	33,38
Não Professores	54,08	52,63	64,19	68,33	28,54	28,85
Aposentados	70,17	73,03			30,13	30,16
Pensionistas	65,24	64,88				
Vitalícios	67,75	70,50				
Temporários	13,25	13,07				

Projeção dos Servidores e Beneficiários

Os gráficos seguintes demonstram a trajetória da população fechada de servidores ativos, aposentados e pensionistas.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 1 – Projeção do Quantitativo dos Ativos Civis

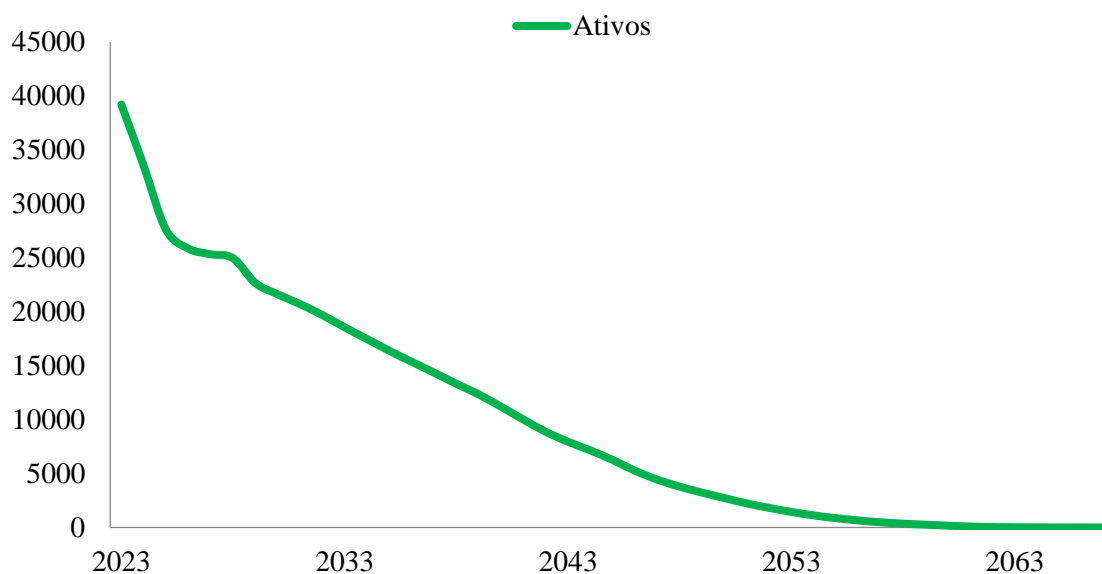


Gráfico 2 – Projeção do Quantitativo dos Aposentados Civis

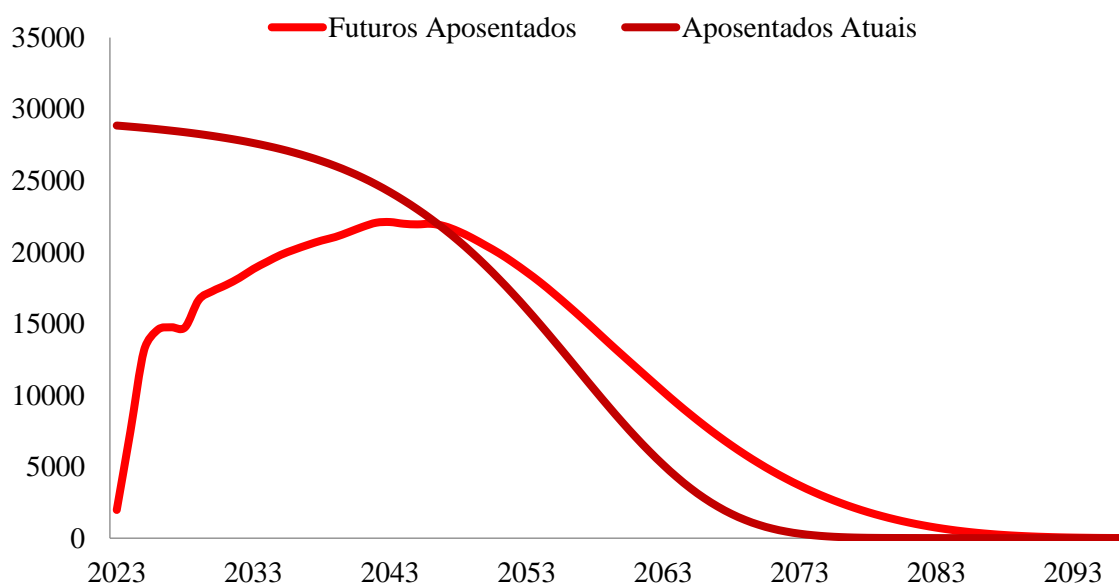
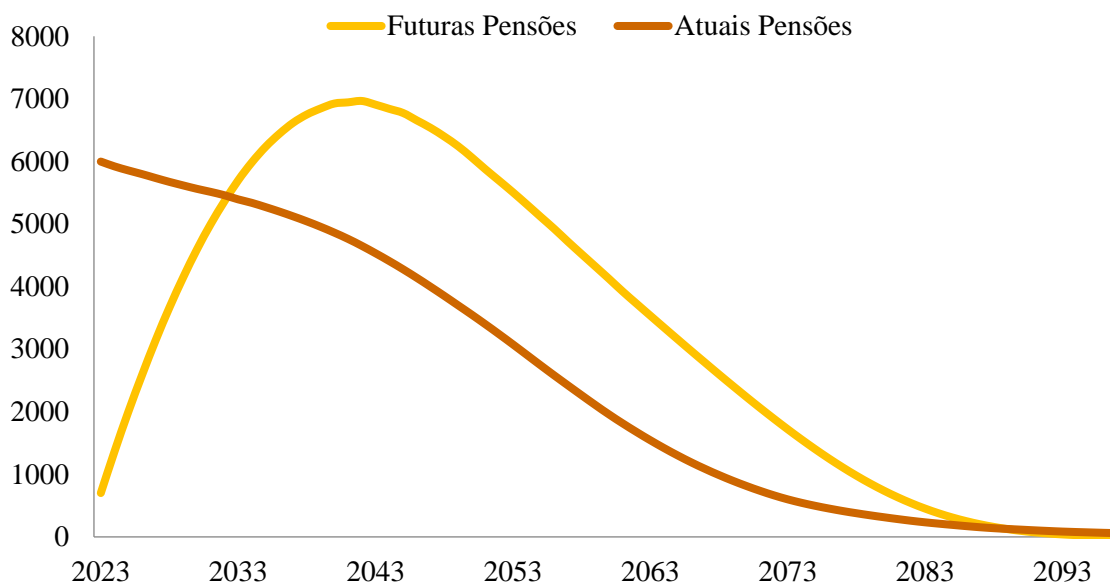




Gráfico 3 – Projeção do Quantitativo dos Pensionistas Civis



Resultado Atuarial Civil

O resultado atuarial é provido a partir do confronto dos futuros compromissos líquidos das receitas previdenciárias, determinados pela Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), referente a benefícios futuros decorrentes dos ativos; Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), de benefícios já implantados de aposentados e pensionistas; e outras despesas com os recursos garantidores fundo previdenciário. Os recursos garantidores do FEPA estão alocados na Previdência Civil em sua totalidade, cuja composição consta na Tabela 8. O Balanço Atuarial revela desequilíbrio, com um déficit de - R\$ 37.097.245.876,83.

A tabela abaixo mostra a projeção das receitas e despesas previdenciárias que compõem as provisões, cujo saldo anual acumulado valor presente equivale ao resultado atuarial, demonstrado no Balanço Atuarial.

Tabela 6 - Projeção do Resultado Atuarial Civil

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)	Saldo Acumulado a Valor Atual (D): (D) Anterior + (C)
2023	R\$ 1.490.595.696,95	R\$ 2.220.112.156,54	-R\$ 729.516.459,59	R\$ 1.712.003.215,42
2024	R\$ 1.373.232.631,29	R\$ 2.654.592.861,79	-R\$ 1.281.360.230,50	R\$ 543.994.451,15
2025	R\$ 1.253.311.455,67	R\$ 3.071.184.271,57	-R\$ 1.817.872.815,90	-R\$ 1.038.075.881,58



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2026	R\$ 1.227.977.569,69	R\$ 3.172.537.013,42	-R\$ 1.944.559.443,73	-R\$ 2.653.813.905,24
2027	R\$ 1.235.460.800,85	R\$ 3.165.327.247,73	-R\$ 1.929.866.446,88	-R\$ 4.184.775.892,54
2037	R\$ 1.057.355.932,85	R\$ 3.388.238.291,05	-R\$ 2.330.882.358,20	-R\$ 17.484.282.733,26
2047	R\$ 593.849.545,91	R\$ 3.301.751.566,97	-R\$ 2.707.902.021,06	-R\$ 27.412.633.514,05
2057	R\$ 234.393.704,16	R\$ 2.459.150.298,82	-R\$ 2.224.756.594,66	-R\$ 33.628.154.458,06
2067	R\$ 101.925.472,86	R\$ 1.278.582.767,92	-R\$ 1.176.657.295,06	-R\$ 36.256.436.002,81
2077	R\$ 35.226.824,18	R\$ 429.326.664,12	-R\$ 394.099.839,94	-R\$ 36.974.639.405,58
2087	R\$ 5.474.029,62	R\$ 65.193.605,71	-R\$ 59.719.576,09	-R\$ 37.090.065.755,21
2097	R\$ 153.484,84	R\$ 2.244.487,43	-R\$ 2.091.002,59	-R\$ 37.097.245.876,83

Tabela 7 - Balanço Atuarial Civil

Grupo	Valor
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 22.425.375.151,20
Aposentadorias	R\$ 17.796.274.025,01
Pensões	R\$ 5.293.051.266,50
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 561.531.963,12
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 102.418.177,19
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 17.080.376.193,86
Aposentadorias	R\$ 28.450.257.162,83
Pensões	R\$ 5.500.288.570,44
Contribuições sobre Salários (-)	R\$ 14.725.646.822,13
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 1.593.933.676,51
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 550.589.040,77
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 39.505.751.345,06
Parcelamentos	R\$ 0,00
Outros Resultados	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 2.408.505.468,23
Resultado Atuarial	-R\$ 37.097.245.876,83

Tabela 8 - Composição dos Recursos Garantidores Civil

Ativo	Segmento	Saldo em Dez/2022	% Total
BB PREV RF REF DI LP PERFIL	Renda fixa	R\$ 12.011.309,91	0,50%
BB PREV RF IRF - M1	Renda fixa	R\$ 154.411.654,08	6,41%
BB PREV RF FLUXO	Renda fixa	R\$ 28.530.094,42	1,18%
BB PREV RF IDKA 2	Renda fixa	R\$ 6.294.362,19	0,26%
BB REC IMOBILIÁRIO FII	Renda variável	R\$ 3.004.132,78	0,12%
TÍTULOS CVSA	Outros	R\$ 4.764.014,74	0,20%
IMOVÉIS	Imóveis	R\$ 2.199.489.900,11	91,32%
Patrimônio Total		R\$ 2.408.505.468,23	100,00%



Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais

Tabela 9 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Civil			
Remunerações	2021	2022	2023
Ativos	R\$6.254,80	R\$6.307,64	R\$7.333,51
Aposentados	R\$3.927,45	R\$4.112,71	R\$4.567,75
Pensionistas	R\$3.377,79	R\$3.477,80	R\$3.791,59
Quantitativo	2021	2022	2023
Ativos	44978	42836	41266
Aposentados	28086	29140	29728
Pensionistas	5788	5806	6276
Resultado	2021	2022	2023
Duração do Passivo	18,70	18,72	14,92
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$24.365.533.340,25	R\$25.763.636.730,10	R\$22.425.375.151,20
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$36.942.523.068,14	R\$31.211.827.183,13	R\$17.080.376.193,86
Parcelamentos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Outros Resultados	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Recursos Garantidores	R\$ 2.793.603.773,36	R\$2.328.708.751,73	R\$2.408.505.468,23
Resultado Atuarial	-R\$ 58.514.552.635,03	-R\$54.646.755.161,50	-R\$37.097.245.876,83
Resultado Atuarial Juros 0,00%	-R\$ 106.581.778.467,03	-R\$ 100.214.235.433,42	-R\$ 103.186.439.309,91

Nos últimos 3 anos, observa-se o crescimento na massa salarial de todos os segurados e a redução do quantitativo de ativos acompanhada do aumento de aposentados e pensionistas.

Quanto ao resultado, a Provisão de Benefícios Concedidos foi reduzida em 12,96% no último resultado; a Provisão de Benefícios a Conceder foi reduzida em 45,28% e os Recursos Garantidores sofreram aumento de 3,43%. No Resultado Técnico Atuarial, a Avaliação de 2023 trouxe uma redução em 32,11%; sem a influência dos juros, o resultado foi incrementado em 2,97%.

As variações nos resultados dos últimos anos se dão em razão de atualizações cadastrais, da variação nos Recursos Garantidores e das alterações nas premissas atuariais



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

com a finalidade de garantir a aderência do cálculo à efetiva execução das receitas e despesas previdenciárias.

O resultado de 2023 foi impactado, majoritariamente, pela mudança brusca na taxa de juros em virtude da alteração legal advinda com a MTP nº 1.467/2022. Os juros anteriormente utilizados, de 2,50%, eram os definidos na Política Anual de Investimentos e passaram a ser 4,74%, definidos por meio da Estrutura a Termo da Taxa de Juros. Essas variações são detalhadas no Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais.

Ganhos e Perdas Atuariais

Tabela 10 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Civil					
Item	Esperado em 31/12/2022	Calculado em 31/12/2022	Ganho ou Perda Atuarial	Juros	Outras Premissas
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 27,97 Bi	R\$ 22,42 Bi	R\$ 5,54 Bi	R\$ 5,29 Bi	R\$ 253,96 Mi
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 33,88 Bi	R\$ 17,08 Bi	R\$ 16,80 Bi	R\$ 14,60 Bi	R\$ 2,20 Bi
Provisões Totais	R\$ 61,85 Bi	R\$ 39,50 Bi	R\$ 22,35 Bi	R\$ 19,89 Bi	R\$ 2,45 Bi
Resultado Previdenciário de 2022	-R\$ 585,28 Mi	-R\$ 601,66 Mi	-R\$ 16,38 Bi	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 1,80 Bi	R\$ 2,40 Bi	R\$ 606,85 Mi	R\$ 0,00	R\$ 606,85 Mi
Resultado Técnico Atuarial	-R\$ 59,47 Bi	-R\$ 37,09 Bi	R\$ 22,37 Bi	R\$ 19,89 Bi	R\$ 2,47 Mi

Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros

Os valores calculados são referenciados ao presente com base na taxa de juros atuarial anual. A comparação do resultado atuarial com juros diferentes dos utilizados para cálculo revela a influência dessa premissa no resultado. É possível avaliar que variações de 1,00% podem oscilar o resultado consideravelmente.

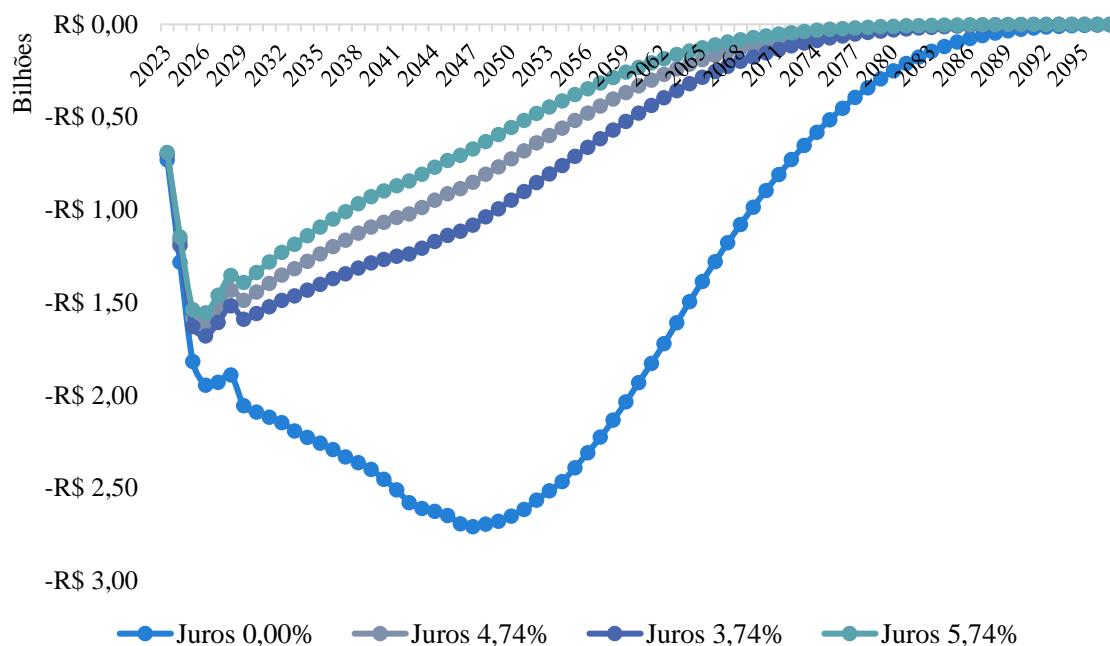
Tabela 11 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Civil			
0,00%	3,74%	4,74%	5,74%
-R\$ 103.186.439.309,91	-R\$ 44.645.076.524,04	-R\$ 37.097.245.876,83	-R\$ 31.242.189.024,76



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

O resultado atuarial é obtido do somatório de resultados anuais a valor presente, ajustados pelos juros. Quanto maior os juros, mais positivo será o resultado em relação a um ambiente neutro, a 0,00% de juros. No ponto da projeção anual em que há o maior déficit, em 2047, o resultado a juros 0,00% é -R\$ 2,70 bilhões e no calculado de 4,74%, -R\$ 0,85 bilhão.

Gráfico 4 – Resultado Anual Civil a Valor Presente de Acordo com Juros



Custos e Plano de Custeio

A alíquota de contribuição definida no Estado do Maranhão é a progressiva, cujos valores oscilam de 7,50% a 22,00% entre faixas determinadas, alcançando, na data-base, o valor efetivo de 37,20%, sendo 12,40% dos ativos e 24,80% do aporte patronal.

O Custo Total dos benefícios equivale a 86,84% da base contributiva dos segurados ativos, composto de 39,30% do Custo Normal estabelecido ao plano de custeio, equivalente à alíquota progressiva efetiva esperada sobre salários futuros adicionada da parcela patronal, e 47,32% do Custo Suplementar, referente ao valor das alíquotas que equilibram o custeio.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 12 - Plano de Custeio Civil

Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar
Aposentadorias programadas	31,68%	37,93%
Aposentadorias por invalidez	1,44%	1,72%
Pensão por morte do ativo	2,69%	3,22%
Reversão de aposentadoria de válido	3,53%	4,23%
Reversão de aposentadoria de inválido	0,17%	0,21%
Despesa Administrativa	0,00%	0,00%
Custo	39,52%	47,32%
Custo Total	86,84%	

Tabela 13 - Custo Normal Anual Civil

Benefício	Custo Normal
Aposentadorias programadas	R\$1.135.238.701,29
Aposentadorias por invalidez	R\$51.600.212,59
Pensão por morte do ativo	R\$96.430.680,41
Reversão de aposentadoria de válido	R\$126.638.879,69
Reversão de aposentadoria de inválido	R\$6.188.675,79
Despesa Administrativa	R\$0,00
Custo Total	R\$1.416.097.149,77

Custeio Alternativo

A Lei Federal nº 9.717/1998 determina que as alíquotas dos servidores dos RPPS estaduais e municipais não devem ser inferiores às alíquotas exercidas pelos servidores no RPPS da União, atualmente progressivas, majoradas ou diminuídas sob o valor de 14,00%. Esse mesmo percentual é parâmetro como mínimo aplicável caso o ente federativo opte por uma alíquota linear. As alíquotas adotadas pelo no Estado do Maranhão são as progressivas iguais às aplicadas pela União, alcançando 12,40% sobre a folha de ativos em dezembro de 2022.

Avaliando o uso da alíquota linear parâmetro observa-se, acompanhando do já estabelecido aporte patronal equivalente ao dobro da contribuição de ativo, um aumento na arrecadação do plano em R\$ 14 milhões mensais. Cabe notar que há redução na contribuição sobre benefícios, umas vezes que suas contribuições iniciam na faixa de 14,50%.



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 14 – Avaliação de Alíquota de Contribuição Alternativa Civil		
Segurado	Progressiva Atual	14,00% Linear
Ativos + Patronal	R\$ 112.551.392,10	R\$ 127.551.392,10
Aposentados	R\$ 3.398.120,15	R\$ 2.959.032,91
Pensionistas	R\$ 809.537,38	R\$ 722.351,15
Total	R\$ 116.759.049,63	R\$ 130.783.769,68

Equacionamento do Déficit Atuarial

Em razão do déficit atuarial identificado, faz-se necessário a adoção de medidas que possam equacioná-lo. Atualmente não há medidas de equacionamento desse resultado vigentes no Estado do Maranhão. Desse modo, propõe-se ao FEPA Civil a implantação de um plano de equacionamento do passivo atuarial por meio de aportes suplementares anuais, pelo prazo de 35 anos, conforme a Tabela 15, definidos a juros de 4,74% ao ano.

Ressalta-se que existem outras ações que podem ser adotadas concomitantemente ao plano proposto, podendo reduzir o déficit atuarial e consequentemente o valor do aporte suplementar. É possível promover adequações das regras de concessão, de cálculo e reajuste dos benefícios; aportar de bens, direitos e ativos, cumpridos requisitos técnicos e legais; avaliar uma nova segregação de massa para que possa ocorrer a capitalização de recursos em um novo plano; adotar a alíquota mínima de 14,00% e ampliar da base contributiva de benefícios.

Tabela 15 - Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial Civil				
Equacionamento por Aportes Suplementares				
Ano	Aporte	Juros	Amortização	Saldo do déficit
2023	R\$2.191.777.057,49	R\$1.758.409.454,56	R\$433.367.602,93	R\$37.097.245.876,83
2024	R\$2.191.777.057,49	R\$1.737.867.830,18	R\$453.909.227,31	R\$36.663.878.273,91
2025	R\$2.191.777.057,49	R\$1.716.352.532,81	R\$475.424.524,68	R\$36.209.969.046,60
2026	R\$2.191.777.057,49	R\$1.693.817.410,34	R\$497.959.647,15	R\$35.734.544.521,92
2027	R\$2.191.777.057,49	R\$1.670.214.123,06	R\$521.562.934,42	R\$35.236.584.874,77
2028	R\$2.191.777.057,49	R\$1.645.492.039,97	R\$546.285.017,52	R\$34.715.021.940,35
2029	R\$2.191.777.057,49	R\$1.619.598.130,14	R\$572.178.927,35	R\$34.168.736.922,83
2030	R\$2.191.777.057,49	R\$1.592.476.848,99	R\$599.300.208,50	R\$33.596.557.995,48
2031	R\$2.191.777.057,49	R\$1.564.070.019,10	R\$627.707.038,39	R\$32.997.257.786,98
2032	R\$2.191.777.057,49	R\$1.534.316.705,48	R\$657.460.352,01	R\$32.369.550.748,60
2033	R\$2.191.777.057,49	R\$1.503.153.084,80	R\$688.623.972,69	R\$31.712.090.396,59
2034	R\$2.191.777.057,49	R\$1.470.512.308,49	R\$721.264.749,00	R\$31.023.466.423,90
2035	R\$2.191.777.057,49	R\$1.436.324.359,39	R\$755.452.698,10	R\$30.302.201.674,91



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2036	R\$2.191.777.057,49	R\$1.400.515.901,50	R\$791.261.155,99	R\$29.546.748.976,81
2037	R\$2.191.777.057,49	R\$1.363.010.122,71	R\$828.766.934,78	R\$28.755.487.820,82
2038	R\$2.191.777.057,49	R\$1.323.726.570,00	R\$868.050.487,49	R\$27.926.720.886,04
2039	R\$2.191.777.057,49	R\$1.282.580.976,89	R\$909.196.080,60	R\$27.058.670.398,55
2040	R\$2.191.777.057,49	R\$1.239.485.082,67	R\$952.291.974,82	R\$26.149.474.317,95
2041	R\$2.191.777.057,49	R\$1.194.346.443,06	R\$997.430.614,42	R\$25.197.182.343,13
2042	R\$2.191.777.057,49	R\$1.147.068.231,94	R\$1.044.708.825,55	R\$24.199.751.728,71
2043	R\$2.191.777.057,49	R\$1.097.549.033,61	R\$1.094.228.023,88	R\$23.155.042.903,16
2044	R\$2.191.777.057,49	R\$1.045.682.625,28	R\$1.146.094.432,21	R\$22.060.814.879,28
2045	R\$2.191.777.057,49	R\$991.357.749,19	R\$1.200.419.308,30	R\$20.914.720.447,07
2046	R\$2.191.777.057,49	R\$934.457.873,98	R\$1.257.319.183,51	R\$19.714.301.138,77
2047	R\$2.191.777.057,49	R\$874.860.944,68	R\$1.316.916.112,81	R\$18.456.981.955,26
2048	R\$2.191.777.057,49	R\$812.439.120,93	R\$1.379.337.936,56	R\$17.140.065.842,45
2049	R\$2.191.777.057,49	R\$747.058.502,74	R\$1.444.718.554,75	R\$15.760.727.905,90
2050	R\$2.191.777.057,49	R\$678.578.843,24	R\$1.513.198.214,24	R\$14.316.009.351,15
2051	R\$2.191.777.057,49	R\$606.853.247,89	R\$1.584.923.809,60	R\$12.802.811.136,91
2052	R\$2.191.777.057,49	R\$531.727.859,31	R\$1.660.049.198,17	R\$11.217.887.327,31
2053	R\$2.191.777.057,49	R\$453.041.527,32	R\$1.738.735.530,17	R\$9.557.838.129,13
2054	R\$2.191.777.057,49	R\$370.625.463,19	R\$1.821.151.594,30	R\$7.819.102.598,96
2055	R\$2.191.777.057,49	R\$284.302.877,62	R\$1.907.474.179,87	R\$5.997.951.004,67
2056	R\$2.191.777.057,49	R\$193.888.601,50	R\$1.997.888.455,99	R\$4.090.476.824,80
2057	R\$2.191.777.057,49	R\$99.188.688,68	R\$2.092.588.368,81	R\$2.092.588.368,81
2058	R\$ 0,00	R\$0,00	R\$2.191.777.057,49	R\$0,00

A Tabela 16 e o Gráfico 5 são resultados que avaliam o plano de equacionamento proposto quanto à sua viabilidade fiscal, de acordo com parâmetros determinados pela Secretaria de Previdência. Os indicadores revelam que o plano com contribuição suplementar anual de R\$ 2.191.777.057,49 tem efetividade e viabilidade fiscal em relação ao gasto com pessoal, limitado a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL), nos moldes da Lei Complementar nº 101/2000.

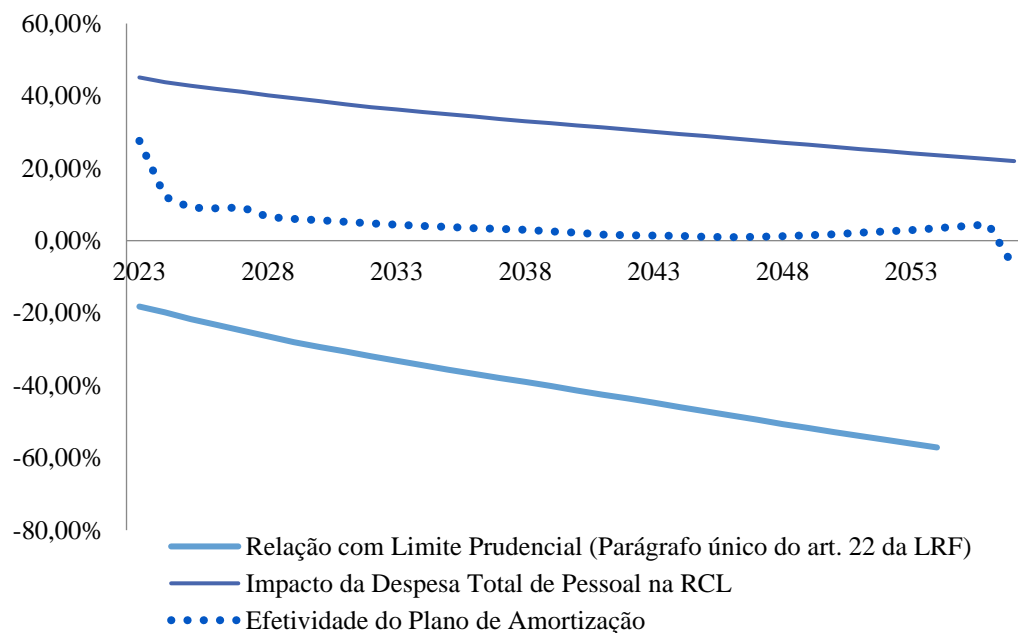
Tabela 16 - Incremento do Custeio Especial proposto na RCL Projetada do Ente				
Ano	Receita Corrente Líquida	Insuficiência ou Excedente Financeiro	Despesa com Pessoal - LRF	Evolução dos Recursos Garantidores
2023	R\$ 22.936.872.052,13	R\$ 910.416.826,99	R\$ 10.346.394.058,25	R\$ 5.084.231.697,57
2024	R\$ 23.763.559.963,33	R\$ 373.904.241,59	R\$ 10.406.435.633,86	R\$ 5.699.128.521,62
2025	R\$ 24.620.043.258,17	R\$ 247.217.613,76	R\$ 10.540.921.990,27	R\$ 6.216.484.827,31
2026	R\$ 25.507.395.818,21	R\$ 261.910.610,61	R\$ 10.703.240.644,62	R\$ 6.773.056.818,73
2027	R\$ 26.426.730.229,68	R\$ 301.746.567,51	R\$ 10.872.753.518,81	R\$ 7.395.846.279,45



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2037	R\$ 37.654.469.187,59	-R\$ 170.063.059,44	R\$ 12.663.403.682,33	R\$ 11.727.072.041,67
2047	R\$ 53.652.458.608,25	-R\$ 502.070.127,33	R\$ 14.865.756.580,42	R\$ 13.831.038.973,51
2057	R\$ 76.447.401.246,55	-R\$ 2.133.625.381,69	R\$ 16.805.732.222,86	R\$ 16.243.105.232,97

Gráfico 5 – Indicadores de Viabilidade do Plano de Equacionamento Civil



Parecer Atuarial Civil

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas do FEPA Civil equivalem a 75% do RPPS do Maranhão. A base cadastral mostrou consistência e completude nas informações acerca dos seus segurados, permitindo demonstrar com fidedignidade a situação previdenciária e atuarial do plano de benefícios.

As premissas utilizadas por esta avaliação seguem parâmetros da legislação pertinente, em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022, e foram determinadas para fornecer resultados congruentes que expliquem a situação do Regime Próprio de Previdência Social Estadual. Ressalta-se que os resultados calculados são sensíveis às premissas e poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial e familiar dos segurados. Essas variáveis serão acompanhadas e confrontadas com o real executado, sendo ajustadas quando necessário.

A Avaliação Atuarial do FEPA Civil revelou um déficit atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e a Provisão Matemática de Benefícios a



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Conceder (PMBaC), dimensionadas com base nas informações individuais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, são determinadas atuarialmente. A PMBC atingiu na data-base o montante de R\$ 22.425.375.151,20. A PMBaC apresentou um montante de R\$ 17.080.376.193,86. Os recursos garantidores equivalem R\$ 2.408.505.468,23, cuja composição é de 91,32% em imóveis, 8,55% em renda fixa e 0,12% em renda variável. O resultado técnico atuarial é de **-R\$ 37.097.245.876,83**, em 31 de dezembro de 2022.

Essa insuficiência deve ser solucionada de acordo com o plano de equacionamento do déficit previsto neste documento, composto de aporte suplementar por 35 anos. Outras medidas podem ser adotadas para reduzir o valor a ser equacionado, das quais recomendamos:

- Alterar a legislação previdenciária estadual, definindo novas regras de tempo de contribuição, idades mínimas e cálculo da concessão de benefícios de aposentadoria, bem como o estabelecimento de novas regras sobre o cálculo e a duração de benefícios de pensão;
- Alterar o atual plano de custeio previsto em lei, que alcança na data-base a alíquota efetiva de 12,40% nos ativos, adotando a alíquota linear de 14,00% acompanhada do já estabelecido aporte patronal equivalente ao dobro ou avaliar alternativas que mantenham um modelo de progressividade sob alíquotas diferentes que alcancem a efetividade igual o superior a 14,00%, devendo haver acompanhamento sobre os ajustes inflacionários anuais das faixas e crescimento da massa salarial a fim de garantir o percentual efetivo mínimo;
- Aumentar a faixa de contribuição dos aposentados e pensionistas, adotando uma base de isenção inferior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- Avaliar uma nova segregação de massa para que seja possível a capitalização de recursos em um novo fundo, contemplando os futuros servidores sujeitos ao Regime de Previdência Complementar do Estado, já aprovado pela Lei Estadual nº 11.636, de 23 de dezembro de 2021.

A instituição do Regime de Previdência Complementar terá efeito nos resultados das próximas avaliações, com salários de contribuição e benefícios limitados ao teto do RGPS, contemplando novos segurados e atuais, se houver previsão posterior de migração.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

O histórico do quantitativo de segurados do FEPA Civil revela a queda na relação de dependência, atualmente em **1,15**. Essa relação é obtida pela divisão do quantitativo de ativos por beneficiários e quanto menor esse número, menos ativos existem em relação aos aposentados e pensionistas e menor é a capacidade de financiamento contributivo do plano na forma em que está estabelecido. A reposição exata de servidores ativos não ocorreu nos últimos anos, decrescendo o quantitativo com o tempo.

Os segurados ativos do FEPA Civil possuem idade média de 52,94 anos, indicando um perfil demográfico mais próximo da aposentadoria. Relevância deve ser dada às expectativas de entrada em aposentadoria dos riscos iminentes (servidores já elegíveis à aposentadoria), pois na data-base equivalem a **37%** dos ativos, um total de **15242** servidores, sendo 7725 professores com critérios de aposentadoria especial. Esses servidores já estão aptos a entrar em aposentadoria e podem, a depender do fluxo de decisão, influenciar consideravelmente estimativas orçamentárias.

Ante o exposto, restam evidenciados a situação atuarial do FEPA Civil e os meios que possam equacionar o déficit, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial, como disposto no Artigo 40 da Constituição Federal de 1988. O custo previdenciário possui elevada significância nas contas públicas e deve ser acompanhado em estrita relação às condições fiscais do Estado, para que o compromisso com o plano de benefícios e a promoção das políticas públicas sejam permanentes.

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2023 (DRAA 2023), preenchido via Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV), foi feito levando-se em consideração os resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial.

Esse é o nosso parecer.

São Luís/MA, 15/03/2023.

João Lennon dos Santos Lemos
Atuário – MIBA 2956

Marcela Maria Lacerda Neves
Atuária – MIBA 3153



10. FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - FEPA MILITAR

Estatísticas da População

Em 2022, o FEPA Militar teve um total de despesas com benefícios de R\$ 491.938.805,32, receita de R\$ 174.906.562,28, resultando no déficit de -R\$ 317.032.243,04. A despesa aumentou 13,69% em relação ao ano anterior; a receita aumentou 9,75%; o resultado foi incrementado negativamente em 15,98%, o equivalente a R\$ 43.687.856,92.

Em relação às folhas mensais, os ativos custavam 82,63, aposentados 28,92 e pensionistas 5,62 milhões em 2021. Em 2022, os ativos passaram a custar 90,51, aposentados 32,51 e pensionistas 6,70 milhões.

Tabela 17 - Dados Gerais dos Segurados Militares

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Ativos	12654	R\$7.153,04	39,40	R\$90.514.599,92	69,77%
Aposentados	3888	R\$8.361,99	60,36	R\$32.511.431,40	25,06%
Pensionistas	1324	R\$5.066,97	46,63	R\$6.708.663,40	5,17%

Tabela 18 - Estatísticas dos Segurados Militares

Segurados	Qnt		Remuneração Média		Folha Mensal	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Ativos	1185	11470	R\$6.656,67	R\$7.203,70	R\$7.888.153,77	R\$82.626.446,15
Aposentados	148	3741	R\$8.508,73	R\$8.353,95	R\$1.259.292,29	R\$31.252.139,11
Pensionistas	1161	163	R\$5.353,81	R\$3.023,86	R\$6.215.773,99	R\$492.889,41
Vitalícios	1011	23	R\$5.744,70	R\$4.442,45	R\$5.807.889,58	R\$102.176,46
Temporários	150	140	R\$2.719,23	R\$2.790,81	R\$407.884,41	R\$390.712,95
Segurados	Idade Média Atual		Idade Média Projetada ao Benefício		Idade Média Admissão	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Ativos	35,40	39,81	55,06	58,71	26,04	25,32
Aposentados	55,99	60,51			21,70	22,36
Pensionistas	50,43	19,60				
Vitalícios	55,76	52,57				
Temporários	14,50	14,18				



Projeção dos Servidores e Beneficiários

Os gráficos seguintes demonstram a trajetória da população fechada de servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Gráfico 6 – Projeção do Quantitativo dos Ativos Militares

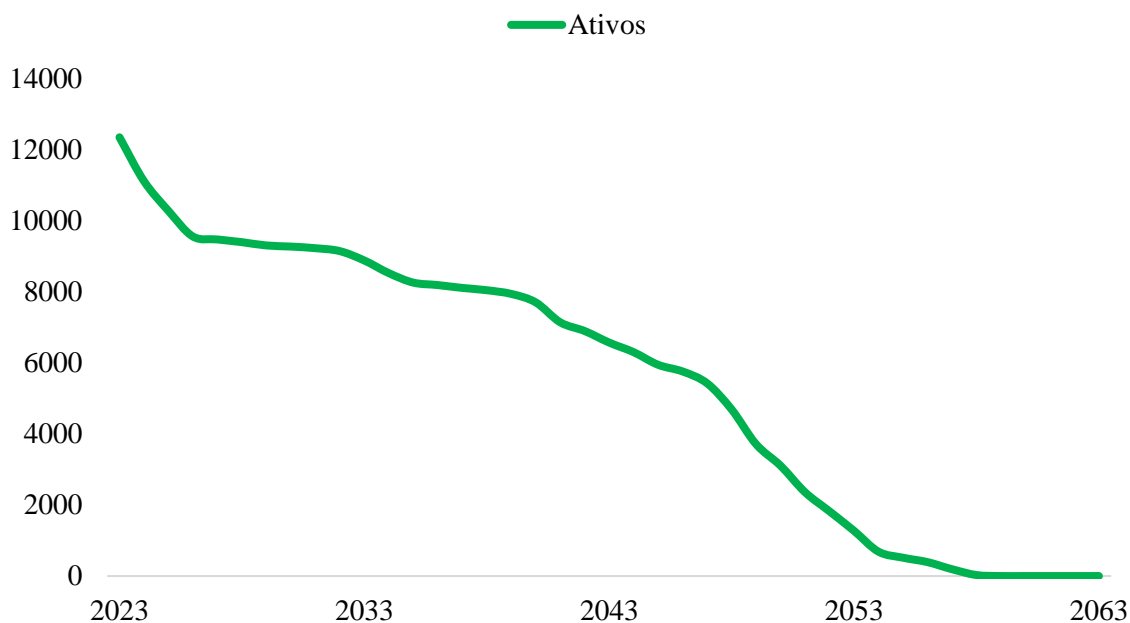


Gráfico 7 – Projeção do Quantitativo dos Aposentados Militares

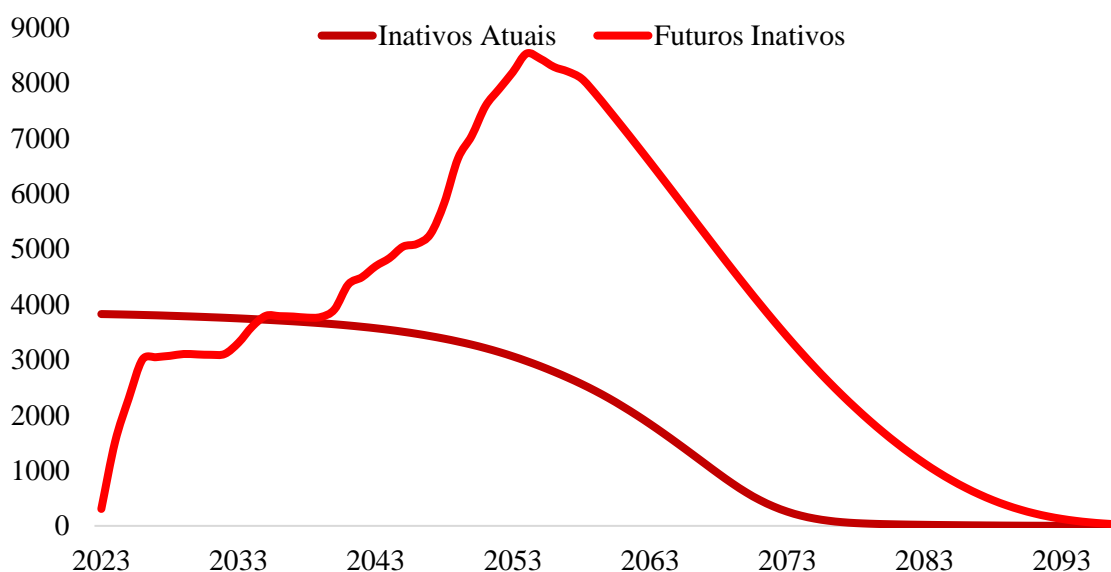
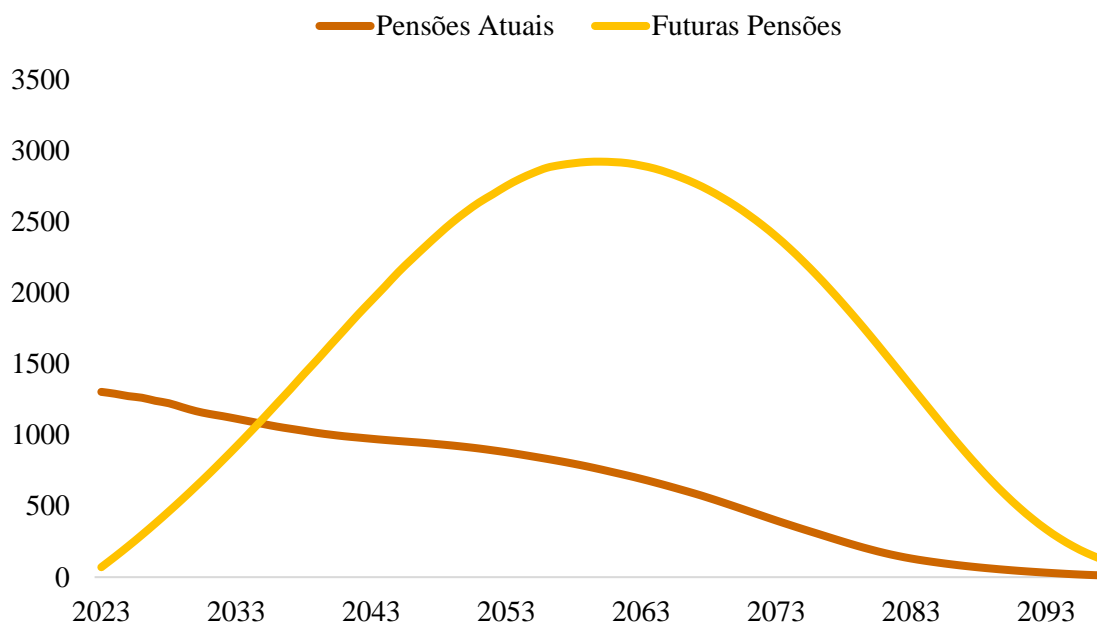




Gráfico 8 – Projeção do Quantitativo de Pensionistas Militares



Resultado Atuarial Militar

O resultado atuarial é provido a partir do confronto dos futuros compromissos líquidos das receitas previdenciárias, determinados pela Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), referente a benefícios futuros decorrentes dos ativos; Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), de benefícios já implantados de aposentados e pensionistas; e outras despesas com os recursos garantidores fundo previdenciário. O Balanço Atuarial revela desequilíbrio, com um déficit de -R\$ 15.367.958.651,03. A Previdência Militar não possui recursos garantidores.

A tabela abaixo mostra a projeção das receitas e despesas previdenciárias que compõem as provisões, cujo saldo anual acumulado valor presente equivale ao resultado atuarial, demonstrado no Balanço Atuarial.

Tabela 19 – Projeção do Resultado Atuarial Militar				
Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)	Saldo Acumulado a Valor Atual (D): (D) Anterior + (C)
2023	R\$ 179.043.860,76	R\$ 550.322.987,51	-R\$ 371.279.126,75	-R\$ 354.206.379,27
2024	R\$ 180.559.621,75	R\$ 706.350.457,88	-R\$ 525.790.836,13	-R\$ 832.753.493,76
2025	R\$ 181.877.588,56	R\$ 793.833.950,72	-R\$ 611.956.362,16	-R\$ 1.364.112.429,20
2026	R\$ 182.973.014,90	R\$ 883.285.935,04	-R\$ 700.312.920,14	-R\$ 1.944.229.328,87
2027	R\$ 183.951.910,60	R\$ 889.392.802,74	-R\$ 705.440.892,14	-R\$ 2.501.722.887,55
2037	R\$ 190.609.625,83	R\$ 952.039.576,35	-R\$ 761.429.950,52	-R\$ 6.970.160.320,24
2047	R\$ 189.475.472,65	R\$ 1.105.002.727,93	-R\$ 915.527.255,29	-R\$ 10.169.731.391,31



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2057	R\$ 179.944.073,06	R\$ 1.416.442.592,94	-R\$ 1.236.498.519,87	-R\$ 12.985.272.080,63
2067	R\$ 123.926.756,70	R\$ 980.578.114,36	-R\$ 856.651.357,66	-R\$ 14.569.126.962,27
2077	R\$ 63.887.715,25	R\$ 520.825.586,17	-R\$ 456.937.870,92	-R\$ 15.176.648.484,05
2087	R\$ 19.157.176,32	R\$ 166.380.509,16	-R\$ 147.223.332,84	-R\$ 15.344.175.591,95
2097	R\$ 1.983.812,88	R\$ 18.634.341,04	-R\$ 16.650.528,16	-R\$ 15.367.958.651,03

Tabela 20 - Balanço Atuarial Militar

Grupo	Valor
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 6.163.329.112,21
Aposentadorias	R\$ 4.899.492.682,67
Pensões	R\$ 1.986.908.566,11
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 723.072.136,56
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 9.204.629.538,82
Aposentadorias	R\$ 9.867.029.316,50
Pensões	R\$ 2.086.342.620,41
Contribuições sobre Salários (-)	R\$ 1.385.263.816,38
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 1.255.104.058,82
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 108.374.522,88
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 15.367.958.651,03
Parcelamentos	R\$ 0,00
Outros Resultados	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00
Resultado Atuarial	-R\$ 15.367.958.651,03

Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais

Tabela 21 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Militar

Remunerações Médias	2021	2022	2023
Ativos	R\$7.008,73	R\$6.760,24	R\$7.153,04
Aposentados	R\$7.593,57	R\$7.779,02	R\$8.361,99
Pensionistas	R\$4.334,18	R\$4.510,52	R\$5.066,97
Quantitativo	2021	2022	2023
Ativos	12521	12223	12654
Aposentados	3533	3718	3888
Pensionistas	1123	1247	1324
Resultado	2021	2022	2023
Duração do Passivo	24,83	24,34	18,88
Provisão de Benefícios	R\$7.152.858.155,74	R\$7.644.360.202,43	R\$6.163.329.112,21



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Concedidos			
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$19.123.483.331,44	R\$17.420.374.824,67	R\$9.204.629.538,82
Parcelamentos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Recursos Garantidores	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Resultado Atuarial	-R\$ 26.276.341.487,18	-R\$ 25.064.735.027,10	-R\$ 15.367.958.651,03
Resultado Atuarial Juros 0,00%	-R\$ 53.722.829.054,08	-R\$ 50.832.380.033,63	-R\$ 50.533.639.803,12

Nos últimos 3 anos, observa-se alternância na massa salarial de ativos e aumento nos benefícios; esse fluxo é justificado pela concessão de aposentadorias e novos entrantes, cujas remunerações são menores; o quantitativo de ativos aumentou no último ano, acompanhado do aumento de aposentados e pensionistas.

Quanto ao resultado, a Provisão de Benefícios Concedidos e a Provisão de Benefícios a Conceder foram reduzidas em 19,37% e 47,16% no último ano, respectivamente. No Resultado Técnico Atuarial, a Avaliação de 2023 trouxe uma redução em 38,69%; sem a influência dos juros diminuiu 0,59%.

As variações nos resultados dos últimos anos se dão em razão de atualizações cadastrais, da variação nos Recursos Garantidores e das alterações nas premissas atuariais com a finalidade de garantir a aderência do cálculo à efetiva execução das receitas e despesas previdenciárias.

O resultado de 2023 foi impactado, majoritariamente, pela mudança brusca na taxa de juros em virtude da alteração legal advinda com a MTP nº 1.467/2022: os juros anteriormente utilizados, de 2,50%, eram os definidos na Política Anual de Investimentos e passaram a ser 4,82%, definidos por meio da Estrutura a Termo da Taxa de Juros. Essas variações são detalhadas no Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais.

Ganhos e Perdas Atuariais

Tabela 22 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Militar					
Item	Esperado em 31/12/2022	Calculado em 31/12/2022	Ganho ou Perda Atuarial	Juros	Outras Premissas
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 8,29 Bi	R\$ 6,16 Bi	R\$ 2,13 Bi	R\$ 1,96 Bi	R\$ 174,26 Mi
Provisão de	R\$ 18,91 Bi	R\$ 9,20 Bi	R\$ 9,70 Bi	R\$ 8,14 Bi	R\$ 1,56 Bi



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

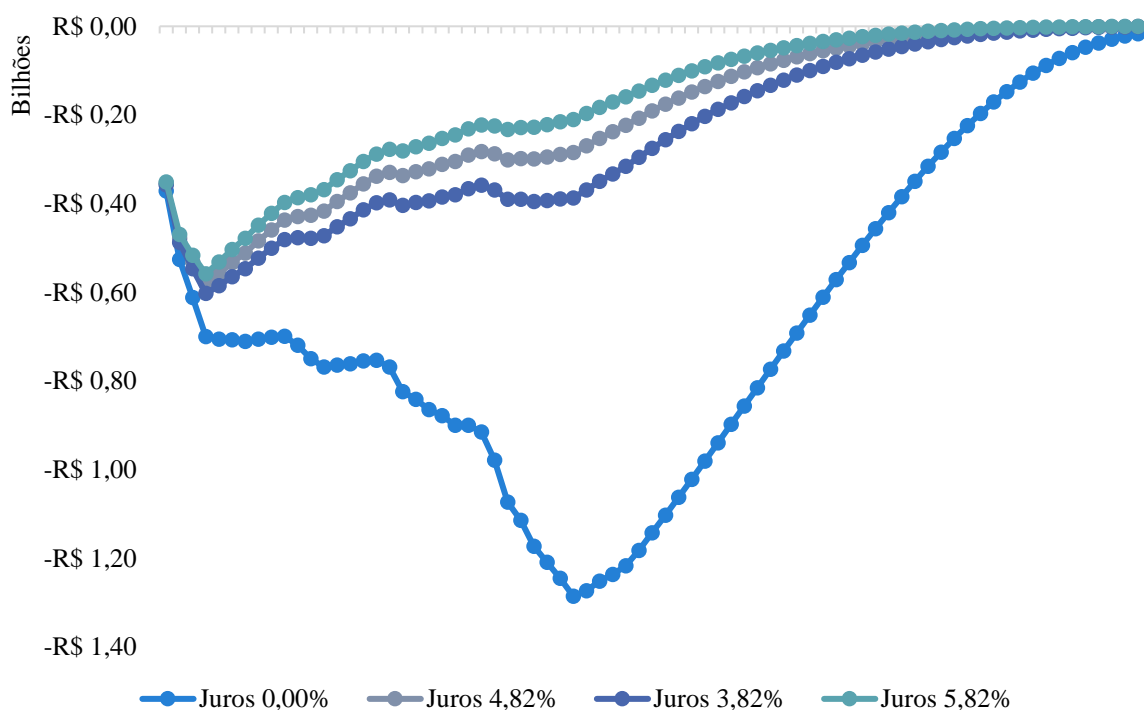
Benefícios a Conceder					
Provisões Totais	R\$ 27,21 Bi	R\$ 15,36 Bi	R\$ 11,84 Bi	R\$ 10,10 Bi	R\$ 1,73 Bi
Resultado Previdenciário de 2022	-R\$ 323,90 Mi	-R\$ 317,03 Mi	-R\$ 6,87 Mi	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Técnico Atuarial	-R\$ 26,88 Bi	-R\$ 15,36 Bi	R\$ 11,52 Bi	R\$ 10,10 Bi	R\$ 1,41 Bi

Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros

Tabela 23 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Militar				
0,00%	3,82%	4,82%	5,82%	
-R\$ 50.533.639.803,12	-R\$ 18.804.783.489,30	-R\$ 15.367.958.651,03	-R\$ 12.808.696.137,06	

O resultado atuarial é obtido do somatório de resultados anuais a valor presente, ajustados pelos juros. Quanto maior os juros, mais positivo será o resultado em relação a um ambiente neutro, a 0,00% de juros. No ponto da projeção anual em que há o maior déficit, em 2054, o resultado a juros 0,00% é -R\$ 1,28 bilhões e no calculado de 4,82%, -R\$ 0,28 bilhão.

Gráfico 9 – Resultado Anual Militar a Valor Presente de acordo com Juros





Custos e Plano de Custeio

A alíquota de contribuição definida no Estado do Maranhão aos militares é disciplinada pela Lei Federal nº 13.954/2019, a qual determinou que os estados deveriam aplicar o mesmo percentual das Forças Armadas, só permitindo alteração própria a partir de 01/01/2025. A alíquota de contribuição dos militares é definida em 10,50% sobre o total das remunerações, não havendo contrapartida patronal. O Custo Total dos benefícios do Sistema de Proteção Social dos Militares equivale a 81,09% da base contributiva dos segurados ativos, composto de 10,50% do Custo Normal, equivalente à alíquota vigente, e 70,59% do Custo Suplementar, referente ao valor das alíquotas que equilibram o custeio.

Tabela 24 - Plano de Custeio Militar		
Benefício	Custo Normal	Custo Suplementar
Aposentadorias programadas	8,38%	56,35%
Aposentadorias por invalidez	0,28%	1,92%
Pensão por morte do ativo	0,61%	4,07%
Reversão de aposentadoria de válido	1,19%	8,01%
Reversão de aposentadoria de inválido	0,04%	0,24%
Despesa Administrativa	0,00%	0,00%
Custo	10,50%	70,59%
Custo Total	81,09%	

Tabela 25 - Custo Normal Anual Militar	
Benefício	Custo Normal
Aposentadorias programadas	R\$96.763.053,54
Aposentadorias por invalidez	R\$3.288.436,04
Pensão por morte do ativo	R\$6.989.584,08
Reversão de aposentadoria de válido	R\$13.754.973,87
Reversão de aposentadoria de inválido	R\$410.916,55
Despesa Administrativa	R\$0,00
Custo Total	R\$121.206.964,08

Equacionamento do Déficit Atuarial

Os Militares do Estado do Maranhão fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares, determinada na Lei Federal nº 13.954/2019 com ratificação da Lei Complementar nº 224, de 09 de março de 2020, no qual o ente não contribui para com os ativos com a alíquota patronal, contudo, é responsável pelo pagamento de qualquer insuficiência financeira



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

decorrente do pagamento das pensões militares e da remuneração da inatividade. Desta forma, dada a especificidade do custeio Militar, cujo déficit é suportado pelo Tesouro Estadual, não há instituição de plano de equacionamento.

Parecer Atuarial Militar

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas do FEPA Militar equivalem a 17% do RPPS do Maranhão. A base cadastral mostrou consistência e completude nas informações acerca dos seus segurados, permitindo demonstrar com fidedignidade a situação previdenciária e atuarial do plano de benefícios.

As premissas utilizadas por esta avaliação seguem parâmetros da legislação pertinente, em especial a Portaria MTP nº1.467/2022, e foram determinadas para fornecer resultados congruentes que expliquem a situação do Regime Próprio de Previdência Social Estadual. Ressalta-se que os resultados calculados são sensíveis às premissas e poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial e familiar dos segurados. Essas variáveis serão acompanhadas e confrontadas com o real executado, sendo ajustadas quando necessário.

A Avaliação Atuarial do FEPA Militar revelou um déficit atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) e a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), dimensionadas com base nas informações individuais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, são determinadas atuarialmente. A PMBC atingiu data-base o montante de R\$ 6.163.329.112,21. A PMBaC apresentou um montante de R\$ 9.204.629.538,82. Não há recursos garantidores. O resultado técnico atuarial é de **-R\$ 15.367.958.651,03**, em 31 de dezembro de 2022. Essa insuficiência, em acordo com a Lei Federal nº 13.954/2019 e a Lei Complementar nº 224/2020, pertence ao Tesouro Estadual, sendo equacionada mensalmente pelo aporte para cobertura do déficit. Não se aplica, portanto, plano de equacionamento de déficit atuarial.

Ante o exposto, resta evidenciado a situação atuarial do FEPA Militar. Ainda que os segurados dessa classe possuam tratamento e custeio específicos, estão mantidas as características previdenciárias dos benefícios, sendo necessário evidenciar o resultado atuarial, para fins de acompanhamento dos órgãos de controle e transparência à sociedade. O custo previdenciário possui elevada significância nas contas públicas e deve ser acompanhado



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

em estrita relação às condições fiscais do Estado, para que o compromisso com o plano de benefícios e a promoção das políticas públicas sejam permanentes.

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2023 (DRAA 2023), preenchido via Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV), foi feito levando-se em consideração os resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial.

Esse é o nosso parecer.

São Luís/MA, 15/03/2023.

João Lennon dos Santos Lemos
Atuário – MIBA 2956

Marcela Maria Lacerda Neves
Atuária – MIBA 3153



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

11. ANEXOS

Projeção para Relatório de Metas Fiscais

Tabela 28 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do FEPA Civil

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

PLANO DE CUSTEIO DE 2023 A 2097

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea "a")

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO CIVIL				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (C): (A) - (B)	SALDO ACUMULADO A VALOR ATUAL (D): (D) ANTERIOR + (C)
2023	R\$ 1.490.595.696,95	R\$ 2.220.112.156,54	-R\$ 729.516.459,59	R\$ 1.712.003.215,42
2024	R\$ 1.373.232.631,29	R\$ 2.654.592.861,79	-R\$ 1.281.360.230,50	R\$ 543.994.451,15
2025	R\$ 1.253.311.455,67	R\$ 3.071.184.271,57	-R\$ 1.817.872.815,90	-R\$ 1.038.075.881,58
2026	R\$ 1.227.977.569,69	R\$ 3.172.537.013,42	-R\$ 1.944.559.443,73	-R\$ 2.653.813.905,24
2027	R\$ 1.235.460.800,85	R\$ 3.165.327.247,73	-R\$ 1.929.866.446,88	-R\$ 4.184.775.892,54
2028	R\$ 1.247.848.840,52	R\$ 3.137.879.330,50	-R\$ 1.890.030.489,98	-R\$ 5.616.282.618,42
2029	R\$ 1.209.711.045,31	R\$ 3.265.622.850,55	-R\$ 2.055.911.805,24	-R\$ 7.102.959.175,89
2030	R\$ 1.199.129.336,07	R\$ 3.289.471.642,65	-R\$ 2.090.342.306,58	-R\$ 8.546.127.054,06
2031	R\$ 1.188.184.085,78	R\$ 3.305.375.399,08	-R\$ 2.117.191.313,30	-R\$ 9.941.682.119,22
2032	R\$ 1.174.601.479,03	R\$ 3.321.546.695,48	-R\$ 2.146.945.216,45	-R\$ 11.292.806.301,59
2033	R\$ 1.154.677.458,88	R\$ 3.345.655.130,56	-R\$ 2.190.977.671,68	-R\$ 12.609.242.108,23
2034	R\$ 1.134.519.111,85	R\$ 3.360.319.528,29	-R\$ 2.225.800.416,44	-R\$ 13.886.078.889,00
2035	R\$ 1.112.268.168,02	R\$ 3.369.889.636,12	-R\$ 2.257.621.468,10	-R\$ 15.122.560.670,70
2036	R\$ 1.087.154.844,05	R\$ 3.378.284.931,04	-R\$ 2.291.130.086,99	-R\$ 16.320.607.446,13
2037	R\$ 1.057.355.932,85	R\$ 3.388.238.291,05	-R\$ 2.330.882.358,20	-R\$ 17.484.282.733,26
2038	R\$ 1.026.911.220,12	R\$ 3.388.751.337,05	-R\$ 2.361.840.116,93	-R\$ 18.610.051.983,49
2039	R\$ 991.620.586,87	R\$ 3.390.901.770,06	-R\$ 2.399.281.183,19	-R\$ 19.701.913.264,07
2040	R\$ 948.132.968,37	R\$ 3.400.767.496,40	-R\$ 2.452.634.528,03	-R\$ 20.767.543.625,62
2041	R\$ 899.528.477,01	R\$ 3.408.783.255,12	-R\$ 2.509.254.778,11	-R\$ 21.808.436.266,45
2042	R\$ 844.710.482,71	R\$ 3.421.972.325,56	-R\$ 2.577.261.842,85	-R\$ 22.829.157.507,89
2043	R\$ 798.052.068,66	R\$ 3.407.693.086,76	-R\$ 2.609.641.018,10	-R\$ 23.815.929.488,21
2044	R\$ 753.596.827,79	R\$ 3.378.840.030,24	-R\$ 2.625.243.202,45	-R\$ 24.763.677.784,06
2045	R\$ 704.441.941,22	R\$ 3.351.578.432,51	-R\$ 2.647.136.491,29	-R\$ 25.676.081.898,22
2046	R\$ 645.809.780,90	R\$ 3.337.481.245,53	-R\$ 2.691.671.464,63	-R\$ 26.561.850.702,44
2047	R\$ 593.849.545,91	R\$ 3.301.751.566,97	-R\$ 2.707.902.021,06	-R\$ 27.412.633.514,05
2048	R\$ 549.940.295,95	R\$ 3.243.787.480,77	-R\$ 2.693.847.184,82	-R\$ 28.220.698.235,93
2049	R\$ 504.802.758,60	R\$ 3.183.382.617,56	-R\$ 2.678.579.858,96	-R\$ 28.987.821.618,58
2050	R\$ 463.341.687,83	R\$ 3.113.005.402,99	-R\$ 2.649.663.715,16	-R\$ 29.712.322.320,66
2051	R\$ 423.621.271,63	R\$ 3.037.319.869,91	-R\$ 2.613.698.598,28	-R\$ 30.394.646.855,11
2052	R\$ 387.825.358,63	R\$ 2.951.560.742,26	-R\$ 2.563.735.383,63	-R\$ 31.033.639.869,55
2053	R\$ 351.409.494,82	R\$ 2.865.135.734,00	-R\$ 2.513.726.239,18	-R\$ 31.631.814.957,28
2054	R\$ 314.332.777,59	R\$ 2.778.525.389,01	-R\$ 2.464.192.611,42	-R\$ 32.191.665.914,34
2055	R\$ 285.565.031,33	R\$ 2.675.344.104,52	-R\$ 2.389.779.073,19	-R\$ 32.710.039.613,01



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2056	R\$ 259.350.158,41	R\$ 2.568.546.706,81	-R\$ 2.309.196.548,40	-R\$ 33.188.265.998,95
2057	R\$ 234.393.704,16	R\$ 2.459.150.298,82	-R\$ 2.224.756.594,66	-R\$ 33.628.154.458,06
2058	R\$ 211.975.486,05	R\$ 2.345.600.867,74	-R\$ 2.133.625.381,69	-R\$ 34.030.932.387,26
2059	R\$ 192.924.193,41	R\$ 2.227.975.961,82	-R\$ 2.035.051.768,41	-R\$ 34.397.716.391,55
2060	R\$ 176.641.123,67	R\$ 2.107.334.277,52	-R\$ 1.930.693.153,85	-R\$ 34.729.943.918,29
2061	R\$ 161.171.301,39	R\$ 1.988.096.777,41	-R\$ 1.826.925.476,02	-R\$ 35.030.088.576,81
2062	R\$ 147.681.516,24	R\$ 1.867.892.853,85	-R\$ 1.720.211.337,61	-R\$ 35.299.911.611,88
2063	R\$ 137.093.810,60	R\$ 1.744.568.481,70	-R\$ 1.607.474.671,10	-R\$ 35.540.640.819,49
2064	R\$ 127.968.118,32	R\$ 1.622.141.916,08	-R\$ 1.494.173.797,76	-R\$ 35.754.276.207,84
2065	R\$ 118.887.485,51	R\$ 1.503.913.643,40	-R\$ 1.385.026.157,89	-R\$ 35.943.343.970,22
2066	R\$ 110.286.956,37	R\$ 1.389.167.217,37	-R\$ 1.278.880.261,00	-R\$ 36.110.021.410,94
2067	R\$ 101.925.472,86	R\$ 1.278.582.767,92	-R\$ 1.176.657.295,06	-R\$ 36.256.436.002,81
2068	R\$ 93.773.097,29	R\$ 1.172.394.159,05	-R\$ 1.078.621.061,76	-R\$ 36.384.577.766,25
2069	R\$ 85.930.416,63	R\$ 1.070.577.105,23	-R\$ 984.646.688,60	-R\$ 36.496.261.430,70
2070	R\$ 78.380.878,50	R\$ 973.331.833,96	-R\$ 894.950.955,46	-R\$ 36.593.177.523,45
2071	R\$ 71.145.498,46	R\$ 880.781.813,66	-R\$ 809.636.315,20	-R\$ 36.676.886.892,97
2072	R\$ 64.242.949,44	R\$ 793.038.386,50	-R\$ 728.795.437,06	-R\$ 36.748.828.008,31
2073	R\$ 57.689.804,12	R\$ 710.200.662,92	-R\$ 652.510.858,80	-R\$ 36.810.323.983,89
2074	R\$ 51.500.558,05	R\$ 632.354.016,33	-R\$ 580.853.458,28	-R\$ 36.862.589.225,45
2075	R\$ 45.687.723,24	R\$ 559.567.538,39	-R\$ 513.879.815,15	-R\$ 36.906.735.633,40
2076	R\$ 40.261.015,46	R\$ 491.886.170,17	-R\$ 451.625.154,71	-R\$ 36.943.778.054,70
2077	R\$ 35.226.824,18	R\$ 429.326.664,12	-R\$ 394.099.839,94	-R\$ 36.974.639.405,58
2078	R\$ 30.588.323,01	R\$ 371.876.625,86	-R\$ 341.288.302,85	-R\$ 37.000.155.694,33
2079	R\$ 26.345.266,09	R\$ 319.490.758,96	-R\$ 293.145.492,87	-R\$ 37.021.080.756,46
2080	R\$ 22.493.790,12	R\$ 272.085.496,57	-R\$ 249.591.706,45	-R\$ 37.038.090.631,20
2081	R\$ 19.026.553,56	R\$ 229.540.110,79	-R\$ 210.513.557,23	-R\$ 37.051.788.041,51
2082	R\$ 15.932.688,11	R\$ 191.697.966,13	-R\$ 175.765.278,02	-R\$ 37.062.706.942,09
2083	R\$ 13.198.074,91	R\$ 158.368.206,42	-R\$ 145.170.131,51	-R\$ 37.071.317.088,31
2084	R\$ 10.805.671,65	R\$ 129.326.396,97	-R\$ 118.520.725,32	-R\$ 37.078.028.517,11
2085	R\$ 8.735.859,15	R\$ 104.314.590,58	-R\$ 95.578.731,43	-R\$ 37.083.195.884,97
2086	R\$ 6.966.593,94	R\$ 83.041.939,52	-R\$ 76.075.345,58	-R\$ 37.087.122.691,29
2087	R\$ 5.474.029,62	R\$ 65.193.605,71	-R\$ 59.719.576,09	-R\$ 37.090.065.755,21
2088	R\$ 4.232.359,61	R\$ 50.428.675,54	-R\$ 46.196.315,93	-R\$ 37.092.239.345,84
2089	R\$ 3.215.336,27	R\$ 38.401.162,33	-R\$ 35.185.826,06	-R\$ 37.093.819.958,98
2090	R\$ 2.396.563,84	R\$ 28.764.155,15	-R\$ 26.367.591,31	-R\$ 37.094.950.836,91
2091	R\$ 1.749.576,43	R\$ 21.174.805,54	-R\$ 19.425.229,11	-R\$ 37.095.746.261,21
2092	R\$ 1.248.544,87	R\$ 15.304.989,86	-R\$ 14.056.444,99	-R\$ 37.096.295.796,55
2093	R\$ 869.099,70	R\$ 10.851.281,68	-R\$ 9.982.181,98	-R\$ 37.096.668.388,13
2094	R\$ 588.944,30	R\$ 7.541.325,70	-R\$ 6.952.381,40	-R\$ 37.096.916.146,64
2095	R\$ 387.954,32	R\$ 5.136.280,60	-R\$ 4.748.326,28	-R\$ 37.097.077.702,60
2096	R\$ 247.986,91	R\$ 3.428.748,80	-R\$ 3.180.761,89	-R\$ 37.097.181.026,55
2097	R\$ 153.484,84	R\$ 2.244.487,43	-R\$ 2.091.002,59	-R\$ 37.097.245.876,83

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE 2021 Segregada por sexo; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: 2,00% a.a.; d) crescimento real de benefícios: 0,00% a.a.; e) taxa real de juros: 4,74% a.a. f) hipótese sobre geração futura: não utilizada; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 2,00 anos mais jovem e masculino 2,00 mais velho; i) inflação anual estimada: 0,00; j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 100%.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 29 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do FEPA Militar

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PLANO DE CUSTEIO DE 2023 A 2097

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea "a")

R\$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO MILITAR - SPSM				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (C): (A) - (B)	SALDO ACUMULADO A VALOR ATUAL (D): (D) ANTERIOR + (C)
2023	R\$ 179.043.860,76	R\$ 550.322.987,51	-R\$ 371.279.126,75	-R\$ 354.206.379,27
2024	R\$ 180.559.621,75	R\$ 706.350.457,88	-R\$ 525.790.836,13	-R\$ 832.753.493,76
2025	R\$ 181.877.588,56	R\$ 793.833.950,72	-R\$ 611.956.362,16	-R\$ 1.364.112.429,20
2026	R\$ 182.973.014,90	R\$ 883.285.935,04	-R\$ 700.312.920,14	-R\$ 1.944.229.328,87
2027	R\$ 183.951.910,60	R\$ 889.392.802,74	-R\$ 705.440.892,14	-R\$ 2.501.722.887,55
2028	R\$ 184.906.231,60	R\$ 892.345.618,74	-R\$ 707.439.387,14	-R\$ 3.035.087.629,85
2029	R\$ 185.766.966,96	R\$ 896.464.596,66	-R\$ 710.697.629,70	-R\$ 3.546.269.896,58
2030	R\$ 186.597.158,80	R\$ 892.472.989,87	-R\$ 705.875.831,07	-R\$ 4.030.637.479,00
2031	R\$ 187.414.183,92	R\$ 888.925.026,48	-R\$ 701.510.842,56	-R\$ 4.489.874.604,15
2032	R\$ 188.248.658,34	R\$ 887.753.865,80	-R\$ 699.505.207,46	-R\$ 4.926.741.763,09
2033	R\$ 188.975.374,86	R\$ 908.760.120,80	-R\$ 719.784.745,93	-R\$ 5.355.603.134,05
2034	R\$ 189.565.670,86	R\$ 939.426.591,85	-R\$ 749.860.920,99	-R\$ 5.781.839.849,50
2035	R\$ 190.022.230,56	R\$ 958.933.869,27	-R\$ 768.911.638,72	-R\$ 6.198.807.550,33
2036	R\$ 190.350.052,89	R\$ 954.911.328,14	-R\$ 764.561.275,26	-R\$ 6.594.350.932,06
2037	R\$ 190.609.625,83	R\$ 952.039.576,35	-R\$ 761.429.950,52	-R\$ 6.970.160.320,24
2038	R\$ 190.758.131,09	R\$ 945.471.053,79	-R\$ 754.712.922,69	-R\$ 7.325.525.851,03
2039	R\$ 190.859.597,19	R\$ 944.374.926,02	-R\$ 753.515.328,83	-R\$ 7.664.012.427,55
2040	R\$ 190.983.334,96	R\$ 959.512.937,43	-R\$ 768.529.602,46	-R\$ 7.993.368.597,65
2041	R\$ 190.847.114,72	R\$ 1.014.873.744,17	-R\$ 824.026.629,45	-R\$ 8.330.269.593,51
2042	R\$ 190.627.228,44	R\$ 1.032.168.394,96	-R\$ 841.541.166,52	-R\$ 8.658.510.163,65
2043	R\$ 190.429.951,49	R\$ 1.054.948.236,06	-R\$ 864.518.284,57	-R\$ 8.980.207.096,58
2044	R\$ 190.174.690,53	R\$ 1.068.227.579,28	-R\$ 878.052.888,76	-R\$ 9.291.916.036,37
2045	R\$ 190.170.420,50	R\$ 1.090.081.058,37	-R\$ 899.910.637,88	-R\$ 9.596.694.174,90
2046	R\$ 189.588.891,00	R\$ 1.089.707.275,63	-R\$ 900.118.384,63	-R\$ 9.887.524.643,68
2047	R\$ 189.475.472,65	R\$ 1.105.002.727,93	-R\$ 915.527.255,29	-R\$ 10.169.731.391,31
2048	R\$ 189.460.518,26	R\$ 1.168.218.722,83	-R\$ 978.758.204,57	-R\$ 10.457.555.637,61
2049	R\$ 189.632.725,61	R\$ 1.262.955.783,20	-R\$ 1.073.323.057,59	-R\$ 10.758.674.710,26
2050	R\$ 190.102.214,03	R\$ 1.304.399.426,36	-R\$ 1.114.297.212,33	-R\$ 11.056.913.888,32
2051	R\$ 189.604.759,89	R\$ 1.362.573.651,06	-R\$ 1.172.968.891,17	-R\$ 11.356.420.206,58



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2052	R\$ 189.056.905,28	R\$ 1.398.294.681,22	-R\$ 1.209.237.775,94	-R\$ 11.650.989.209,59
2053	R\$ 188.816.309,96	R\$ 1.433.875.173,77	-R\$ 1.245.058.863,80	-R\$ 11.940.337.598,19
2054	R\$ 186.978.556,22	R\$ 1.472.417.313,13	-R\$ 1.285.438.756,91	-R\$ 12.225.333.370,96
2055	R\$ 184.087.665,69	R\$ 1.457.216.279,63	-R\$ 1.273.128.613,95	-R\$ 12.494.620.224,61
2056	R\$ 181.371.973,61	R\$ 1.433.234.640,87	-R\$ 1.251.862.667,25	-R\$ 12.747.233.055,48
2057	R\$ 179.944.073,06	R\$ 1.416.442.592,94	-R\$ 1.236.498.519,87	-R\$ 12.985.272.080,63
2058	R\$ 177.007.218,33	R\$ 1.394.329.657,24	-R\$ 1.217.322.438,91	-R\$ 13.208.843.371,43
2059	R\$ 171.657.713,38	R\$ 1.353.900.442,78	-R\$ 1.182.242.729,40	-R\$ 13.415.987.631,36
2060	R\$ 166.017.448,67	R\$ 1.309.003.904,72	-R\$ 1.142.986.456,05	-R\$ 13.607.044.730,85
2061	R\$ 160.258.676,35	R\$ 1.263.399.779,09	-R\$ 1.103.141.102,74	-R\$ 13.782.962.215,76
2062	R\$ 154.392.682,15	R\$ 1.217.185.926,49	-R\$ 1.062.793.244,33	-R\$ 13.944.651.995,89
2063	R\$ 148.431.380,40	R\$ 1.170.460.617,21	-R\$ 1.022.029.236,81	-R\$ 14.092.990.177,06
2064	R\$ 142.388.574,00	R\$ 1.123.328.792,51	-R\$ 980.940.218,51	-R\$ 14.228.817.773,48
2065	R\$ 136.279.499,76	R\$ 1.075.898.946,02	-R\$ 939.619.446,25	-R\$ 14.352.941.074,09
2066	R\$ 130.119.996,20	R\$ 1.028.279.392,13	-R\$ 898.159.395,93	-R\$ 14.466.131.731,26
2067	R\$ 123.926.756,70	R\$ 980.578.114,36	-R\$ 856.651.357,66	-R\$ 14.569.126.962,27
2068	R\$ 117.717.283,00	R\$ 932.902.548,16	-R\$ 815.185.265,15	-R\$ 14.662.629.882,37
2069	R\$ 111.509.183,49	R\$ 885.356.194,97	-R\$ 773.847.011,48	-R\$ 14.747.309.679,23
2070	R\$ 105.319.272,27	R\$ 838.034.962,16	-R\$ 732.715.689,89	-R\$ 14.823.801.682,29
2071	R\$ 99.164.211,62	R\$ 791.031.564,49	-R\$ 691.867.352,87	-R\$ 14.892.708.029,01
2072	R\$ 93.060.711,28	R\$ 744.438.847,75	-R\$ 651.378.136,47	-R\$ 14.954.598.731,05
2073	R\$ 87.025.316,58	R\$ 698.348.335,86	-R\$ 611.323.019,28	-R\$ 15.010.012.644,97
2074	R\$ 81.074.490,49	R\$ 652.851.899,15	-R\$ 571.777.408,65	-R\$ 15.059.458.616,33
2075	R\$ 75.224.176,24	R\$ 608.038.548,64	-R\$ 532.814.372,40	-R\$ 15.103.416.390,83
2076	R\$ 69.490.026,89	R\$ 563.998.369,30	-R\$ 494.508.342,41	-R\$ 15.142.337.860,68
2077	R\$ 63.887.715,25	R\$ 520.825.586,17	-R\$ 456.937.870,92	-R\$ 15.176.648.484,05
2078	R\$ 58.433.821,88	R\$ 478.627.403,74	-R\$ 420.193.581,86	-R\$ 15.206.749.192,28
2079	R\$ 53.146.469,90	R\$ 437.529.287,31	-R\$ 384.382.817,41	-R\$ 15.233.018.408,18
2080	R\$ 48.045.490,48	R\$ 397.676.788,38	-R\$ 349.631.297,90	-R\$ 15.255.813.917,03
2081	R\$ 43.151.517,31	R\$ 359.227.911,52	-R\$ 316.076.394,20	-R\$ 15.275.474.070,13
2082	R\$ 38.484.907,38	R\$ 322.343.425,42	-R\$ 283.858.518,04	-R\$ 15.292.318.356,22
2083	R\$ 34.064.693,43	R\$ 287.177.932,26	-R\$ 253.113.238,83	-R\$ 15.306.647.537,73
2084	R\$ 29.907.870,31	R\$ 253.873.715,66	-R\$ 223.965.845,35	-R\$ 15.318.743.604,09
2085	R\$ 26.029.385,46	R\$ 222.561.346,88	-R\$ 196.531.961,42	-R\$ 15.328.869.918,34
2086	R\$ 22.442.108,87	R\$ 193.359.798,43	-R\$ 170.917.689,56	-R\$ 15.337.271.500,33
2087	R\$ 19.157.176,32	R\$ 166.380.509,16	-R\$ 147.223.332,84	-R\$ 15.344.175.591,95
2088	R\$ 16.181.477,67	R\$ 141.705.133,82	-R\$ 125.523.656,16	-R\$ 15.349.791.387,99
2089	R\$ 13.517.523,57	R\$ 119.386.538,14	-R\$ 105.869.014,57	-R\$ 15.354.310.056,28
2090	R\$ 11.161.484,34	R\$ 99.431.231,63	-R\$ 88.269.747,29	-R\$ 15.357.904.314,86
2091	R\$ 9.103.755,92	R\$ 81.801.927,29	-R\$ 72.698.171,37	-R\$ 15.360.728.393,37
2092	R\$ 7.329.900,68	R\$ 66.423.531,05	-R\$ 59.093.630,37	-R\$ 15.362.918.422,02
2093	R\$ 5.821.249,48	R\$ 53.186.802,68	-R\$ 47.365.553,20	-R\$ 15.364.593.085,63
2094	R\$ 4.556.045,51	R\$ 41.954.218,89	-R\$ 37.398.173,39	-R\$ 15.365.854.539,01



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2095	R\$ 3.510.959,94	R\$ 32.568.570,18	-R\$ 29.057.610,25	-R\$ 15.366.789.592,70
2096	R\$ 2.661.858,65	R\$ 24.857.572,36	-R\$ 22.195.713,71	-R\$ 15.367.470.991,90
2097	R\$ 1.983.812,88	R\$ 18.634.341,04	-R\$ 16.650.528,16	-R\$ 15.367.958.651,03

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE 2021 Segregada por sexo; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: 2,00% a.a.; d) crescimento real de benefícios: 0,00% a.a.; e) taxa real de juros: 4,82% a.a. f) hipótese sobre geração futura: não utilizada; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 3,50 anos mais jovem e masculino 3,50 mais velho; i) inflação anual estimada: 0,00; j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 100%.



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Demonstrativos Contábeis – Plano de Contas

Tabela 26 - Provisões Matemáticas - Registros Contábeis FEPA Civil		
Estado do Maranhão - MA Referência Base Cadastral: 31/12/2022 Data Focal: 31/12/2022		
CÓDIGO	CONTA	VALOR
ATIVO		
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	R\$ -
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$ -
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$ -
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 2.408.505.468,23
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$ -
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$ -
PASSIVO		
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 39.505.751.345,06
PLANO FINANCEIRO		
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ -
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$ -
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$ -
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ -
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ -
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ -
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ -
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 22.425.375.151,20



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 23.089.325.291,51
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$ 397.230.981,68
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$ 164.300.981,44
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 102.418.177,19
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ -
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 22.293.619.700,16
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 33.950.545.733,27
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ 6.341.602.210,55
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ 4.764.734.781,79
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 550.589.040,77
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ -
2.2.7.2.1.05.00	(7) PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ -
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS	R\$ -
2.2.7.2.1.06.00	(8) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	R\$ -
2.2.7.2.1.06.01	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.00	(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ -
2.2.7.2.1.07.01	(+) AJUSTES DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$ -
2.2.7.2.1.07.02	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.03	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$ -
2.2.7.2.1.07.04	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.98	(+) OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ -
SITUAÇÃO ATUARIAL		
(1) - (3) - (4)	PLANO FINANCEIRO - RESULTADO TECNICO ATUARIAL	R\$ -
(2) - (5) - (6) + (7) - (9)	PLANO PREVIDENCIÁRIO – RESULTADO TECNICO ATUARIAL	-R\$ 42.310.489.383,14

Nota Explicativa



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

As provisões de benefícios a conceder - **(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER** - foram dimensionadas pelo método de financiamento do Crédito Unitário Projetado (CUP ou PUC), em acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público 9ª Edição. Adicionalmente, calcula-se pelo método Ortodoxo, em que a contribuição normal é a vigente em lei, refletindo a efetiva receita previdenciária a receber. Dessa forma, em atendimento ao § 3º do Art. 26 da Portaria MTP nº 1.467/2022, demonstra-se os resultados por esse método.

CONTA CONTÁBIL / MÉTODO	CUP	ORTODOXO
(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 2.408.505.468,23	R\$ 2.408.505.468,23
(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 22.425.375.151,20	R\$ 22.425.375.151,20
(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 22.293.619.700,16	R\$ 17.080.376.193,86
(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 33.950.545.733,27	R\$ 33.950.545.733,27
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ 6.341.602.210,55	R\$ 9.817.097.881,42
(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ 4.764.734.781,79	R\$ 6.502.482.617,22
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 550.589.040,77	R\$ 550.589.040,77
PLANO PREVIDENCIÁRIO – RESULTADO TECNICO ATUARIAL	-R\$ 42.310.489.383,14	-R\$ 37.097.245.876,83



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 27 - Provisões Matemáticas - Registros Contábeis FEPA Militar

Estado do Maranhão - MA | Referência Base Cadastral: 31/12/2022 | Data Focal: 31/12/2022

CÓDIGO	CONTA	VALOR	
ATIVO			
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	R\$	-
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$	-
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$	-
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$	-
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$	-
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$	-
PASSIVO			
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$	15.367.958.651,03
PLANO FINANCEIRO			
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	-
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$	-
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$	-
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$	-
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$	-
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$	-
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$	-
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	-
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$	-
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$	-
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$	-
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$	-
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$	-
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$	6.163.329.112,21
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$	6.886.401.248,78



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$	-
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$	514.446.735,39
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$	208.625.401,17
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$	-
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$	-
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$	6.470.735.715,00
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$	11.953.371.936,90
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$	-
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$	5.374.261.699,03
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$	108.374.522,88
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$	-
2.2.7.2.1.05.00	(7) PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$	-
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS	R\$	-
2.2.7.2.1.06.00	(8) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	R\$	-
2.2.7.2.1.06.01	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$	-
2.2.7.2.1.07.00	(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$	-
2.2.7.2.1.07.01	(+) AJUSTES DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$	-
2.2.7.2.1.07.02	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$	-
2.2.7.2.1.07.03	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$	-
2.2.7.2.1.07.04	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$	-
2.2.7.2.1.07.98	(+) OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$	-
SITUAÇÃO ATUARIAL			
(1) - (3) - (4)	PLANO FINANCEIRO - RESULTADO TECNICO ATUARIAL	R\$	-
(2) - (5) - (6) + (7) - (9)	PLANO PREVIDENCIÁRIO – RESULTADO TECNICO ATUARIAL	-R\$	12.634.064.827,21



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Nota Explicativa

As provisões de benefícios a conceder - **(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER** - foram dimensionadas pelo método de financiamento do Crédito Unitário Projetado (CUP ou PUC), em acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público 9ª Edição. Adicionalmente, calcula-se pelo método Ortodoxo, em que a contribuição normal é a vigente em lei, refletindo a efetiva receita previdenciária a receber. Dessa forma, em atendimento ao § 3º do Art. 26 da Portaria MTP nº 1.467/2022, demonstra-se os resultados por esse método.

CONTA CONTÁBIL / MÉTODO	CUP	ORTODOXO
(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 6.163.329.112,21	R\$ 6.163.329.112,21
(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 6.470.735.715,00	R\$ 9.204.629.538,82
(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 11.953.371.936,90	R\$ 11.953.371.936,90
(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ 5.374.261.699,03	R\$ 2.640.367.875,21
(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 108.374.522,88	R\$ 108.374.522,88
PLANO PREVIDENCIÁRIO – RESULTADO TECNICO ATUARIAL	-R\$ 12.634.064.827,21	-R\$ 15.367.958.651,03



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Balanço Atuarial Analítico

Tabela 30 - Balanço Atuarial Analítico Civil						
BENEFÍCIO	VABF	VACF	BENEFÍCIO LÍQUIDO	% CN	R\$ CN	PM
BC - PENS APO	R\$ 2.138.756.075,52	R\$ 59.129.289,14	R\$ 2.079.626.786,38	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 2.079.626.786,38
BC - PENS	R\$ 3.154.295.190,98	R\$ 105.171.692,30	R\$ 3.049.123.498,68	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 3.049.123.498,68
BC - APO	R\$ 17.796.274.025,01	R\$ 397.230.981,68	R\$ 17.399.043.043,33	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 17.399.043.043,33
COMPREV BC	R\$ 0,00	R\$ 102.418.177,19	-R\$ 102.418.177,19	0,00%	R\$ 0,00	-R\$ 102.418.177,19
SUBTOTAL BC	R\$ 23.089.325.291,51	R\$ 663.950.140,31	R\$ 22.425.375.151,20			R\$ 22.425.375.151,20
BAC - APO AT	R\$ 27.205.410.771,61	R\$ 1.266.174.713,36	R\$ 25.939.236.058,26	31,68%	R\$ 11.805.068.724,74	R\$ 14.134.167.333,52
BAC - APO IN	R\$ 1.244.846.391,22	R\$ 65.825.544,24	R\$ 1.179.020.846,98	1,44%	R\$ 536.577.950,69	R\$ 642.442.896,30
BAC - PENS AT	R\$ 2.315.995.823,68	R\$ 112.637.023,91	R\$ 2.203.358.799,77	2,69%	R\$ 1.002.758.986,35	R\$ 1.200.599.813,42
BAC - PENS APO AT	R\$ 3.035.434.208,69	R\$ 141.843.820,40	R\$ 2.893.590.388,29	3,53%	R\$ 1.316.886.639,15	R\$ 1.576.703.749,13
BAC - PENS APO IN AT	R\$ 148.858.538,07	R\$ 7.452.574,61	R\$ 141.405.963,46	0,17%	R\$ 64.354.521,20	R\$ 77.051.442,27
COMPREV BAC	R\$ 0,00	R\$ 550.589.040,77	-R\$ 550.589.040,77	0,00%	R\$ 0,00	-R\$ 550.589.040,77
SUBTOTAL BAC	R\$ 33.950.545.733,27	R\$ 2.144.522.717,28	R\$ 31.806.023.015,99	39,52%	R\$ 14.725.646.822,13	R\$ 17.080.376.193,86
VASF					R\$ 37.261.536.164,28	
VACF SOBRE VASF					R\$ 14.725.646.822,13	
PARCELAMENTOS					R\$ 0,00	
OUTROS RESULTADOS					R\$ 0,00	
RECURSOS GARANTIDORES					R\$ 2.408.505.468,23	
RESULTADO ATUARIAL					-R\$ 37.097.245.876,83	

BAC: Benefício a Conceder; APO AT: Aposentadoria do ativo; APO IN AT: Aposentadoria por invalidez do ativo; PENS AT: Pensão do ativo; PENS APO AT: Reversão de futura aposentadoria do ativo em pensão; PENS APO IN AT: Reversão de futura aposentadoria por invalidez do ativo em pensão; BC: Benefício Concedido; PENS APO: Reversão das atuais aposentadorias em pensão; PENS: Benefícios Concedidos de Pensão; APO: Benefícios Concedidos de Aposentadoria; COMPREV: Compensação Previdenciária.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 31 - Balanço Atuarial Analítico Militar

BENEFÍCIO	VABF	VACF	BENEFÍCIO LÍQUIDO	% CN	R\$ CN	PM
BC - PENS APO	R\$ 884.122.730,54	R\$ 92.832.887,56	R\$ 791.289.842,98	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 791.289.842,98
BC - PENS	R\$ 1.102.785.835,57	R\$ 115.792.513,61	R\$ 986.993.321,96	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 986.993.321,96
BC - APO	R\$ 4.899.492.682,67	R\$ 514.446.735,39	R\$ 4.385.045.947,27	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 4.385.045.947,27
COMPREV BC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUBTOTAL BC	R\$ 6.886.401.248,78	R\$ 723.072.136,56	R\$ 6.163.329.112,21			R\$ 6.163.329.112,21
BAC - APO AT	R\$ 9.542.725.350,84	R\$ 1.001.986.166,87	R\$ 8.540.739.183,97	8,38%	R\$ 1.105.896.495,73	R\$ 7.434.842.688,24
BAC - APO IN	R\$ 324.303.965,65	R\$ 34.051.916,81	R\$ 290.252.048,84	0,28%	R\$ 37.583.248,57	R\$ 252.668.800,28
BAC - PENS AT	R\$ 689.309.387,24	R\$ 72.377.485,66	R\$ 616.931.901,58	0,61%	R\$ 79.883.346,55	R\$ 537.048.555,03
BAC - PENS APO AT	R\$ 1.356.508.843,05	R\$ 142.433.428,52	R\$ 1.214.075.414,53	1,19%	R\$ 157.204.396,19	R\$ 1.056.871.018,33
BAC - PENS APO IN AT	R\$ 40.524.390,12	R\$ 4.255.060,96	R\$ 36.269.329,16	0,04%	R\$ 4.696.329,34	R\$ 31.572.999,82
COMPREV BAC	R\$ 0,00	R\$ 108.374.522,88	-R\$ 108.374.522,88	0,00%	R\$ 0,00	-R\$ 108.374.522,88
SUBTOTAL BAC	R\$ 11.953.371.936,90	R\$ 1.363.478.581,70	R\$ 10.589.893.355,20	10,50%	R\$ 1.385.263.816,38	R\$ 9.204.629.538,82
VASF					R\$ 13.192.988.735,98	
VACF SOBRE VASF					R\$ 1.385.263.816,38	
PARCELAMENTOS					R\$ 0,00	
OUTROS RESULTADOS					R\$ 0,00	
RECURSOS GARANTIDORES					R\$ 0,00	
RESULTADO ATUARIAL					-R\$ 15.367.958.651,03	

BAC: Benefício a Conceder; APO AT: Aposentadoria do ativo; APO IN AT: Aposentadoria por invalidez do ativo; PENS AT: Pensão do ativo; PENS APO AT: Reversão de futura aposentadoria do ativo em pensão; PENS APO IN AT: Reversão de futura aposentadoria por invalidez do ativo em pensão; BC: Benefício Concedido; PENS APO: Reversão das atuais aposentadorias em pensão; PENS: Benefícios Concedidos de Pensão; APO: Benefícios Concedidos de Aposentadoria; COMPREV: Compensação Previdenciária.



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

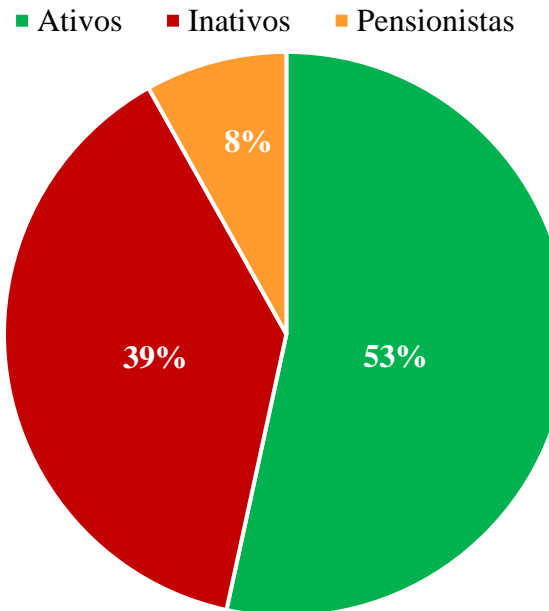
Gráficos e outros dados

Civil

Tabela 32 - Dados Gerais dos Segurados Civis

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Ativos	41266	R\$7.333,51	52,94	R\$302.624.727,66	65,47%
Aposentados	29728	R\$4.567,75	70,67	R\$135.789.941,89	29,38%
Pensionistas	6276	R\$3.791,59	65,12	R\$23.795.987,98	5,15%

Gráfico 10 – Divisão dos Segurados Civis



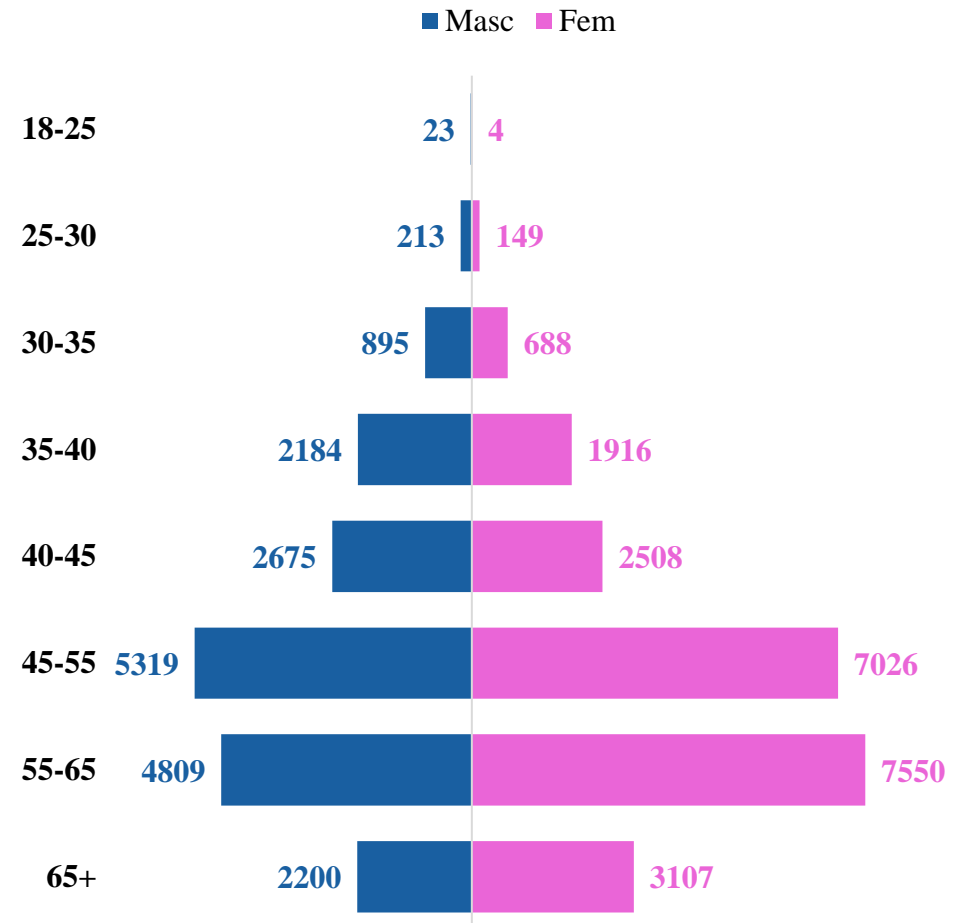


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 11 – Sexo por Classe de Segurados Civis



Gráfico 12 – Pirâmide Etária dos Ativos Civis





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 13 – Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Civis

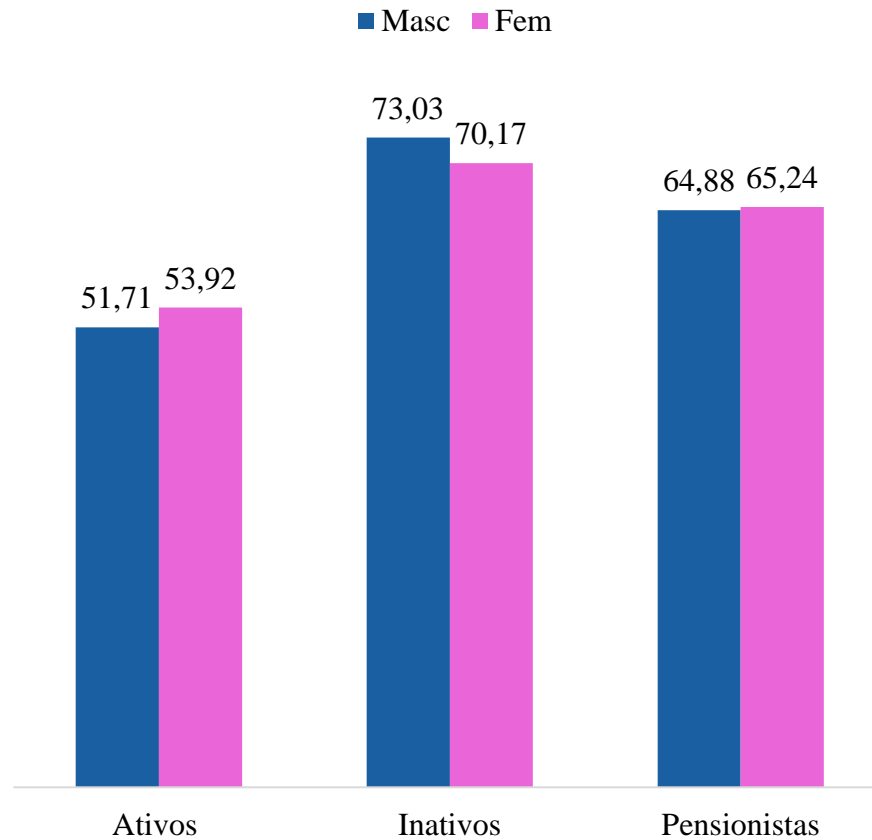
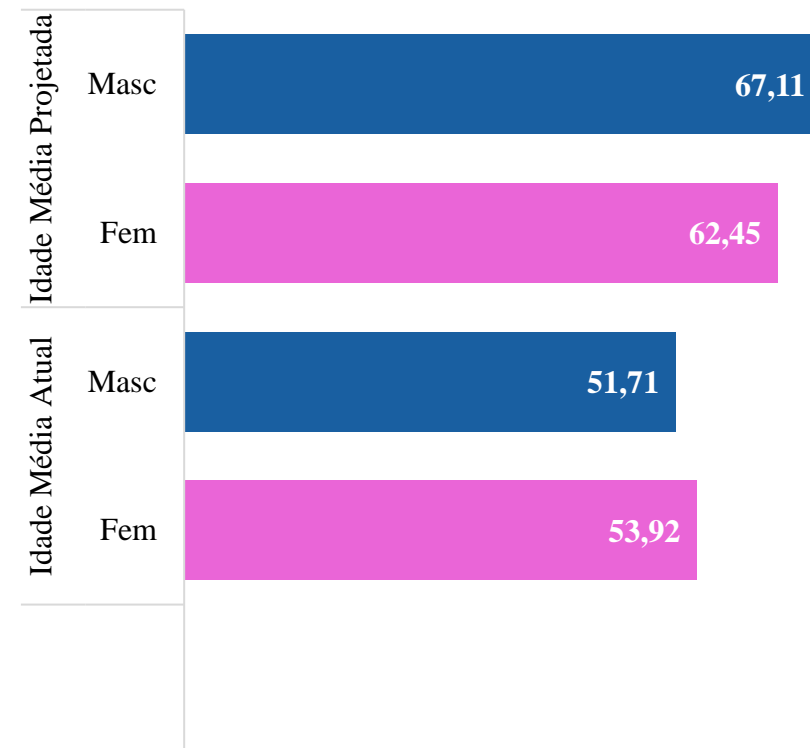


Gráfico 14 – Idade Média Atual e Projetada à Aposentadoria por Sexo dos Ativos Civis





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 33 - Tabela de Faixas Salariais e Alíquotas Progressivas Civil

Faixa	Inferior	Superior	Alíquota
1	R\$ 0,00	R\$ 1.212,00	7,50%
2	R\$ 1.212,01	R\$ 2.427,35	9,00%
3	R\$ 2.427,36	R\$ 3.641,03	12,00%
4	R\$ 3.641,04	R\$ 7.087,22	14,00%
5	R\$ 7.087,23	R\$ 12.136,79	14,50%
6	R\$ 12.136,80	R\$ 24.273,57	16,50%
7	R\$ 24.273,58	R\$ 47.333,46	19,00%
8	R\$ 47.333,47	> R\$ 47.333,47	22,00%

Tabela 34 - Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Civis

Faixa	De	Até	Feminino	Masculino	Total
1	R\$ 0,00	R\$ 1.212,00	1	1	2
2	R\$ 1.212,01	R\$ 2.427,35	2440	1605	4045
3	R\$ 2.427,36	R\$ 3.641,03	2322	2352	4674
4	R\$ 3.641,04	R\$ 7.087,22	11173	6945	18118
5	R\$ 7.087,23	R\$ 12.136,79	5047	4834	9881
6	R\$ 12.136,80	R\$ 24.273,57	1323	1530	2853
7	R\$ 24.273,58	R\$ 47.333,46	642	1051	1693
Total			22948	18318	41266



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

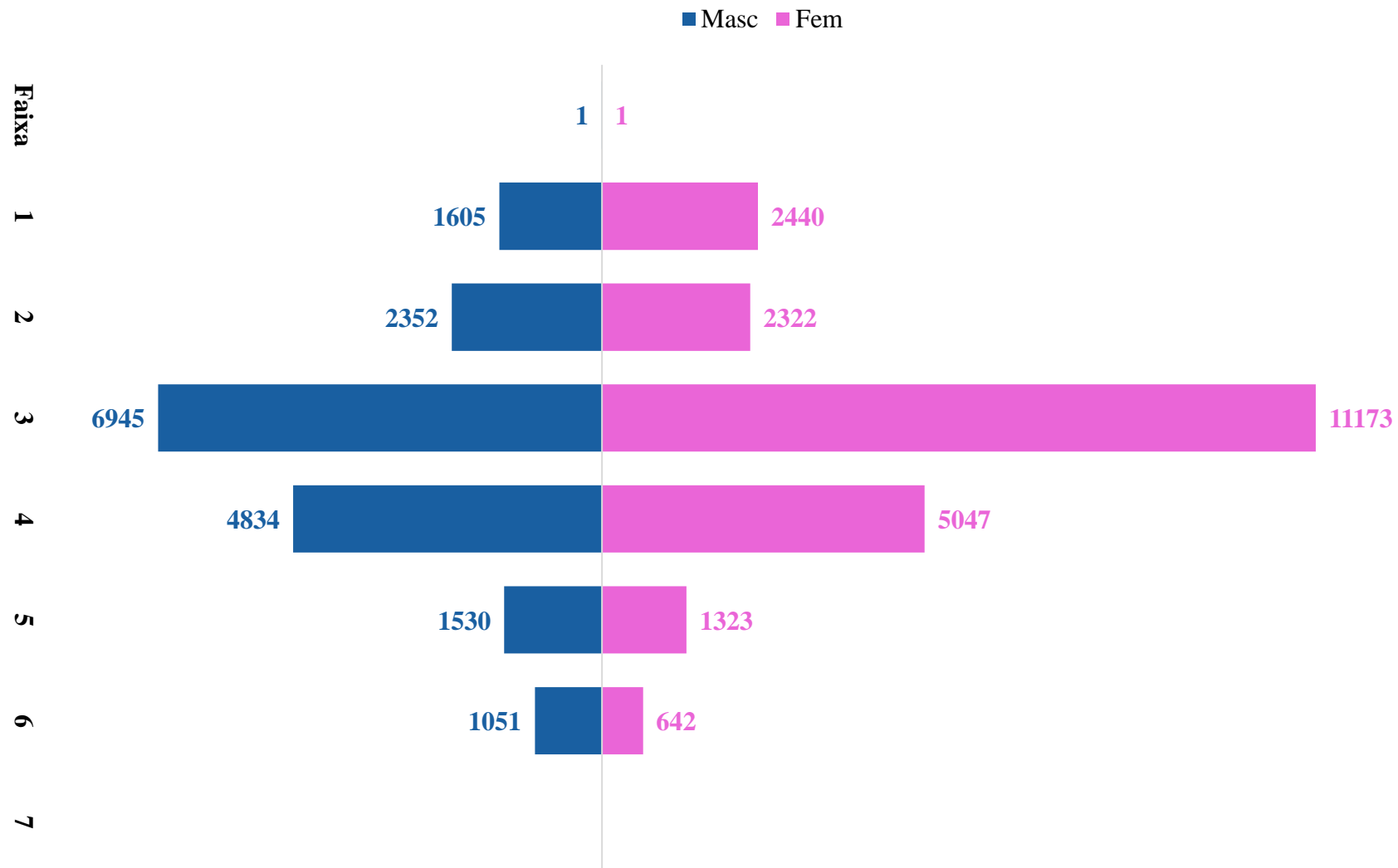
Tabela 35 - Distribuição por Faixa e Média Salarial dos Segurados Civis

Faixa	Ativos		Aposentados e Pensionistas	
	Quantidade	Salário Médio	Quantidade	Benefício Médio
1	2	R\$ 1.212,00	2780	R\$ 1.212,00
2	4045	R\$ 2.028,09	8563	R\$ 1.818,08
3	4674	R\$ 3.103,12	7706	R\$ 3.219,23
4	18118	R\$ 4.982,54	12265	R\$ 4.947,82
5	9881	R\$ 8.979,94	3105	R\$ 8.634,99
6	2853	R\$ 16.354,64	1012	R\$ 16.250,06
7	1693	R\$ 32.043,92	573	R\$ 31.829,02



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 15 – Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Civis





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 16 – Média Salarial por Faixa dos Ativos Civis

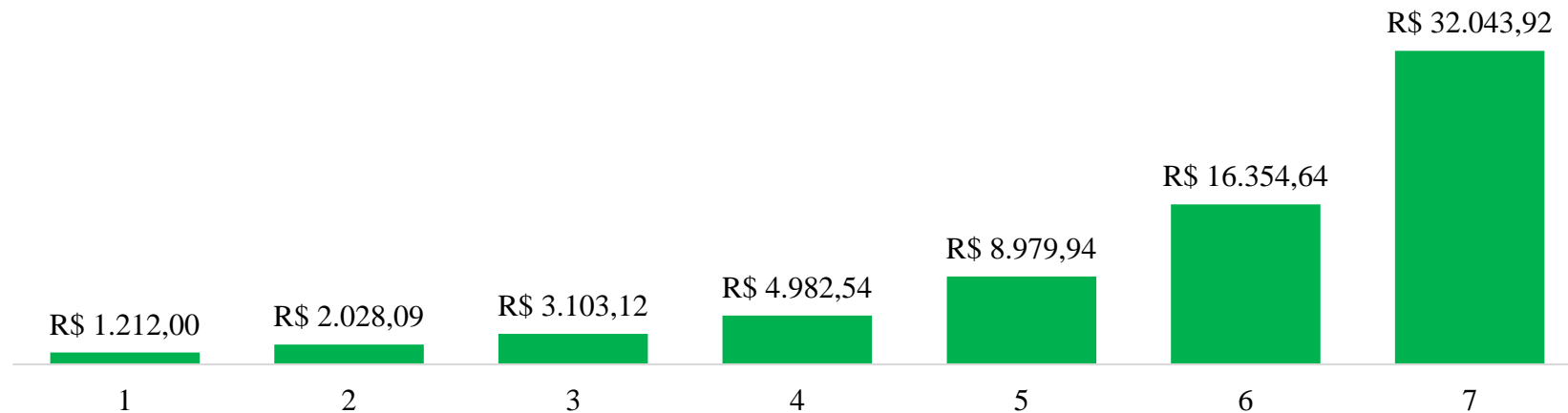
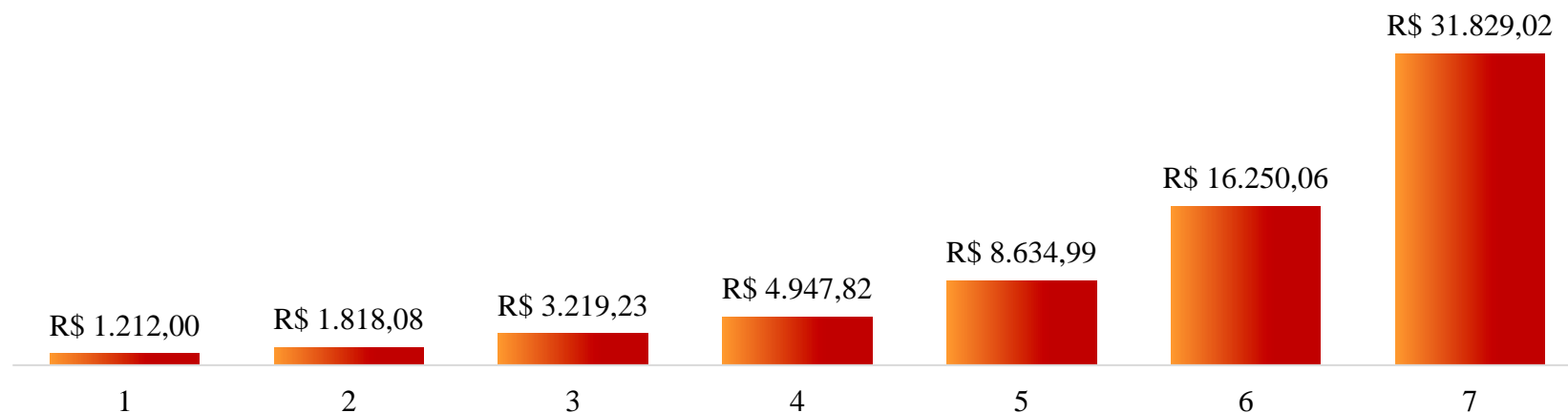


Gráfico 17 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Civis

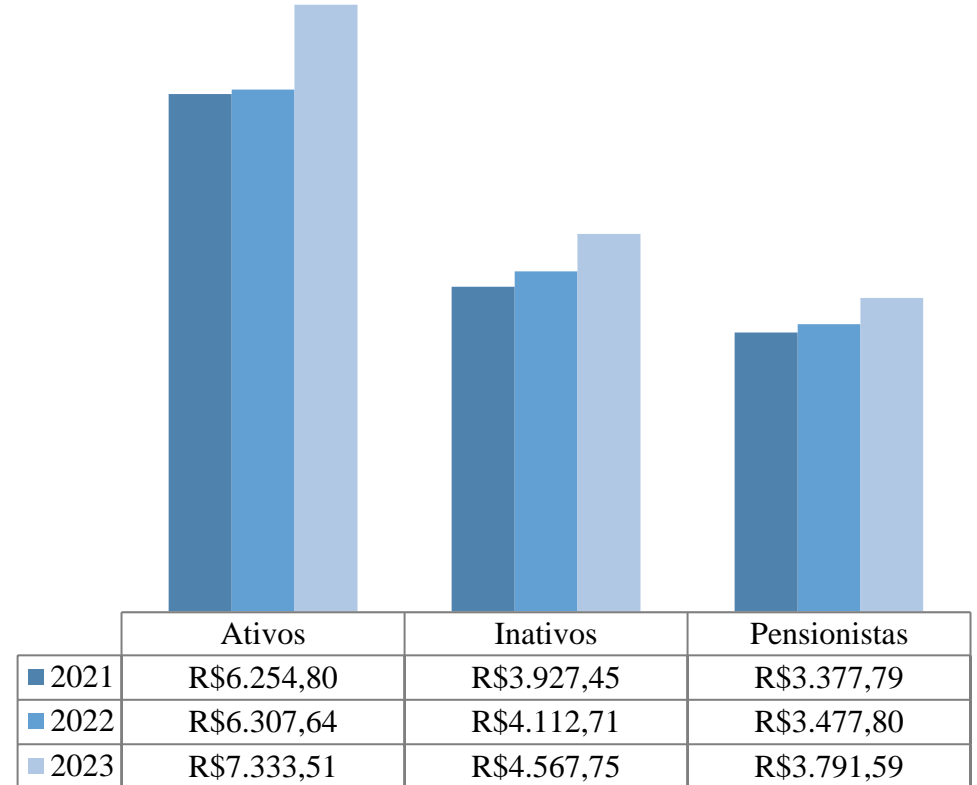
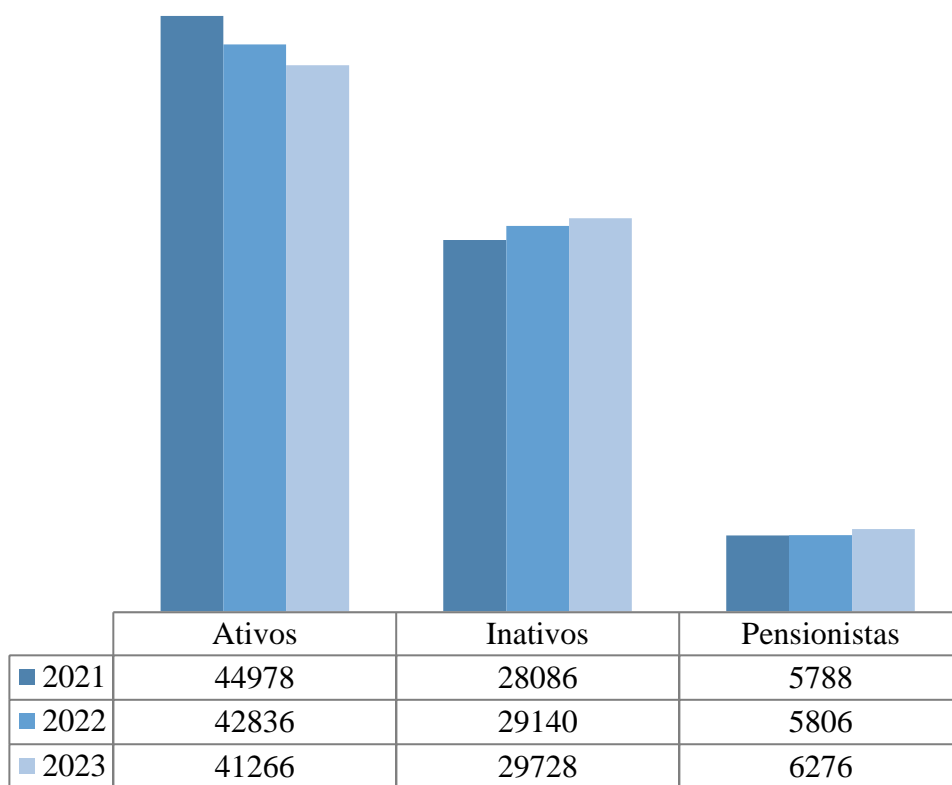




Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 18 – Comparativos dos Quantitativos Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais

Gráfico 19 – Comparativos das Remunerações Médias Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 20 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Civis das Últimas Três Avaliações Atuariais

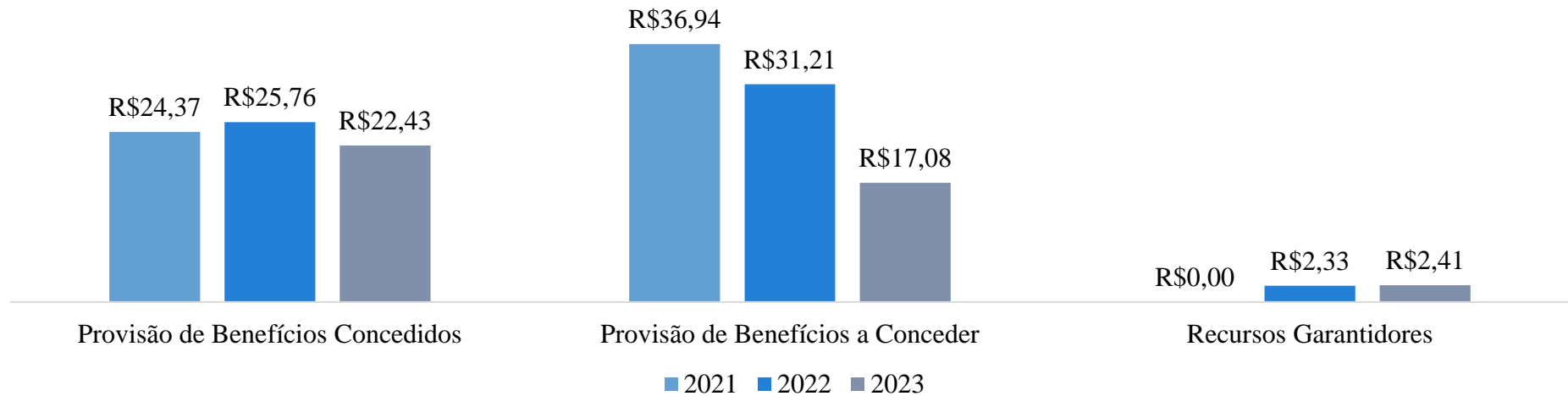
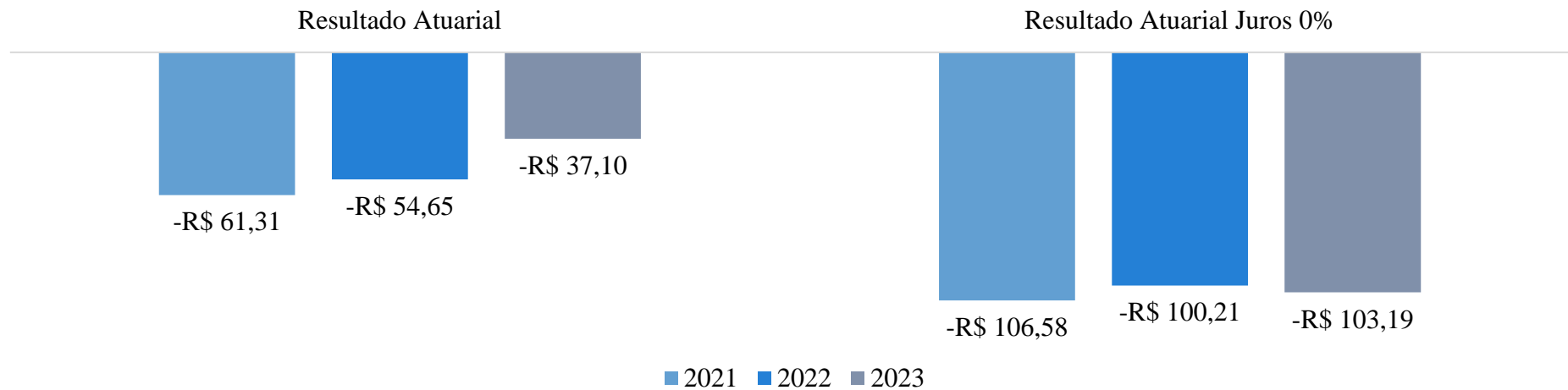


Gráfico 21 – Comparativos dos Resultados Civis das Últimas Três Avaliações Atuariais





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 22 – Projeção de Despesas Concedidas e a Conceder Civil

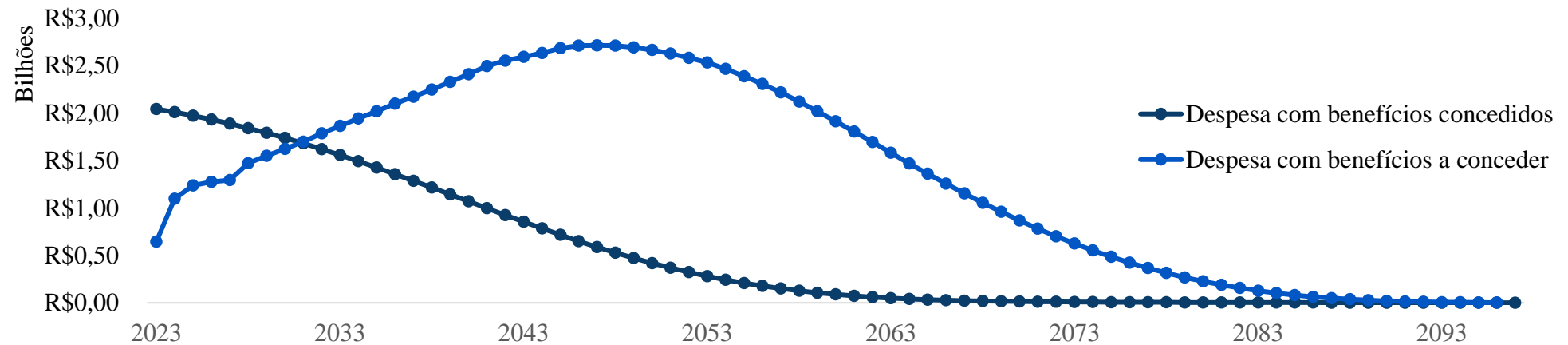
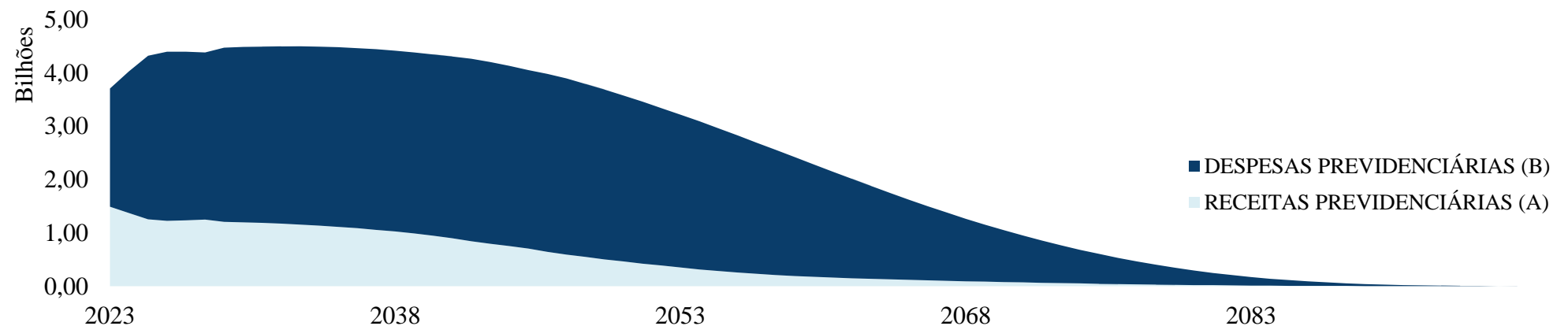


Gráfico 23 – Projeção de Receitas e Despesas Civil



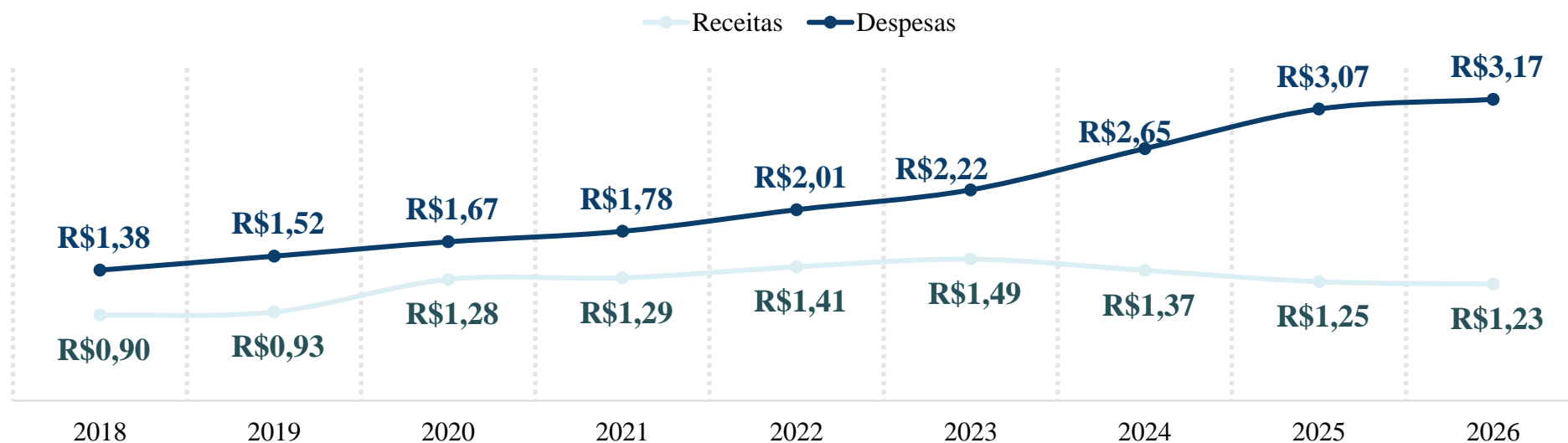


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 36 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Civil

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)
2018	R\$ 900.666.461,35	R\$ 1.375.280.902,86	-R\$ 474.614.441,51
2019	R\$ 934.862.500,88	R\$ 1.522.148.854,01	-R\$ 587.286.353,13
2020	R\$ 1.277.811.355,49	R\$ 1.673.489.980,01	-R\$ 395.678.624,52
2021	R\$ 1.293.899.290,14	R\$ 1.783.788.287,95	-R\$ 489.888.997,81
2022	R\$ 1.409.680.461,18	R\$ 2.011.343.258,55	-R\$ 601.662.797,37
2023	R\$ 1.490.595.696,95	R\$ 2.220.112.156,54	-R\$ 729.516.459,59
2024	R\$ 1.373.232.631,29	R\$ 2.654.592.861,79	-R\$ 1.281.360.230,50
2025	R\$ 1.253.311.455,67	R\$ 3.071.184.271,57	-R\$ 1.817.872.815,90
2026	R\$ 1.227.977.569,69	R\$ 3.172.537.013,42	-R\$ 1.944.559.443,73

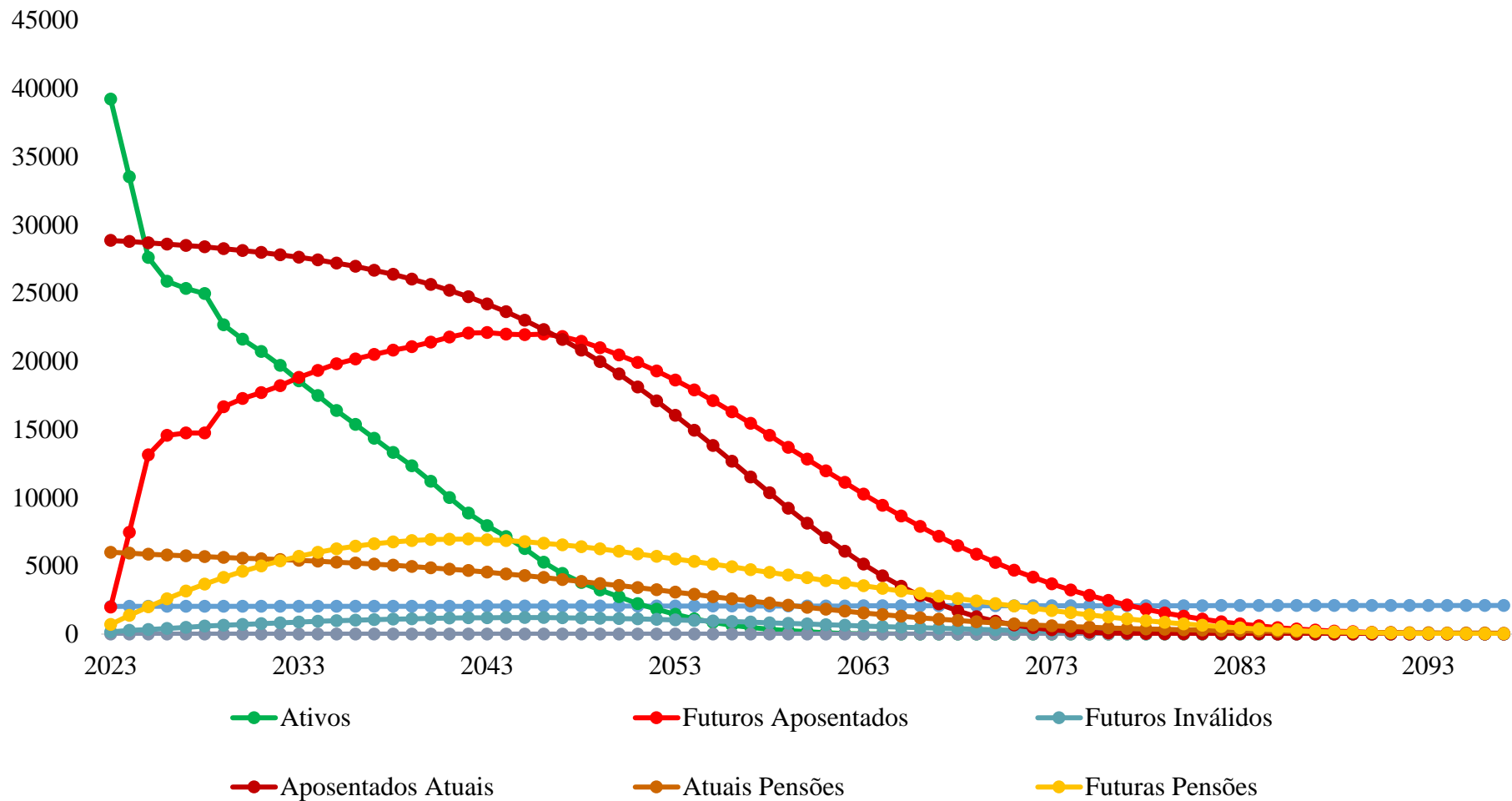
Gráfico 24 – Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Civil – Em Bilhões





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 25 – Projeção de Quantitativos de Segurados Civis por Classe





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

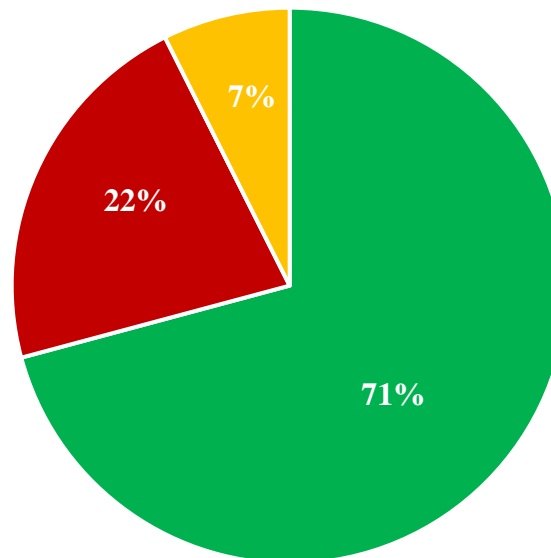
Militar

Tabela 37 - Dados Gerais dos Segurados Militares

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Ativos	12654	R\$7.153,04	39,40	R\$90.514.599,92	69,77%
Aposentados	3888	R\$8.361,99	60,36	R\$32.511.431,40	25,06%
Pensionistas	1324	R\$5.066,97	46,63	R\$6.708.663,40	5,17%

Gráfico 26 – Divisão dos Segurados Militares

■ Ativos ■ Inativos ■ Pensionistas





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 27 – Sexo por Classe de Segurados Militares

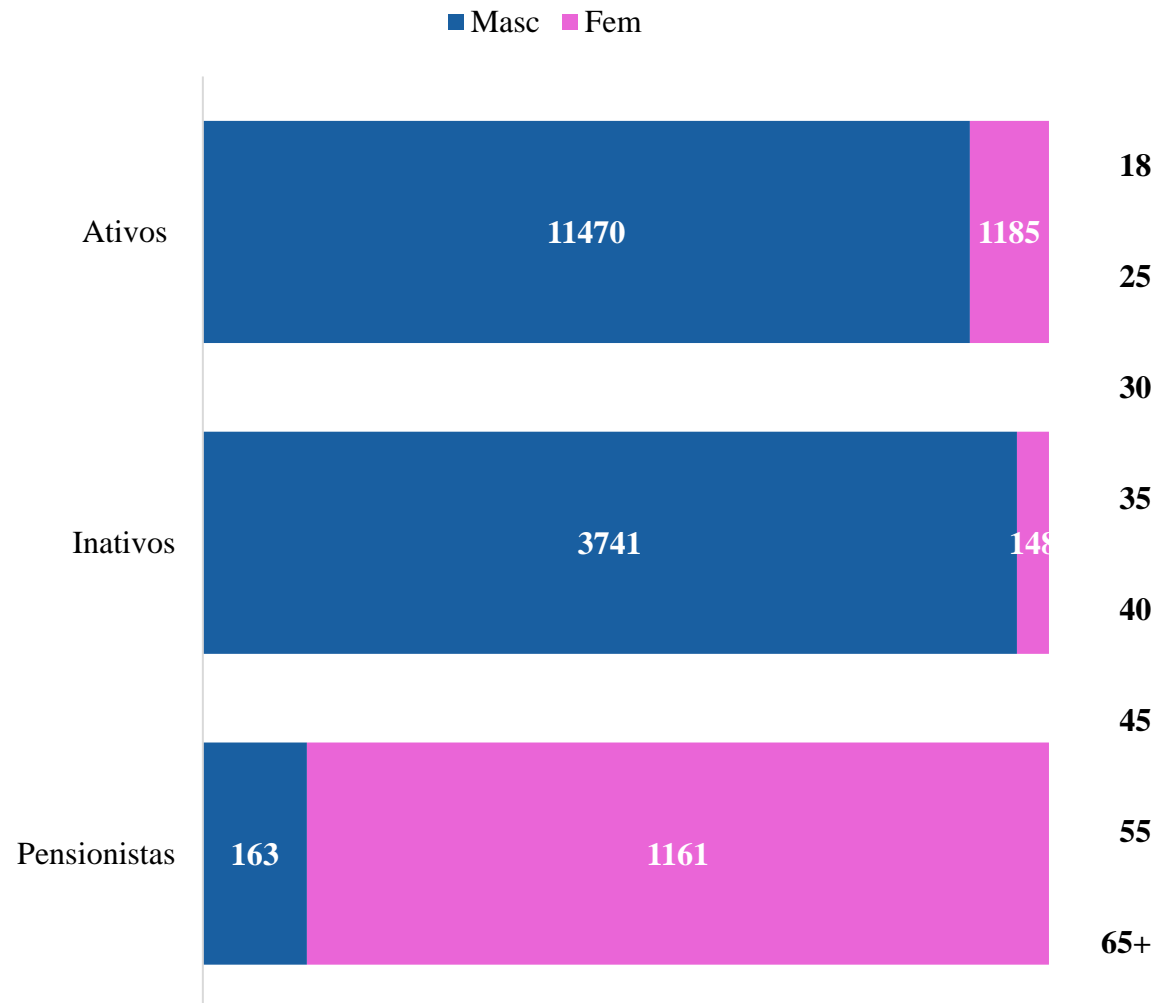
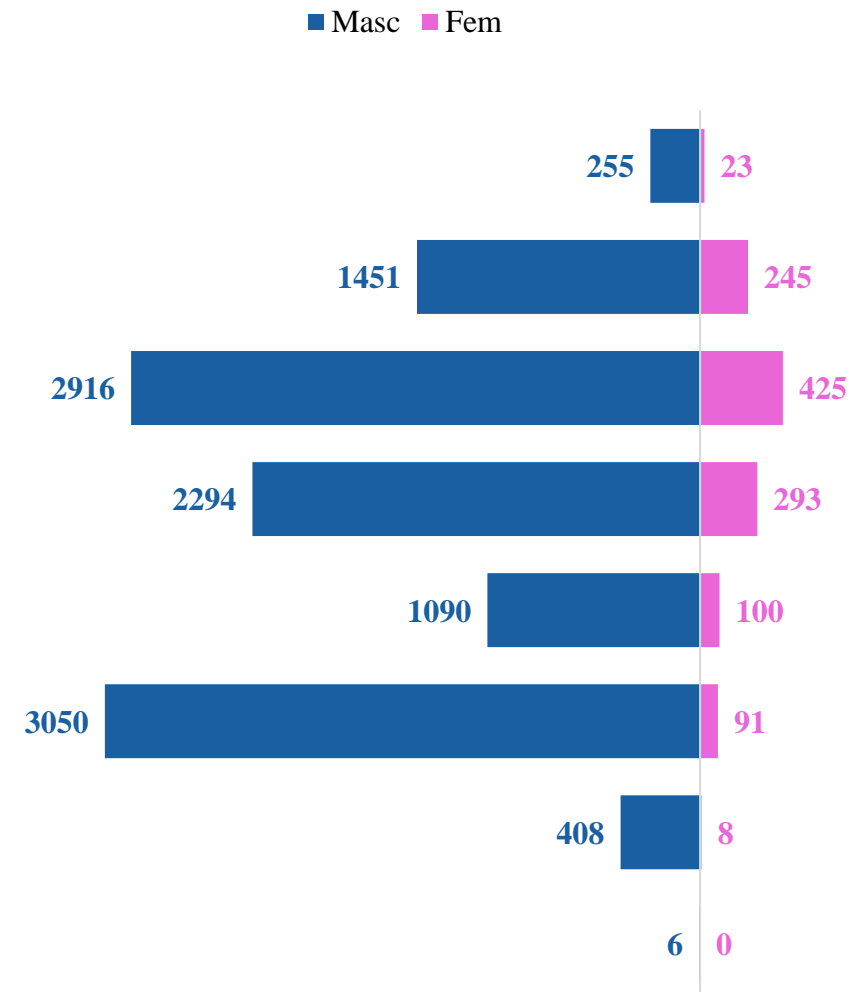


Gráfico 28 – Pirâmide Etária dos Ativos Militares



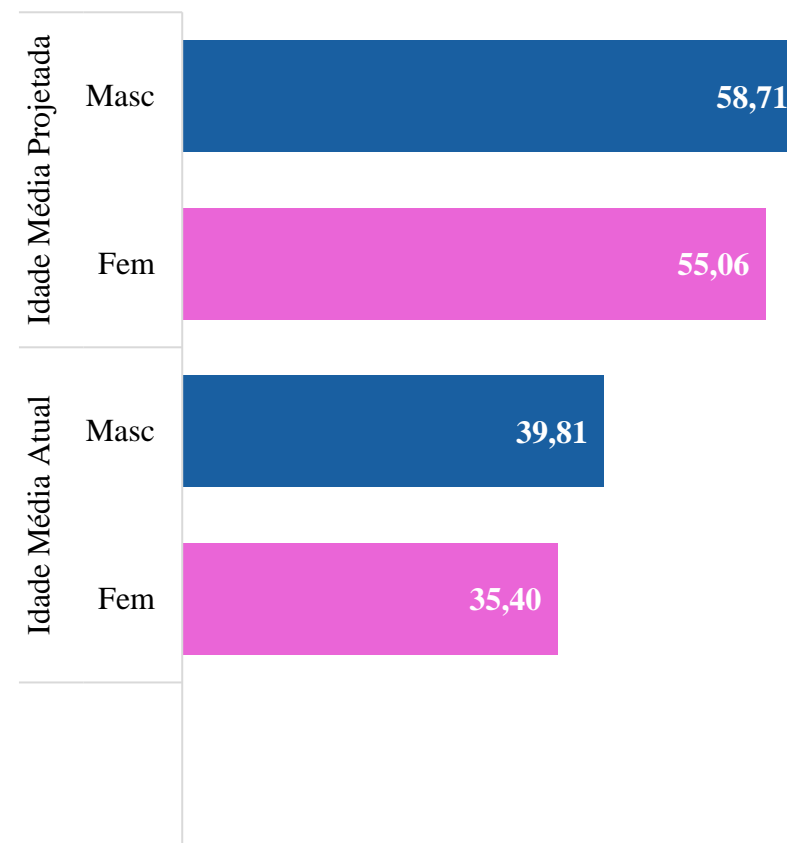
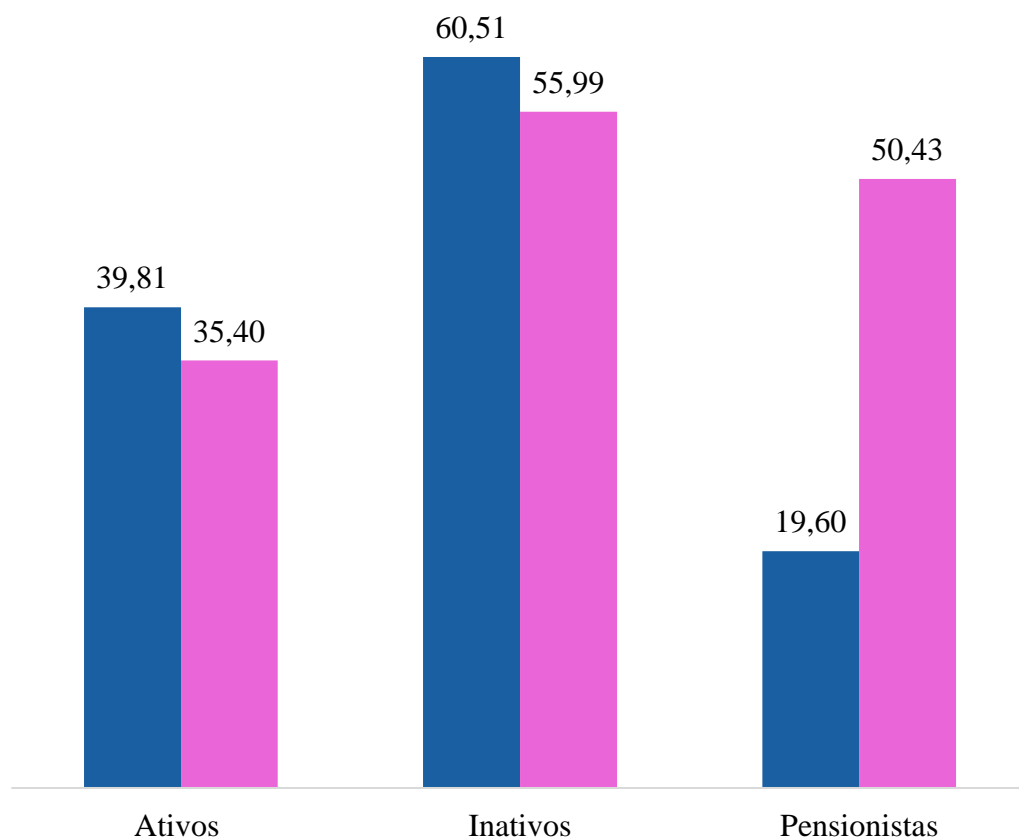


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 29 - Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Militares

Gráfico 30 – Idade Média Atual e Projetada à Aposentadoria por Sexo dos Ativos Militares

■ Masc ■ Fem





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 38 - Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Militares

Faixa	De	Até	Feminino	Masculino	Total
1	R\$ 0,00	R\$ 1.212,00	0	0	0
2	R\$ 1.212,01	R\$ 2.427,35	0	0	0
3	R\$ 2.427,36	R\$ 3.641,03	0	0	0
4	R\$ 3.641,04	R\$ 7.087,22	945	7932	8877
5	R\$ 7.087,23	R\$ 12.136,79	152	2511	2663
6	R\$ 12.136,80	R\$ 24.273,57	86	982	1068
7	R\$ 24.273,58	R\$ 47.333,46	2	45	47
Total			1185	11470	12655

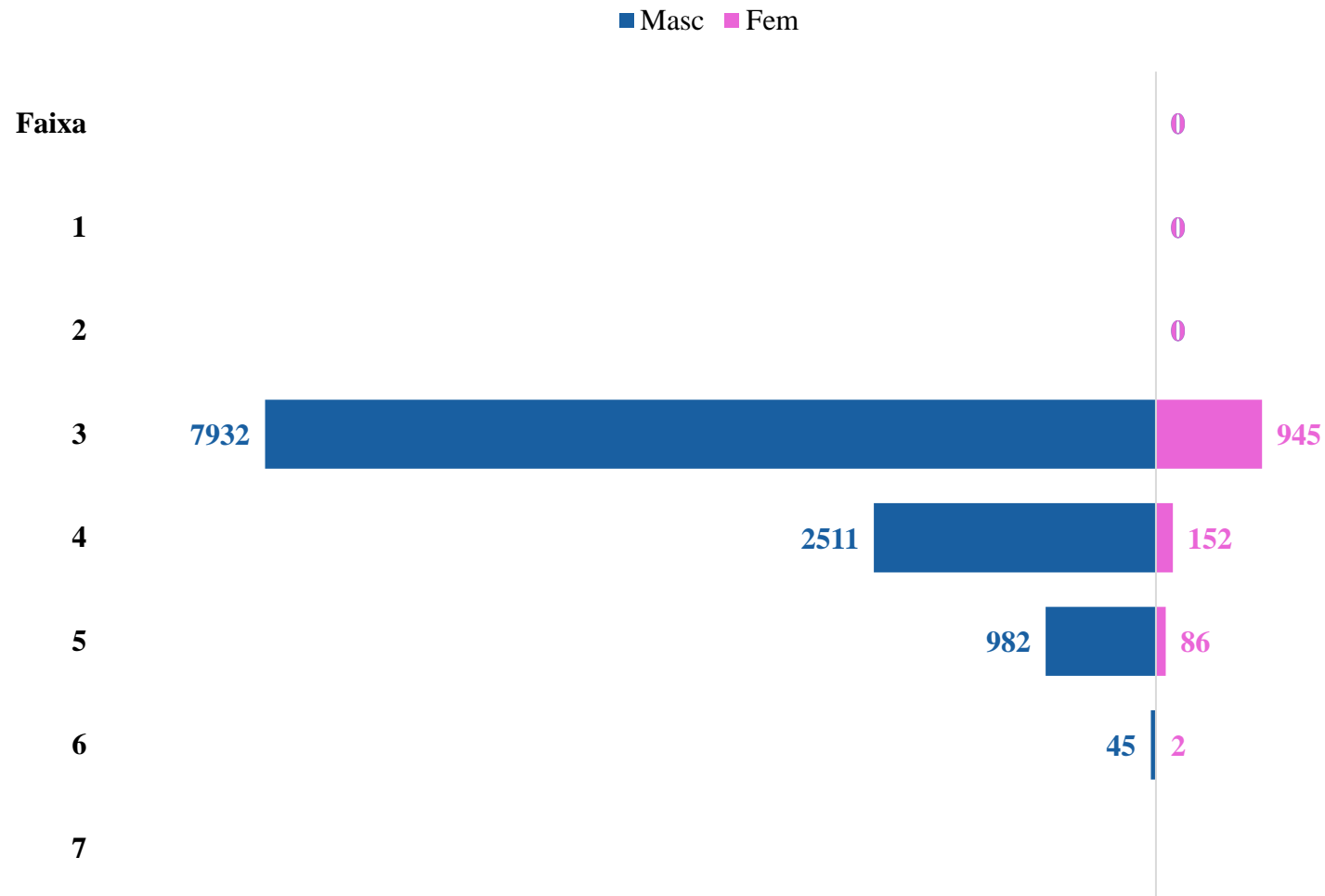
Tabela 39 - Distribuição por Faixa e Média Salarial dos Segurados Militares

Faixa	Ativos		Aposentados e Pensionistas	
	Quantidade	Remuneração Média	Quantidade	Benefício Médio
1	0		5	R\$ 1.212,00
2	0		33	R\$ 2.008,78
3	0		123	R\$ 3.241,17
4	8878	R\$ 5.398,89	2810	R\$ 5.761,73
5	2662	R\$ 9.180,56	1738	R\$ 8.916,50
6	1068	R\$ 15.752,37	446	R\$ 16.190,79
7	47	R\$ 28.108,80	58	R\$ 27.924,48



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 31 – Distribuição por Faixa Salarial e Sexo de Ativos Militares





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 32 – Média Salarial por Faixa dos Ativos Militares

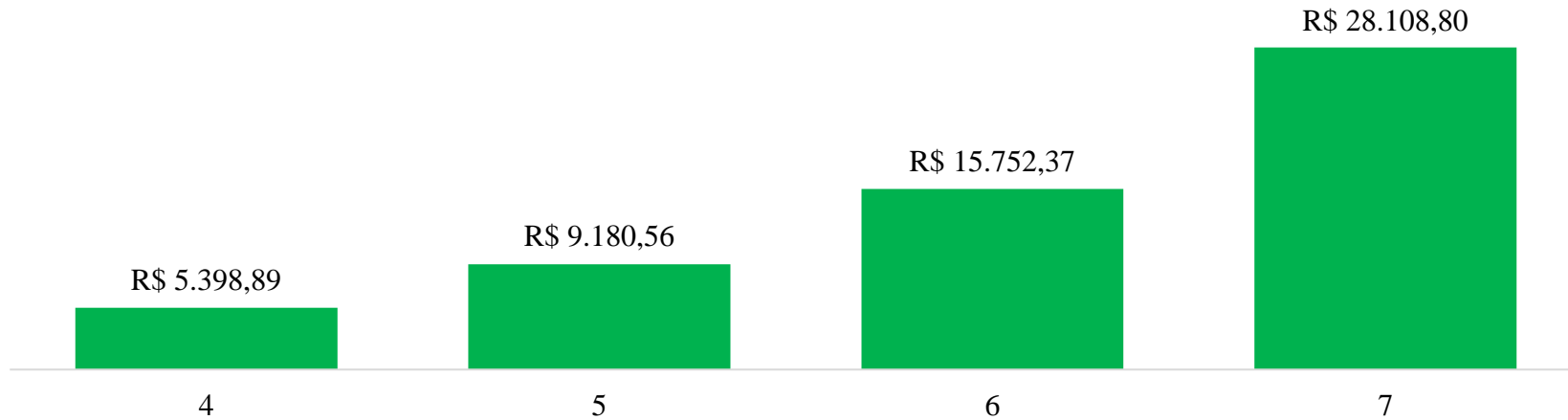
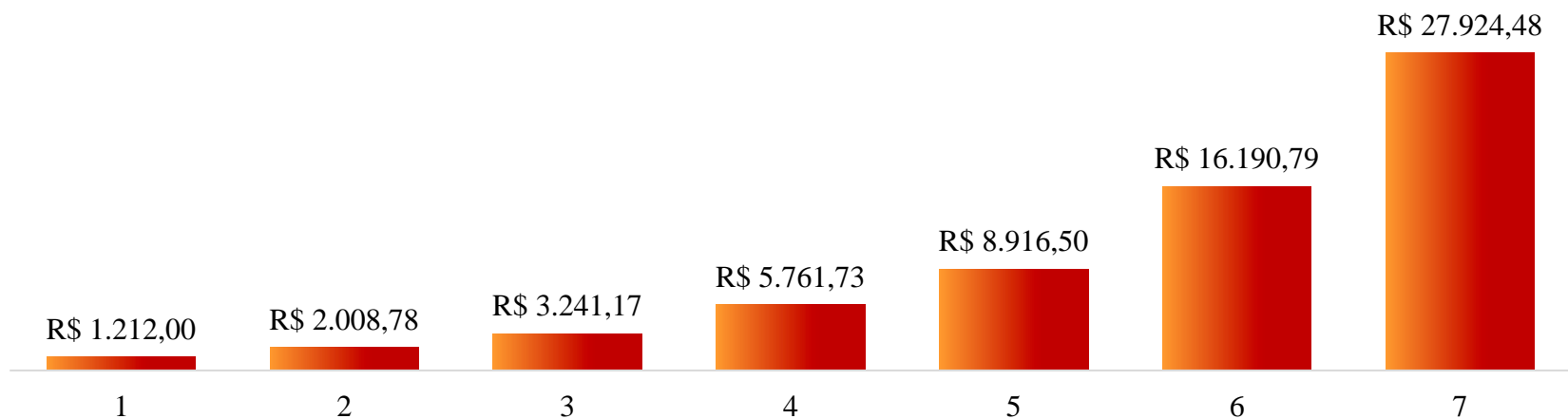


Gráfico 33 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Militares





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 34 – Comparativos dos Quantitativos Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais

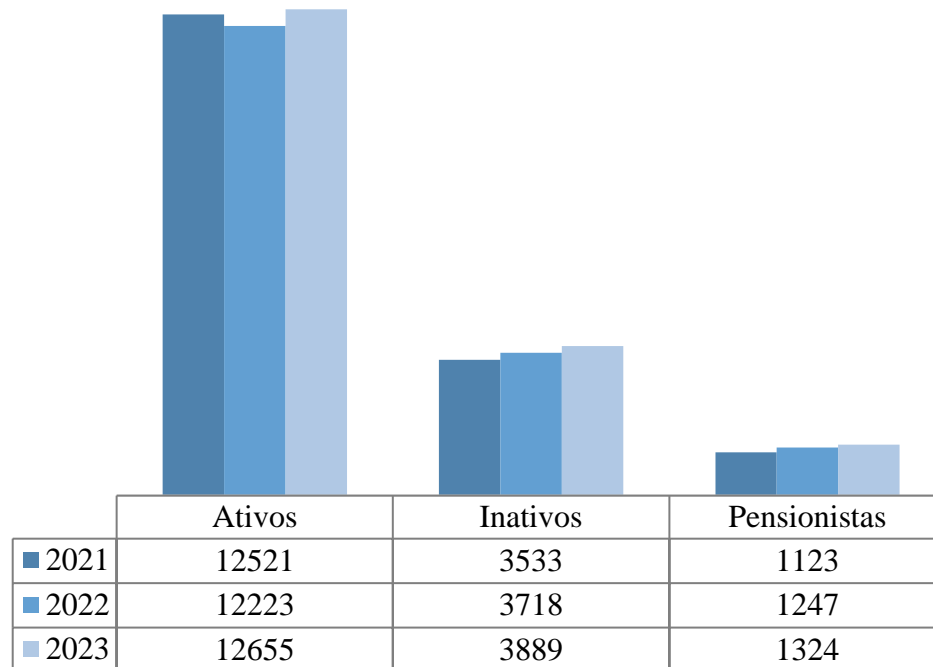
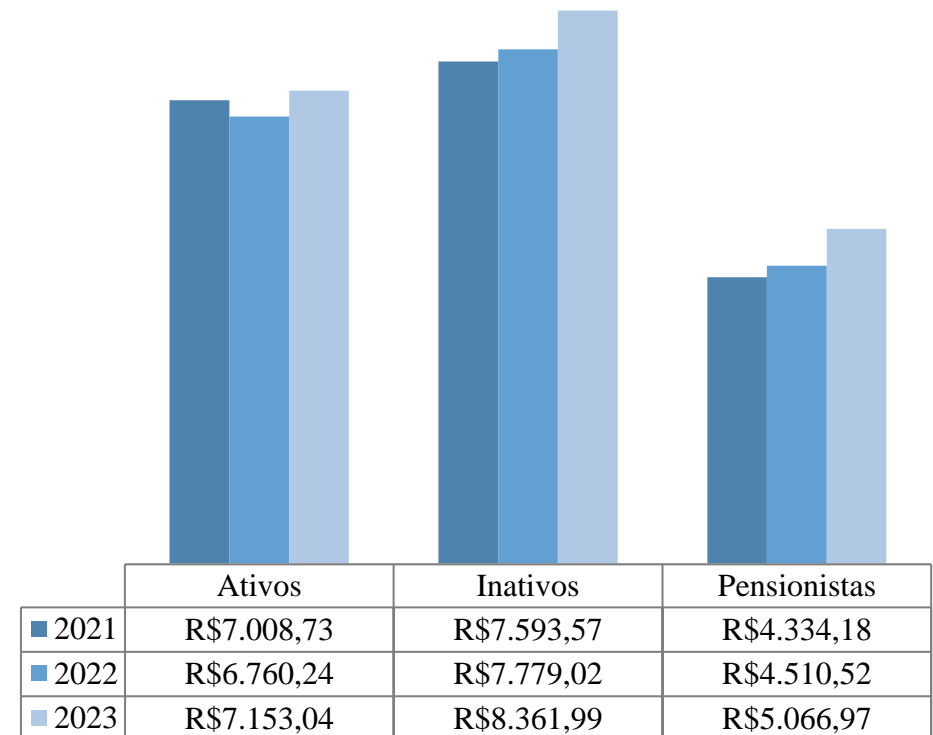


Gráfico 35 – Comparativos das Remunerações Médias Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 36 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais

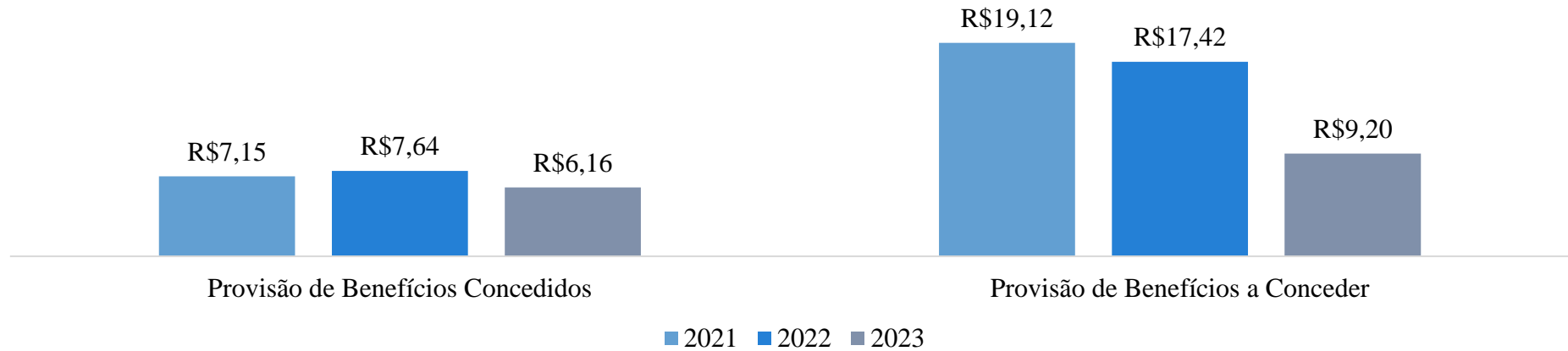


Gráfico 37 – Comparativos dos Resultados Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais

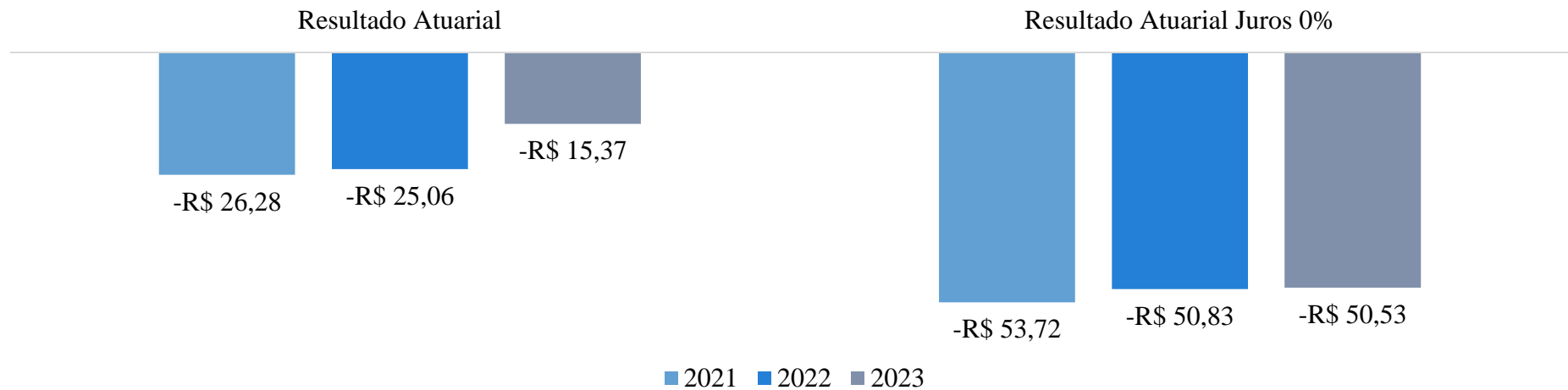




Gráfico 38 – Projeção de Despesas Concedidas e a Conceder Militar

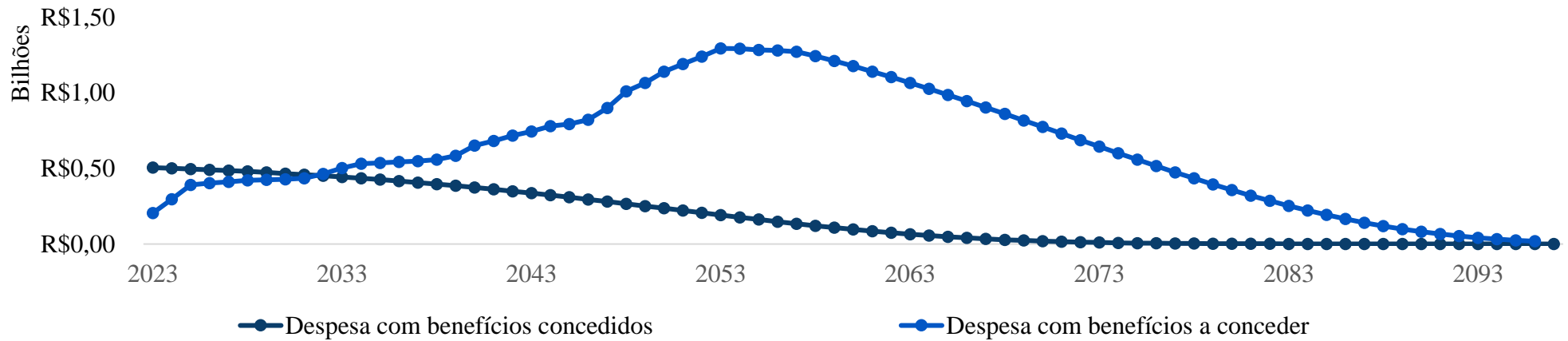
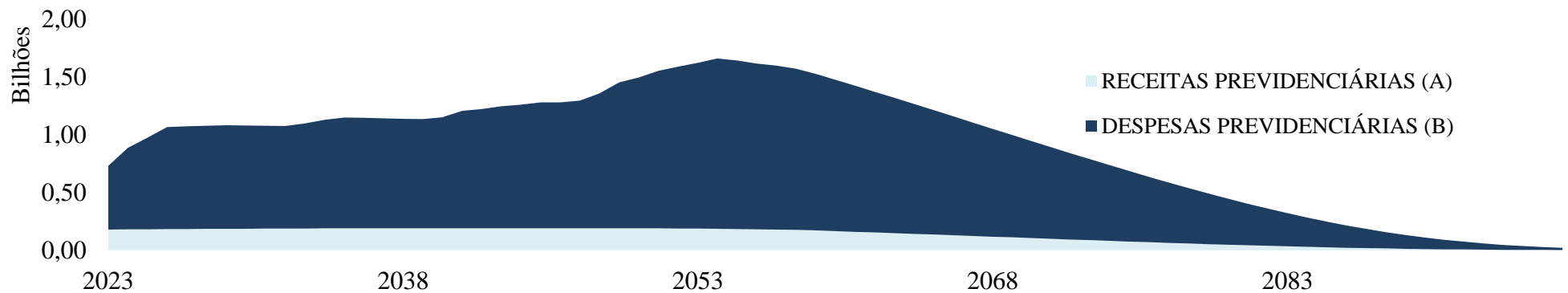


Gráfico 39 – Projeção de Receitas e Despesas Militar



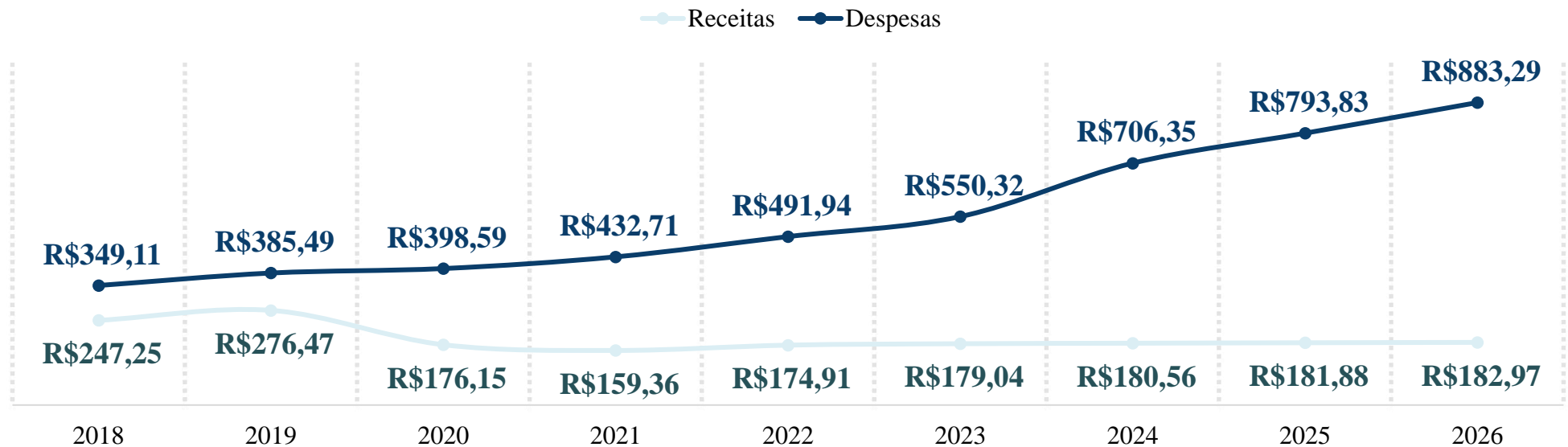


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 40 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Militar

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)
2018	R\$ 247.248.524,48	R\$ 349.108.990,93	-R\$ 101.860.466,45
2019	R\$ 276.474.825,00	R\$ 385.485.302,90	-R\$ 109.010.477,90
2020	R\$ 176.145.831,00	R\$ 398.587.617,13	-R\$ 222.441.786,13
2021	R\$ 159.361.302,18	R\$ 432.705.688,30	-R\$ 273.344.386,12
2022	R\$ 174.906.562,28	R\$ 491.938.805,32	-R\$ 317.032.243,04
2023	R\$ 179.043.860,76	R\$ 550.322.987,51	-R\$ 371.279.126,75
2024	R\$ 180.559.621,75	R\$ 706.350.457,88	-R\$ 525.790.836,13
2025	R\$ 181.877.588,56	R\$ 793.833.950,72	-R\$ 611.956.362,16
2026	R\$ 182.973.014,90	R\$ 883.285.935,04	-R\$ 700.312.920,14

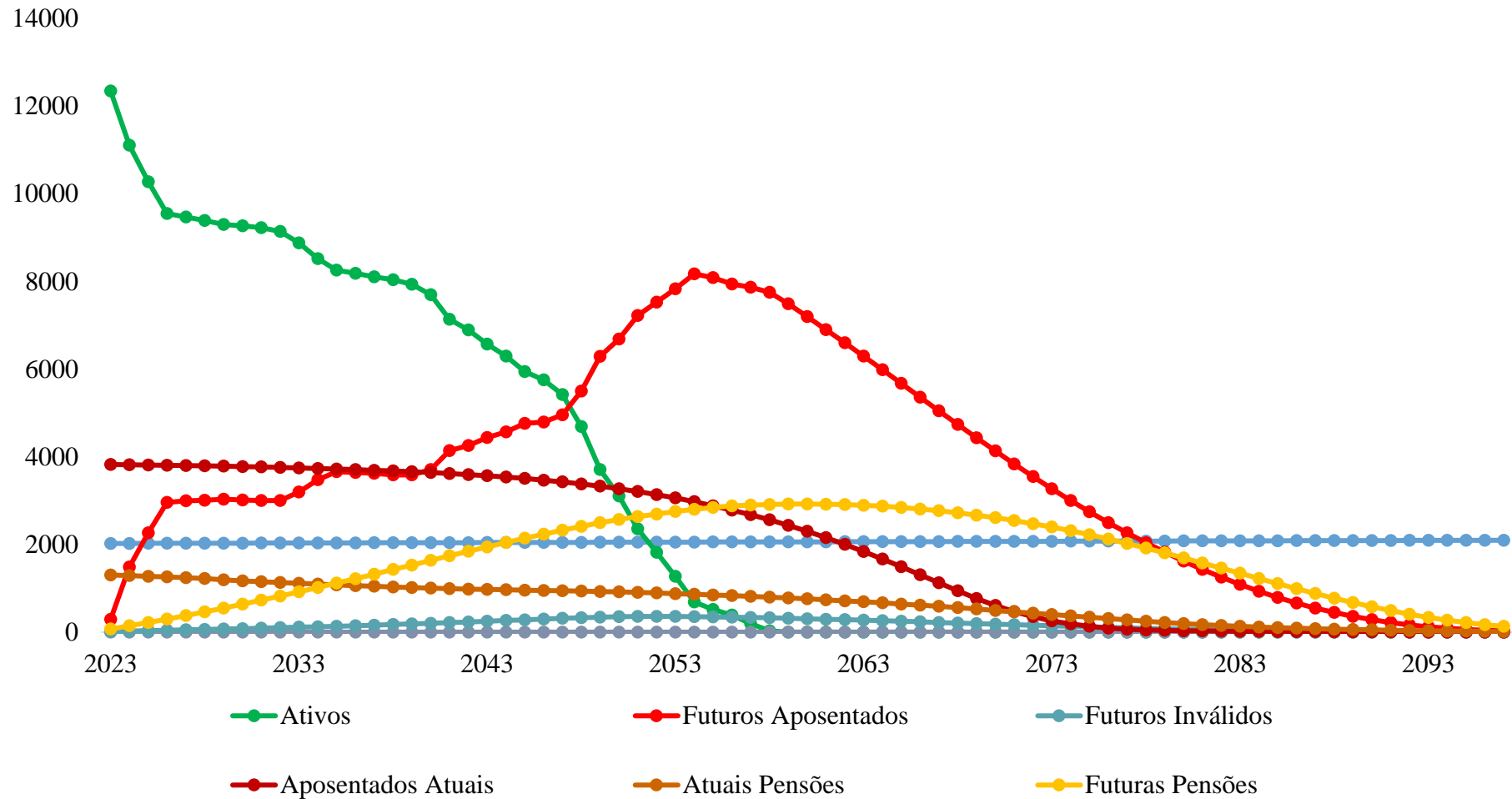
Gráfico 40 – Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Militar – Em Milhões





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 41 – Projeção de Quantitativos de Segurados Militares por Classe





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Críticas à Base Cadastral

Tabela 41 - Críticas à Base Cadastral Civil

Ativos		
Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 0,13% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%.
Folha salarial	Variação de 0,13% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%.
Sem data de ingresso e identificação da carreira	24057	Considerar informações do cargo.
Data de nascimento	137	Verificar no cadastro do servidor.
Sem informação de tempo anterior a outros regimes previdenciários	5740	Utilizar premissa de compensação previdenciária.
Segurado casado ou em união estável sem dependentes	7511	Considerar composição familiar de acordo com premissa.
Salário inferior ao mínimo	2	Adotar o mínimo vigente.
Salário superior ao teto remuneratório	1	Adotar o teto do funcionalismo vigente.
Remuneração total inferior ao salário de contribuição ou vazia	1	Adotar o salário de contribuição.
Sem contribuição mensal informada	53	Calcular contribuição.
Idade atual superior a 75	400	Manter, com concessão imediata do benefício.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Aposentados		
Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 0,24% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 0,26% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Segurado casado ou em união estável sem dependentes	4116	Considerar composição familiar de acordo com premissa.
Data de admissão igual a data de início do benefício ou sem data de início do benefício	156	Admitir data como a de início do benefício ou de admissão, a depender do caso. Considerar data de entrada aos 25 anos do servidor e a idade de início do benefício a média do grupo.
Contribuição incorreta	23	Calcular contribuição.
Salário superior ao teto	9	Adotar o teto do funcionalismo vigente.
Todos os servidores sem paridade	29728	Considerar sem paridade.
Sem condição do aposentado	29728	Considerar como válidos.
Sem data de ingresso no serviço público	29728	Ajustar para data de ingresso no ente.
Pensionistas		
Descrição	Ocorrências	Critério



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Quantidade	Variação de 2,38% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 0,81% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Soma de quotas inferior ao salário-mínimo	31	Adotar o salário-mínimo vigente.
Benefício superior ao teto remuneratório	2	Adotar o teto do funcionalismo vigente.
Sem indicador de paridade	6276	Considerar sem paridade.
Sem condição do pensionista	6276	Considerar como válidos.
Sem duração do benefício	6276	Considerar temporário aos menores de 18 anos e vitalício aos demais.

Tabela 42 - Críticas à Base Cadastral Militar

Ativos		
Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 0,09% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%.
Folha salarial	Variação de -1,24% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%.
Sem data de ingresso e identificação da carreira	12655	Considerar ingresso no ente.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Sem informação de tempo anterior a outros regimes previdenciários	12655	Utilizar premissa de compensação previdenciária.
Segurado casado ou em união estável sem dependentes	790	Considerar 1 dependente.
Salário superior ao teto remuneratório	1	Adotar o teto do funcionalismo vigente.
Sem contribuição mensal informada	639	Calcular contribuição.

Aposentados

Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de -0,03% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de -0,36% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Segurado casado ou em união estável sem dependentes	114	Considerar composição familiar de acordo com premissa.
Contribuição incorreta	19	Calcular contribuição.
Salário vazio	205	Calcular salário a partir da contribuição.
Benefício superior ao teto remuneratório	2	Adotar o teto do funcionalismo vigente.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Contribuição vazia ou errada	19	Calcular contribuição.
Todos os servidores sem paridade	3889	Considerar com paridade.
Sem condição do aposentado	3889	Considerar como válidos.
Sem data de ingresso no serviço público	3889	Ajustar para data de ingresso no ente.

Pensionistas

Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 1,15% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 0,98% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Soma de quotas inferior ao salário-mínimo	4	Permanecer valor.
Sem indicador de paridade	1324	Considerar sem paridade
Sem condição do pensionista	1324	Considerar como válidos.
Sem duração do benefício	1324	Considerar temporário aos menores de 18 anos e vitalício aos demais.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Resultados Consolidados

Tabela 43 - Dados Gerais dos Servidores Cíveis e Militares

Segurados	Quantidade	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Ativos	53921	R\$ 7.291,15	49,76	R\$ 393.146.344,86	66,41%
Aposentados	33617	R\$ 5.006,69	69,47	R\$ 168.309.851,11	28,43%
Pensionistas	7600	R\$ 4.013,77	61,9	R\$ 30.504.687,12	5,15%

Tabela 44 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Civil e Militar

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)
2018	R\$ 1.147.914.985,83	R\$ 1.724.389.893,79	-R\$ 576.474.907,96
2019	R\$ 1.211.337.325,88	R\$ 1.907.634.156,91	-R\$ 696.296.831,03
2020	R\$ 1.453.957.186,49	R\$ 2.072.077.597,14	-R\$ 618.120.410,65
2021	R\$ 1.453.260.592,32	R\$ 2.216.493.976,25	-R\$ 763.233.383,93
2022	R\$ 1.584.587.023,46	R\$ 2.503.282.063,87	-R\$ 918.695.040,41
2023	R\$ 1.669.639.557,71	R\$ 2.770.435.144,05	-R\$ 1.100.795.586,34
2024	R\$ 1.553.792.253,04	R\$ 3.360.943.319,67	-R\$ 1.807.151.066,63
2025	R\$ 1.435.189.044,23	R\$ 3.865.018.222,29	-R\$ 2.429.829.178,06
2026	R\$ 1.410.950.584,59	R\$ 4.055.822.948,46	-R\$ 2.644.872.363,87



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 45 – Projeção do Resultado Atuarial Civil e Militar

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)	Saldo Acumulado a Valor Atual (D): (D) Anterior + (C)
2023	R\$ 1.669.639.557,71	R\$ 2.770.435.144,05	-R\$ 1.100.795.586,34	R\$ 1.357.796.836,15
2024	R\$ 1.553.792.253,04	R\$ 3.360.943.319,67	-R\$ 1.807.151.066,63	-R\$ 288.759.042,61
2025	R\$ 1.435.189.044,23	R\$ 3.865.018.222,29	-R\$ 2.429.829.178,06	-R\$ 2.402.188.310,78
2026	R\$ 1.410.950.584,59	R\$ 4.055.822.948,46	-R\$ 2.644.872.363,87	-R\$ 4.598.043.234,11
2027	R\$ 1.419.412.711,45	R\$ 4.054.720.050,47	-R\$ 2.635.307.339,02	-R\$ 6.686.498.780,09
2037	R\$ 1.247.965.558,68	R\$ 4.340.277.867,40	-R\$ 3.092.312.308,72	-R\$ 24.454.443.053,50
2047	R\$ 783.325.018,56	R\$ 4.406.754.294,90	-R\$ 3.623.429.276,35	-R\$ 37.582.364.905,36
2057	R\$ 414.337.777,22	R\$ 3.875.592.891,76	-R\$ 3.461.255.114,53	-R\$ 46.613.426.538,69
2067	R\$ 225.852.229,56	R\$ 2.259.160.882,28	-R\$ 2.033.308.652,72	-R\$ 50.825.562.965,08
2077	R\$ 99.114.539,43	R\$ 950.152.250,29	-R\$ 851.037.710,86	-R\$ 52.151.287.889,63
2087	R\$ 24.631.205,94	R\$ 231.574.114,87	-R\$ 206.942.908,93	-R\$ 52.434.241.347,16
2097	R\$ 2.137.297,72	R\$ 20.878.828,47	-R\$ 18.741.530,75	-R\$ 52.465.204.527,86



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 46 - Balanço Atuarial Civil e Militar	
Grupo	Valor
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 28.588.704.263,42
Aposentadorias	R\$ 22.695.766.707,67
Pensões	R\$ 7.279.959.832,61
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 1.284.604.099,68
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 102.418.177,19
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 26.285.005.732,68
Aposentadorias	R\$ 38.317.286.479,33
Pensões	R\$ 7.586.631.190,85
Contribuições sobre Salários (-)	R\$ 16.110.910.638,51
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 2.849.037.735,34
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 658.963.563,65
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 54.873.709.996,10
Parcelamentos	R\$ 0,00
Outros Resultados	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 2.408.505.468,23
Resultado Atuarial	-R\$ 52.465.204.527,87

FUNDO EM REPARTIÇÃO TESOURO



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

**FUNDO EM REPARTIÇÃO
TESOURO ESTADUAL
CIVIL E MILITAR**

NTA 2023.000594.2

Atuários Responsáveis

João Lennon dos Santos Lemos - MIBA 2956 ID 874837-00

Marcela Maria Lacerda Neves - MIBA 3153 ID 874933-00

Data-base Cadastral: 31/12/2022

Data-base Cálculo: 31/12/2022

Data Elaboração: 15/03/2023

Versão 01



SUMÁRIO EXECUTIVO

O relatório aqui apresentado visa mensurar a situação previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores efetivos do Estado do Maranhão mantidos pelo Tesouro Civil e Militar, vinculados à recursos do Tesouro Estadual, alocados em massa de repartição. Os dados obtidos para elaboração do relatório estão posicionados na mesma referência da data-base de cálculo, em 31/12/2022.

A verificação da situação atuarial do Tesouro Civil constatou uma previdência deficitária. As Provisões Totais somam-se em R\$ 3.490.516.290,26, equivalente ao próprio Resultado Técnico Atuarial de **-R\$ 3.490.516.290,26**, em 31 de dezembro de 2022. No Tesouro Militar, a situação atuarial é deficitária em **-R\$ 1.556.896.091,84**, que equivalente às Provisões Totais, em 31 de dezembro de 2022.

Os mantidos pelo Tesouro não possuem Recursos Garantidores. Trata-se de um plano fechado, em extinção e sem servidores ativos, restando apenas aposentados e pensionistas, não existindo Provisões de Benefícios a Conceder.

Abaixo, seguem tabelas com as receitas e despesas projetadas para o ano corrente e os dois subsequentes, bem como o resultado do confronto desses números. Em 2022, o Tesouro Civil teve um total de despesas com benefícios de R\$ 452.548.853,64, receita de R\$ 24.457.211,05, resultando no déficit de **-R\$ 428.091.642,59**. Em 2022, o Tesouro Militar teve uma despesa de R\$ 155.505.830,21, receita de R\$ 16.683.849,45, resultando em um déficit de **-R\$ 138.821.980,76**.

Tabela 1 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Civil

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
2023	R\$ 23.607.671,91	R\$ 431.687.080,96	-R\$ 408.079.409,05
2024	R\$ 22.421.222,85	R\$ 410.674.506,16	-R\$ 388.253.283,31
2025	R\$ 21.191.097,16	R\$ 388.556.707,48	-R\$ 367.365.610,32

Tabela 2 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Militar

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO
2023	R\$ 15.862.689,76	R\$ 151.073.235,15	-R\$ 135.210.545,39
2024	R\$ 15.280.239,59	R\$ 145.526.092,15	-R\$ 130.245.852,56
2025	R\$ 14.686.144,15	R\$ 139.868.037,99	-R\$ 125.181.893,84



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVO.....	10
3. BASE NORMATIVA	11
4. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	11
Segurados Civis	12
Segurados Militares	12
5. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO.....	13
Regimes Financeiros	13
Método de Financiamento	13
6. PREMISSAS ATUARIAIS.....	13
Análise de Premissas Atuariais	14
7. CUSTEIO ADMINISTRATIVO.....	15
8. BASE DE DADOS.....	16
9. FUNDO EM REPARTIÇÃO - TESOIRO CIVIL.....	16
Estatísticas da População.....	16
Projeção de Beneficiários	17
Resultado Atuarial Civil	17
Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais.....	19
Ganhos e Perdas Atuariais.....	19
Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros.....	20
Custos e Plano de Custeio	20
Parecer Atuarial Civil	20
10. FUNDO EM REPARTIÇÃO - TESOIRO MILITAR.....	22
Estatísticas da População.....	22
Projeção de Beneficiários	22
Resultado Atuarial Militar	23
Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais.....	24
Ganhos e Perdas Atuariais.....	25
Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros.....	25
Custos e Plano de Custeio	26



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Parecer Atuarial Militar	26
11. ANEXOS	28
Projeção para Relatório de Metas Fiscais	28
Demonstrativos Contábeis – Plano de Contas	33
Balanço Atuarial Analítico	37
Gráficos e Outros Dados	38
Críticas à Base Cadastral	55
Resultados Consolidados	58



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Civil	3
Tabela 2 - Receitas e Despesas Projetadas para os Próximos Exercícios Militar	3
Tabela 3 – Premissas Atuariais.....	13
Tabela 4 - Dados Gerais dos Segurados Civis.....	16
Tabela 5 - Estatísticas dos Segurados Civis	16
Tabela 6 – Projeção do Resultado Atuarial Civil	18
Tabela 7 - Balanço Atuarial Civil.....	18
Tabela 8 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Civil.....	19
Tabela 9 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Civil.....	19
Tabela 10 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Civil	20
Tabela 11 - Dados Gerais dos Segurados Militares.....	22
Tabela 12 – Estatísticas dos Segurados Militares.....	22
Tabela 13 – Projeção do Resultado Atuarial Militar	23
Tabela 14 - Balanço Atuarial Militar.....	24
Tabela 15 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Militar.....	24
Tabela 16 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Militar.....	25
Tabela 17 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Militar	25
Tabela 20 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Tesouro Civil	28
Tabela 21 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Tesouro Militar	30
Tabela 18 - Provisões Matemáticas Registros Contábeis Tesouro Civil.....	33
Tabela 19 - Provisões Matemáticas - Registros Contábeis Tesouro Militar	35
Tabela 22 - Balanço Atuarial Analítico Civil.....	37
Tabela 23 - Balanço Atuarial Analítico Militar.....	37



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 24 - Dados Gerais dos Segurados Cíveis.....	38
Tabela 25 - Tabela de Faixas Salariais e Alíquotas Progressivas Cível	40
Tabela 26 - Distribuição por Faixa e Média Salarial Cível.....	40
Tabela 27 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Cível	45
Tabela 28 - Dados Gerais dos Segurados Militares.....	47
Tabela 29 - Distribuição por Faixa e Média Salarial Militar.....	49
Tabela 30 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Militar	53
Tabela 31 - Críticas à Base Cadastral Cível.....	55
Tabela 32 - Críticas à Base Cadastral Militar.....	56
Tabela 33 - Dados Gerais dos Servidores Cíveis e Militares	58
Tabela 34 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Cível e Militar.....	58
Tabela 35 – Projeção do Resultado Atuarial Cível e Militar	59
Tabela 36 - Balanço Atuarial Cível e Militar	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Projeção do Quantitativo de Aposentados e Pensionistas Cíveis	17
Gráfico 2 – Projeção do Quantitativo de Aposentados e Pensionistas Militares.....	23
Gráfico 3 – Divisão dos Segurados Cíveis.....	38
Gráfico 4 – Sexo por Classe de Segurados Cíveis	39
Gráfico 5 – Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Cíveis.....	39
Gráfico 6 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Cíveis	41
Gráfico 7 – Comparativos dos Quantitativos Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais ...	42
Gráfico 8 – Comparativos das Remunerações Médias Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais	42
Gráfico 9 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais.....	43



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 10 – Comparativos dos Resultados Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais	43
Gráfico 11 – Projeção de Receitas e Despesas Cível	44
Gráfico 12 – Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Cível – Em Milhões	45
Gráfico 13 – Projeção de Quantitativos de Segurados Cíveis por Classe	46
Gráfico 14 – Divisão dos Segurados Militares	47
Gráfico 15 – Sexo por Classe de Segurados Militar	48
Gráfico 16 – Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Militar	48
Gráfico 17 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Militares	49
Gráfico 18 – Comparativos dos Quantitativos Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	50
Gráfico 19 – Comparativos das Remunerações Médias Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	50
Gráfico 20 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	51
Gráfico 21 – Comparativos dos Resultados Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais	51
Gráfico 22 – Projeção de Receitas e Despesas Militar	52
Gráfico 23 - Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Militar – Em Milhões	53
Gráfico 24 – Projeção de Quantitativos de Segurados Militares por Classe	54



1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Atuarial é o documento que dimensiona o valor das reservas matemáticas, das receitas e despesas previdenciárias atuais e futuras, levando em consideração premissas biométricas, econômicas e financeiras. Os resultados apresentados fornecem aos representantes legais do ente, gestores, dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal, informações que possibilitam o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores do Estado do Maranhão.

Este relatório é requisitado pela Lei Federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e funcionamento dos RPPS, que requer a realização de uma avaliação atuarial a cada balanço para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios. Complementarmente, a Portaria MTP nº 1.467 de 02 de junho de 2022 estrutura as normas aplicáveis às avaliações atuariais e estabelece parâmetros para a definição do custeio e o equacionamento do déficit atuarial.

No Estado do Maranhão, a Lei Complementar nº 197 de 06 de novembro de 2017 criou o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (IPREV/MA), definido como Unidade Gestora do RPPS do Estado do Maranhão, responsável por gerir os recursos e conceder os benefícios previdenciários e, dentre diversas outras obrigações, realizar a avaliação atuarial.

A Previdência Pública no estado se estrutura em dois planos, estabelecidos a partir da segregação de massa com data de corte no final de 1995. Os servidores que se aposentaram até 31/12/1995 ficaram na massa em repartição, composto por um grupo fechado de aposentados e pensionistas. Já os servidores ativos e os segurados que iriam se aposentar após aquela data foram alocados na massa em capitalização. O primeiro grupo de segurados em repartição compõe a massa Mantidos pelo Tesouro; no segundo, cuja situação atuarial é exposta em outro relatório, montado em Fundo Previdenciário em Capitalização, os segurados estão alocados no Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (FEPA), fundo integrado de bens, direitos e ativos, na forma do Art. 249 da Constituição Federal de 1988.

A base normativa dos planos de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social passou por alteração com a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que alterou diversos dispositivos da previdência social em âmbito nacional. Houve o



que se chamou de desconstitucionalização das regras de benefícios, ficando a cargo dos entes federativos instituírem suas próprias regras e, enquanto não o fizerem, as regras do Artigo 40 da Constituição Federal de 1988 anteriores a novembro de 2019 permanecem válidas. Na reforma, os benefícios oferecidos pelos RPPS ficaram limitados às aposentadorias e à pensão por morte.

Em relação aos segurados civis do Maranhão, a Lei Complementar Estadual nº 219 de 26 de novembro de 2019, revalidou a limitação dos benefícios à aposentadoria e pensão por morte; mudou a alíquota de contribuição previdenciária – tanto do servidor quanto a do estado enquanto patrocinador – utilizando a nova modalidade criada na EC nº 103/2019, as alíquotas progressivas. Essa lei complementar também instituiu um comitê para a adequação das demais mudanças no RPPS.

Quanto aos militares, a Lei Federal nº 13.954 de 16 de dezembro de 2019 modificou a estrutura dos benefícios e o custeio da previdência da classe, criando o Sistema de Proteção Social dos Militares. A Lei Complementar Estadual nº 224 de 09 de março de 2020 deu seguimento às alterações pertinentes ao sistema, modificando a alíquota e base contributiva desses segurados, diferenciando-os dos civis, e excluiu o aporte patronal. O Artigo 14 dessa mesma lei manteve a expressa responsabilidade do Tesouro Estadual para os servidores, *in verbis*:

O Estado do Maranhão cobrirá, com recursos do Tesouro Estadual, insuficiências financeiras decorrentes do pagamento das pensões militares e da remuneração da inatividade.

A Lei nº 11.636, de 23 de dezembro de 2021, instituiu no Estado do Maranhão a Previdência Complementar. Para sua efetivação, faz-se necessário autorização pelo órgão fiscalizador de convênio de adesão do patrocinador para com um plano de benefícios Previdenciários administrado por Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

2. OBJETIVO

Esta Avaliação Atuarial objetiva, baseada em Nota Técnica Atuarial e demais bases técnicas, apresentar os resultados que evidenciam a situação financeira-atuarial do Regime de Previdência Social do Estado do Maranhão da Fundo em Repartição, de benefícios mantidos pelo Tesouro Estadual, avaliando o grau de solvência econômica face à manutenção dos



benefícios de natureza previdenciária e estabelecendo os recursos necessários para a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial. Objetiva-se, inclusive, apresentar as premissas atuariais, financeiras e demográficas utilizadas para cálculo, as comparações com as avaliações anteriores e o perfil da massa coberta.

3. BASE NORMATIVA

➤ Normativas Federais:

- Constituição Federal, art. 40 e suas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005, nº 70/2012 e nº 88/2015 e nº 103/2019;
- Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015;
- Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004;
- Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;
- Lei Federal nº 9.796, de 05 de maio de 1999;
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);
- Portaria MTP nº 1.467, de 02 de julho de 2022.

➤ Normativas Estaduais:

- Lei Complementar nº 073, de 04 de fevereiro de 2004;
- Lei Complementar nº 053, de 28 de setembro de 2011;
- Lei Complementar nº 219, de 26 de novembro de 2019;
- Lei Complementar nº 224, de 09 de março de 2020;
- Lei nº 11.295, de 05 de julho de 2020;
- Lei nº 11.636, de 23 de dezembro de 2021.

4. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

As elegibilidades do plano de benefícios mantidos pelo Tesouro Estadual restringem-se às pensões, uma vez que os segurados desse plano já cumpriram requisitos e estão em gozo dos benefícios aposentadoria, reserva remunerada ou reforma militar.



Segurados Civis

Pensão por Morte

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. No caso de pensão decorrente de falecimento de ativo ou inativo, o benefício corresponderá à totalidade das remunerações ou proventos até o limite do teto de benefício aplicável ao RGPS, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite, o que se conclui que haverá redução de 30% sobre a parcela do provento que exceder ao teto do RGPS. Sobre este excedente incidirá contribuição previdenciária prevista em lei.

Existindo mais de um pensionista, a pensão por morte é rateada em 50% para o cônjuge e os outros 50% são divididos entre os outros pensionistas. Há a reversão das cotas-parte em favor dos demais dependentes daquele cujo direito à pensão cessar.

Segurados Militares

Pensão por Morte

A pensão por morte é o benefício previdenciário pago aos dependentes do segurado em razão de seu falecimento, seja na condição de ativo ou inativo. Nos termos do Art. 2º Lei Complementar 224/2020, *in verbis*:

§1º O benefício da pensão militar é igual ao valor da remuneração do militar da ativa ou em inatividade.

§ 2º O valor da pensão é irredutível e deve ser revisto automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

Existindo mais de um pensionista, a pensão por morte é rateada por todos os beneficiários em partes iguais, revertendo-se em favor dos demais a cota-parte daquele cujo direito à pensão cessar.



5. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Regimes Financeiros

O plano de benefícios programados é estruturado por benefício definido em legislação e em atendimento ao Art. 30 da Portaria MTP nº 1.467/2022, adota-se o mesmo processo atuarial do regime de capitalização para cálculo.

Método de Financiamento

Não aplicável, pois não há segurados ativos e benefícios futuros a serem financiados.

6. PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas ou hipóteses atuariais compreendem o conjunto de premissas biométricas, econômicas e financeiras que serão utilizadas na avaliação para determinar o comportamento das variáveis envolvidas na quantificação das obrigações previdenciárias do RPPS. Os parâmetros empregados neste estudo foram definidos em conformidade com os requisitos mínimos dispostos na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Tabela 3 – Premissas Atuariais		
Premissa	2022	2023
Sobrevivência	IBGE - 2020 Segregada por Sexo	IBGE - 2021 Segregada por Sexo
Mortalidade de Válidos	IBGE - 2020 Segregada por Sexo	IBGE - 2021 Segregada por Sexo
Mortalidade de Inválidos	IBGE - 2020 Segregada por Sexo	IBGE - 2021 Segregada por Sexo
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Novos entrantes	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real da Remuneração	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios	0,33%	0,00%
Taxa de Juros Atuarial	2,50%	4,05% Civil e Militar
Idade Estimada de Ingresso no Mercado de Trabalho	Não aplicável	Não aplicável
Idade Estimada de Entrada em Aposentadoria Programada	Não aplicável	Não aplicável



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Composição do Grupo Familiar	São consideradas as informações cadastrais dos dependentes do servidor. Na falta dessas informações, com base no perfil médio cadastral, considera-se que o servidor civil homem é casado em média com uma mulher 2,00 anos mais nova e a servidora mulher com um homem 2,00 anos mais velho. Nos militares a diferença é de 3,50 anos. Estima-se que 65% dos servidores deixarão pensão.	São consideradas as informações cadastrais dos dependentes do servidor. Na falta dessas informações, com base no perfil médio cadastral, considera-se que o servidor civil homem é casado em média com uma mulher 2,00 anos mais nova e a servidora mulher com um homem 2,00 anos mais velho. Nos militares a diferença é de 3,50 anos. Estima-se que 65% dos servidores deixarão pensão.
Compensação Previdenciária	Não	Não
Fator de Determinação	0,98	1,00
Benefícios a Conceder com Base na Média das Remunerações ou com Base na Última Remuneração	Não aplicável	Não aplicável
Indexador Inflacionário	INPC	INPC

Análise de Premissas Atuariais

Taxa real de crescimento dos proventos

Em análise agregada do crescimento real dos benefícios por período de dez anos, observou-se que média móvel de cinco anos tem decrescido até alcançar valores negativos nas últimas referências, ocorridas e projetadas à inflação esperada pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, espera-se que os benefícios não sejam reajustados a ponto de superar a inflação de longo período. Utilizou-se 0,00% para Civis e Militares.

Taxa de juros Atuarial

A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média (ET TJ) seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS. A taxa de juros parâmetro a ser utilizada utiliza, para sua correspondência aos pontos da ET TJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Para a duração dos passivos do exercício anterior, calculada em 8,65 na Previdência Civil e 10,17 na Previdência Militar, os juros da ETTJ constantes na Portaria MTP nº 1.467/2022 a ser utilizado é 4,05% em ambos os planos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e proventos

Com a finalidade de aumentar a aproximação das projeções com a execução orçamentária, optou-se por considerar o indexador nulo para o Fator de determinação, ainda que projeções próprias e boletins macroeconômicos indiquem expectativas de inflação. Para tanto, o fator equivale a 1,00.

Composição do grupo familiar

São consideradas as informações cadastrais dos dependentes do servidor. Na falta dessas informações, com base no perfil médio cadastral, considera-se que o servidor civil homem é casado em média com uma mulher 2,00 anos mais nova e a servidora mulher com um homem 2,00 anos mais velho, e que 65% dos servidores deixarão pensão, seja ativo ou inativo. Para os militares, considera-se a diferença de 3,50 anos.

Tábuas Biométricas

Tábua de mortalidade geral e sobrevivência de válidos e inválidos e tábua de entrada em invalidez

Utiliza-se as tábuas referenciais por ausência de dados históricos de morte e invalidez. A tábua referencial de mortalidade geral e sobrevivência é a fornecida Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mais recente, segregada por sexo e extrapolada.

7. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas do IPREV/MA são custeadas pelo Tesouro Estadual em conformidade com o art. 2º da Lei Complementar nº 73 de 04 de fevereiro de 2004.



8. BASE DE DADOS

A base de dados utilizada está posicionada em 31/12/2022 e os testes de consistência realizados demonstraram a qualidade do cadastro, pois não foram necessários ajustes significativos, o que atesta a sua qualidade, completude e atualização.

As remunerações, o valor das contribuições e o quantitativo de segurados guardam estreita relação ao observado na execução orçamentária à data-base, sendo validadas sob o limite de distorção de 5,00%. Dessa forma, demonstra-se com fidedignidade o cadastro previdenciário dos segurados do Tesouro Civil e Militar.

9. FUNDO EM REPARTIÇÃO - TESOIRO CIVIL

Estatísticas da População

Em 2022, o Tesouro Civil teve um total de despesas com benefícios de R\$ 452.548.853,64, receita de R\$ 24.457.211,05, resultando no déficit de -R\$ 428.091.642,59. Esse resultado representou um incremento no déficit em 2,65% em relação ao ano anterior.

Em relação às folhas mensais, os aposentados custavam R\$ 19,42 e pensionistas 15,20 milhões em 2021. Em 2022, os aposentados passaram a custar R\$ 18,47 e pensionistas R\$ 16,25 milhões.

Tabela 4 - Dados Gerais dos Segurados Cíveis

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Aposentados	3340	R\$5.531,53	83,00	R\$18.475.297,89	53,20%
Pensionistas	2991	R\$5.434,95	77,02	R\$16.255.935,44	46,80%

Tabela 5 - Estatísticas dos Segurados Cíveis

Segurados	Qnt		Remuneração Média		Folha Mensal	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Aposentados	2744	596	R\$4.500,31	R\$10.279,26	R\$12.348.860,21	R\$6.126.437,68
Pensionistas	2514	477	R\$5.734,17	R\$3.857,93	R\$14.415.700,69	R\$1.840.234,75
Vitalícios	2503	471	R\$5.743,94	R\$3.836,17	R\$14.377.084,74	R\$1.806.835,09
Temporários	11	6	R\$3.510,54	R\$5.566,61	R\$38.615,95	R\$33.399,66
Segurados	Idade Média		Idade Média Projetada		Idade Média Admissão	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Aposentados	82,82	83,83			46,11	43,31



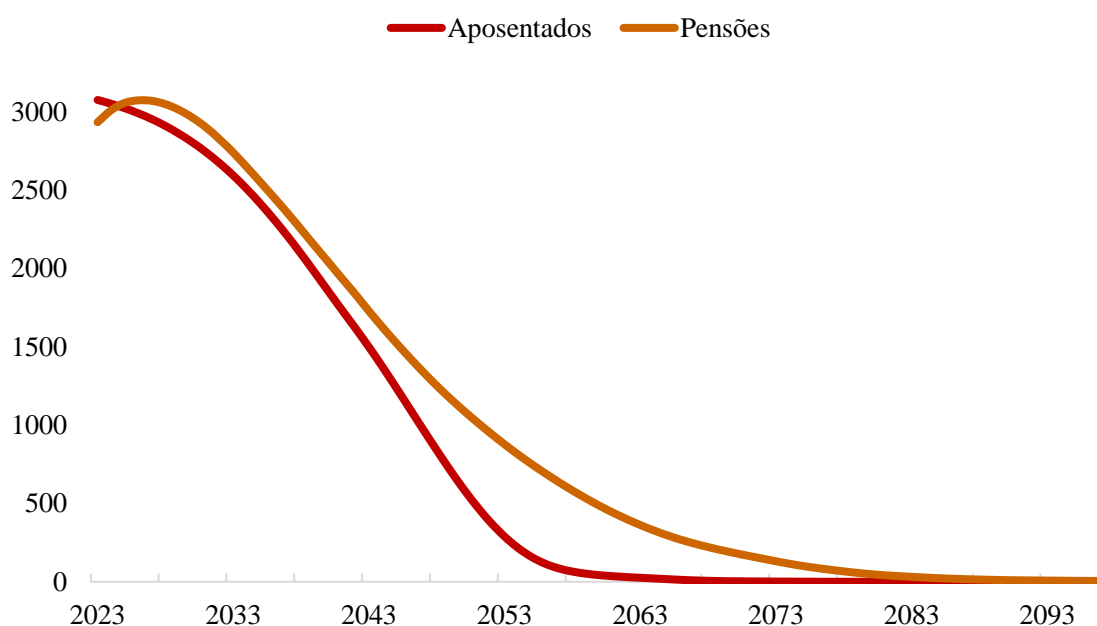
**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Pensionistas	77,59	74,21				
Vitalícios	77,86	74,95				
Temporários	15,82	16,00				

Projeção de Beneficiários

O gráfico seguinte demonstra a trajetória da população de servidores aposentados e pensionistas.

Gráfico 1 - Projeção do Quantitativo de Aposentados e Pensionistas Civis



Resultado Atuarial Civil

O resultado atuarial é provido a partir do confronto dos futuros compromissos líquidos das receitas previdenciárias, determinados pela Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), referente a benefícios futuros decorrentes dos ativos; Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), de benefícios já implantados de aposentados e pensionistas; e outras despesas com os recursos garantidores fundo previdenciário. Como não tem segurados ativos, dimensiona-se apenas a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). Não há recursos garantidores. O Balanço Atuarial revela desequilíbrio, com um déficit de -R\$ 3.490.516.290,26.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

A tabela abaixo mostra a projeção das receitas e despesas previdenciárias que compõem as provisões, cujo saldo anual acumulado valor presente equivale ao resultado atuarial, demonstrado no Balanço Atuarial.

Tabela 6 – Projeção do Resultado Atuarial Civil				
Exercício	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)	Saldo Acumulado a Valor Atual (D): (D) Anterior + (C)
2023	R\$ 23.607.671,91	R\$ 431.687.080,96	-R\$ 408.079.409,05	-R\$ 392.195.491,64
2024	R\$ 22.421.222,85	R\$ 410.674.506,16	-R\$ 388.253.283,31	-R\$ 750.812.569,94
2025	R\$ 21.191.097,16	R\$ 388.556.707,48	-R\$ 367.365.610,32	-R\$ 1.076.928.673,88
2026	R\$ 19.927.298,36	R\$ 365.568.778,40	-R\$ 345.641.480,04	-R\$ 1.371.816.957,67
2027	R\$ 18.648.917,01	R\$ 342.147.154,99	-R\$ 323.498.237,98	-R\$ 1.637.070.685,90
2037	R\$ 7.683.829,90	R\$ 138.967.634,20	-R\$ 131.283.804,30	-R\$ 3.079.122.902,94
2047	R\$ 2.387.533,19	R\$ 40.091.300,44	-R\$ 37.703.767,25	-R\$ 3.412.085.461,89
2057	R\$ 747.066,54	R\$ 11.867.141,44	-R\$ 11.120.074,90	-R\$ 3.474.957.457,31
2067	R\$ 239.489,42	R\$ 3.489.787,80	-R\$ 3.250.298,38	-R\$ 3.487.731.051,45
2077	R\$ 71.774,11	R\$ 879.470,32	-R\$ 807.696,21	-R\$ 3.490.055.076,01
2087	R\$ 20.649,38	R\$ 229.629,08	-R\$ 208.979,70	-R\$ 3.490.450.956,88
2097	R\$ 4.738,48	R\$ 50.931,49	-R\$ 46.193,01	-R\$ 3.490.516.290,26

Tabela 7 - Balanço Atuarial Civil	
Grupo	Valor
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 3.490.516.290,26
Aposentadorias	R\$ 1.603.129.002,72
Pensões	R\$ 2.090.559.182,91
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 203.171.895,37
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Aposentadorias	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00
Contribuições sobre Salários (-)	R\$ 0,00
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 3.490.516.290,26
Parcelamentos	R\$ 0,00
Outros Resultados	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00
Resultado Atuarial	-R\$ 3.490.516.290,26



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais

Tabela 8 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Civil			
Remunerações	2021	2022	2023
Aposentados	R\$6.713,26	R\$5.171,00	R\$5.531,53
Pensionistas	R\$6.252,79	R\$5.257,54	R\$5.434,95
Quantitativo	2021	2022	2023
Aposentados	2999	3757	3340
Pensionistas	3127	2892	2991
Resultado	2021	2022	2023
Duração do Passivo	8,89	8,65	7,30
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 4.491.206.942,23	R\$ 4.037.716.519,07	R\$ 3.490.516.290,26
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Atuarial	-R\$ 4.491.206.942,23	-R\$ 4.037.716.519,07	-R\$ 3.490.516.290,26
Resultado Atuarial Juros 0,00%	-R\$ 5.773.410.132,72	-R\$ 5.186.851.028,43	-R\$ 4.946.230.296,66

A Avaliação de 2023 trouxe uma diminuição na Provisão de Benefícios Concedidos em 13,55% em relação à Avaliação de 2022. Essa diminuição majoritariamente se dá pela mudança na taxa de juros. Sem a influência dos juros, o resultado foi reduzido em 4,64%.

As variações nos resultados dos últimos anos se dão em razão de atualizações cadastrais e das alterações nas premissas atuariais com a finalidade de garantir a aderência do cálculo à efetiva execução das receitas e despesas previdenciárias. Essas variações são detalhadas no Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais.

Ganhos e Perdas Atuariais

Tabela 9 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Civil					
Item	Esperado em 31/12/2022	Calculado em 31/12/2022	Ganho ou Perda Atuarial	Juros	Outras Premissas
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 4,38 Bi	R\$ 3,49 Bi	R\$ 893,23 Mi	R\$ 490,90 Mi	R\$ 402,32 Mi
Provisão de Benefícios a	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Conceder					
Provisões Totais	R\$ 4,38 Bi	R\$ 3,49 Bi	R\$ 893,23 Mi	R\$ 490,90 Mi	R\$ 402,32 Mi
Resultado Previdenciário de 2022	-R\$ 397,91 Mi	-R\$ 428,09 Mi	R\$ 30,17 Mi	R\$ 0,00	R\$ 30,17 Mi
Recursos Garantidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Técnico Atuarial	-R\$ 3,98 Bi	-R\$ 3,49 Bi	R\$ 495,31 Mi	R\$ 490,90 Mi	R\$ 4,41 Mi

Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros

Ainda que não possua capitalização nesse plano, os valores calculados são referenciados ao presente com base na taxa de juros atuarial anual. A comparação do resultado atuarial com juros diferentes dos utilizados para cálculo revela a influência dessa premissa no resultado. É possível avaliar que variações de 1,00% podem oscilar o resultado consideravelmente.

Tabela 10 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Civil				
0,00%	3,05%	4,05%	5,05%	
-R\$ 4.946.230.296,66	-R\$ 3.770.192.478,22	-R\$ 3.490.516.290,26	-R\$ 3.246.939.014,70	

Custos e Plano de Custeio

Sobre a parcela de benefícios que excede o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) incidem alíquotas de contribuição progressivas entre 14,50% e 22,00%. Não há plano de custeio de benefícios a conceder, pois não existem segurados ativos.

Parecer Atuarial Civil

Os segurados aposentados e pensionistas do Tesouro Civil, grupo fechado até sua extinção, equivalem a 6% do RPPS do Maranhão. A base cadastral mostrou consistência e completude nas informações acerca dos seus segurados, permitindo demonstrar com fidedignidade a situação previdenciária e atuarial do plano de benefícios.

As premissas utilizadas por esta avaliação seguem parâmetros da legislação pertinente, em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022, e foram determinadas para fornecer resultados congruentes que expliquem a situação do Regime Próprio de Previdência Social Estadual. Ressalta-se que os resultados calculados são sensíveis às premissas e poderão sofrer



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial e familiar dos segurados. Essas variáveis serão acompanhadas e confrontadas com o real executado, sendo ajustadas quando necessário.

A Avaliação Atuarial do Tesouro Civil revelou um déficit atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), dimensionada com base nas informações individuais dos aposentados e pensionistas, é determinada atuarialmente. A PMBC atingiu na data-base o montante de R\$ 3.490.516.290,26.

Dessa forma, como não há outras provisões ou recursos garantidores, tem-se o resultado técnico atuarial é a própria PMBC, em valor negativo, igual a **-R\$ 3.490.516.290,26**, em 31 de dezembro de 2022. Essa insuficiência é de responsabilidade do Tesouro Estadual, sendo equacionada mensalmente pelo aporte para cobertura do déficit. Não se aplica, portanto, plano de equacionamento de déficit atuarial.

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2023 (DRAA 2023), preenchido via Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV), foi feito levando-se em consideração os resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial.

Esse é o nosso parecer.

São Luís/MA, 15/03/2023.

João Lennon dos Santos Lemos
Atuário – MIBA 2956

Marcela Maria Lacerda Neves
Atuária – MIBA 3153



10. FUNDO EM REPARTIÇÃO - TESOIRO MILITAR

Estatísticas da População

Em 2022, o Tesouro Militar teve uma despesa de R\$ 155.505.830,21, receita de R\$ 16.683.849,45, resultando em um déficit de -R\$ 138.821.980,76. Esse resultado representou um incremento no déficit em 4,68% em relação ao ano anterior.

Em relação às folhas mensais, os aposentados custavam R\$ 5,10 e pensionistas 6,21 milhões em 2021. Em 2022, os aposentados passaram a custar R\$ 5,23 e pensionistas R\$ 6,77 milhões.

Tabela 11 - Dados Gerais dos Segurados Militares

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Aposentados	564	R\$9.287,06	74,52	R\$5.237.904,29	43,61%
Pensionistas	1039	R\$6.519,56	70,96	R\$6.773.825,14	56,39%

Tabela 12 – Estatísticas dos Segurados Militares

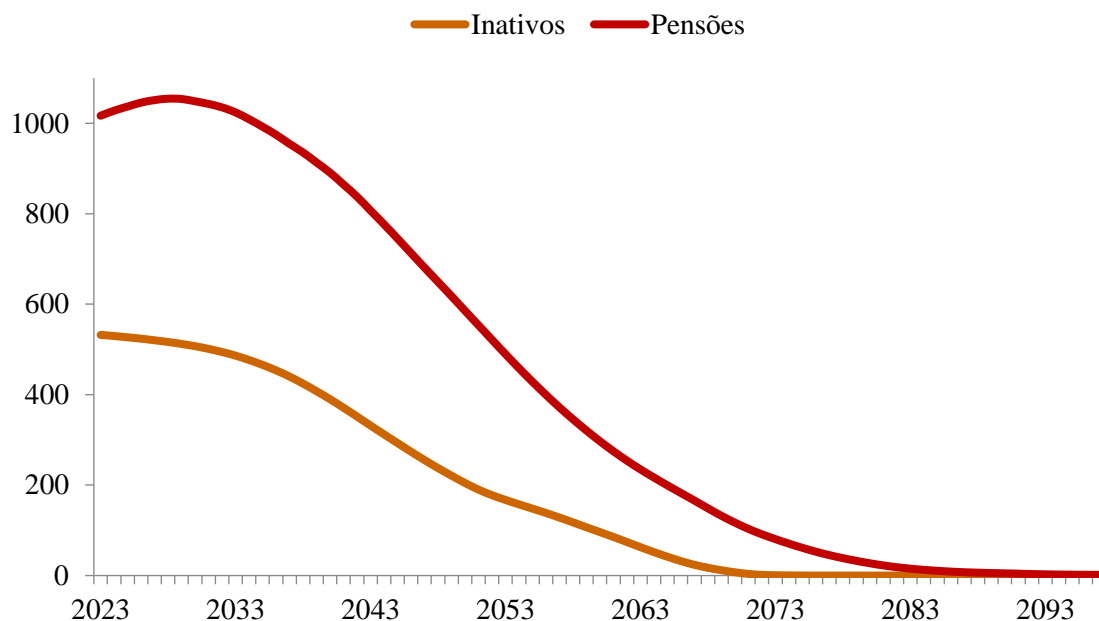
Segurados	Qnt		Remuneração Média		Folha Mensal	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Aposentados	4	560	R\$6.939,07	R\$9.303,84	R\$27.756,29	R\$5.210.148,00
Pensionistas	1001	38	R\$6.578,22	R\$4.974,39	R\$6.584.798,51	R\$189.026,63
Vitalícios	991	23	R\$6.597,46	R\$5.125,96	R\$6.538.086,71	R\$117.897,15
Temporários	10	15	R\$4.671,18	R\$4.741,97	R\$46.711,80	R\$71.129,48
Segurados	Idade Média		Idade Média Projetada ao Benefício		Idade Média Admissão	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
Aposentados	67,25	74,57			26,17	23,47
Pensionistas	72,17	39,00				
Vitalícios	72,75	54,48				
Temporários	14,80	15,27				

Projeção de Beneficiários

O gráfico seguinte demonstra a trajetória da população fechada de servidores aposentados e pensionistas.



Gráfico 2 – Projeção do Quantitativo de Aposentados e Pensionistas Militares



Resultado Atuarial Militar

Como não tem segurados ativos, dimensiona-se apenas a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). Não há recursos garantidores. O Balanço Atuarial revela desequilíbrio, com um déficit de -R\$ 1.384.145.391,37.

A tabela abaixo mostra a projeção das receitas e despesas previdenciárias que compõem as provisões, cujo saldo anual acumulado valor presente equivale ao resultado atuarial, demonstrado no Balanço Atuarial.

Tabela 13 – Projeção do Resultado Atuarial Militar				
Exercício	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)	Saldo Acumulado a Valor Atual (D): (D) Anterior + (C)
2023	R\$ 15.862.689,76	R\$ 151.073.235,15	-R\$ 135.210.545,39	-R\$ 129.947.664,96
2024	R\$ 15.280.239,59	R\$ 145.526.092,15	-R\$ 130.245.852,56	-R\$ 250.251.572,52
2025	R\$ 14.686.144,15	R\$ 139.868.037,99	-R\$ 125.181.893,84	-R\$ 361.377.465,52
2026	R\$ 14.093.327,70	R\$ 134.222.167,74	-R\$ 120.128.840,04	-R\$ 463.866.864,27
2027	R\$ 13.477.036,93	R\$ 128.352.728,07	-R\$ 114.875.691,14	-R\$ 558.059.665,90
2037	R\$ 7.328.899,54	R\$ 69.799.041,39	-R\$ 62.470.141,85	-R\$ 1.136.435.805,67
2047	R\$ 3.118.710,32	R\$ 29.702.000,63	-R\$ 26.583.290,31	-R\$ 1.324.380.261,21
2057	R\$ 1.058.106,50	R\$ 10.077.205,61	-R\$ 9.019.099,11	-R\$ 1.373.260.800,80
2067	R\$ 236.117,56	R\$ 2.248.738,68	-R\$ 2.012.621,12	-R\$ 1.382.846.720,66
2077	R\$ 33.662,34	R\$ 320.593,72	-R\$ 286.931,38	-R\$ 1.384.030.458,92
2087	R\$ 4.299,35	R\$ 40.946,22	-R\$ 36.646,87	-R\$ 1.384.137.570,53
2097	R\$ 238,86	R\$ 2.274,86	-R\$ 2.036,00	-R\$ 1.384.145.391,37



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 14 - Balanço Atuarial Militar

Grupo	Valor
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 1.384.145.391,37
Aposentadorias	R\$ 525.761.365,89
Pensões	R\$ 1.020.769.798,87
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 162.385.773,39
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Aposentadorias	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00
Contribuições sobre Salários (-)	R\$ 0,00
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 1.384.145.391,37
Parcelamentos	R\$ 0,00
Outros Resultados	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00
Resultado Atuarial	-R\$ 1.384.145.391,37

Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais

Tabela 15 - Comparativo das Últimas Avaliações Atuariais Militar

Remunerações	2021	2022	2023
Aposentados	R\$8.896,49	R\$8.615,79	R\$9.287,06
Pensionistas	R\$5.900,84	R\$6.005,98	R\$6.519,56
Quantitativo	2021	2022	2023
Aposentados	592	592	564
Pensionistas	1017	1035	1039
Resultado	2021	2022	2023
Duração do Passivo	10,31	10,17	8,75
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 1.565.859.914,69	R\$ 1.556.896.091,84	R\$ 1.384.145.391,37
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Parcelamentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Resultado Atuarial	-R\$ 1.565.859.914,69	-R\$ 1.556.896.091,84	-R\$ 1.384.145.391,37
Resultado Atuarial Juros 0,00%	-R\$ 2.093.268.177,99	-R\$ 2.075.056.745,82	-R\$ 2.102.590.518,71

A Avaliação de 2023 trouxe uma diminuição na Provisão de Benefícios Concedidos em 11,10% em relação à Avaliação de 2022. Sem a influência dos juros, o resultado foi aumentado em 1,33%.

As variações nos resultados dos últimos anos se dão em razão de atualizações cadastrais e das alterações nas premissas atuariais com a finalidade de garantir a aderência do cálculo à efetiva execução das receitas e despesas previdenciárias. Essas variações são detalhadas no Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais.

Ganhos e Perdas Atuariais

Tabela 16 - Balanço de Ganhos e Perdas Atuariais Militar					
Item	Esperado em 31/12/2022	Calculado em 31/12/2022	Ganho ou Perda Atuarial	Juros	Outras Premissas
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 1,69 Bi	R\$ 1,38 Bi	R\$ 306,17 Mi	R\$ 218,10 Mi	R\$ 88,06 Mi
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 1,69 Bi	R\$ 1,38 Bi	R\$ 306,17 Mi	R\$ 218,10 Mi	R\$ 88,06 Mi
Resultado Previdenciário de 2022	-R\$ 125,17 Mi	-R\$ 138,82 Mi	-R\$ 13,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Resultado Técnico Atuarial	-R\$ 1,56 Bi	-R\$ 1,38 Bi	R\$ 181,00 Mi	R\$ 218,10 Mi	-R\$ 37,10 Mi

Comparativo do Resultado Atuarial com Variação dos Juros

Tabela 17 - Sensibilidade ao Juros Atuarial Anual Militar			
0,00%	3,05%	4,05%	5,05%
-R\$ 2.102.590.518,71	-R\$ 1.516.837.227,30	-R\$ 1.384.145.391,37	-R\$ 1.270.956.939,27



Custos e Plano de Custeio

Nos benefícios do Tesouro, o pagamento das aposentadorias e pensões concedidas líquidas é realizado inteiramente pelo Tesouro Estadual, de acordo com a Lei Complementar nº 053, de 28 de setembro de 2011, que determina a segregação de massas no Estado do Maranhão. Sobre a totalidade dos benefícios Militares incide a alíquota de 10,50%. Não há plano de custeio de benefícios a conceder, pois não existem segurados ativos.

Parecer Atuarial Militar

Os segurados aposentados e pensionistas do Tesouro Militar, grupo fechado até sua extinção, equivalem a 2% do RPPS do Maranhão. A base cadastral mostrou consistência e completude nas informações acerca dos seus segurados, permitindo demonstrar com fidedignidade a situação previdenciária e atuarial do plano de benefícios.

As premissas utilizadas por esta avaliação seguem parâmetros da legislação pertinente, em especial a Portaria MTP nº 1.467/2022, e foram determinadas para fornecer resultados congruentes que expliquem a situação do Regime Próprio de Previdência Social Estadual. Ressalta-se que os resultados calculados são sensíveis às premissas e poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vista mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial e familiar dos segurados. Essas variáveis serão acompanhadas e confrontadas com o real executado, sendo ajustadas quando necessário.

A Avaliação Atuarial do Tesouro Civil revelou um déficit atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), dimensionada com base nas informações individuais dos aposentados e pensionistas, é determinada atuarialmente. A PMBC atingiu na data-base o montante de R\$ 1.384.145.391,37.

Dessa forma, como não há outras provisões e recursos garantidores, tem-se o resultado técnico atuarial é a própria PMBC, em valor negativo, igual a **-R\$ 1.384.145.391,37**, em 31 de dezembro de 2022. Essa insuficiência é de responsabilidade do Tesouro Estadual, sendo equacionada mensalmente pelo aporte para cobertura do déficit. Não se aplica, portanto, plano de equacionamento de déficit atuarial.

O Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2023 (DRAA 2023), preenchido via Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

(CADPREV), foi feito levando-se em consideração os resultados obtidos nesta Avaliação Atuarial.

Esse é o nosso parecer.

São Luís/MA, 15/03/2023.

João Lennon dos Santos Lemos
Atuário – MIBA 2956

Marcela Maria Lacerda Neves
Atuária – MIBA 3153



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

11. ANEXOS

Projeção para Relatório de Metas Fiscais

Tabela 20 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Tesouro Civil

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PLANO DE CUSTEIO DE 2023 A 2097

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea "a")

R\$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO CIVIL				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (C): (A) - (B)	SALDO ACUMULADO A VALOR ATUAL (D): (D) ANTERIOR + (C)
2023	R\$ 23.607.671,91	R\$ 431.687.080,96	-R\$ 408.079.409,05	-R\$ 392.195.491,64
2024	R\$ 22.421.222,85	R\$ 410.674.506,16	-R\$ 388.253.283,31	-R\$ 750.812.569,94
2025	R\$ 21.191.097,16	R\$ 388.556.707,48	-R\$ 367.365.610,32	-R\$ 1.076.928.673,88
2026	R\$ 19.927.298,36	R\$ 365.568.778,40	-R\$ 345.641.480,04	-R\$ 1.371.816.957,67
2027	R\$ 18.648.917,01	R\$ 342.147.154,99	-R\$ 323.498.237,98	-R\$ 1.637.070.685,90
2028	R\$ 17.377.496,29	R\$ 318.801.807,67	-R\$ 301.424.311,38	-R\$ 1.874.604.679,30
2029	R\$ 16.120.943,58	R\$ 295.682.762,27	-R\$ 279.561.818,69	-R\$ 2.086.335.102,36
2030	R\$ 14.891.299,65	R\$ 273.009.496,23	-R\$ 258.118.196,58	-R\$ 2.274.215.705,52
2031	R\$ 13.699.044,80	R\$ 250.978.701,86	-R\$ 237.279.657,06	-R\$ 2.440.205.636,77
2032	R\$ 12.552.886,24	R\$ 229.751.947,66	-R\$ 217.199.061,42	-R\$ 2.586.233.960,09
2033	R\$ 11.459.302,52	R\$ 209.453.300,29	-R\$ 197.993.997,77	-R\$ 2.714.168.877,98
2034	R\$ 10.422.823,73	R\$ 190.172.763,46	-R\$ 179.749.939,73	-R\$ 2.825.794.460,65
2035	R\$ 9.446.748,96	R\$ 171.972.942,33	-R\$ 162.526.193,37	-R\$ 2.922.795.472,48
2036	R\$ 8.533.402,49	R\$ 154.895.946,78	-R\$ 146.362.544,29	-R\$ 3.006.749.351,42
2037	R\$ 7.683.829,90	R\$ 138.967.634,20	-R\$ 131.283.804,30	-R\$ 3.079.122.902,94
2038	R\$ 6.897.807,42	R\$ 124.199.973,09	-R\$ 117.302.165,67	-R\$ 3.141.271.692,93
2039	R\$ 6.174.444,45	R\$ 110.595.548,48	-R\$ 104.421.104,03	-R\$ 3.194.442.449,91
2040	R\$ 5.512.453,47	R\$ 98.145.551,85	-R\$ 92.633.098,38	-R\$ 3.239.774.845,36
2041	R\$ 4.910.123,35	R\$ 86.827.305,05	-R\$ 81.917.181,70	-R\$ 3.278.302.750,50
2042	R\$ 4.365.189,12	R\$ 76.606.159,16	-R\$ 72.240.970,04	-R\$ 3.310.957.163,26
2043	R\$ 3.874.720,21	R\$ 67.437.062,70	-R\$ 63.562.342,49	-R\$ 3.338.570.323,84
2044	R\$ 3.435.372,77	R\$ 59.267.016,45	-R\$ 55.831.643,68	-R\$ 3.361.880.982,96
2045	R\$ 3.043.582,89	R\$ 52.033.995,99	-R\$ 48.990.413,10	-R\$ 3.381.539.156,16
2046	R\$ 2.695.591,58	R\$ 45.667.331,36	-R\$ 42.971.739,78	-R\$ 3.398.111.079,20
2047	R\$ 2.387.533,19	R\$ 40.091.300,44	-R\$ 37.703.767,25	-R\$ 3.412.085.461,89



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2048	R\$ 2.115.542,75	R\$ 35.227.044,79	-R\$ 33.111.502,04	-R\$ 3.423.880.101,73
2049	R\$ 1.875.834,09	R\$ 30.995.465,23	-R\$ 29.119.631,14	-R\$ 3.433.849.055,61
2050	R\$ 1.664.814,72	R\$ 27.319.953,64	-R\$ 25.655.138,92	-R\$ 3.442.290.096,48
2051	R\$ 1.479.212,20	R\$ 24.128.224,20	-R\$ 22.649.012,00	-R\$ 3.449.452.005,67
2052	R\$ 1.316.095,24	R\$ 21.354.592,33	-R\$ 20.038.497,09	-R\$ 3.455.541.799,78
2053	R\$ 1.172.713,65	R\$ 18.939.178,70	-R\$ 17.766.465,05	-R\$ 3.460.730.951,93
2054	R\$ 1.046.419,77	R\$ 16.827.384,29	-R\$ 15.780.964,52	-R\$ 3.465.160.779,66
2055	R\$ 934.701,33	R\$ 14.970.576,42	-R\$ 14.035.875,09	-R\$ 3.468.947.390,77
2056	R\$ 835.467,90	R\$ 13.328.051,39	-R\$ 12.492.583,49	-R\$ 3.472.186.468,62
2057	R\$ 747.066,54	R\$ 11.867.141,44	-R\$ 11.120.074,90	-R\$ 3.474.957.457,31
2058	R\$ 668.179,30	R\$ 10.562.501,31	-R\$ 9.894.322,01	-R\$ 3.477.327.035,24
2059	R\$ 597.638,68	R\$ 9.394.013,78	-R\$ 8.796.375,10	-R\$ 3.479.351.669,64
2060	R\$ 534.437,27	R\$ 8.345.844,22	-R\$ 7.811.406,95	-R\$ 3.481.079.615,19
2061	R\$ 477.758,09	R\$ 7.405.331,96	-R\$ 6.927.573,87	-R\$ 3.482.552.401,94
2062	R\$ 426.944,42	R\$ 6.562.066,02	-R\$ 6.135.121,60	-R\$ 3.483.805.946,54
2063	R\$ 381.347,47	R\$ 5.806.458,74	-R\$ 5.425.111,27	-R\$ 3.484.871.274,16
2064	R\$ 340.299,14	R\$ 5.129.109,76	-R\$ 4.788.810,62	-R\$ 3.485.775.048,71
2065	R\$ 303.251,14	R\$ 4.521.750,19	-R\$ 4.218.499,05	-R\$ 3.486.540.201,78
2066	R\$ 269.762,22	R\$ 3.977.360,57	-R\$ 3.707.598,35	-R\$ 3.487.186.511,90
2067	R\$ 239.489,42	R\$ 3.489.787,80	-R\$ 3.250.298,38	-R\$ 3.487.731.051,45
2068	R\$ 212.211,15	R\$ 3.054.157,85	-R\$ 2.841.946,70	-R\$ 3.488.188.645,15
2069	R\$ 187.752,99	R\$ 2.666.443,95	-R\$ 2.478.690,96	-R\$ 3.488.572.214,95
2070	R\$ 165.944,36	R\$ 2.323.043,88	-R\$ 2.157.099,52	-R\$ 3.488.893.026,60
2071	R\$ 146.610,79	R\$ 2.020.575,87	-R\$ 1.873.965,08	-R\$ 3.489.160.881,35
2072	R\$ 129.575,30	R\$ 1.755.725,72	-R\$ 1.626.150,42	-R\$ 3.489.384.267,62
2073	R\$ 114.652,78	R\$ 1.525.236,16	-R\$ 1.410.583,38	-R\$ 3.489.570.498,83
2074	R\$ 101.642,23	R\$ 1.325.859,45	-R\$ 1.224.217,22	-R\$ 3.489.725.834,10
2075	R\$ 90.321,13	R\$ 1.154.149,30	-R\$ 1.063.828,17	-R\$ 3.489.855.564,28
2076	R\$ 80.444,75	R\$ 1.006.506,25	-R\$ 926.061,50	-R\$ 3.489.964.098,64
2077	R\$ 71.774,11	R\$ 879.470,32	-R\$ 807.696,21	-R\$ 3.490.055.076,01
2078	R\$ 64.100,95	R\$ 769.939,65	-R\$ 705.838,70	-R\$ 3.490.131.485,76
2079	R\$ 57.255,33	R\$ 675.197,07	-R\$ 617.941,74	-R\$ 3.490.195.776,54
2080	R\$ 51.085,90	R\$ 592.766,47	-R\$ 541.680,57	-R\$ 3.490.249.939,49
2081	R\$ 45.478,54	R\$ 520.508,30	-R\$ 475.029,76	-R\$ 3.490.295.589,18
2082	R\$ 40.340,57	R\$ 456.538,96	-R\$ 416.198,39	-R\$ 3.490.334.028,47
2083	R\$ 35.624,23	R\$ 399.644,43	-R\$ 364.020,20	-R\$ 3.490.366.340,06
2084	R\$ 31.311,38	R\$ 349.103,32	-R\$ 317.791,94	-R\$ 3.490.393.450,32
2085	R\$ 27.386,96	R\$ 304.314,69	-R\$ 276.927,73	-R\$ 3.490.416.154,98
2086	R\$ 23.834,84	R\$ 264.657,73	-R\$ 240.822,89	-R\$ 3.490.435.130,97
2087	R\$ 20.649,38	R\$ 229.629,08	-R\$ 208.979,70	-R\$ 3.490.450.956,88
2088	R\$ 17.827,88	R\$ 198.831,99	-R\$ 181.004,11	-R\$ 3.490.464.130,67
2089	R\$ 15.362,39	R\$ 171.920,26	-R\$ 156.557,87	-R\$ 3.490.475.081,71



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2090	R\$ 13.234,86	R\$ 148.530,18	-R\$ 135.295,32	-R\$ 3.490.484.177,09
2091	R\$ 11.418,77	R\$ 128.264,53	-R\$ 116.845,76	-R\$ 3.490.491.726,43
2092	R\$ 9.883,25	R\$ 110.764,93	-R\$ 100.881,68	-R\$ 3.490.497.990,65
2093	R\$ 8.583,05	R\$ 95.647,01	-R\$ 87.063,96	-R\$ 3.490.503.186,42
2094	R\$ 7.461,34	R\$ 82.462,43	-R\$ 75.001,09	-R\$ 3.490.507.488,09
2095	R\$ 6.468,90	R\$ 70.814,60	-R\$ 64.345,70	-R\$ 3.490.511.034,98
2096	R\$ 5.567,43	R\$ 60.371,96	-R\$ 54.804,53	-R\$ 3.490.513.938,35
2097	R\$ 4.738,48	R\$ 50.931,49	-R\$ 46.193,01	-R\$ 3.490.516.290,26

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE 2021 Segregada por sexo; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: não aplicável; d) crescimento real de benefícios: 0,00% a.a.; e) taxa real de juros: 4,05% a.a. f) hipótese sobre geração futura: não aplicável; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 2,00 anos mais jovem e masculino 2,00 mais velho; i) inflação anual estimada: 0,00%; j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 100%.

**Tabela 21 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos
Servidores do Tesouro Militar**

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

PLANO DE CUSTEIO DE 2023 A 2097

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso IV, Alínea "a")

R\$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO MILITAR				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (C): (A) - (B)	SALDO ACUMULADO A VALOR ATUAL (D): (D) ANTERIOR + (C)
2023	R\$ 15.862.689,76	R\$ 151.073.235,15	-R\$ 135.210.545,39	-R\$ 129.947.664,96
2024	R\$ 15.280.239,59	R\$ 145.526.092,15	-R\$ 130.245.852,56	-R\$ 250.251.572,52
2025	R\$ 14.686.144,15	R\$ 139.868.037,99	-R\$ 125.181.893,84	-R\$ 361.377.465,52
2026	R\$ 14.093.327,70	R\$ 134.222.167,74	-R\$ 120.128.840,04	-R\$ 463.866.864,27
2027	R\$ 13.477.036,93	R\$ 128.352.728,07	-R\$ 114.875.691,14	-R\$ 558.059.665,90
2028	R\$ 12.855.480,58	R\$ 122.433.148,00	-R\$ 109.577.667,42	-R\$ 644.411.097,91
2029	R\$ 12.217.407,75	R\$ 116.356.263,45	-R\$ 104.138.855,70	-R\$ 723.282.254,48
2030	R\$ 11.564.730,05	R\$ 110.140.285,38	-R\$ 98.575.555,33	-R\$ 795.034.014,09
2031	R\$ 10.925.617,12	R\$ 104.053.496,57	-R\$ 93.127.879,45	-R\$ 860.181.993,90
2032	R\$ 10.296.865,43	R\$ 98.065.383,51	-R\$ 87.768.518,08	-R\$ 919.190.948,42
2033	R\$ 9.671.087,55	R\$ 92.105.594,16	-R\$ 82.434.506,61	-R\$ 972.456.461,28
2034	R\$ 9.054.162,27	R\$ 86.230.117,47	-R\$ 77.175.955,20	-R\$ 1.020.383.103,03
2035	R\$ 8.460.904,65	R\$ 80.580.043,85	-R\$ 72.119.139,20	-R\$ 1.063.426.192,46
2036	R\$ 7.888.970,19	R\$ 75.133.047,45	-R\$ 67.244.077,26	-R\$ 1.101.997.543,82
2037	R\$ 7.328.899,54	R\$ 69.799.041,39	-R\$ 62.470.141,85	-R\$ 1.136.435.805,67
2038	R\$ 6.798.729,50	R\$ 64.749.804,30	-R\$ 57.951.074,80	-R\$ 1.167.139.323,86
2039	R\$ 6.291.063,31	R\$ 59.914.887,44	-R\$ 53.623.824,13	-R\$ 1.194.444.334,16



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2040	R\$ 5.807.055,76	R\$ 55.305.291,13	-R\$ 49.498.235,37	-R\$ 1.218.667.572,07
2041	R\$ 5.347.627,49	R\$ 50.929.785,27	-R\$ 45.582.157,78	-R\$ 1.240.106.115,41
2042	R\$ 4.913.413,33	R\$ 46.794.412,80	-R\$ 41.880.999,47	-R\$ 1.259.037.193,48
2043	R\$ 4.504.684,00	R\$ 42.901.752,78	-R\$ 38.397.068,78	-R\$ 1.275.717.894,42
2044	R\$ 4.121.325,44	R\$ 39.250.718,72	-R\$ 35.129.393,28	-R\$ 1.290.385.012,53
2045	R\$ 3.762.978,63	R\$ 35.837.891,66	-R\$ 32.074.913,03	-R\$ 1.303.255.575,47
2046	R\$ 3.429.063,45	R\$ 32.657.747,99	-R\$ 29.228.684,54	-R\$ 1.314.527.530,33
2047	R\$ 3.118.710,32	R\$ 29.702.000,63	-R\$ 26.583.290,31	-R\$ 1.324.380.261,21
2048	R\$ 2.830.849,26	R\$ 26.960.470,01	-R\$ 24.129.620,75	-R\$ 1.332.975.467,37
2049	R\$ 2.564.308,78	R\$ 24.421.989,12	-R\$ 21.857.680,34	-R\$ 1.340.458.330,26
2050	R\$ 2.317.919,17	R\$ 22.075.422,39	-R\$ 19.757.503,22	-R\$ 1.346.958.934,01
2051	R\$ 2.090.444,15	R\$ 19.908.991,75	-R\$ 17.818.547,60	-R\$ 1.352.593.388,16
2052	R\$ 1.880.609,09	R\$ 17.910.563,38	-R\$ 16.029.954,29	-R\$ 1.357.464.967,14
2053	R\$ 1.687.238,27	R\$ 16.068.935,83	-R\$ 14.381.697,56	-R\$ 1.361.665.511,06
2054	R\$ 1.509.260,87	R\$ 14.373.914,75	-R\$ 12.864.653,88	-R\$ 1.365.276.709,89
2055	R\$ 1.345.661,08	R\$ 12.815.818,10	-R\$ 11.470.157,02	-R\$ 1.368.371.139,25
2056	R\$ 1.195.541,36	R\$ 11.386.107,79	-R\$ 10.190.566,43	-R\$ 1.371.013.349,97
2057	R\$ 1.058.106,50	R\$ 10.077.205,61	-R\$ 9.019.099,11	-R\$ 1.373.260.800,80
2058	R\$ 932.598,45	R\$ 8.881.891,12	-R\$ 7.949.292,67	-R\$ 1.375.164.566,26
2059	R\$ 818.272,79	R\$ 7.793.074,86	-R\$ 6.974.802,07	-R\$ 1.376.769.934,85
2060	R\$ 714.427,84	R\$ 6.804.075,60	-R\$ 6.089.647,76	-R\$ 1.378.117.013,52
2061	R\$ 620.452,77	R\$ 5.909.073,31	-R\$ 5.288.620,54	-R\$ 1.379.241.362,45
2062	R\$ 535.826,18	R\$ 5.103.106,51	-R\$ 4.567.280,33	-R\$ 1.380.174.561,49
2063	R\$ 460.068,95	R\$ 4.381.608,65	-R\$ 3.921.539,70	-R\$ 1.380.944.633,17
2064	R\$ 392.711,14	R\$ 3.740.105,64	-R\$ 3.347.394,50	-R\$ 1.381.576.374,58
2065	R\$ 333.271,44	R\$ 3.174.014,15	-R\$ 2.840.742,71	-R\$ 1.382.091.629,64
2066	R\$ 281.252,56	R\$ 2.678.596,64	-R\$ 2.397.344,08	-R\$ 1.382.509.535,68
2067	R\$ 236.117,56	R\$ 2.248.738,68	-R\$ 2.012.621,12	-R\$ 1.382.846.720,66
2068	R\$ 197.278,83	R\$ 1.878.847,98	-R\$ 1.681.569,15	-R\$ 1.383.117.477,13
2069	R\$ 164.124,25	R\$ 1.563.089,08	-R\$ 1.398.964,83	-R\$ 1.383.333.962,64
2070	R\$ 136.032,06	R\$ 1.295.544,46	-R\$ 1.159.512,40	-R\$ 1.383.506.409,52
2071	R\$ 112.369,34	R\$ 1.070.186,04	-R\$ 957.816,70	-R\$ 1.383.643.314,82
2072	R\$ 92.514,26	R\$ 881.088,13	-R\$ 788.573,87	-R\$ 1.383.751.642,18
2073	R\$ 75.903,63	R\$ 722.891,50	-R\$ 646.987,87	-R\$ 1.383.837.060,26
2074	R\$ 62.083,97	R\$ 591.276,02	-R\$ 529.192,05	-R\$ 1.383.904.207,00
2075	R\$ 50.670,49	R\$ 482.576,10	-R\$ 431.905,61	-R\$ 1.383.956.876,40
2076	R\$ 41.304,76	R\$ 393.379,25	-R\$ 352.074,49	-R\$ 1.383.998.139,51
2077	R\$ 33.662,34	R\$ 320.593,72	-R\$ 286.931,38	-R\$ 1.384.030.458,92
2078	R\$ 27.450,35	R\$ 261.432,44	-R\$ 233.982,09	-R\$ 1.384.055.788,38
2079	R\$ 22.407,40	R\$ 213.404,10	-R\$ 190.996,70	-R\$ 1.384.075.659,71
2080	R\$ 18.304,88	R\$ 174.332,23	-R\$ 156.027,35	-R\$ 1.384.091.260,98
2081	R\$ 14.956,33	R\$ 142.441,45	-R\$ 127.485,12	-R\$ 1.384.103.512,12
2082	R\$ 12.219,74	R\$ 116.378,28	-R\$ 104.158,54	-R\$ 1.384.113.132,00
2083	R\$ 9.977,16	R\$ 95.020,90	-R\$ 85.043,74	-R\$ 1.384.120.680,75
2084	R\$ 8.129,56	R\$ 77.424,42	-R\$ 69.294,86	-R\$ 1.384.126.592,17
2085	R\$ 6.603,33	R\$ 62.888,90	-R\$ 56.285,57	-R\$ 1.384.131.206,90
2086	R\$ 5.342,69	R\$ 50.882,64	-R\$ 45.539,95	-R\$ 1.384.134.795,28
2087	R\$ 4.299,35	R\$ 40.946,22	-R\$ 36.646,87	-R\$ 1.384.137.570,53



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2088	R\$ 3.431,26	R\$ 32.678,82	-R\$ 29.247,56	-R\$ 1.384.139.699,22
2089	R\$ 2.708,79	R\$ 25.798,23	-R\$ 23.089,44	-R\$ 1.384.141.314,29
2090	R\$ 2.112,40	R\$ 20.117,97	-R\$ 18.005,57	-R\$ 1.384.142.524,74
2091	R\$ 1.626,57	R\$ 15.491,11	-R\$ 13.864,54	-R\$ 1.384.143.420,52
2092	R\$ 1.237,96	R\$ 11.790,19	-R\$ 10.552,23	-R\$ 1.384.144.075,76
2093	R\$ 932,67	R\$ 8.882,54	-R\$ 7.949,87	-R\$ 1.384.144.550,19
2094	R\$ 693,97	R\$ 6.609,34	-R\$ 5.915,37	-R\$ 1.384.144.889,46
2095	R\$ 505,65	R\$ 4.815,68	-R\$ 4.310,03	-R\$ 1.384.145.127,04
2096	R\$ 355,79	R\$ 3.388,51	-R\$ 3.032,72	-R\$ 1.384.145.287,70
2097	R\$ 238,86	R\$ 2.274,86	-R\$ 2.036,00	-R\$ 1.384.145.391,37

Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses: a) tábua de mortalidade geral e de inválidos: IBGE 2021 Segregada por sexo; b) tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas; c) crescimento real de salários: não aplicável; d) crescimento real de benefícios: 0,00% a.a.; e) taxa real de juros: 4,05% a.a. f) hipótese sobre geração futura: não aplicável; g) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo: 0,00% a.a.; h) hipótese de família média: dados reais dos dependentes ou cônjuge feminino 3,50 anos mais jovem e masculino 3,50 mais velho; i) inflação anual estimada: 0,00%; j) fator de capacidade salarial e de benefícios: 100%.

Demonstrativos Contábeis – Plano de Contas

Tabela 18 - Provisões Matemáticas Registros Contábeis Tesouro Civil		
Estado do Maranhão - MA Referência Base Cadastral: 31/12/2022 Data Focal: 31/12/2022		
CÓDIGO	CONTA	VALOR
ATIVO		
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	R\$ -
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$ -
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$ -
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ -
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$ -
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$ -
PASSIVO		
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS PLANO FINANCEIRO	R\$ -
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ -
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ 3.693.688.185,63
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$ 76.896.093,53
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$ 126.275.801,85
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ 3.490.516.290,26
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ -
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ -
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ -
PLANO PREVIDENCIÁRIO		



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ -
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$ -
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$ -
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ -
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ -
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ -
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ -
2.2.7.2.1.05.00	(7) PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ -
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS	R\$ -
2.2.7.2.1.06.00	(8) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	R\$ -
2.2.7.2.1.06.01	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.00	(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ -
2.2.7.2.1.07.01	(+) AJUSTES DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$ -
2.2.7.2.1.07.02	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.03	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$ -
2.2.7.2.1.07.04	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.98	(+) OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ -
SITUAÇÃO ATUARIAL		
(1) - (3) - (4)	PLANO FINANCEIRO - RESULTADO TECNICO ATUARIAL	-R\$ 3.490.516.290,26
(2) - (5) - (6) + (7) - (9)	PLANO PREVIDENCIÁRIO – RESULTADO TECNICO ATUARIAL	R\$ -



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 19 - Provisões Matemáticas - Registros Contábeis Tesouro Militar		
Estado do Maranhão - MA Referência Base Cadastral: 31/12/2022 Data Focal: 31/12/2022		
CÓDIGO	CONTA	VALOR
	ATIVO	
(APF)	(1) ATIVO - PLANO FINANCEIRO	R\$ -
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$ -
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$ -
(APP)	(2) ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
1.1.2.1.1.71.00	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – CURTO PRAZO	R\$ -
1.2.1.1.1.01.71	PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS – LONGO PRAZO	R\$ -
	PASSIVO	
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	R\$ -
	PLANO FINANCEIRO	
2.2.7.2.1.01.00	(3) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ -
2.2.7.2.1.01.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$1.546.531.164,75
2.2.7.2.1.01.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$55.204.944,11
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$107.180.829,28
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.01.07	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$1.384.145.391,37
2.2.7.2.1.02.00	(4) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ -
2.2.7.2.1.02.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ -
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.02.06	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	R\$ -
	PLANO PREVIDENCIÁRIO	
2.2.7.2.1.03.00	(5) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ -
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

2.2.7.2.1.03.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO	R\$ -
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA	R\$ -
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.03.07	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ -
2.2.7.2.1.04.00	(6) PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ -
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS DO PLANO	R\$ -
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	R\$ -
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR	R\$ -
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ -
2.2.7.2.1.04.06	(-) APORTES FINANCEIROS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R\$ -
2.2.7.2.1.05.00	(7) PLANO DE AMORTIZAÇÃO	R\$ -
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CRÉDITOS	R\$ -
2.2.7.2.1.06.00	(8) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO FINANCEIRO	R\$ -
2.2.7.2.1.06.01	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.00	(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ -
2.2.7.2.1.07.01	(+) AJUSTES DE RESULTADO ATUARIAL SUPERAVITÁRIO	R\$ -
2.2.7.2.1.07.02	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA OSCILAÇÃO DE RISCOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.03	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA BENEFÍCIOS A REGULARIZAR	R\$ -
2.2.7.2.1.07.04	(+) PROVISÃO ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS DE BENEFÍCIOS	R\$ -
2.2.7.2.1.07.98	(+) OUTRAS PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO	R\$ -
SITUAÇÃO ATUARIAL		
(1) - (3) - (4)	PLANO FINANCEIRO - RESULTADO TECNICO ATUARIAL	-R\$ 1.384.145.391,37
(2) - (5) - (6) + (7) - (9)	PLANO PREVIDENCIÁRIO – RESULTADO TECNICO ATUARIAL	R\$ -



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Balanco Atuarial Analítico

Tabela 22 - Balanco Atuarial Analítico Civil

BENEFÍCIO	VABF	VACF	RESERVA LÍQUIDA	PM
BC - PENS APO	R\$ 273.379.194,24	R\$ 15.151.678,24	R\$ 258.227.516,00	R\$ 258.227.516,00
BC - PENS	R\$ 1.817.179.988,67	R\$ 111.124.123,61	R\$ 1.706.055.865,06	R\$ 1.706.055.865,06
BC - APO	R\$ 1.603.129.002,72	R\$ 76.896.093,53	R\$ 1.526.232.909,20	R\$ 1.526.232.909,20
SUBTOTAL BC	R\$ 3.693.688.185,63	R\$ 203.171.895,37	R\$ 3.490.516.290,26	R\$ 3.490.516.290,26
RESULTADO ATUARIAL				-R\$ 3.490.516.290,26

BC: Benefício Concedido; PENS APO: Reversão das atuais aposentadorias em pensão; PENS: Benefícios Concedidos de Pensão; APO: Benefícios Concedidos de Aposentadoria.

Tabela 23 - Balanco Atuarial Analítico Militar

BENEFÍCIO	VABF	VACF	RESERVA LÍQUIDA	PM
BC - PENS APO	R\$ 157.560.276,34	R\$ 16.543.829,28	R\$ 141.016.447,06	R\$ 141.016.447,06
BC - PENS	R\$ 863.209.522,53	R\$ 90.637.000,00	R\$ 772.572.522,53	R\$ 772.572.522,53
BC - APO	R\$ 525.761.365,89	R\$ 55.204.944,11	R\$ 470.556.421,78	R\$ 470.556.421,78
SUBTOTAL BC	R\$ 1.546.531.164,75	R\$ 162.385.773,39	R\$ 1.384.145.391,37	R\$ 1.384.145.391,37
RESULTADO ATUARIAL				-R\$ 1.384.145.391,37

BC: Benefício Concedido; PENS APO: Reversão das atuais aposentadorias em pensão; PENS: Benefícios Concedidos de Pensão; APO: Benefícios Concedidos de Aposentadoria.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

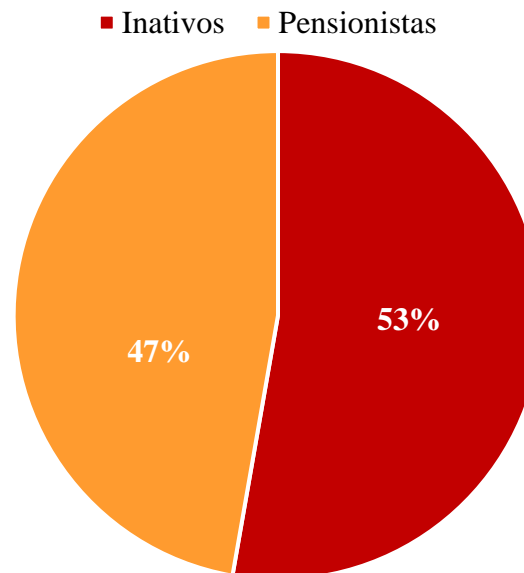
Gráficos e Outros Dados

Civil

Tabela 24 - Dados Gerais dos Segurados Civis

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Aposentados	3340	R\$5.531,53	83,00	R\$18.475.297,89	53,20%
Pensionistas	2991	R\$5.434,95	77,02	R\$16.255.935,44	46,80%

Gráfico 3 – Divisão dos Segurados Civis





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 4 – Sexo por Classe de Segurados Civis

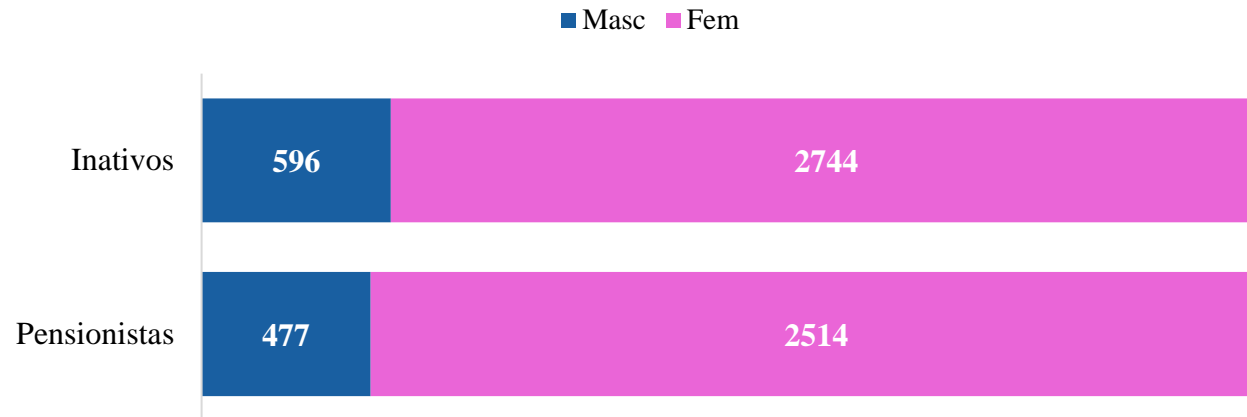
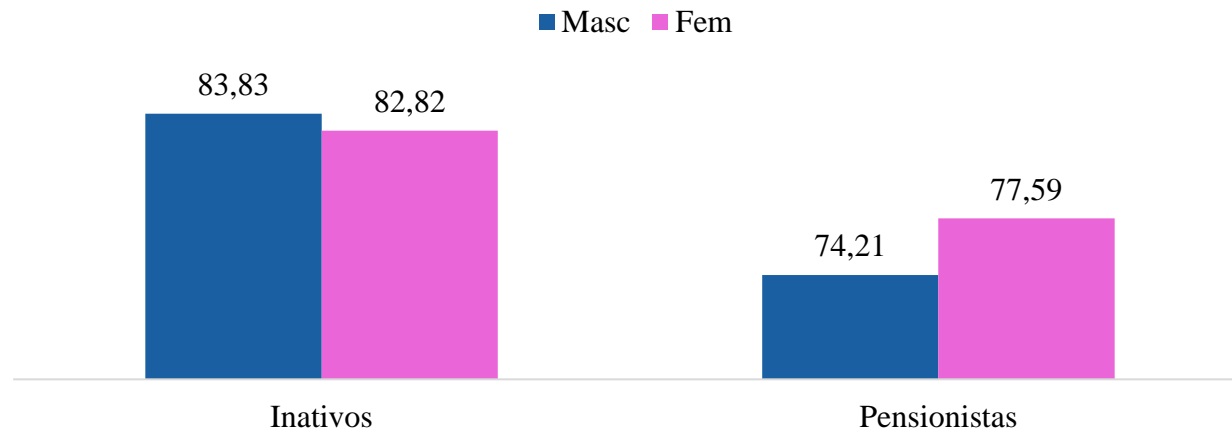


Gráfico 5 – Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Civis





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Tabela 25 - Tabela de Faixas Salariais e Alíquotas Progressivas Civil

Faixa	Inferior	Superior	Alíquota
1	R\$ 0,00	R\$ 1.212,00	7,50%
2	R\$ 1.212,01	R\$ 2.427,35	9,00%
3	R\$ 2.427,36	R\$ 3.641,03	12,00%
4	R\$ 3.641,04	R\$ 7.087,22	14,00%
5	R\$ 7.087,23	R\$ 12.136,79	14,50%
6	R\$ 12.136,80	R\$ 24.273,57	16,50%
7	R\$ 24.273,58	R\$ 47.333,46	19,00%
8	R\$ 47.333,47	> R\$ 47.333,47	22,00%

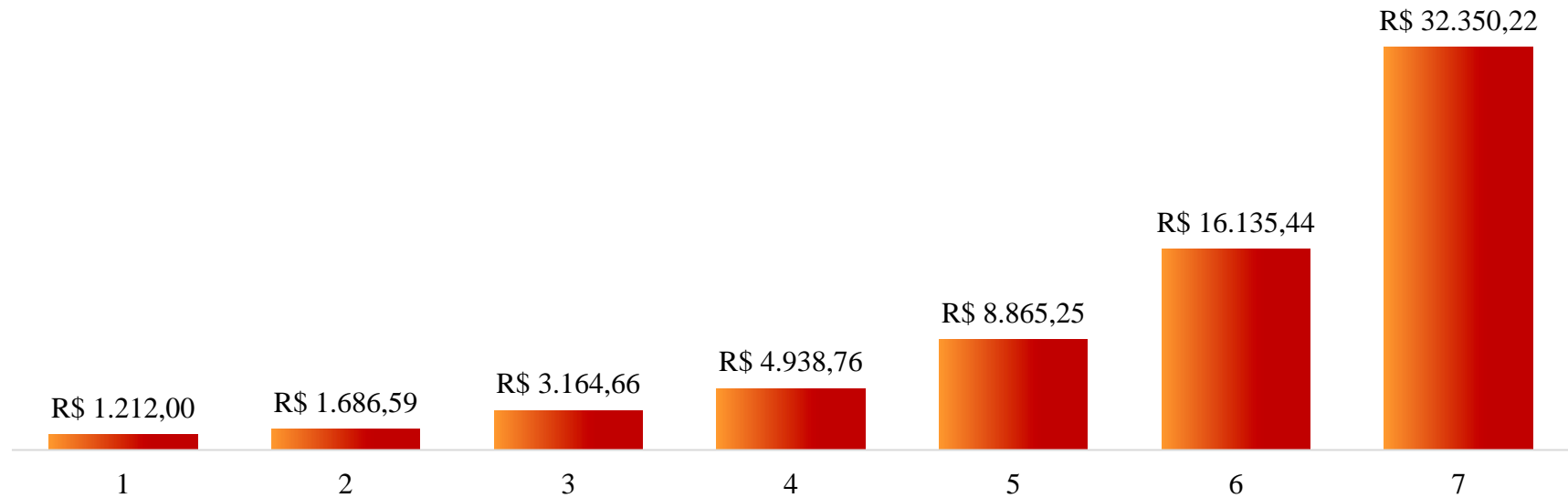
Tabela 26 - Distribuição por Faixa e Média Salarial Civil

Faixa	Aposentados e Pensionistas	
	Quantidade	Benefício Médio
1	696	R\$ 1.212,00
2	1522	R\$ 1.686,59
3	1569	R\$ 3.164,66
4	1220	R\$ 4.938,76
5	631	R\$ 8.865,25
6	380	R\$ 16.135,44
7	313	R\$ 32.350,22



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 6 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Civis





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 7 – Comparativos dos Quantitativos Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais

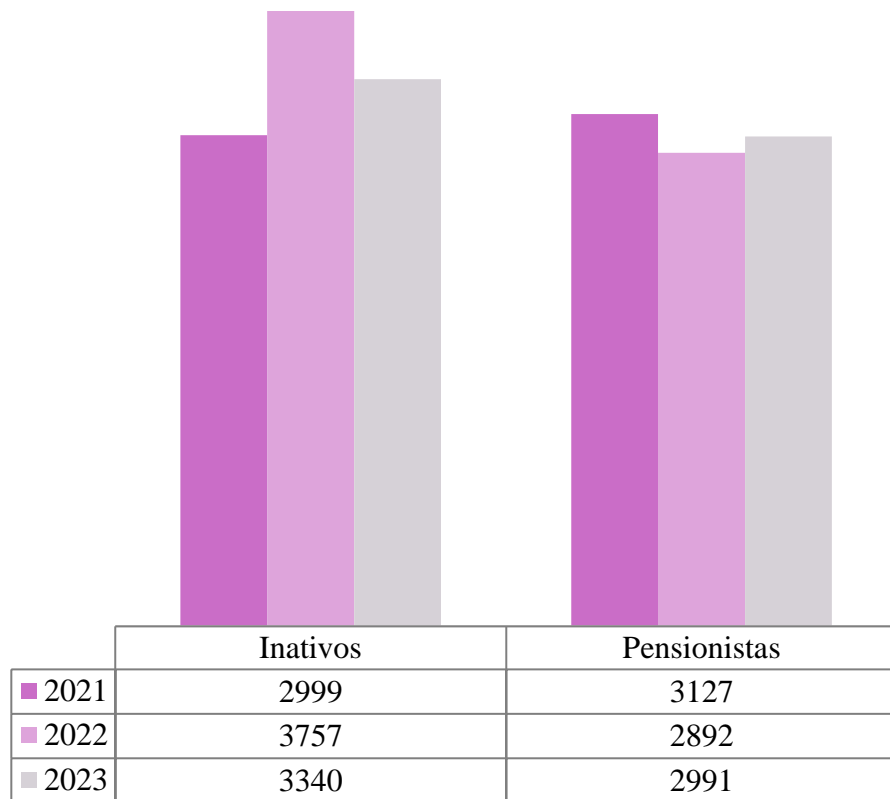
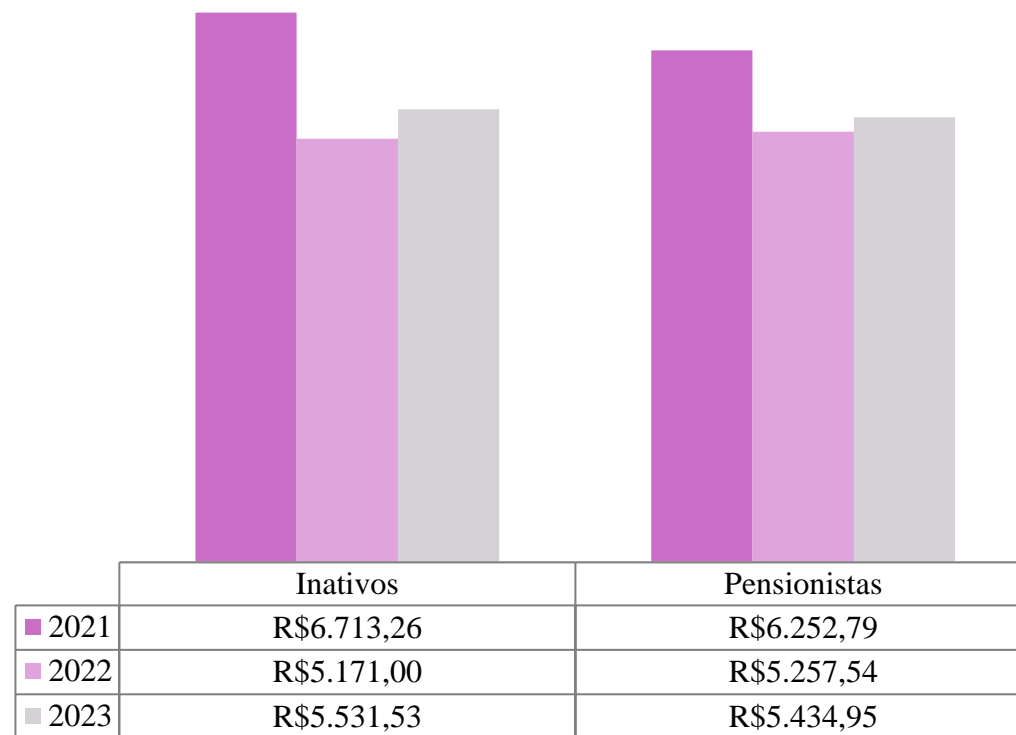


Gráfico 8 – Comparativos das Remunerações Médias Cíveis das Últimas Três Avaliações Atuariais





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 9 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Civis das Últimas Três Avaliações Atuariais

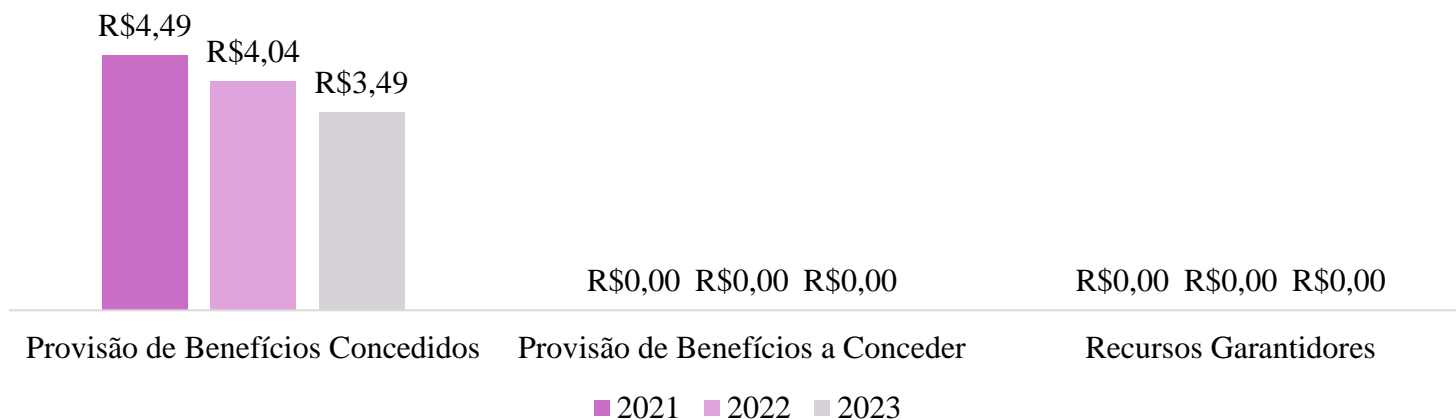
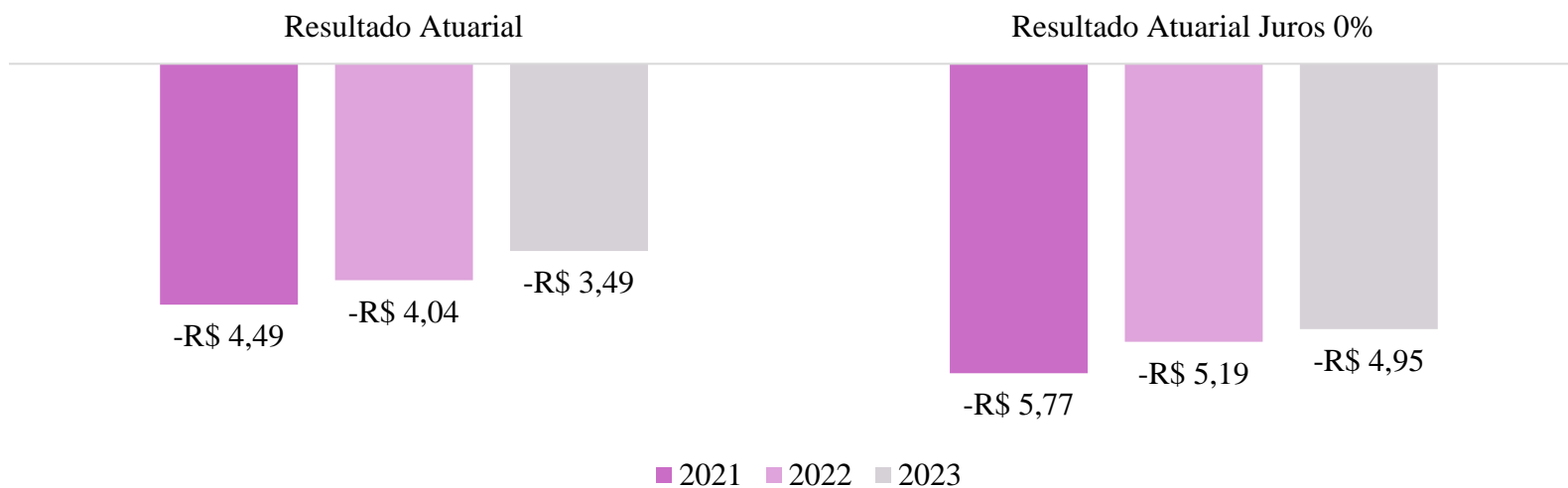


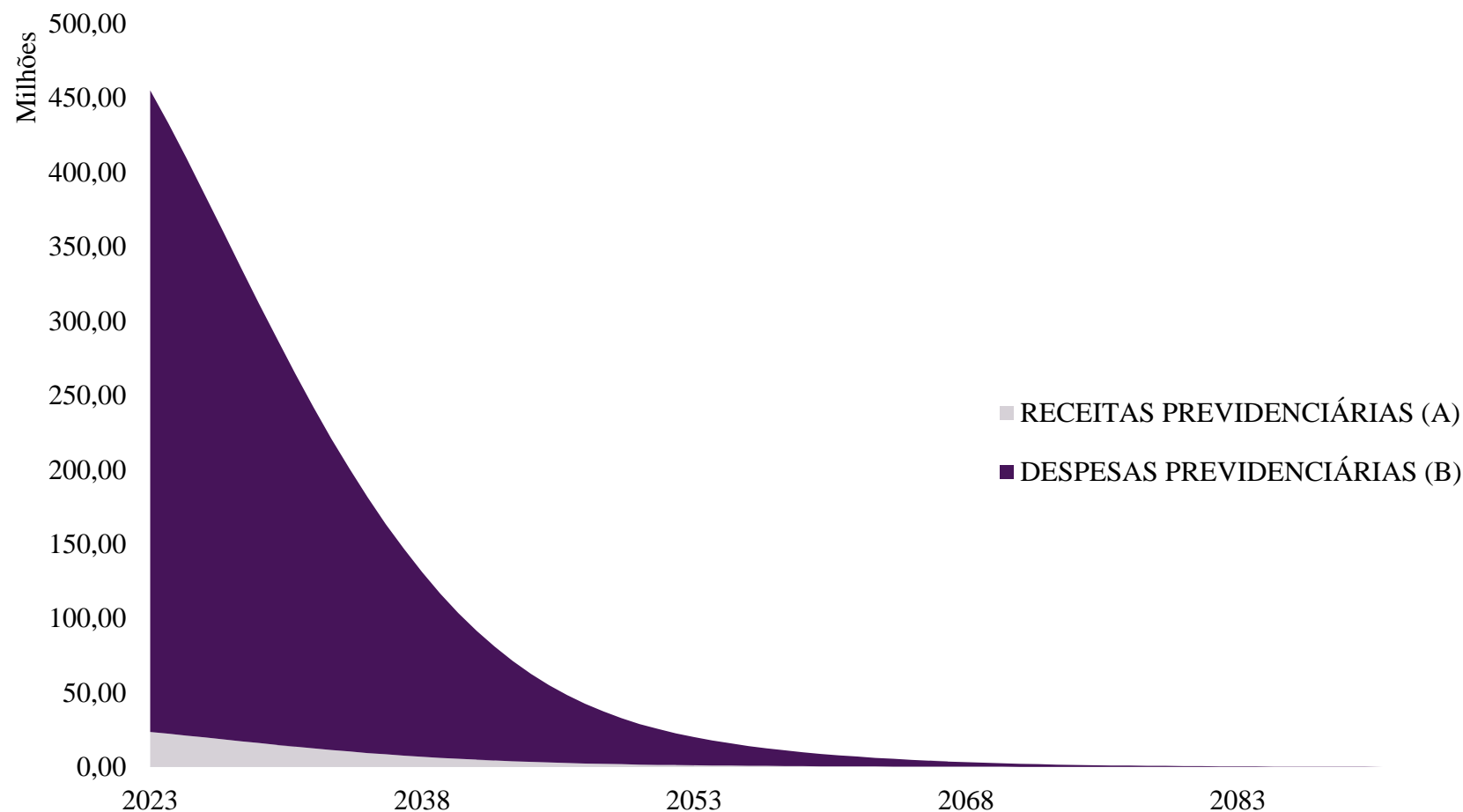
Gráfico 10 – Comparativos dos Resultados Civis das Últimas Três Avaliações Atuariais





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 11 – Projeção de Receitas e Despesas Civil



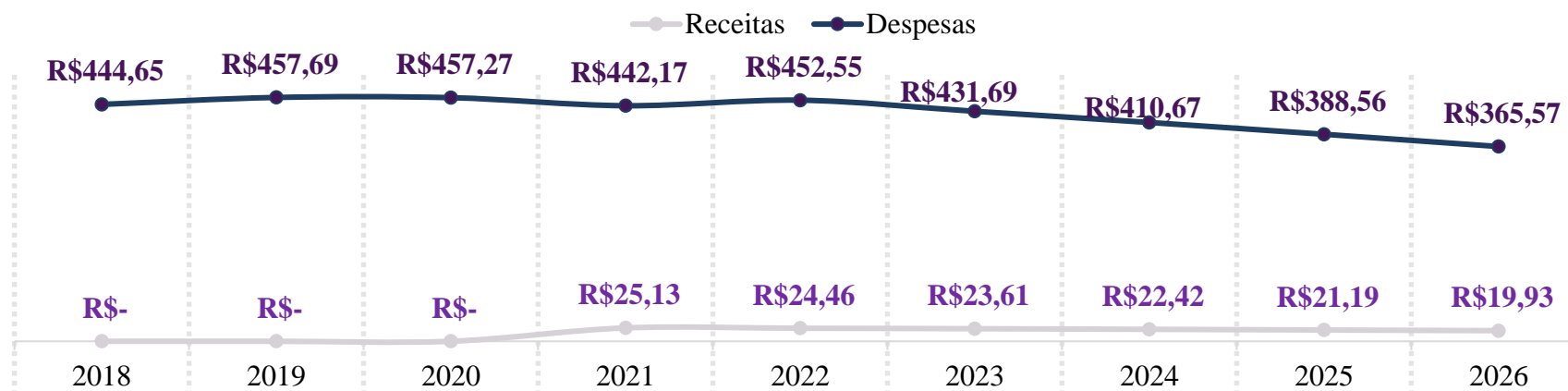


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 27 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Civil

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)
2018	R\$ 0,00	R\$ 444.647.222,14	-R\$ 444.647.222,14
2019	R\$ 0,00	R\$ 457.688.970,28	-R\$ 457.688.970,28
2020	R\$ 0,00	R\$ 457.268.740,05	-R\$ 457.268.740,05
2021	R\$ 25.126.775,41	R\$ 442.174.004,83	-R\$ 417.047.229,42
2022	R\$ 24.457.211,05	R\$ 452.548.853,64	-R\$ 428.091.642,59
2023	R\$ 23.607.671,91	R\$ 431.687.080,96	-R\$ 408.079.409,05
2024	R\$ 22.421.222,85	R\$ 410.674.506,16	-R\$ 388.253.283,31
2025	R\$ 21.191.097,16	R\$ 388.556.707,48	-R\$ 367.365.610,32
2026	R\$ 19.927.298,36	R\$ 365.568.778,40	-R\$ 345.641.480,04

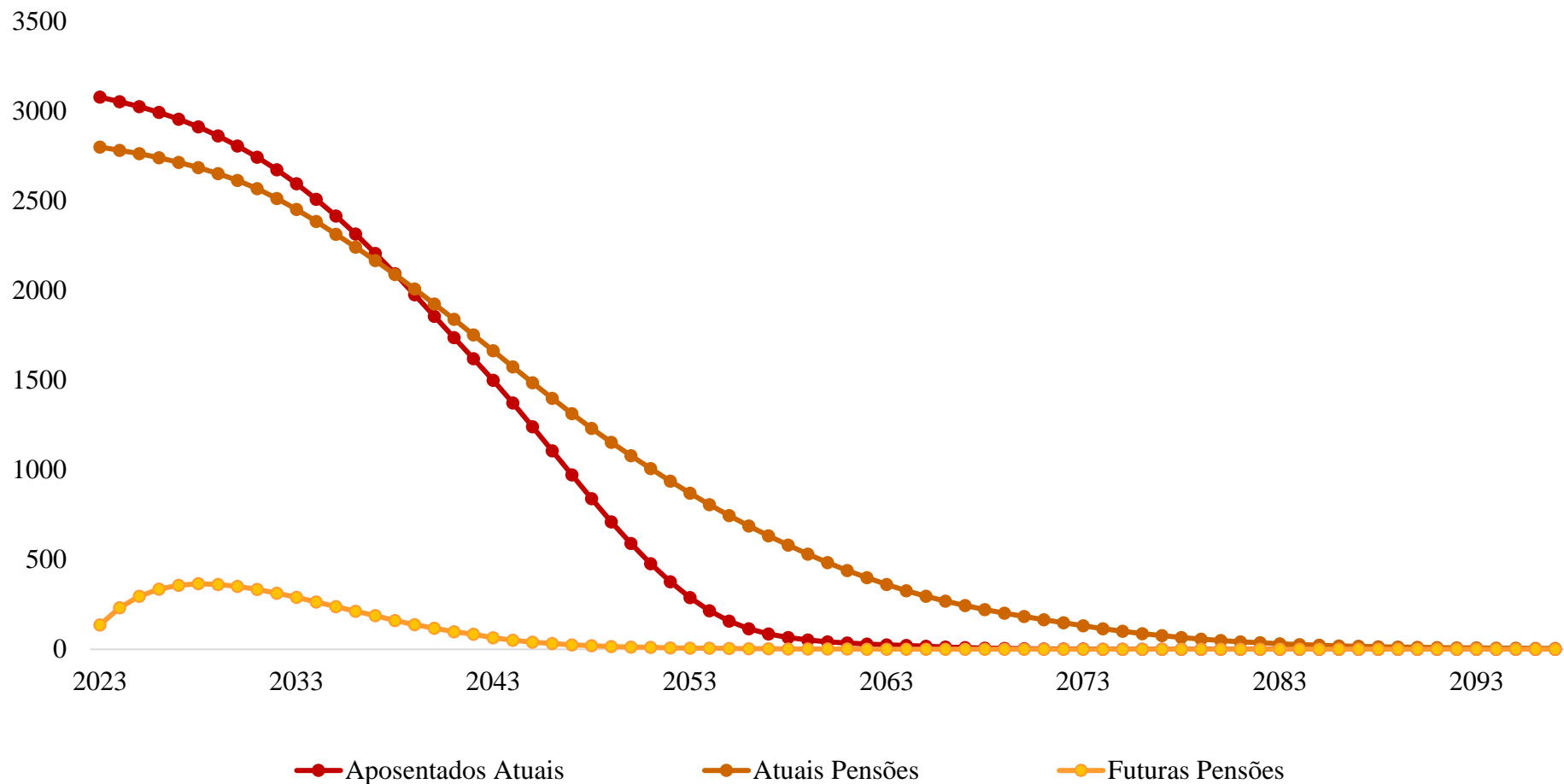
Gráfico 12 – Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Civil – Em Milhões





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 13 – Projeção de Quantitativos de Segurados Civis por Classe





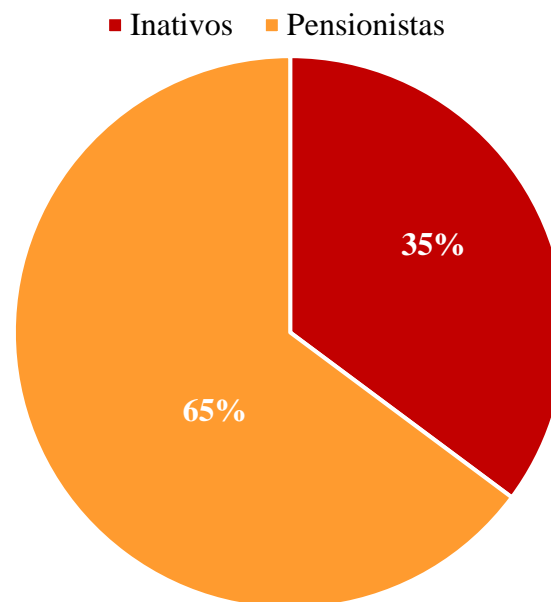
**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Militar

Tabela 28 - Dados Gerais dos Segurados Militares

Segurados	Qnt	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Aposentados	564	R\$9.287,06	74,52	R\$5.237.904,29	43,61%
Pensionistas	1039	R\$6.519,56	70,96	R\$6.773.825,14	56,39%

Gráfico 14 – Divisão dos Segurados Militares





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 15 – Sexo por Classe de Segurados Militar

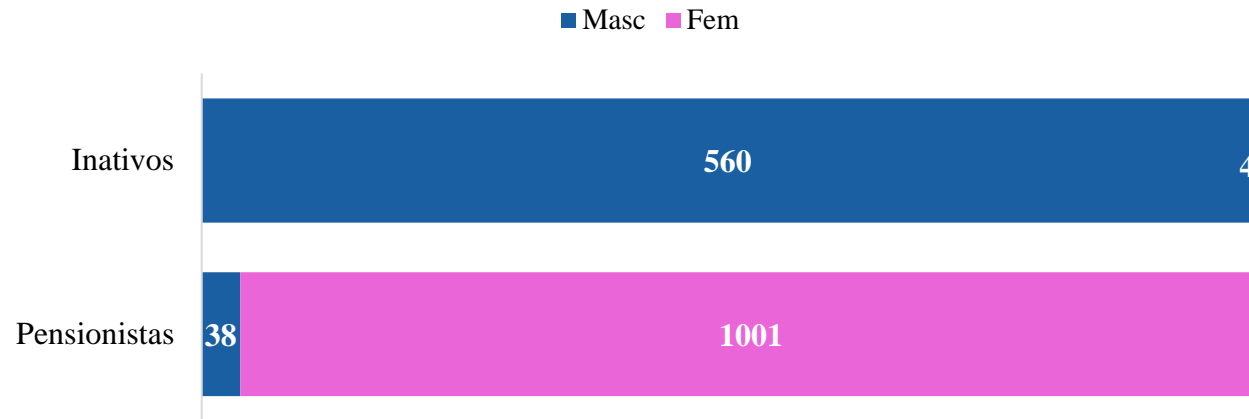
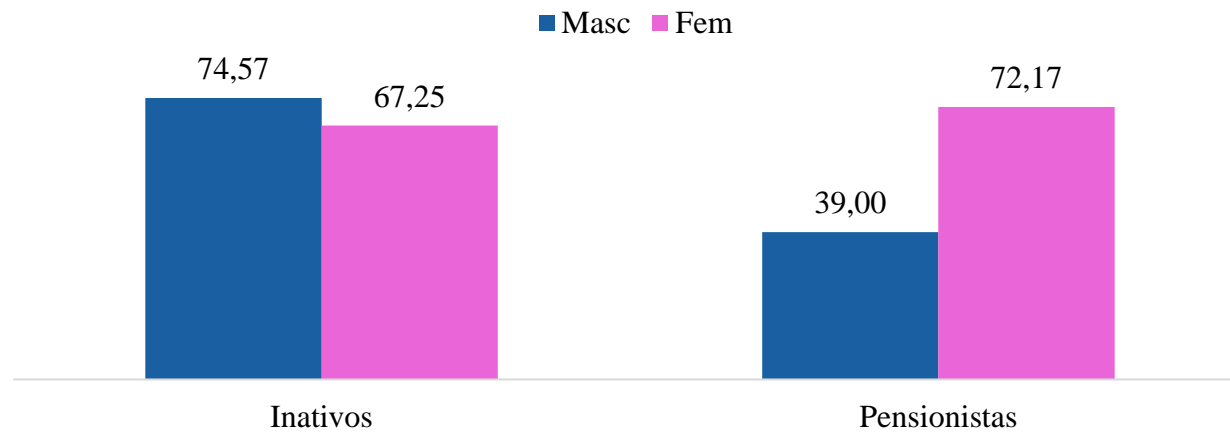


Gráfico 16 – Idade Média Atual por Sexo e Classe dos Segurados Militar



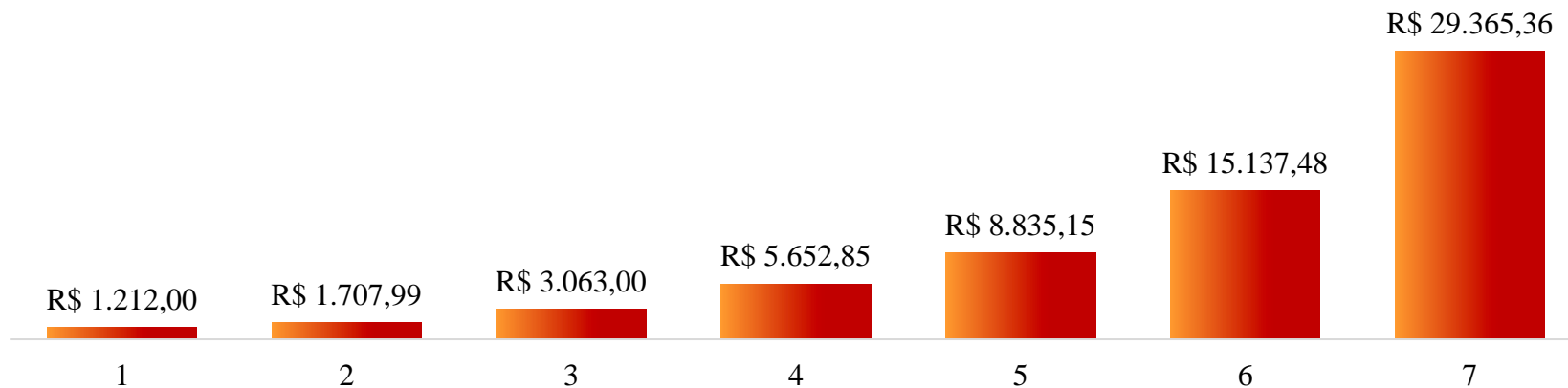


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 29 - Distribuição por Faixa e Média Salarial Militar

Faixa	Aposentados e Pensionistas	
	Quantidade	Benefício Médio
1	5	R\$ 1.212,00
2	12	R\$ 1.707,99
3	37	R\$ 3.063,00
4	945	R\$ 5.652,85
5	436	R\$ 8.835,15
6	120	R\$ 15.137,48
7	48	R\$ 29.365,36

Gráfico 17 – Benefício Médio por Faixa dos Aposentados e Pensionistas Militares





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 18 – Comparativos dos Quantitativos Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais

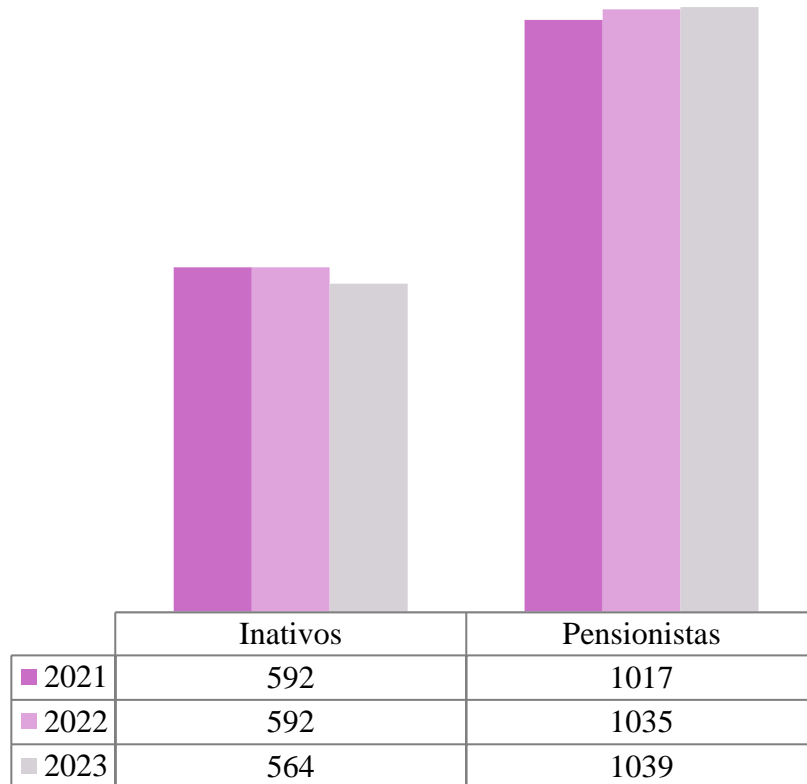


Gráfico 19 – Comparativos das Remunerações Médias Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 20 – Comparativos das Provisões e Recursos Garantidores Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais

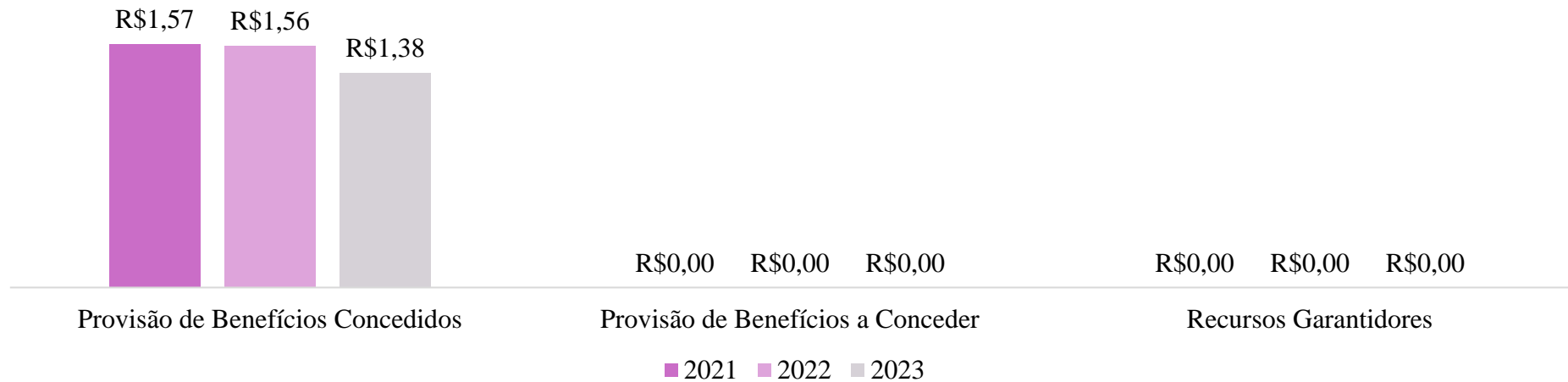
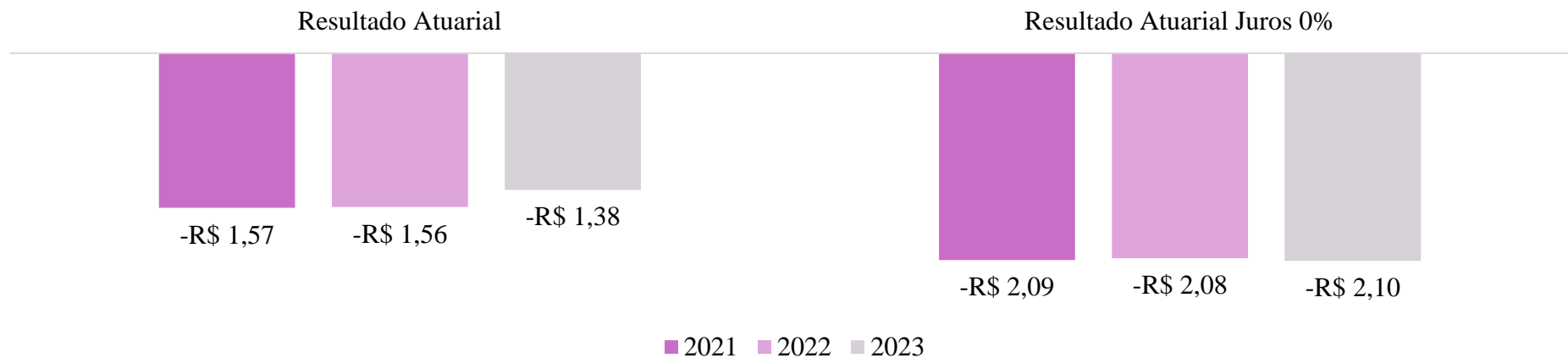


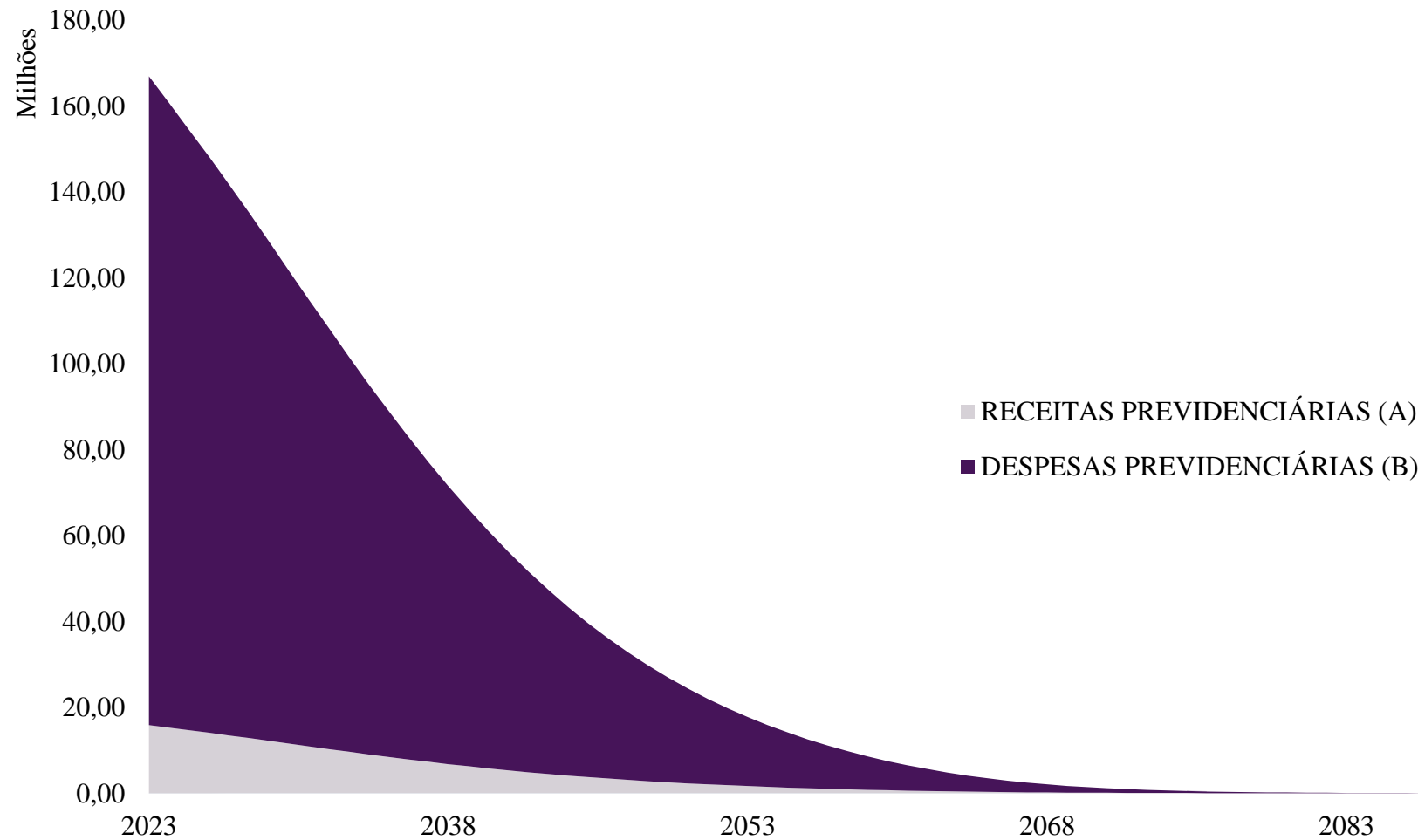
Gráfico 21 – Comparativos dos Resultados Militares das Últimas Três Avaliações Atuariais





**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Gráfico 22 – Projeção de Receitas e Despesas Militar



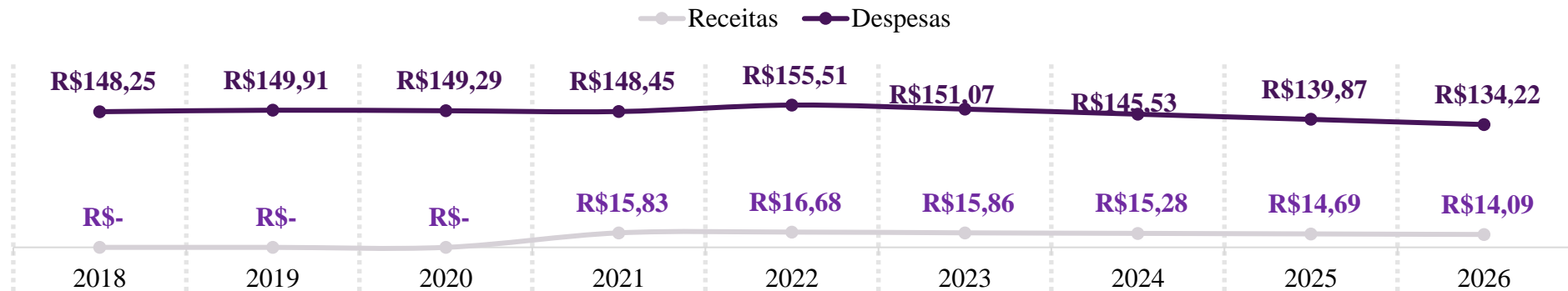


Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 30 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Militar

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)
2018	R\$ 0,00	R\$ 148.247.234,73	-R\$ 148.247.234,73
2019	R\$ 0,00	R\$ 149.909.510,89	-R\$ 149.909.510,89
2020	R\$ 0,00	R\$ 149.289.568,43	-R\$ 149.289.568,43
2021	R\$ 15.833.590,67	R\$ 148.451.392,01	-R\$ 132.617.801,34
2022	R\$ 16.683.849,45	R\$ 155.505.830,21	-R\$ 138.821.980,76
2023	R\$ 15.862.689,76	R\$ 151.073.235,15	-R\$ 135.210.545,39
2024	R\$ 15.280.239,59	R\$ 145.526.092,15	-R\$ 130.245.852,56
2025	R\$ 14.686.144,15	R\$ 139.868.037,99	-R\$ 125.181.893,84
2026	R\$ 14.093.327,70	R\$ 134.222.167,74	-R\$ 120.128.840,04

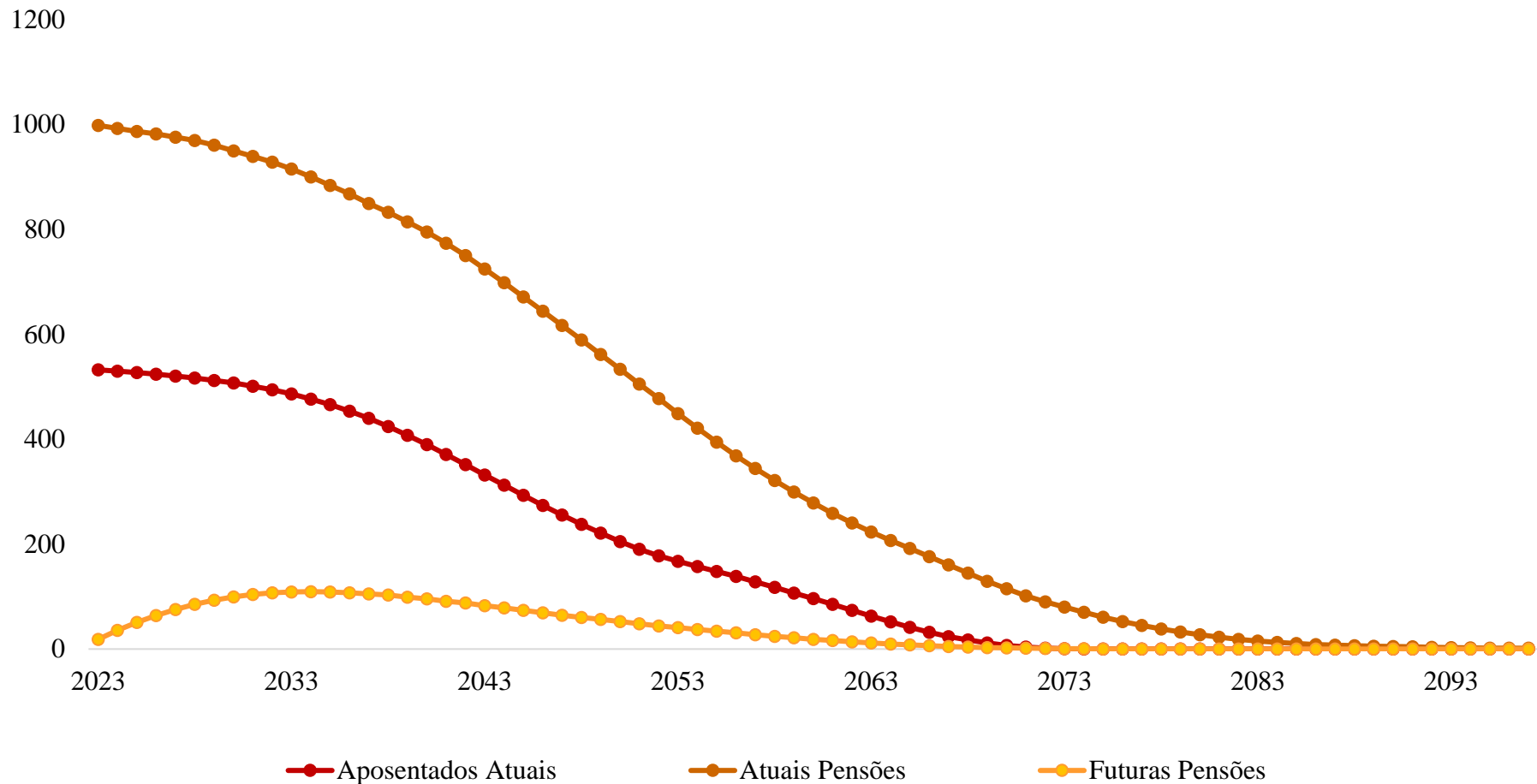
Gráfico 23 - Receitas e Despesas Ocorridas e Projetadas Militar – Em Milhões





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Gráfico 24 – Projeção de Quantitativos de Segurados Militares por Classe





Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Críticas à Base Cadastral

Tabela 31 - Críticas à Base Cadastral Civil

Aposentados		
Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 2,86% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 0,97% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Segurado casado ou em união estável sem dependentes	918	Considerar composição familiar de acordo com premissa.
Data de admissão igual a data de início do benefício ou sem data de início do benefício	73	Admitir data como a de início do benefício ou de admissão, a depender do caso. Considerar data de entrada aos 25 anos do servidor e a idade de início do benefício a média do grupo.
Contribuição incorreta	23	Ajustar contribuição.
Benefício superior ao teto remuneratório	2	Adotar o teto do funcionalismo vigente.
Todos os servidores sem paridade	3340	Considerar sem paridade.
Sem condição do aposentado	3340	Considerar como válidos.
Sem data de ingresso no serviço público	3340	Considerar ingresso no ente como ingresso no serviço público.
Pensionistas		
Descrição	Ocorrências	Critério



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Quantidade	Variação de 4,29% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 0,29% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Soma de quotas inferior ao salário-mínimo	7	Adotar o salário-mínimo.
Sem indicador de paridade	2991	Considerar todos sem paridade.
Sem condição do pensionista	2991	Considerar como válidos.
Sem duração do benefício	2991	Considerar temporário aos menores de 18 anos e vitalício aos demais.
Desproporção entre quota e benefício total de um mesmo instituidor	8	Definir a quota e benefício total com base na matrícula do instituidor e do pensionista.

Tabela 32 - Críticas à Base Cadastral Militar

Aposentados

Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 1,42% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 1,37% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Estado civil - casado/em união estável sem dependentes	25	Considerar composição familiar de acordo com premissa.
Data de admissão igual a data de início do benefício ou sem data de início do benefício	31	Admitir data como a de início do benefício ou de admissão, a depender do caso. Considerar data de entrada aos 25 anos do servidor e a idade de início do benefício a média do grupo.
Todos os servidores sem paridade	564	Considerar sem paridade.
Sem condição do aposentado	564	Considerar como válidos.
Sem data de ingresso no serviço público	58	Adotar data de ingresso no ente

Pensionistas

Descrição	Ocorrências	Critério
Quantidade	Variação de 0,58% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Folha salarial	Variação de 0,64% em relação à execução orçamentária.	Validar se a variação for de até 5%. Realizar ajustes de aproximação à execução orçamentária.
Soma de quotas inferior ao salário-mínimo	4	Permanecer mesmo valor.
Sem indicador de paridade	1039	Considerar todos sem paridade.
Sem condição do pensionista	1039	Considerar como válidos.



**Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão**

Sem duração do benefício	1039	Considerar temporário aos menores de 18 anos (25) e vitalício aos demais.
Sem data de falecimento do instituidor da pensão	1039	Considerar início do benefício.

Resultados Consolidados

Tabela 33 - Dados Gerais dos Servidores Cíveis e Militares

Segurados	Quantidade	Remuneração Média	Idade Média	Folha Mensal	% Folha
Aposentados	3904	R\$6.074,08	81,77	R\$23.713.212,04	50,73%
Pensionistas	4030	R\$5.714,58	75,46	R\$23.029.758,29	49,27%

Tabela 34 – Resultado Previdenciário Ocorrido e Projetado Civil e Militar

Ano	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)
2018	R\$ 0,00	R\$ 592.894.456,87	-R\$ 592.894.456,87
2019	R\$ 0,00	R\$ 607.598.481,17	-R\$ 607.598.481,17
2020	R\$ 0,00	R\$ 606.558.308,48	-R\$ 606.558.308,48
2021	R\$ 40.960.366,08	R\$ 590.625.396,84	-R\$ 549.665.030,76
2022	R\$ 41.141.060,50	R\$ 608.054.683,85	-R\$ 566.913.623,35
2023	R\$ 39.470.361,67	R\$ 582.760.316,11	-R\$ 543.289.954,44
2024	R\$ 37.701.462,44	R\$ 556.200.598,31	-R\$ 518.499.135,87
2025	R\$ 35.877.241,31	R\$ 528.424.745,47	-R\$ 492.547.504,16
2026	R\$ 34.020.626,06	R\$ 499.790.946,14	-R\$ 465.770.320,08



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 35 – Projeção do Resultado Atuarial Civil e Militar

Exercício	Receitas Previdenciárias (A)	Despesas Previdenciárias (B)	Resultado Previdenciário (C): (A) - (B)	Saldo Acumulado a Valor Atual (D): (D) Anterior + (C)
2023	R\$ 39.470.361,67	R\$ 582.760.316,11	-R\$ 543.289.954,44	-R\$ 522.143.156,60
2024	R\$ 37.701.462,44	R\$ 556.200.598,31	-R\$ 518.499.135,87	-R\$ 1.001.064.142,46
2025	R\$ 35.877.241,31	R\$ 528.424.745,47	-R\$ 492.547.504,16	-R\$ 1.438.306.139,40
2026	R\$ 34.020.626,06	R\$ 499.790.946,14	-R\$ 465.770.320,08	-R\$ 1.835.683.821,94
2027	R\$ 32.125.953,94	R\$ 470.499.883,06	-R\$ 438.373.929,12	-R\$ 2.195.130.351,80
2037	R\$ 15.012.729,44	R\$ 208.766.675,59	-R\$ 193.753.946,15	-R\$ 4.215.558.708,61
2047	R\$ 5.506.243,51	R\$ 69.793.301,07	-R\$ 64.287.057,56	-R\$ 4.736.465.723,10
2057	R\$ 1.805.173,04	R\$ 21.944.347,05	-R\$ 20.139.174,01	-R\$ 4.848.218.258,11
2067	R\$ 475.606,98	R\$ 5.738.526,48	-R\$ 5.262.919,50	-R\$ 4.870.577.772,11
2077	R\$ 105.436,45	R\$ 1.200.064,04	-R\$ 1.094.627,59	-R\$ 4.874.085.534,93
2087	R\$ 24.948,73	R\$ 270.575,30	-R\$ 245.626,57	-R\$ 4.874.588.527,41
2097	R\$ 4.977,34	R\$ 53.206,35	-R\$ 48.229,01	-R\$ 4.874.661.681,63



Instituto de Previdência
dos Servidores do Estado do Maranhão

Tabela 36 - Balanço Atuarial Civil e Militar	
Grupo	Valor
Provisão de Benefícios Concedidos	R\$ 4.874.661.681,63
Aposentadorias	R\$ 2.128.890.368,61
Pensões	R\$ 3.111.328.981,78
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 365.557.668,76
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Provisão de Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Aposentadorias	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00
Contribuições sobre Salários (-)	R\$ 0,00
Contribuições sobre Benefícios (-)	R\$ 0,00
Compensação Previdenciária (-)	R\$ 0,00
Despesas Administrativas	R\$ 0,00
Provisões Totais	R\$ 4.874.661.681,63
Parcelamentos	R\$ 0,00
Outros Resultados	R\$ 0,00
Recursos Garantidores	R\$ 2.408.505.468,23
Resultado Atuarial	-R\$ 4.874.661.681,63



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

NOTAS EXPLICATIVAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria – FEPA, com sede na Av. São Luís Rei de França, nº 453- Jardim Eldorado –Turu em São Luís - MA, inscrito na receita federal no CNPJ: 03.110.907/0001-00, instituído pela Lei complementar 35/97, modificado pela Lei complementar 40/98, alterado pela Lei complementar 42/99 e reorganizado pela Lei complementar 73/2004. O FEPA tem como órgão gestor o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV-MA.

As atividades do FEPA/MA durante o exercício de 2023 estão amparadas pela Lei Ordinária do Estado do Maranhão Nº 11.639, de 23 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual - LOA), e pelas leis e decretos que autorizam os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2023 e estão agrupadas na função de governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 2009: Previdência Social.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis do FEPA foram elaboradas com base nos dados extraídos do SIGEF e são compostas pelas demonstrações por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2023 coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os registros contábeis das operações envolvendo os recursos do Regime Próprio de Previdência Social e das Demonstrações Contábeis por ele geradas, foram elaborados em observância a: Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Federal nº 9.717/1998, Lei Complementar nº 101/00, às Portarias e Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional, a Portaria STN 437/2012 que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 8ª Edição, a Resolução CMN nº 3.922/2010, os Princípios Fundamentais de Contabilidade, as



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a Portaria MPS nº 509 de 12 de dezembro de 2013, que revogou a Portaria 916/2003.

3 RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA

3.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

3.1.1 RECEITAS

Conforme o balanço orçamentário de 2023, a previsão inicial da receita corrente totalizou o valor de R\$ 2.003.094.000,00 (dois bilhões e três milhões e noventa e quatro mil reais). Dentre as receitas correntes, as receitas de contribuições de 2023 foram previstas no valor de R\$ 1.955.038.000,00 (um bilhão novecentos e cinquenta e cinco milhões e trinta e oito mil reais). Já as receitas patrimoniais foram previstas no valor de R\$ 22.306.000,00 (vinte e dois milhões trezentos e seis mil reais) e as outras receitas correntes no valor de R\$ 25.750.000,00 (vinte e cinco milhões setecentos e cinquenta mil reais). Ressalta-se que não houve variação entre a previsão inicial e a previsão atualizada da receita no ano correspondente.

As receitas correntes foram realizadas no total de R\$ 1.804.874.220,27 (um bilhão e oitocentos e quatro milhões e oitocentos e setenta e quatro mil e duzentos e vinte reais e vinte e sete centavos), sendo R\$ 1.713.040.234,32 (um bilhão setecentos e treze milhões e quarenta mil e duzentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos) de receitas de contribuição, R\$ 22.438.926,91 (vinte e dois milhões quatrocentos e trinta e oito mil e novecentos e vinte seis reais e noventa e um centavos) de receitas patrimoniais e R\$ 69.395.059,04 (sessenta e nove milhões trezentos e noventa e cinco mil e cinquenta e nove reais e quatro centavos) referente a outras receitas correntes. Segundo o Art.35 da Lei Nº. 4.320/1964, as receitas são consideradas realizadas no momento da arrecadação.

Quanto às receitas de capital, houve a previsão inicial no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) para receitas de alienação de bens. E foi realizado o



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

valor de R\$ 7.991.577,16 (sete milhões novecentos e noventa e um mil e quinhentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos) proveniente da desafetação realizada conforme inventário e relatório da comissão inventariante.

3.1.2 DESPESAS

O PLOA para o ano de 2023 fixou dotação inicial de R\$ 3.545.219.000,00 (três bilhões quinhentos e quarenta e cinco milhões e duzentos e dezenove mil reais).

Ao término do exercício de 2022, evidenciou-se superávit financeiro que possibilitou a abertura de créditos adicionais em 2023 conforme estabelecido na Lei 4.320/1964:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

§ 2º - Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

A solicitação do superávit financeiro foi realizada através da Nota Orçamentária Nº.01/2023 e autorizada pelo Decreto Estadual Nº.38.124/2023, o somatório deste valor foi de R\$ 138.169.121,71 (cento e trinta e oito milhões e cento e sessenta e nove mil e cento e vinte e um reais e setenta e um centavos), no qual foi fixado dentro da fonte orçamentária 4.800.237 – Regime Previdenciário - Servidores Públicos Civis. Esse recurso foi aplicado no pagamento das despesas dos servidores inativos, reformados e pensionistas do plano previdenciário do mês de fevereiro de 2023.

Após os remanejamentos, suplementações e créditos adicionais necessários para a execução orçamentária e manuseio da coisa pública, bem como para as regularizações de todos os pagamentos dos benefícios aos aposentados,



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

reformados e pensionistas no exercício financeiro de 2023, foi obtida a dotação atualizada com a soma de todas as fontes de destinação de recursos, totalizando o montante de R\$ 4.480.206.214,69 (quatro bilhões quatrocentos e oitenta milhões duzentos e seis mil e duzentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos). Sendo assim, houve um incremento de crédito orçamentário no valor de R\$ 934.987.214,69 (novecentos e trinta e quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil e duzentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos) em relação à dotação inicial prevista.

Durante o exercício financeiro de 2023, foram empenhadas despesas na categoria econômica de despesas correntes no grupo de natureza da despesa, “pessoal e encargos sociais” no valor de R\$ 3.322.573.663,57 (três bilhões trezentos e vinte e dois milhões e quinhentos e setenta e três mil e seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos),

Dos valores empenhados destacam-se, para fins comparativos com a despesa autorizada, a execução pelos seguintes elementos de despesa:

Tabela 1 – Comparativo da despesa autorizada com a realizada

FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64	
Período: Janeiro a Dezembro de 2023	
DESCRIÇÃO	DESPESA EMPENHADA NO EXERCÍCIO (R\$)
3 - DESPESAS CORRENTES	3.222.573.663,57
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.222.573.663,57
90 - APLICAÇÃO DIRETA	3.222.573.663,57
01 - Aposentadorias e Reformas	2.607.383.926,11
03 – Pensões do RPPS e do Militar	713.193.509,54
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.966.227,92
99 - A Classificar	-
TOTAL	3.222.573.663,57

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

Para outros benefícios previdenciários, o que inclui o pagamento do salário família, em decorrência às mudanças ocasionadas pelo Art. 9º, § 2º da EC Nº 103/2019 o salário família passou a ser um benefício de caráter social e sua classificação quanto ao grupo de natureza da despesa passou a ser “outras despesas correntes”. Sendo assim, deixaram de ser contabilizadas pela UG do FEPA (a partir do mês de maio de 2020 quando foram criadas as naturezas de despesas específicas pela Secretária de Estado de Planejamento – SEPLAN, em conformidade com a legislação vigente e de acordo com o MCASP 9ª Edição), passando a ser de responsabilidade do órgão gestor IPREV-MA também no exercício financeiro de 2023.

Sendo assim, observa-se que os recursos utilizados durante o exercício de 2023 obedeceram aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente, uma vez que todos os gastos foram destinados exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários do respectivo RPPS, como consta na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e o artigo 3º da Lei Complementar nº40/1998, bem como observados os limites de autorização de gastos estabelecidos para o orçamento de 2023 e as vinculações da natureza da despesa prevista.

3.2 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O Resultado Financeiro do exercício de 2023, demonstrado pela diferença entre o somatório das receitas das transferências financeiras recebidas e



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

os ingressos extra orçamentários e o somatório dos dispêndios orçamentários e extra orçamentários, apresenta um resultado positivo de R\$ 13.853.646,14 (treze milhões e oitocentos e cinquenta e três mil e seiscentos e quarenta e seis reais e quatorze centavos).

Tabela 2 – Resultado Financeiro do Exercício 2023

(+) Receita Orçamentária	R\$	1.812.865.797,43
(+) Transferência Financeiras recebidas	R\$	3.860.265.204,41
(+) Recebimentos de extra orçamentária	R\$	1.042.564.717,53
(-) Despesas Orçamentária	R\$	3.322.573.663,57
(-) Transferência financeiras concedidas	R\$	2.361.531.891,40
(-) Pagamentos extra Orçamentários	R\$	1.017.736.518,26
=Resultado Financeiro do Exercício	R\$	13.853.646,14

Fonte: SIGEF

3.3 BALANÇO PATRIMONIAL

3.3.1 Caixa e Equivalente Caixa

Em 31/12/2023, o FEPA movimentou recursos em contas do banco brasil cujo os saldos financeiros são R\$ 218.032.560,94 (duzentos e dezoito milhões trinta e dois mil e quinhentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) movimentadas pelas contas contábeis abaixo relacionadas, a diferença entre as contas diverge em R\$ 435.167,47 (quatrocentos e trinta e cinco mil e cento e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos). Esse valor se faz referente às tarifas bancárias realizadas nas contas da Unidade, conforme demonstrado nas conciliações bancárias. Ocorre que, as tarifas bancárias devem ser contabilizadas no grupo de Natureza de Despesa - GDN03 - outras despesas correntes conforme a classificação orçamentária, em virtude desta unidade gestora não ter essa classificação e segundo a lei complementar nº 053/ de 2001, as despesas desta unidade devem estar no grupo de Natureza de despesa - GND 01 por se tratar somente de pagamento de benefícios de pensão e aposentadorias e de reserva remunerada. Em virtude disso foi solicitado o ressarcimento das tarifas bancárias.



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

Tabela 3 – Caixa e Equivalente Caixa

Caixa e Equivalente Caixa	31/12/2023		31/12/2022	
1.1.1.1.1.06.02.00 – Caixa e Equivalente Caixa – fundo de repartição	R\$	159.437,53	R\$	335.698,90
1.1.1.1.1.06.03.00 – Caixa e Equivalente Caixa – fundo em capitalização	R\$	218.308.290,88	R\$	204.278.383,37
1.1.1.1.1.19.92.00 – Aplicações financeiras banco conta movimento – fundo em repartição	R\$	159.437,53	R\$	335.698,90
1.1.1.1.1.19.93.00 – Aplicações financeiras banco conta movimento- fundo em capitalização.	R\$	217.873.123,41	R\$	203.915.854,57

Fonte: SIGEF

3.3.2 Contribuições do RPPS a receber – Servidor, Aposentado e Pensionista

Em 31/12/2023, o FEPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 58.391.981,77 (cinquenta e oito milhões trezentos e noventa e um mil e novecentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos) relacionados com direitos a receber oriundos de contribuições previdenciárias do servidor não repassadas pelos órgãos, sendo os débitos nessa conta, resultado da inscrição de valores devidos e os créditos pela regularização dos pagamentos ao longo do exercício.

Tabela 4 – Contribuições do RPPS a receber – Servidor, Aposentado e Pensionista

\$ milhares (ou R\$)

Conta 1.1.3.6.1.01.01.00	31/12/2023
110103-00001 Procuradoria Geral do Estado / Gestão Geral	R\$ 478.685,95
110105-00001 Secretaria de Estado da Representação Institucional no Distrito Federal / Gestão Geral	R\$ 3.044,76
110109-00001 Casa Civil / Gestão Geral	R\$ 47.438,62
110121-00001 Secretaria de Estado da Comunicação Social	R\$ 2.442,99
110122-00001 Secretaria de Estado da Transparência e Controle	R\$ 338.778,24
110124-00001 Secretaria de Estado do Governo / Gestão Geral	R\$ 3.456,26
110125-00001 Secretaria de Estado de Articulação Política	R\$ 2.258,82
110210-11210 Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos	R\$ 773,29
120101-00001 Secretaria Estado Cidades e Desenvolvimento Urbano	R\$ 4.592,56



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

130101-00001 Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária	R\$	7.514,40
130202-13202 Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	R\$	237.449,73
140101-00001 Secretaria de Estado da Cultura	R\$	133.847,42
150101-00001 Secretaria Estado do Desenvolvimento Social	R\$	124.859,80
160101-00001 Secretaria de Estado da Fazenda / Gestão Geral	R\$	4.619.951,48
170101-00001 Secretaria de Estado da Educação / Gestão Geral	R\$	19.408.829,62
170204-17204 Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	R\$	569.444,08
190101-00001 Secretaria de Estado da Segurança Pública	R\$	6.204.535,52
190102-00001 Polícia Civil / Gestão Geral	R\$	32.088,56
190110-00001 Polícia Militar do Estado / Gestão Geral	R\$	15.732.303,12
190111-00001 Corpo de Bombeiros Militar / Gestão Geral	R\$	3.417.890,68
190201-19201 Departamento Estadual de Trânsito	R\$	163.237,79
200101-00001 Secretaria de Estado de Meio Ambiente Recursos Naturais	R\$	240.146,42
210901-21901 FES/Unidade Central / FES - Unidade Central	R\$	2.958.560,46
220101-00001 Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento	R\$	56.972,00
220205-22205 Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico	R\$	724,16
230101-00001 Secretaria de Estado de Indústria e Comércio-SEINC	R\$	2.951,07
230201-23201 Junta Comercial do Maranhão	R\$	17.863,06
230202-23202 Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão	R\$	7.036,21
240101-00001 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação	R\$	1.030,78
240201-24201 Universidade Estadual do Maranhão	R\$	1.486.568,48
240202-24202 Fundação do Amparo à Pesquisa Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão	R\$	652,81
240207-24207 Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	R\$	269.828,39
450101-00001 Secretaria de Estado do Esporte e Lazer / Gestão Geral	R\$	17.965,30
490101-00001 Secretaria de Estado do Turismo / Gestão Geral	R\$	4.329,47
510101-00001 Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária	R\$	18.591,98
530101-00001 Secretaria de Estado da Infraestrutura	R\$	73.682,34



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

540101-00001 Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular	R\$ 25.116,12
540201-54201 Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão	R\$ 64.864,29
540202-54202 Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor Estado do Maranhão	R\$ 9.141,88
560101-00001 Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	R\$ 1.120.300,54
580101-00001 Secretaria de Estado da Administração	R\$ 367.321,11
580204-58204 Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão	R\$ 56.642,28
610101-00001 Secretaria de Estado da Agricultura Familiar	R\$ 12.940,72
610201-61201 Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	R\$ 29.250,41
610202-61202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão	R\$ 16.077,80
TOTAL	R\$ 58.391.981,77

Fonte: SIGEF

3.3.3 Contribuições do RPPS a receber – Patronal

Em 31/12/2023, o FEPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 74.541.373,56 (setenta e quatro milhões quinhentos e quarenta e um mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos) relacionados com direitos a receber oriundos de contribuições previdenciárias do ente não repassadas pelos órgãos, sendo os débitos nessa conta, resultado da inscrição de valores devidos e os créditos pela regularização dos pagamentos ao longo do exercício.

Tabela 5 – Contribuições do RPPS a receber – Patronal

R\$ milhares (ou R\$)

Conta 1.1.3.6.2.01.01.00	31/12/2023
110210-11210 Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos	R\$ 1.546,58
130202-13202 Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão	R\$ 474.899,46
170101-00001 Secretaria de Estado da Educação	R\$ 32.323.870,66
170204-17204 Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	R\$ 1.138.888,16



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

190201-19201 Departamento Estadual de Trânsito	R\$ 326.475,58
210901-21901 FES/Unidade Central / FES - Unidade Central	R\$ 7.896.786,16
220205-22205 Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômico e Cartográfico	R\$ 1.448,32
230201-23201 Junta Comercial do Maranhão	R\$ 35.726,12
230202-23202 – Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial	R\$ 28.144,84
240201-24201 Universidade Estadual do Maranhão	R\$ 2.973.136,96
240202-24202 Fundação do Amparo à Pesquisa Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão	R\$ 1.305,62
240207-24207 Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão	R\$ 539.656,78
540201-54201 Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão	R\$ 129.728,58
540202-54202 Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor Estado do Maranhão	R\$ 18.283,76
580204-58204 Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão	R\$ 113.284,56
600104-00001 Encargos Financeiros / Gestão Geral	R\$ 28.447.535,00
610201-61201 Instituto de Colonização e Terras do Maranhão	R\$ 58.500
610202-61202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária	R\$ 32.155,60
Total	R\$ 74.541.373,56

Fonte: SIGEF

3.3.4 Imobilizado

Em 31/12/2023, o FEPA apresentou um saldo total na conta de ativo imobilizado de R\$ 2.207.218.513,89 (dois bilhões duzentos e sete milhões duzentos e dezoito mil quinhentos e treze reais e oitenta e nove centavos) a variação existente na contas de imobilizados se refere as reavaliações realizadas pela



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

comissão inventariante bem como a desafetação do terreno conforme processo nº 0209800- IPREV/MA e Lei estadual nº 12.166/2023.

Tabela 6 – Imobilizado

R\$ milhares (ou R\$)

Conta do imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
1.2.3.2.1.01.03.00 - Edifícios	37.011.070,83	44.252.188,01
1.2.3.2.1.01.04.00 - Terrenos	2.170.207.443,06	2.155.237.712,10
Total	2.207.218.513,89	2.199.489.900,11

Fonte: SIGEF

3.3.5 Outros Consignatários

Em 31/12/2023, o FEPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 65.992.166,28 (sessenta e cinco milhões novecentos e noventa e dois mil cento e sessenta e seis reais e vinte oito centavos) relacionados com outros consignatários a pagar, sendo resultado de obrigações decorrentes das retenções efetuadas na folha de pagamento dos inativos e pensionistas.

Tabela 7 – Outros Consignatários

R\$ milhares (ou R\$)

Conta 2.1.8.8.1.01.99.00	31/12/2023	31/12/2022
Outros Consignatários	65.992.166,28	44.172.032,89
Total		

Fonte: SIGEF

3.3.6 Depósitos a transferir – Salários não reclamados

Em 31/12/2023, o FEPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 10.422.045,45 (dez milhões quatrocentos e vinte dois mil e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) decorrentes dos salários não reclamados na folha de pagamento dos inativos e pensionistas, esse valor é decorrente de bloqueios ocorridos em virtude do cadastramento realizado no final de 2023.



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

Tabela 8 – Depósitos a transferir

R\$ milhares (ou R\$)

Conta 2.1.8.8.1.04.05.04	31/12/2023	31/12/2022
Conta corrente 03.110.907/0001-00	10.422.045,45	14.647.190,35
Total		

Fonte: SIGEF

3.3.7 Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo

Em 31/12/2023, o FEPA apresentou um saldo de provisões matemáticas de longo prazo de R\$ 57.353.059.678,56 (cinquenta e sete bilhões trezentos e cinquenta e três milhões cinquenta e nove mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) decorrentes do resultado da avaliação atuarial em 2023 para o plano financeiro e previdenciário do Fundo.

Tabela 9 – Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo

R\$ milhares (ou R\$)

Evolução das provisões matemáticas	31/12/2023	31/12/2022
2.2.7.2.1.01.00 – Plano Financeiro - Provisões de Benefícios Concedidos		0,00
2.2.7.2.1.02.00 - Plano Financeiro - Provisões de Benefícios a Conceder		0,00
2.2.7.2.1.03.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	28.588.704.263,41	33.407.996.932,52
2.2.7.2.1.04.00 - Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	28.764.355.415,15	48.632.202.007,80
2.2.7.2.0.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	57.353.059.678,56	82.040.198.940,32

Fonte: SIGEF

3.4 DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BO) do exercício. A DVP do exercício de 2023 apresentou o total das variações



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

quantitativas aumentativas no valor de R\$ 24.620.269.948,72 (vinte e quatro bilhões seiscentos e vinte milhões e duzentos e sessenta e nove mil e novecentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos), das variações quantitativas diminutivas no valor de R\$ 13.003.331.355,53 (treze bilhões e três milhões e trezentos e trinta e um mil e trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) gerando como resultado patrimonial do período R\$ 37.623.601.304,25 (trinta e sete bilhões e seiscentos e vinte e três milhões e seiscentos e um mil e trezentos e quatro reais e vinte e cinco centavos). Esse valor elevado dá-se em virtude da atualização do cálculo das provisões matemáticas presente no estudo atuarial em anexo.

3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros indispensáveis para marcar a movimentação extra orçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de caixa, segregados nos fluxos das operações dos investimentos e dos financiamentos. A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Equivalentes de caixa do exercício anterior.

Tabela 10 – Evolução Fluxo de Caixa

R\$ milhares (ou R\$)

Evolução Fluxo de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.862.068,98	81.167.334,60
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	7.991.577,16	0,00



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA


Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	0,00	0,00
Apuração do fluxo de Caixa no período	13.853.646,14	81.167.334,60
Geração Líquida de Caixa A-B	13.853.646,14	81.167.334,60
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (A)	204.614.082,27	123.446.747,67
Caixa e Equivalente de Caixa Final (B)	218.467.728,41	204.614.082,27

Fonte: SIGEF

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos desempenhar nossas atribuições sem poupar esforços, objetivando acima de tudo, a melhor performance dos procedimentos internos do Fepa junto aos sistemas Financeiros.

Com a agilidade das funções de registro, controle e orientação que lhes são inerentes a Contabilidade, constitui integral fontes de informações sobre a execução dos Programas de trabalho do Fundo e das Gestões Financeiras patrimoniais pertinentes ao novo Sistema Público SIGEF/MA - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, sendo compatíveis com as metas previstas no Plano Plurianual para o exercício de 2023 sob a responsabilidades de seus administradores em conformidade com a estrutura definida pela Lei nº 4.320/64 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Documento assinado digitalmente
 IDALINA EUGENIA CORREA DE FREITAS PONTES
Data: 20/02/2024 21:22:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IDALINA EUGENIA CORREA DE FREITAS PONTES
COORDENADORIA DE CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO
ID: 881559-0



ESTADO DO MARANHÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA – FEPA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, IDALINA EUGENIA CORREA DE FREITAS PONTES, portador do CPF nº 020.561.973-83, brasileira, divorciada, contadora registrada no conselho regional através do nº CRC/MA -014078/O, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Controle Contábil e Financeiro do Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão, declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal – crime de falsidade ideológica, que as peças e os documentos que compõem a prestação de contas final do exercício de 2023, UG580202/ Gestão:58202, sob a responsabilidade do Senhor Valdene Cardoso Farias Pereira, estão em harmonia com as normas legais e embasaram com fidedignidade os registros e as demonstrações contábeis, de acordo com os princípios de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao serviço público, atestando, também a regularidade na execução orçamentaria da receita e da despesa, conforme as normas de direito financeiro e orçamentário.

São Luís (MA), 20 de Fevereiro de 2024.



Documento assinado digitalmente
IDALINA EUGENIA CORREA DE FREITAS PONTES
Data: 20/02/2024 20:38:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IDALINA EUGENIA CORREA DE FREITAS PONTES
COORDENADORIA DE CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO
ID: 881559-0



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: IDALINA EUGENIA CORREA DE FREITAS
REGISTRO.....	: MA-014078/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.561.973-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 19/02/2024 as 11:47:30.

Válido até: 19/05/2024.

Código de Controle: 356509.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.